

GT04 – Trabalho, saberes e experiência

Coordenadoras: Profa. Ana Cláudia Godinho (UFRGS); Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS)

Assistente: Me. Natália Valadares Lima (UFMG); Me. Neusa Maria Silva (UFMG)

Ementa: Trabalho, atividade, praxis, experiência. Identidades, valores e culturas profissionais. Política, trabalho e memória. Transmissão, aprendizagens, técnicas e trabalho. Trabalho e diversidade – gênero, geração, necessidades especiais, etnias. Saúde, trabalho e política. Ações coletivas e trabalho. Experiência, linguagem e trabalho. Análise do trabalho, análise da atividade.

Apresentação Oral

Adenil Alves Rodrigues; Doriedson do Socorro Rodrigues; Gilmar Pereira da Silva
Os jovens pescadores de Cametá: trabalho, conhecimentos do curso técnico em aquicultura e formação da identidade pescadora

Adilene Gonçalves Quaresma; Ari Silva Gobira; Eva Prado
Interdisciplinaridade e interprofissionalidade no mestrado profissional: conceitos, práticas e capacidades desenvolvidas segundo os mestrandos

Clívio Buenno Soares Terceiro; Maria Clara Bueno Fischer
Segredos do ofício na panificação e na confeitaria: renormalização, apropriação e transformação dos saberes-valores que circulam atividade de trabalho

Corina Alves Farinha
Um olhar sobre a diversidade sexual no mundo do trabalho

Egídio Martins Martins; Valdileia Carvalho da Silva
A práxis política dos pescadores da Z-16 como produto da experiência histórica

Elisângela De Jesus Furtado da Silva; Laysse Fernanda Macedo dos Santos; Leonardo Tadeu Santos
Labuta em um centro de saúde de Belo Horizonte: um estudo sobre identidade e identificação

Eni de Faria Sena Sena; Maria da Graça Oliveira; Mariana Veríssimo
Autoconfrontação simples: análise da experiência docente de uma egressa do curso de Pedagogia da PUC Minas

Felícia de Oliveira Fleck; Miriam Vieira da Cunha
Tornar-se contador de histórias: reflexões sobre a identidade de contadores no Brasil e na Espanha

Fernanda Maria Francishetto Rocha; Ana Paula Martins Fonseca; Elaine Kendall Santana Silva

Formação do fisioterapeuta para atuação na atenção primária à saúde: percepção dos professores e alunos

Luciana Gelape dos Santos; Admardo Bonifácio Gomes Júnior; Thamires Rodrigues Duarte
Para onde foi o RH? Um estudo crítico da evolução das práticas de gestão de pessoas

Maria Claudeniza Maia Pinto; Sandra Maria Campos Alves
O trabalho em debate: mutações e adoecimentos nas atuais relações de trabalho

Marisa Oliveira Santos Santos; Urânia Teixeira Amaral; Ana Elizabeth Santos Alves
Casas de farinha: reflexões acerca do trabalho e educação em comunidades tradicionais do interior da Bahia

Moisés Waismann; Judite Sanson de Bem; Margarete Panerai Araújo
Trabalho e educação na indústria criativa: breves considerações da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e municípios selecionados

Nagela Brandão
A produção da vida material em um assentamento de reforma agrária em Minas Gerais: reflexões a partir do conceito processo de trabalho

Apresentação em Pôster

Amanda do Carmo Amorim Nadú; Ana Cláudia Ferreira Godinho
Trabalho da mulher: breves reflexões sobre as beneficiárias do Programa Bolsa Família

Ana Paula De Almeida; Mariglei Severo Maraschin
Os saberes dos trabalhadores e suas interfaces com a educação profissional

Marcella Barbosa Miranda Teixeira; Fernanda Tarabal Lopes; Admardo Bonifácio Gomes Jr
Quebrando o teto de vidro: história de vida de uma professora gestora

Marcos José Andrighetto; Mariglei Severo Maraschin
O trabalho pedagógico no PROEJA do Campus Santo Augusto

Tânia Cristina Impocetto Marcheti; Ana Maria Rodrigues de Carvalho; Francisco Hashimoto
Influências da cultura japonesa no cotidiano acadêmico de uma Faculdade de Tecnologia do interior paulista

Verônica Cristina Pinto Mendonça; Ana Claudia Ferreira Godinho
O trabalho artesanal como experiência educativa de jovens e adultos na escola pública

OS JOVENS PESCADORES DE CAMETÁ: TRABALHO, CONHECIMENTOS DO CURSO TECNICO EM AQUICULTURA E FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PESCADORA¹

Adenil Alves Rodrigues² – adenil2007ufpaa@yahoo.com.br
Universidade Federal do Pará/Campus Cametá
Passagem Bom Jesus, 310
CEP: 68400-000-Cametá-Pa-Brasil

Doriedson do Socorro Rodrigues³ – doriedson@ufpa.br
Tv. Padre Antônio Franco, 2912
CEP: 68400-000-Cametá-Pa-Brasil

Gilmar Pereira da Silva⁴ – gpsilva@ufpa.br
Tv. Padre Antônio Franco, 210
CEP: 68400-000-Cametá-Pa-Brasil

Resumo: *O artigo em questão analisa a relação trabalho, conhecimentos técnicos do curso de Aquicultura ofertado pelo Centro Integrado de Educação do Baixo Tocantins (CIEBT – Cametá) e formação da identidade pescadora em jovens pescadores de Cametá-Pa. Metodologicamente aqui foram feitas entrevistas semiestruturadas (THIOLLENT, 1985) junto a 6(seis) jovens, tendo como critério determinante para a escolha desses a condição de serem concluintes do curso técnico de Aquicultura e hoje manterem-se ligados ao mundo do trabalho da pesca. Para análise dos dados epistemologicamente nos pautamos no materialismo histórico-dialético (MARX, 2008). Como resultado, os dados empíricos demonstraram que: a) a juventude pescadora ao entender o trabalho da pesca como sendo uma atividade de natureza difícil, penosa e exigente, buscou no curso de Aquicultura alternativas outras que lhes pudessem permitir transformar os sacrifícios e a dureza desse*

¹ O presente artigo constitui-se um recorte da dissertação de mestrado “JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: a formação da identidade pescadora dos jovens da Colônia de Pescadores Artesanais Z- 16 de Cametá-Pa”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará em 2016.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará. Licenciado Pleno em Letras-Habilitação Língua Portuguesa (UFPA/Cametá).

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Licenciado Pleno em Letras-Habilitação Língua Portuguesa (UFPA/Cametá).

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciado Pleno em Pedagogia (UFPA/Abaetetuba).

trabalho, ao passo que assim, ao adquirirem os novos conhecimentos e práticas no curso, foram transformando não só o trabalho que em comum executavam, mas também as suas próprias maneiras de se reconhecer e identificar, o que revelou que esses sujeitos b) não mais estão a se reconhecer enquanto pescadores única e exclusivamente a partir dos saberes que empiricamente construíram no trato cotidiano com a pesca, mas também, a partir do conjunto de conhecimentos e práticas, que adquiridos no curso técnico de Aquicultura, hoje se fazem presentes em suas atividades, modificando e transformando seus processos de trabalho e, conseqüentemente, suas subjetividades e identidades.

Palavras-Chave: *Juventude pescadora. Conhecimento do curso de Aquicultura. Formação de Identidade.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de investigação a formação da identidade pescadora de jovens trabalhadores da pesca de Cametá-Pa que concluíram o curso técnico de Aquicultura ofertado pelo Centro Integrado de Educação do Baixo Tocantins (CIEBT – Cametá) e hoje mantém uma relação com o mundo do trabalho da pesca⁵.

Para investigarmos a formação da identidade pescadora desses jovens, assumimos como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como os jovens trabalhadores da pesca de Cametá-Pa, que fizeram curso técnico de Aquicultura no Centro Integrado de Educação do Baixo Tocantins (CIEBT – Cametá) e hoje mantem uma relação com o mundo do trabalho da pesca, estão a utilizar os conhecimentos sistematizados e adquiridos em tal curso como elementos de formação da identidade pescadora?

⁵ Assumimos nessa pesquisa a expressão “jovens que mantém uma relação com o mundo do trabalho da pesca” por entendermos que também hoje podem existir jovens que não se legitimam mais como pescadores no sentido *ipsisiltri* do termo, o que estaria conduzindo esses jovens, segundo Rodrigues (2012a, p. 6), a três representações identitária: (i) uma representação fundada na unidade teórico-prática do ser pescador mediado pelo trabalho, em que saberes da pesca são dominados pelos jovens, enquanto identidade, porque nascem do exercício efetivo da profissão; (ii) uma representação firmada no domínio de saberes da pesca, mas sem uma efetiva presença no mundo do trabalho da pesca; (iii) uma já ausência de saberes relativos ao exercício da pesca, porque já firmada a juventude em outras esferas produtivas, mesmo vivendo em meio a pescadores.

No que diz respeito à metodologia, no presente estudo foram feitas entrevistas semiestruturadas (THIOLENT, 1985) junto à 6(seis) jovens⁶ aqui identificados como: Jovem B.C.A.R (27 anos); Jovem J.A.F (23 anos); Jovem J.V.P (25 anos); Jovem A.A.R (26 anos); Jovem J.SA (26 anos); Jovem P.C.R (24 anos); tendo como critério determinante para a escolha desses sujeitos a condição de serem concluintes do curso técnico de Aquicultura ofertado pelo CIEBT-Cametá-Pa e hoje manterem-se ligados ao mundo da pesca atuando nesse por meio do ofício de pescador.

Para análise dos dados, epistemologicamente nos pautamos no materialismo histórico-dialético (MARX, 2008). Também aqui nos pautamos em uma revisão de literatura que nos permitiu analisar as categorias juventude, trabalho e identidade enquanto produtos de um movimento histórico-social dos jovens pescadores.

Estruturalmente organizamos esse texto em três seções: na primeira buscamos conceituar a categoria juventude assumindo que essa, à luz do materialismo histórico-dialético, é muito mais que uma singularidade do desenvolvimento humano ou uma transição para a vida adulta, mas sim uma construção humana social resultante de relações as mais diversas, o que, do ponto de vista dos jovens pescadores, nos permitem entendê-los enquanto sujeitos que apesar de demarcados pelas cisões e frações de classe, lutam e militam em defesa da construção de uma vida mais humana a partir do trabalho da pesca no qual estão envolvidos. Na segunda seção, direcionando a discussão para a categoria trabalho, assumimos essa não enquanto atividade abstrata alienante, mas sim enquanto atividade concreta que na dinâmica interacional cotidiana dos jovens os permite dominarem o conjunto de suas relações dessas fazendo parte a identidade. Já na terceira seção, discutimos a formação da identidade pescadora dos jovens que atuando no trabalho da pesca buscaram no curso técnico de Aquicultura realizado no CIEBT-Cametá, a possibilidade de não apenas se qualificarem, mas adquirirem novas experiências, conhecimentos e possibilidades para assim poderem dar com a dimensão mais dura, penosa, difícil e embrutecedora do trabalho da pesca, o que veio resultando na transformação desse trabalho, no próprio reconhecer-se pescador e, conseqüentemente, na identidade que daquele, surge. Por fim, expomos nossas considerações finais.

⁶ Registre-se que há autorização dos sujeitos das entrevistas para uso de fala na presente investigação.

2 O SER JOVEM PARA OS PESCADORES: MOMENTO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU FASE DE CONSTRUÇÃO HUMANO HISTÓRICO-SOCIAL?

Se é verdade que nos últimos anos o processo de expansão do capital tem provocado no mundo grandes transformações em âmbito social, político, econômico e cultural, (BOGO, 2010), também não é menos verdade que tais transformações vêm acompanhadas cada vez mais de um reducionismo e obscurecimento no que tange a compreensão dos conceitos de homem e suas fases de desenvolvimento humano – infância, juventude, idade adulta e velhice.

Um exemplo do que aqui estamos sinalizando é quando tomamos a fase que compreende a juventude⁷ como objeto de análise e investigação e tentamos, em função dessa, conceituá-la. Quando fazemos isso, geralmente a definição mais imediata e corriqueira que encontramos quase sempre parte do pressuposto de que “[...] a entrada da juventude se faz pela fase da adolescência e é marcada por transformações de ordem biológicas, psicológicas e de inserção social” (DAYREL & GOMES, 1999, p. 3).

Colocando-se contrário a essa definição que aqui consideramos reducionista e corriqueira, hoje, a partir de um recorte de classe, também encontramos outra, que, assumida a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, compreende a juventude não como sendo uma fase da vida humana que se caracteriza apenas pelas transformações de ordem biológicas e psicológicas, mas sim como sendo **uma construção humana social**, onde os indivíduos que a compõe são compreendidos como sujeitos sociais concretos, que apesar de demarcados pela cisão e fração de classe, vão se constituindo enquanto detentores de direitos e deveres diante de uma sociedade marcada por uma dualidade social, política, econômica e cultural (FRIGOTTO, 2011).

[...] ser jovem é também [...] ter garantido vários direitos [...], direitos de ter escola, de ter saúde, de ter uma casa, uma família [...]; mas também tem de ter responsabilidade, ai tem a questão do dever [...] o dever de estudar, de ajudar na casa, de ser uma pessoa boa, ajudar os outros, essas coisas. Mas ser um jovem fazendo tudo isso que te falei não é fácil pra nós que somos pobre, pros jovens que tem dinheiro é mais fácil, né, pros filhos ricos (J. S A, 26 anos⁸).

⁷ Nessa pesquisa juventude é tomada não como uma mera fase de desenvolvimento do homem, mas como uma construção humana-social na qual as relações políticas, econômicas, culturais e sociais são bases reais e, portanto, constituem e são constituintes dessa fase da vida (FRIGOTTO, 2009; ARAUJO & ALVES, 2013).

⁸ Para efeito de preservação de face pública dos informantes, nesta pesquisa utilizamos tão somente as iniciais de seus nomes e a idade a eles correspondentes.

Vista pela perspectiva acima, a juventude aparece não mais enquanto uma singularidade, mas sim expressão plural que compreende um conjunto de sujeitos de relações históricas e sociais, que tendo suas vidas afetadas diretamente pelas condições e contradições de uma sociedade classista, não aceitam o conformismo e a passividade como imposição, o que lhes permite projetar-se para um sempre desafio de lutarem por seus interesses, constituindo-se assim, em “sujeitos de potencial rebeldia e contestação” (FRIGOTTO, 2009), o que vai nos permitindo entender essa fase da vida não enquanto transitoriedade, mas sim, **processo em construção.**

E é enquanto processo em construção que aqui tomamos a juventude que hoje mantém um conjunto de relações com o mundo do trabalho da pesca, uma juventude que produzindo sua existência a partir de um modo peculiar de vida, o ribeirinho, vai construindo sua existência de maneira truncada e provisória, revelando que o viver a materialidade do ser jovem se torna ainda mais penoso e angustiante, no caso daqueles que vivem no interior da Amazônia, isso porque os dilemas que enfrentam, “[...] no caso da Amazônia, com agravantes significativos, como [...] às precárias condições de vida e a falta de escolas que absorva a todos nesta fase de sua formação [...]” (SILVA, 2013, p. 81) os colocam em uma condição de vida ainda mais crítica e desumana.

Nós aqui temo que lhe dá com a falta de muitas coisa. Ser jovem morador de ilha não é fácil. Aqui quase sempre falta tudo, no inverso então é pior, aí a gente tem que ir se “virando”, improvisando e levando a vida (P. C. R, 24 anos).

No caso específico dos jovens que se encontram em relação direta com o mundo do trabalho da pesca em Cametá-Pa, viver a materialidade da juventude se torna ainda mais penoso e angustiante, porque além de estarem imersos em uma realidade tipicamente interiorana onde o “[...] Estado, não raras vezes, se abstém de atuar com propriedade” (RODRIGUES, 2012b, p. 16), também têm de construir a materialidade de suas vidas a partir da entrada precoce no mundo do trabalho, o que faz com que tenham que encurtar a infância e adiantar a fase adulta. Nessa lógica, os jovens pescadores não vivem a plenitude do ser jovem, ou quando vivem, essa vem acompanhada de incertezas e inseguranças quanto a construção de um futuro estável e promissor. Isso revela que esses sujeitos,

[...] sob o capitalismo, [...] estão cindidos por relações sociais estruturalmente desiguais- relações de classe - que condicionam o acesso aos bens vitais ou à reprodução da vida biológica, social, cultural e educacional. [...]. (FRIGOTTO, 2011, p. 99-100).

É nesse sentido que, ignorar que os jovens pescadores são sujeitos de relação de classes, significa não levar em consideração que esses são sujeitos produtores das interações sociais, e mais que isso, são produtos dessas interações. Dessa forma, suas origens, suas raízes e cultura são o resultado de um processo histórico que a partir de um movimento real e concreto vem se desenvolvendo mostrando que os jovens pescadores, a partir de suas práticas pesqueiras, também são produtores da história, e que, portanto, não podem ser vistos e entendidos apenas na sua condição de transitoriedade, onde o jovem é um ‘vir a ser’ tendo no futuro na passagem para a vida adulta, o sentido de suas ações no presente.

É por isso que, na reflexão aqui exposta, consideramos a juventude pescadora no contexto da contradição social a qual está inserida, pois entendemos que os jovens que vivem do trabalho da pesca estão tendo sua vida organizada a partir de uma gama variável de influências⁹ que estão conduzindo esses não raras vezes para uma identidade pescadora marcada por múltiplas determinações, quer essas sejam culturais, políticas, sociais, ético e econômicas, relações essas que na vivência prática do cotidiano vão possibilitando a formação da identidade enquanto sínteses para além das imediatezidades, mas colocando-se enquanto um complexo de relações pelos pescadores experimentadas, onde o trabalho aparece como categoria central.

3 O TRABALHO

Antes de tecermos nossas reflexões sobre a categoria trabalho, consideramos importante primeiramente esclarecermos que para essa categoria existem as mais diversas concepções e abordagens, entre as quais, a burguesa, que defende a ideia de que o trabalho se reduz a dimensão que a compreende apenas enquanto uma “[...] ocupação, emprego, função ou tarefa [...]” (FRIGOTTO, 2012, p. 21), o que nos conduz desde já a deixarmos claro qual a concepção que vamos nos pautar para discutirmos tal categoria.

⁹ Entre as várias influências podemos citar as advindas do mundo do trabalho, da escola, da comunidade a qual pertence, da igreja, etc.

Para tratarmos da categoria trabalho, nesse texto vamos assumir como corrente epistemológica, a concepção materialista histórico-dialética, ou melhor, vamos nos utilizar das concepções defendidas por Marx, para quem o trabalho é

Antes de tudo, [...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2008, p. 211).

Conforme a definição de Marx (2008), o trabalho vem se caracterizando como mediação que se coloca entre o homem¹⁰ e a natureza¹¹, onde aquele, para suprir suas necessidades materiais, se apropria da natureza transformando-a e suprindo suas indigências. Contudo, há de se considerar nessa relação que o trabalho não é mera transformação da natureza, pois o homem ao agir sobre a aquela modificando-a modifica-se a si mesmo. Ou seja, para além de uma simples interação, ao condicionar a natureza as suas necessidades transformando-a, o homem também condiciona-se à natureza e a partir de uma relação dialética modifica a natureza ao passo que também modifica-se a si mesmo, humanizando-se e recriando-se a cada interação.

Nessa linha de compreensão defendida por Marx (2008), o homem, através do trabalho, supre suas necessidades mais imediatas e desenvolve outras necessidades mediata que faz com que a relação homem natureza seja uma constante e sempre mediada pelo trabalho. Assim, é através do trabalho que o homem desenvolve sua essência humana, pois, ao colocar em movimento sua corporeidade para se apropriar da matéria natural modificando essa de acordo com sua vontade, transfere para o objeto construído, sua objetividade fazendo com que o produto do seu trabalho seja um reflexo humanizado daquilo que o homem é. Nessa relação

¹⁰ O conceito de homem não é um conceito abstrato, a-histórico; pelo contrário, é um conceito concreto. Nessa concepção o homem não se define por uma natureza dada, universal, mas como um devir histórico que se faz, se produz pelo trabalho. A pergunta concreta, histórica, que põem adequadamente a apreensão do conceito de homem não é, pois, o que é o homem, mas como é produzido o homem. O homem concreto é concebido, então como uma síntese das relações sociais que se estabelece na produção de sua existência (FRIGOTTO, 1989, p.72).

¹¹ A Natureza é concebida como realidade material infinita no espaço e no tempo. Desta realidade surgem os mecanismos que continuam sendo materiais; dos organismos, surgem os processos psíquicos, que são como os organismos também materiais (SALOMON, 2000, p. 197).

também há de se considerar que ao construir os materiais do qual tem necessidade, apreende e aprende na relação e assim desenvolve sua subjetividade modificando-o a si mesmo.

Compreendido a partir desse aspecto, o trabalho humano assume uma dimensão tanto histórica quanto ontológico. Histórico porque é resultante da interação dos homens com seus pares e desses com a natureza, interação essa que vem se dando através do tempo e espaço e que como resultado deixa para as gerações posteriores um conjunto de valores, atitudes e conhecimentos (que são bens imateriais, mas que contudo possuem força material), e não só isso, mas também, os próprios bens materiais resultantes das interações, ou seja, os produtos que em estado natural são transformados através do trabalho humano em coisas úteis para suprir as necessidades do homem como por exemplo; utensílios, roupas, casas, ferramentas, entre outros.

Assim, ao receberem esse conjunto de bens materiais (utensílios, roupas, casas, ferramentas, entre outros) e imateriais (valores, atitudes e conhecimentos), as novas gerações de homens e mulheres, não apenas recebem um legado deixado pelos seus descendentes, mas sobre tudo, assumem a possibilidade de desenvolverem outros conjuntos de bens materiais e imateriais, e mais que isso aprende a superar as deficiências e limites que as gerações anteriores não ultrapassaram e dessa forma desenvolvem outros conhecimentos que na constante interação, questionamentos e reformulações de aprendizagem com a natureza, tendo o trabalho como mediador, vão surgindo e dando respostas outras para os problemas que por hora se apresentam.

Se por esse lado o trabalho é histórico, por outro, o trabalho também é ontológico, pois é próprio da espécie humana. Somente o homem consegue exercer o trabalho de forma a transferir para o objeto construído características próprias da essência humana, dando formas à natureza bruta, lapidando-a de acordo com uma intenção previamente estabelecida cognitivamente. É a partir dessa perspectiva que

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. **Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.** No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua

vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 2008, p. 211-212, grifos nosso).

Em termos marxianos, o trabalho é elemento constitutivo único e exclusivamente da espécie humana. Somente os homens conseguem exercer o trabalho enquanto criação humana, pois diferentes dos animais que agem por instintos, e, portanto, não exercem o trabalho mais sim um saber fazer animal que é mecanicamente natural de sua espécie, o homem constrói o objeto primeiramente em sua mente, depois põe em movimento todo o seu corpo para materializá-lo enquanto objeto concreto.

Nessa relação de dinamicidade no qual o homem põe em movimento todo o seu corpo e sua mente ocorre o desenvolvimento das mais diversas capacidades humanas momento de constituição da humanidade do homem “[...] porque lhe permite o exercício da engenhosidade, da criatividade, do planejamento e da execução do seu querer [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 54).

É essa compreensão de trabalho que aqui assumimos para analisar a formação da identidade pescadora dos jovens que hoje, ao se assumirem pescadores, reforçam a compreensão de que o trabalho que estão a desenvolver é elemento central na formação de tal identidade.

Sendo assim, colocar a categoria trabalho como central na relação juventude pescadora-formação de identidade, é assumir a possibilidade de que os jovens que fizeram o curso técnico de Aquicultura e hoje mantêm relações com o mundo trabalho da pesca, se desenvolvem, entre outros, porque aprendem com o trabalho que em comum os pescadores desempenham e ao aprender vão se transformando, e assim transformando suas identidades. Nesse sentido, o trabalho da pesca vai constituindo-se em uma importante referência que no movimento da vida real dos jovens pescadores vai forjando e fortalecendo nesses a identidade do ser pescador, o revela que, de acordo Marx e Engels (2009, p. 41) “[...] o que os homens são coincide com sua produção, tanto com o que produzem, quanto com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais da sua produção”.

Assim, a compreensão do trabalho aqui, compreendido na sua dimensão histórico-ontológico, é fundamental, pois, ao não está desligada da vivência prática dos jovens aqui pesquisados, se revela como caminho possível que pode possibilitar uma compreensão ampla da formação da identidade pescadora, pois, para os jovens dessa pesquisa o trabalho é momento de intercâmbio com conhecimentos e saberes que na interação entre esses (os jovens), o mundo do trabalho da pesca e os conhecimentos e práticas científicas adquiridos no curso técnico de Aquicultura, nasce.

4 O TRABALHO DA PESCA, OS CONHECIMENTOS DO CURSO DE AQUICULTURA E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PESCADORA

Ao recortarmos a formação da Identidade pescadora dos jovens pescadores egressos do curso de Aquicultura, como objeto de análise no presente artigo, um primeiro ponto a destacar é que enquanto sujeitos que vivem e, assim, constroem as múltiplas dimensões de suas vidas, incluindo aí a identidade pescadora, a partir do labor da pesca, esses jovens não estão a aceitar passivamente as condições difíceis, penosas e exigentes que cada vez mais vem se fazendo presentes em suas práticas de trabalho, mas ao contrário disso, estão a buscar sim, por meios diversos; alternativas outras; a exemplo de cursos e qualificações profissionais na área da pesca; que possam lhes permitir pensar, planejar e, quiçá, transformar e também mudar, suas atividades laborais da pesca em práticas que, do ponto de vista físico e humano, possam se tornar mais possíveis de serem realizados.

Ou seja, esses jovens, não estão a aceitar de forma passiva as condições precárias e embrutecedoras que cada vez mais vem marcando e caracterizando o trabalho com o qual se ocupam, mas estão sim a procurar possibilidades outras que possam lhes dar a chance de, no plano concreto de suas práticas, desenvolverem um conjunto de ações, que pensadas e planejadas a partir das atividades que cotidianamente se ocupam, permitam-lhes estabelecer e, assim transformar, as fatigantes e extenuantes relações de trabalho, em profícuas e praticáveis atividades. Em relação a isso, o Jovem J.S.A (26 anos, grifos nossos) comenta que:

[...] hoje, com a situação que nós vive, pra gente ser alguém na vida, é preciso a gente tá atento a todo as oportunidades [...].Esse nosso trabalho (o trabalho da pesca) ele é um trabalho muito difícil, penoso, exige muito de nós, a gente fica horas e horas no sol, a gente pega chuva [...] Foi por causa disso que eu fiz o curso

de Aquicultura aí no CIEBT [...]. Quando eu fiquei sabendo, que me falaram que era um curso da pesca, eu falei, bom eu vou fazer, quem sabe com um curso desse eu não vou aprender coisas novas que podem ajudar no meu trabalho [...].

Entendo o trabalho da pesca como algo fatigante, por ter uma natureza difícil, penosa e exigente, o que a fala acima, em sua totalidade revela, é uma clara compreensão, por parte dos jovens que aqui investigamos, de que hoje, a mobilização, no sentido da busca e conquista de novos aprendizados, se faz cada vez mais necessária para o pensar, o planejar e o executar desse trabalho, o que demonstra que, não é porque esses jovens estão a se ocupar hoje com um trabalho de natureza artesanal, como é o caso da pesca em Cametá, “[...] que [...] não [vai] procurar, digamos assim, outros meios pra [se] profissionalizar [...] e buscar aprender outros conhecimentos [...]”¹².

Apesar de ainda hoje exercerem a atividade da pesca de modo artesanal, usando instrumentos e artefatos pesqueiros tradicionais como *o matapi, o espinhel e a malhadeira*¹³, que são apetrechos de pesca fabricados pelos próprios pescadores, os jovens sujeitos da identidade aqui pesquisada não estão a aceitar a realidade por eles encontrada no mundo do trabalho da pesca, de modo passivo como se conformados estivessem com as condições em que hoje vivem “[...] os pais e as mães de família que tentam criar seus filhos com o trabalho da pesca [...]” (Jovem J.A.F, 23 anos), mas ao contrário, buscando sim, aos moldes de Engels (2008, p. 252), não aceitar “[...] adaptar-se às circunstâncias, mas [...] buscando sim, fazer com que as circunstâncias se adaptam a eles, [porque entendem] que sua [própria] omissão, equivaleria à aceitação [das condições de vida por hora encontrada] [...]” e, conseqüentemente, no reconhecimento da impossibilidade da transformação e efetivação de criações de alternativas outras às condições difíceis, penosas e exigentes que o trabalho pelos pescadores executado vem assumindo, é que os jovens pescadores inconformados com a dimensão embrutecedora e difícil do trabalho da pesca, buscaram no “[...] *Curso de aquicultura uma chance de tentar ver se melhora o trabalho*”(P.C.R, 24 anos).

Olha, o que fez eu buscar esses [...] outros conhecimentos, essas outras práticas sobre a pesca [...] é que achei importante ter outra visão sobre o meu trabalho, sobre a pesca mesmo. Achei que enquanto pescador eu não podia mais ficar de braços cruzados vendo a minha profissão ficar cada vez mais difícil pra mim. Então, eu tinha que fazer alguma coisa, foi aí que eu achei importante procurar, digamos assim, me qualificar pro meu trabalho, fazer curso mesmo que pudesse me

¹² Jovem P.C.R (24 anos).

¹³ Instrumentos que, entre vários outros, hoje são usados de forma artesanal pelos pescadores para a captura do pescado.

ajudar, onde eu pudesse aprender práticas pra melhorar o meu trabalho, porque o trabalho do pescador, ele não é um trabalho fácil, ele é muito difícil e acho também que ele é até meio desumano (Jovem B.C.A.R, 27 anos).

O que a fala acima está a revelar é que a formação que os jovens por nós entrevistados foram buscar no CIEBT-Cametá, não é uma formação que de maneira direta e imediata se apresenta para esses sujeitos como “[...] relacionada diretamente ao processo de valorização do capital, que se refere aos atributos necessários para [ocuparem] corretamente um posto de trabalho [...]” (CRIVELLARI, 2000, p. 9); mas ao contrário, a formação a qual almejavam quando procuram o curso técnico de Aquicultura, foi aquela que, formada a partir da obtenção de um conjunto de novos conhecimentos e práticas a serem aplicadas no mundo do trabalho com o qual cotidianamente se ocupam, passou a ser vista pelos jovens como necessária e, portanto, indispensável para o desenvolvimento de uma vida mais profícua e realizável, isso porque, ligado diretamente as suas necessidades reais, veio se apresentando como respostas necessárias aos problemas que por hora encontravam o que, em termos de aquisição, aplicação e incorporação de novos conhecimentos aos saberes da pesca que já dominam, veio resultando em reconfigurações e, assim, transformações não só do trabalho da pesca com o qual se ocupavam, mas também, da identidade pescadora que com esse trabalho nasce.

Nesse sentido, por identidade pescadora estamos a compreender um fenômeno que resulta não simplesmente de um modo tradicional e culturalmente artesanal de produção de vida dos pescadores, mas sim como sendo um processo social, que para além do cultural e do artesanal a qual está ligado à produção da existência dos pescadores, é fruto também dos aprendizados, que, de suas participações nos embates cotidianamente travados, adquirirem e também se utilizam para poderem assim, dialeticamente, estabelecer novas relações, que no movimento de suas interações, vai modificando quem são e a partir de que se reconhecem.

Em outras palavras, ao travarem embates aprendem, ao aprenderem, transformam-se, e ao transformarem-se modificam todos os processos pelos quais constroem e reconstroem os elementos determinantes de sua identidade, isso porque, passam a reconhecer as reais qualidades e características que devem ter para poder assim enfrentar as relações desiguais e díspares impostas pelo modo de produção em vigência. Nesse sentido, válidas são as considerações feitas pelo do jovem J.A.F (23 anos) quando esse explica que resolveu

[...] fazer o curso de Aquicultura no CIEBT porque eu moro no interior né, interessante, importante também né, pra tu ter alguns conhecimento da teoria e da

pratica da pesca, pra tu também valorizar a pesca, pra tu fortalecer a cultura do marisco¹⁴, a cultura do pescador que é a nossa cultura [...]. É por isso que hoje eu te falo, quando eu fui fazer o curso, na verdade, eu não queria só um certificado de técnico, mas o que eu queria era o conhecimento, as práticas que eu ainda não conhecia que lá no CIEBT eu aprendi, porque é assim, esses conhecimentos eles não serve só pra mim ter, [...] como eu posso te falar, [...] uma nova atitude no meu trabalho, mas também, pra mim valorizar a minha cultura, a minha história, a minha raiz e a minha identidade, tudo isso né, [ou seja], um conhecimento pra mim entender o meu trabalho pra mim poder transformar as práticas que eu fazia errada e agora eu posso fazer certo.

Analisando a afirmação que o jovem J.A.F (23 anos) faz acima, esclarecedor é o fato de que no que se refere a identidade pescadora, a utilização dos novos conhecimentos e práticas adquiridos no curso técnico de Aquicultura, no processo laboral da pesca está a fazer com esses sujeitos se reconheçam como pescadores, não mais única e exclusivamente a partir dos saberes que empiricamente construíram no trato cotidiano com a pesca, mas também, a partir do conjunto de conhecimentos, que buscados e adquiridos no curso técnico de Aquicultura, hoje se fazem presentes em suas atividades, modificando e transformando seus processos de trabalho e, conseqüentemente, suas subjetividades e identidades.

Enquanto processo de trabalho que se modifica e se transforma à medida que o conjunto de conhecimentos e práticas do curso de Aquicultura vai sendo incorporado ao trabalho cotidiano da pesca do jovem pescador, a identidade pescadora, que, à primeira vista pode aparecer, no plano das aparências, como sendo resultado apenas do universo cultural permeado principalmente pelo saber socialmente produzido naquele trabalho, vai sofrendo, do ponto de vista do movimento da matéria (MARX, 2008), alterações que no plano das contradições vai revelando, que para além do conjunto de saberes e conhecimentos empírico-tradicionais gestados principalmente pelo trabalho da pesca, também há, no bojo da constituição dessa identidade, a presença de elementos outros, que resultantes de um conjunto de relações extra mundo do trabalho da pesca – mas sem deixar de com esse se relacionar –, são adquiridos e incorporados nesse, porque com ele interage, e por interagir é que modifica e transforma o trabalho e a identidade que desse (trabalho) nasce.

É assim, pra te falar, hoje o meu trabalho com a pesca ele tem tanto saber que eu aprendi, vamos dizer assim, com a minha família, com meu pai, com meu avô; mas tem também conhecimentos e as práticas que eu aprendi no curso de Aquicultura. [...] por isso, pra mim que fiz o curso técnico lá no Ciebt, a identidade de pescador

¹⁴ A expressão “marisco” é um termo utilizado pelos pescadores da região Amazônica para se referirem a atividade da pesca.

é tanto com conhecimento do curso, mas também tem também conhecimento da pesca mesmo (A.A.R, 24 anos).

Com efeito, tomando os jovens pescadores que realizaram o curso técnico de Aquicultura, como sendo um conjunto de sujeitos “[...] históricos, concretos, ativos, que se transformam na medida em que transformam o conjunto [...] das relações sociais que produzem [...]” (GRAMSCI, 1978, 38), a identidade pescadora, que também é fruto dessas transformações, não poderia estar a se formar de modo estático como se de fato resultasse única e exclusivamente apenas do conjunto de saber empíricos que é produzido e, portanto, gerado no trabalho da pesca. Para, além disso, a identidade pescadora dos jovens que realizaram o curso Técnico de Aquicultura no CIEBT-Cametá, é aquela que se formando a partir do resultado dos diversos processos de interações estabelecidas entre esses sujeitos e os ambientes outros com o qual se relacionam, vai se estruturando enquanto produto de um movimento de acumulação de múltiplas experiências e aprendizados, e, portanto, não se constituindo de modo imutável, mas resultando sim das concretas relações sociais dos sujeitos pescadores com o mundo, sendo que, nessas relações é que novos conhecimentos são produzidos, adquiridos e, conseqüentemente, incorporados e reconfigurados, o que faz se evidenciar que, se no processo de vida real os jovens que pescam estão a se modificar e se transformar a medida que seu conjunto de conhecimentos, experiências e aprendizados se ampliam, também é nesse mesmo movimento que seus complexos processos de identificação e reconhecimento se alteram (DUBAT, 2009).

Sobre as transformações que os sujeitos jovens que hoje pescam estão a sofrer, bem como as modificações que em decorrência de tais transformações a identidade pescadora desses sujeitos estar a assumir, assim comenta o Jovem (A. A. R, 24 anos):

Eu, quando eu penso como era o meu comportamento a algum tempo atrás e quando eu olho hoje pro meu presente, eu vejo quanta coisa mudou em mim, quantas coisas que eu fazia errada na minha profissão, que hoje, por eu ter estudado, por eu ter aprendido outros conhecimento, por eu ter adquirido outras pratica, eu posso fazer certo [...]. Hoje eu te falo que eu sou um pescador consciente, uma pessoa diferente na minha profissão [...] e eu reconheço que muito dessa consciência que hoje eu tenho no meu trabalho foi devido a esses conhecimento que eu aprendi lá no curso.

Do ponto de vista da transformação humana, diríamos, a partir das colocações acima feitas pelo Jovem (A. A. R, 24 anos), que esse sujeito não apenas se percebe hoje como um ser mais consciente e, portanto, com atitudes e ações diferentes das atitudes e ações

anteriormente adotadas por ele no trabalho da pesca, mas também, que essas transformações muito se devem aos conhecimentos e práticas que no curso de pesca outrora realizado, foram construídos e que hoje lhes permitiram a ação da transformação de suas ações e, portanto, de si mesmo. Também há de se considerar da fala acima; ainda com relação aos conhecimentos e práticas adquiridos pelos jovens informante no curso de Aquicultura a importância que esses sujeitos atribuem a esses (conhecimentos e práticas) como sendo os responsáveis pela tomada de consciência que o faz se reconhecer como um trabalhador da pesca “diferente” em sua profissão, o que evidencia que, do ponto de vista da formação da identidade pescadora, a obtenção desses conhecimentos e práticas relacionados ao exercício da pesca, também vai permitindo aqueles que realizaram o curso de Aquicultura perceberem-se como sujeitos pertencentes a um ofício em comum, que é a pesca, em oposição a ofícios outros, diferentes. A esse respeito, Rodrigues (2012, p. 139b) comenta que; a construção de novos conhecimentos e práticas,

[...] relacionados ao exercício do trabalho dos pescadores possibilita a [...] formação identitária de sujeitos que desenvolvem um tipo especial de ofício em oposição a ofícios desempenhados por contingentes outros de trabalhadores, o que lhes permite perceberem-se como semelhantes a partir do que fazem.

É percebendo-se como sujeitos semelhantes a partir do que fazem que a afirmação feita a seguir pelo Jovem (B.C.A.R, 27 anos), corrobora para entendermos que a formação da identidade pescadora nos jovens pescadores que realizaram o curso técnico de Aquicultura no CIEBT-Cametá

[...] ela sofreu sim modificações. Não vou [...] dizer que antes da gente fazer o curso a gente não era nem menos, nem mais pescador, porque a gente já pescava, a gente já sabia pescar, a gente já se via como pescador. Mas com o curso, a nossa maneira de ver a pesca ela mudou sim [...], o nosso trabalho, depois que a gente passou a usar os novos conhecimentos, e também as novas práticas e as novas técnicas lá do curso, ele ficou diferente [...] ficou modificado, hoje eu me entendo como pescador pelo que eu sabia antes [mas também] pelo que eu aprendi depois lá no curso.

Tomando os jovens pescadores enquanto sujeitos que compreendem e reconhecem as transformações que o curso técnico em Aquicultura trouxe para suas práticas e, conseqüentemente, para as suas vidas, diríamos que, no que tange a identidade desses sujeitos, essa, enquanto resultado das interações que vão sendo estabelecidas entre aqueles (os jovens)

e os diversos ambientes com os quais interagem¹⁵, vai se formando por meio de um processo complexo de amalgamação de conhecimentos sistematizados e saberes empíricos tradicionais; técnicas científicas e macetes artesanais; aprendizados teóricos e práticas empíricas, que postos em ação na sempre tentativa de amenização das durezas de um trabalho que não raras vezes tende a lhes fragilizar física e humanamente, vai consolidando marcas, características e qualidades, que em seus processos interacionais junto a outros pescadores, vai fazendo com que reconheçam que o domínio de um conjunto de conhecimentos outrora adquiridos em um espaço outro diferente do ambiente onde o trabalho da pesca se efetiva, hoje é o que lhes permite materializar pescas bem sucedidas e, conseqüentemente, que se identifique como pescadores “[...] *as vezes até mais que outro pescador [...]*,” como nos relato o Jovem J.A.F (23 anos):

Olha, do meu ver, hoje eu me reconheço como pescador as vezes até mais que outro pescador, porque com a qualificação que eu tive pro meu trabalho no curso de Aquicultura, têm assim; noções, tem técnicas, tem macete, como já te falei, que tem que eu uso de um jeito que tem outros pescador que não sabe usar porque não foi fazer o curso. É conhecimento assim, que transforma a minha maneira de pescar que as vezes o pessoal lá da boca do rio fala: – mais Míza tu tem sorte pra pegar peixe – e eu falo: – não é sorte, é que as vezes eu uso uns conhecimentos meus do curso que eu fiz, que me ajuda no meu trabalho, que faz a diferença pra mim [...].

No que diz respeito as atribuições feitas pelo Jovem J.A.F (23 anos) ao curso de Aquicultura como sendo uma qualificação que o permite se auto reconhecer, ou seja, se auto identificar como pescador “[...] *as vezes até mais que outro pescador [...]*”¹⁶, valido é aqui destacar que o que estar por trás dessas atribuições, não é o simples fato desse sujeito ter feito o curso de Aquicultura e a ele (ao curso) atribuir todos os sucessos e insucessos que por ventura venha a ter nas atividades cotidianas da pesca. Para, além disso, o que a fala destacada acima está a revelar é que as atribuições feitas são fruto sim do uso corrente de um conjunto de conhecimentos e práticas cientificamente construídas e acumuladas em uma instituição formal de ensino, e que, posteriormente adquiridas por sujeitos pescadores, como no caso dos jovens aqui pesquisados, são aplicados no processo tradicional do trabalho da pesca, o que vai lhes permitindo materializar pescarias bem sucedidas que do ponto de vista do auto

¹⁵ No caso da presente pesquisa, em especial os ambientes formados pelos rios onde a pesca e, conseqüentemente, os saberes se desenvolvem, e os espaços formais de educação onde adquirem os conhecimentos, práticas e técnicas diferentes dos saberes.

¹⁶ Jovem J.A.F (23 anos).

reconhecimento como sujeitos da pesca, vai lhes possibilitando a construção de um processo de auto identificação do se sentir pescador “[...] as vezes até mais que outro pescador [...]”¹⁷.

[...] as vezes o pessoal lá da boca do rio fala: – mais Miza tu tem sorte pra pegar peixe – e eu falo: – não é sorte, é que as vezes eu uso uns conhecimentos meus do curso que eu fiz, que me ajuda no meu trabalho, que faz a diferença pra mim [...].

Enfim, tomando todos os depoimentos até aqui expostos, o que se está a observar é que hoje são vários os conhecimentos e as práticas adquiridas no curso de Aquicultura e usados pelos jovens que o fizeram, no trabalho artesanal da pesca, o que demonstra que esse conjunto de conhecimentos aqui relacionados, cada vez mais estão a ser fazer presentes no cotidiano prático-laboral desses sujeitos reorganizando-lhes a forma de trabalhar e, conseqüentemente, a identidade que a partir desse trabalho surge.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a formação da identidade pescadora de jovens trabalhadores da pesca que realizaram o curso técnico de Aquicultura no CIEBT-Cametá-Pa é uma prática que já de início nos permite entender o fenômeno da identidade não enquanto objeto estático e imutável, mas sim enquanto fenômeno que se realiza como produto de múltiplas determinações que vão influenciando e transformando os sujeitos e suas subjetividades.

Tomar a identidade pescadora a partir desse viés é considerar que essa pode ser explicada a partir de um conjunto de relações sociais que hoje os jovens da pescarias de Cametá-Pa mantêm com o mundo que os cerca, o que pode nos possibilitar a entender as identidades de gênero, de idade, de etnia, de cultura, a subjetividade e quantas outras possa ser privilegiadas nas discussões atuais, no processo de transformação da sociedade – relacionadas e submetidas à identidade de classe e marcada constituindo-se assim em um palco de disputas [...] (BOGO, 2010).

Observando o fenômeno da identidade enquanto espaço de disputa, não se pode negar que hoje os intercâmbios que os jovens pescadores estabelecem com o mundo que os cerca vem sofrendo influências de um conjunto de forças determinadas pela classe do capital que

¹⁷ Idem.

vem desvalorizando o trabalho, a educação, a cultura, o lazer, ou qualquer outra forma de interação que sirva para identificar os jovens que mantêm uma relação com o mundo do trabalho da pesca, o que revela, por um lado, que esses jovens estão imersos na negação produzida pelo capital, e, por outro, que a identidade desses sujeitos, pode ser entendida a partir do movimento das contradições presentes em todas as coisas (BOGO, 2010).

É assim, buscando nas condições e produções materiais as quais os jovens estão envolvidos, que teceremos os esforços necessários para apreendermos, a partir dos movimentos do real, as vias pelas quais hoje a formação da identidade pescadora está a se construir na juventude pescadora de Cametá-Pa. Para tanto, partimos do princípio de que a identidade pescadora não se forma única e exclusivamente a partir das relações imediatas que são estabelecidas entre os jovens pescadores de Cametá e o mundo do trabalho da pesca, mas que, para além dessa relação, hoje a identidade pescadora pode estar também incorporando outros elementos como os conhecimentos do curso técnico de Aquicultura que esses sujeitos, após concluírem o ensino médio, buscam.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Marcus de Lima; ALVES, João Paulo da Conceição. **Juventude, trabalho e educação: questões de diversidade e classe das juventudes na Amazônia**. In: VI Seminário Luso- brasileiro educação, trabalho e movimentos sociais. 2013, Lisboa. **Atas...** Lisboa, Universidade de Lisboa, 2013. p, 246- 258.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classe**. 2ª ed.- São Paulo: expressão popular, 2010.

CRIVELLAR, helena. Qualificação formal, qualificação real. In: FIDALGO, Fernando e MACHADO, Lucília. **Dicionário de Formação Profissional**. NETE – Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação: Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://www.iiep.org.br/modulos/mod001/docs/definicoes.pdf>. Acessado em: 23 jan de 2016.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. Serviço Social da Indústria (SESI), n. 30, 25-39, 1999. Disponível em: http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf. Acessado em:09 nov de 2014.

DUBAT, C. **La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles**. Paris: Armand Collin, 1991.



ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** – [Tradução B. A. Schumann]. – São Paulo: Boitempo, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados ou em suspenso. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio... [et al.] (Org.). Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. -6. ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

JUVENTUDE com vida provisória e em suspenso. Direção de Lara Frigotto. Coordenação de Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: Arissas multimídias, 2009. 1 DVD (49min 16s), Ntsc, son., color.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. V.1.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes do trabalho da pesca e identidade de juventude do município de Cametá – Nordeste da Amazônia paraense.** Projeto de pesquisa aprovado no Conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico- CNPQ. Cametá-Pará, 2012a.

Rodrigues, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 Cametá/ Pará, 2012.** Tese (Doutorado em educação)-Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém. 2012b

SALOMON, Délcio Vieira. **A maravilhosa incerteza: ensaio de metodologia dialética sobre problematização no processo do pensar, pesquisar e criar.** São Paulo: Martins Fonte, 2000.

SILVA, Jamerson Antônio de Almeida da. As especificidades das políticas de qualificação profissional para a juventude. In: OLIVEIRA, Ramon de (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1985.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

THE YOUNG FISHERS OF THE TECHNICAL COURSE IN AQUACULTURE OF CIEBT-CAMETÁ: WORK, SCIENTIFIC TECHNICAL KNOWLEDGE AND FISHER IDENTITY FORMATION

***Abstract:** This article analyzes the relationship between work, technical knowledge of the Aquaculture course offered by the Integrated Center of Education of Baixo Tocantins (CIEBT - Cametá) and the formation of the fishing identity in young fishermen from Cametá - Pa. Methodologically, semi-structured interviews (THIOLLENT, 1985) were carried out together with 6 (six) young people, having as a decisive criterion for the choice of these the condition of being graduates of the Aquaculture technical course and nowadays keep connected to the world of fishing work. For analysis of the data epistemologically we are guided in historical-dialectical materialism (MARX, 2008). As a result, the empirical data showed that: a) the fisher youth, understanding the work of fishing as an activity of a difficult, difficult and demanding nature, sought in the course of Aquaculture other alternatives that could enable them to transform the sacrifices and the hardness of this work, while thus acquiring the new knowledge and practices in the course, were transforming not only the work they performed in common, but also their own ways of recognizing and identifying, which revealed that these subjects b) no longer are recognizing themselves as fishermen solely and exclusively from the knowledges that they empirically built in the daily deal with fishing, but also, from the set of knowledge and practices, acquired in the Aquaculture technical course, are now present in their activities, modifying and transforming their work processes and, consequently, their subjectivities and identities.*

***Key words:** Youth fisherman. Knowledge of Aquaculture course. Formation of Identity.*

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NO MESTRADO PROFISSIONAL: CONCEITOS, PRÁTICAS E CAPACIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO OS MESTRANDOS

QUARESMA, Adilene Gonçalves¹ - e-mail: adilene.quaresma@prof.una.br
Centro Universitário UMA – Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local
Rua Guajajaras, n. 175, Centro
CEP: 30.180-100 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

GOBIRA, Ari Silva² - e-mail: arigobira@gmail.com
Centro Universitário UMA – Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local
Rua Guajajaras, n. 175, Centro
CEP: 30.180-100 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

PRADO, Eva³ - e-mail: eva.prado2010@hotmail.com
Centro Universitário UMA – Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local
Rua Guajajaras, n. 175, Centro
CEP: 30.180-100 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

RESUMO: *A interdisciplinaridade e a interprofissionalidade têm por objetivo a integração das áreas de conhecimento e dos profissionais, respectivamente, e constituem-se como categorias epistemológicas e pedagógicas a partir de 1960, demandadas pelo mundo do trabalho e, posteriormente, pela educação. A partir de 2008 constitui-se em área da Capes que reúne diversos Programas de pós-graduação acadêmicos e profissionais. Atualmente, constituem-se como princípios pedagógicos que orientam a educação básica e superior na tentativa de melhorar a qualidade da formação, principalmente, para o trabalho. Nesse sentido, o texto analisa a contribuição dessas categorias para a formação profissional. A pesquisa da qual originou o artigo constituiu-se de uma pesquisa qualiquantitativa, cujo instrumento para coleta de dados foi entrevista semi-estruturada com os alunos do Programa pesquisado e objetivou identificar a contribuição da interdisciplinaridade para a formação profissional. Considera-se que as práticas interdisciplinares desenvolvidas no Programa, na*

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA

³ Bolsista de Iniciação Científica e aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNA

visão dos alunos, têm contribuído para o desenvolvimento de capacidades de interagir, dialogar com áreas diferentes, trocar experiências, abrir-se ao novo, coletivizar, escutar, partilhar, contextualizar, relacionar teoria e prática, bem como o diálogo entre conhecimentos e profissionais de diferentes campos de estudo e de trabalho, preparando os futuros profissionais e mestres para uma ação mais interativa, reflexiva e ativa no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: *Mestrado Profissional. Interdisciplinaridade. Interprofissionalidade.*

INTRODUÇÃO

Existem três vertentes de análise e interpretação da interdisciplinaridade. Uma humanista, que orienta-se na defesa de que a realização de um diálogo ecumênico e reflexivo entre as várias áreas do conhecimento precisa de uma mudança de espírito dos sujeitos envolvidos no empreendimento interdisciplinar. Isso indica que a interdisciplinaridade depende de mudança de postura. A vertente da complexidade, que defende diferentes propostas de integração disciplinar com base na incorporação da temática da complexidade e da perspectiva sistêmica. E a vertente social-crítica, que considera a dimensão histórica e social da produção do conhecimento subordinada ao capitalismo, tomando por referência a perspectiva marxiana de análise da realidade (MANGINI; MIOTO, 2009).

Assim, com base nas discussões de Marx (2010), nos Manuscritos econômico-filosóficos, sobre a unidade entre as ciências da natureza e do homem, nas discussões da vertente da complexidade e da vertente social-crítica, serão analisadas a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade, como categorias epistemológicas e pedagógicas necessárias para a formação profissional na perspectiva da formação humana integral.

No mundo do trabalho e na educação, a interdisciplinaridade, a partir de 1960, torna-se objeto de pesquisa e interesse de pesquisadores e empresários. A partir de 2008 constitui-se em área da Capes que reúne diversos Programas de pós-graduação acadêmicos e profissionais. Já a Interprofissionalidade é categoria presente na área da saúde e aparece como Educação Interprofissional tendo em vista o trabalho interprofissional no contexto da política de atenção integral à saúde. Sendo assim, defende-se nesse artigo que essas categorias são necessárias

para a formação profissional em todos os ramos, tendo em vista a complexidade do mundo do trabalho e da sociedade atualmente.

A pesquisa da qual esse artigo resultou insere-se no grupo de pesquisa sobre os Processos Pedagógicos na Educação Profissional, do Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una, com o título: “A interdisciplinaridade no contexto do mestrado profissional: estudo de caso da experiência do Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una – as práticas educativas interdisciplinares e a formação para o trabalho” e foi desenvolvida em duas etapas: a primeira, de 2014 a 2015, analisou as práticas interdisciplinares desenvolvidas no Programa e qual a avaliação dos alunos sobre as mesmas.

A segunda, desenvolvida de 2015 a 2016, analisou a contribuição dessas práticas para a formação profissional. Esse artigo apresenta os dados dessa segunda etapa.

O texto está estruturado em torno de três eixos centrais. O primeiro discute os conceitos de interdisciplinaridade e interprofissionalidade e seus sentidos para os cursos de mestrado profissional; o segundo discute os conceitos de interdisciplinaridade e interprofissionalidade a partir das discussões de Marx (2010) sobre a integração das Ciências do Homem com as Ciências da Natureza, bem como da interdisciplinaridade contida nos Complexos Temáticos de Pistrak (1988 e 2009) e o terceiro apresenta os dados da pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una. Considera-se que as práticas interdisciplinares desenvolvidas no Programa, na visão dos alunos, têm contribuído para o desenvolvimento de capacidades que permitem estabelecer relação entre teoria e prática, conhecimento e mundo do trabalho, bem como o diálogo entre conhecimentos e profissionais de diferentes campos de estudo e de trabalho.

1 INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NO MESTRADO PROFISSIONAL

O mestrado profissional constitui-se, em uma pós-graduação *stricto sensu*, instituída pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por meio da Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995.

Os mestrados profissionais desenvolvem-se na pós-graduação brasileira a partir da década de 1960, após a promulgação da Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1965, com o Parecer nº 977/65, de relatoria do Conselheiro Professor Newton Sucupira, surgiu, no Brasil, a distinção da natureza e dos fins das pós-graduações, levando à regulamentação da letra b do Art. 69 da referida lei e à organização da expansão desses cursos.

Para a Capes, em texto sobre Parâmetros para análise de projetos de mestrado profissional, de 2002, os mestrados profissionais devem promover a integração entre teoria e aplicação, conhecimento e prática técnico-profissional; ser demanda preferencial do interesse comum de setores acadêmicos e não-acadêmicos; ser iniciativa de instituição qualificada para oferecer curso profissional que contribua para o desenvolvimento ou a indução do surgimento de campos de atividade profissional e ter sua implantação e desenvolvimento respaldados em esquema de atividade comum entre a instituição proponente e os setores profissionais não-acadêmicos relacionados com as áreas do curso (BRASIL, 2005b).

Assim, elementos centrais no mestrado profissional são a integração entre teoria e aplicação; o seu potencial formador de profissionais qualificados teórico e tecnicamente para a atuação profissional e a promoção do desenvolvimento e indução de surgimento de novas atividades profissionais que considerem as demandas dos setores acadêmicos e não acadêmicos de cada localidade. O mestrado profissional, nessa perspectiva, exige uma integração da formação teórica com as demandas do mundo do trabalho, bem como com as necessidades de inovação postas pelo desenvolvimento social e econômico atuais. Para Quelhas, Faria Filho e França (2005):

O mestrado profissional constitui oportunidade de maior aproximação entre os trabalhos conduzidos pela universidade às demandas espontâneas ou induzidas pela própria universidade existentes no campo social e profissional, demandas por soluções tecnológicas, sociais e, em geral, estruturadoras do conhecimento nas atividades profissionais. Apresenta uma dimensão voltada à horizontalidade e verticalização do conhecimento e assim vital para as atuais necessidades do Brasil (QUELHAS; FARIA FILHO; FRANÇA, 2005, p.98).

Outra questão importante é a validade do mestrado profissional com ênfase no processo de capacitação para a atuação em instituições sociais. Para Feltes e Baltar (2005, p.74), “a qualificação dos profissionais que atuam em diferentes áreas de conhecimento é uma exigência tanto mercadológica quanto social em sentido amplo”.

Segundo Giuliani (2010, p. 99), “o mestrado profissional vem surgindo em áreas das mais diferentes naturezas”. Esse é outro aspecto importante nessa expansão do mestrado profissional. Há uma variedade de cursos de mestrado profissional, e essa variedade agrega duas características importantes: o potencial local, ou seja, cursos que atendem a demandas, necessidades locais e o potencial pragmático, prático, aplicado, ou seja, os cursos se voltam para necessidades reais de uma determinada área de conhecimento na qual há necessidade de aplicar conhecimentos científicos, sociais, culturais e tecnológicos para a solução de problemas. O que justifica o fato de que, além da dissertação, no mestrado profissional o mestrando tem que apresentar um produto técnico.

Mas qual é a relação entre interdisciplinaridade, interprofissionalidade e formação profissional? Qual a contribuição dessas categorias para a formação em um mestrado profissional? Primeiramente, um dos objetivos do mestrado profissional é a integração entre teoria e aplicação, conhecimento e prática técnico-profissional; além de buscar soluções tecnológicas, sociais e, em geral, estruturadoras do conhecimento nas atividades profissionais, tendo em vista resolver os problemas presentes, bem como as demandas constantes do mundo do trabalho e da vida. Outro elemento, já citado por Quelhas; Faria Filho e França (2005, p.98) “[...] é a horizontalidade e verticalização do conhecimento e assim vital para as atuais necessidades do Brasil”, ou seja, defende-se que práticas educativas que tomem por referência a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade possibilitam a formação de profissionais com condições de ajudar na solução dos grandes problemas presentes na sociedade em geral, uma vez que esses assumem uma complexidade tal que exigem a integração de conhecimentos e ações de diversas áreas profissionais. Além disso, como se verá a seguir, a integração das áreas de conhecimento já foram propostas por Marx nos Manuscritos Econômico-filosóficos.

Assim, esse princípio da integração das áreas de conhecimento não é nada novo, como alguns imaginam, e no mestrado profissional, ele possibilita a integração da formação ao mundo do trabalho e da vida em geral, bem como o diálogo com os conhecimentos de diversas áreas e entre os diversos profissionais.

Outro aspecto relevante e que dá sentido às categorias interdisciplinaridade e interprofissionalidade no mestrado profissional é a exigência do produto técnico, ou seja, pensar um produto técnico como resultado de uma pesquisa, exige pensar que ele será utilizado e por sujeitos diferentes. Nesse sentido, a escuta, o diálogo e a construção do mesmo pressupõe a integração de conhecimentos, saberes, culturas, tecnologias, etc. Isso

impõe postura de abertura e diálogo constantes entre mestrandos, pesquisadores e comunidade, sociedade em geral.

2 INTERDISCIPLINARIDADE E INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS HOMENS A PARTIR DE MARX, NOS COMPLEXOS TEMÁTICOS DE PISTRAK E NA PERSPECTIVA SOCIAL-CRÍTICA

No Complemento ao Caderno II, página XXXIX, Propriedade Privada e Comunismo nos Manuscritos Econômico-filosóficos, Marx (2010, p.112), assim fala sobre a *Ciência natural do homem*:

A história mesma é uma parte *efetiva da história natural*, do devir da natureza até o homem. Tanto a ciência natural subsumirá mais tarde precisamente a ciência do homem quanto a ciência do homem subsumirá sob si a ciência natural: será uma ciência. IIXI O homem é o objeto imediato da ciência natural; pois a *natureza sensível* imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), imediatamente como o homem *outro* existindo para ele; pois sua própria sensibilidade primeiramente existe por intermédio do outro homem enquanto sensibilidade humana para ele mesmo. Mas a *natureza* é o objeto imediato da *ciência do homem*. O primeiro objeto do homem - o homem - é natureza, sensibilidade, e as forças essenciais humanas sensíveis particulares; tal como encontram apenas em objetos *naturais* sua efetivação objetiva, [essas forças essenciais humanas] podem encontrar apenas na ciência do ser natural em geral seu conhecimento de si. O elemento do próprio pensar, o elemento da externalização de vida do pensamento, a linguagem, é de natureza sensível. A efetividade social da natureza e a ciência natural humana ou a ciência natural do homem são expressões idênticas. (MARX, 2010, p.112) (grifos do autor).

Marx (2010) parte do entendimento de história como o devir da natureza até o homem e da humanização dessa natureza pelo homem para iniciar sua ideia de integração entre homem e natureza e, posteriormente, dizer sobre a integração da ciência da natureza com a ciência do homem, ou seja, ciência natural do homem.

Além disso, diz que o primeiro objeto do homem, o próprio homem, é natureza, é sensibilidade e somente uma ciência do ser natural em geral pode promover o conhecimento desse homem natureza em si. Acresce aqui, como elemento importante também, a linguagem como externalização do pensamento e necessária nesse processo de integração.

Portanto, há nessa discussão de Marx sobre a integração da ciência da natureza com a ciência do homem a perspectiva da integração dos conhecimentos e a necessidade da formação do ser total, omnilateral, objetivo e subjetivo, social, provido de sentidos e de sentimentos: "Pois não só os cinco sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), numa palavra o

sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do *seu* objeto, pela natureza *humanizada* (MARX, 2010,p.110)."

A partir de Marx, a integração das áreas de conhecimento através do Complexo Temático é colocada em prática pela primeira experiência de educação socialista, após a Revolução Russa de 1917, por Pistrak (1981 e 2009), ou seja: “os alunos devem ter uma clara compreensão das regularidades da história em suas manifestações concretas (troca de formas econômicas, desenvolvimento das forças produtivas, luta de classes, etc.) à luz da compreensão marxista” (PISTRAK, 2009, p. 411). Daí que o Complexo Temático não é apenas uma forma de organizar os conhecimentos, mas “um sistema que garante uma compreensão da realidade atual de acordo com o método dialético” (PISTRAK,1981, p. 106), pois os conhecimentos são reunidos a partir de um tema, complexo e, de forma integrada, estes estabelecem relação, de forma contextualizada e problematizada com a realidade. São três os grandes complexos: *Natureza e o Homem*, *O trabalho* e *A sociedade* e a partir deles as disciplinas são integradas. Em relação ao complexo trabalho, por exemplo, segundo Pistrak (1981), este deve ser introduzido na escola “[...]como um elemento de importância social e sociopedagógica destinado a unificar em torno de si todo o processo de educação e formação” (PISTRAK, 1981, p. 42). Ao Complexo Temático articulam-se as categorias “atualidade” e “auto-organização ou autogestão”, sendo a atualidade o contexto presente, com todas as suas contradições. A categoria autogestão compreende a coletividade e a auto-organização, que se dão no viver e organizar-se coletivamente. Assim, a integração se dá a partir dos complexos e das categorias "atualidade" e "autogestão".

A vertente social-crítica aponta para a análise da dimensão histórica e social da produção do conhecimento com base na perspectiva marxista, que diz estar a ciência moderna subordinada à lógica da divisão social e técnico-científica do trabalho no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a interdisciplinaridade para essa vertente é uma necessidade, mas também e, sobretudo, um problema (MANGINI; MIOTO, 2009). É um problema não somente no que tange à sua concretização, mas também, pela apropriação do conceito por outras vertentes, ou seja, a humanista e a da Teoria da Complexidade.

Assim, para Frigotto (1995, p.26), a interdisciplinaridade se coloca pela forma a partir da qual o ser humano produz enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social: “[...]funda-se no caráter dialético da realidade social, pelo princípio da contradição, pelo qual a realidade pode ser percebida, ao mesmo tempo, como una e diversa.” Para Moacir Gadotti

(2004), a interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. Para isso, integrar conteúdos não seria suficiente. Será preciso, como sustenta Fazenda (1979), uma atitude, isto é, postura interdisciplinar. Atitude de busca, envolvimento, compromisso, e reciprocidade diante do conhecimento. Já para Morin (2005, p.176-177): "A ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre as disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional."

Ou seja, para a teoria da complexidade o que se coloca é a necessidade de articular as disciplinas, as categorias e os conhecimentos e compreender o ser humano como biológicosociocultural, pois os conhecimentos e a realidade são incompletos e incertos.

Segundo Japiassu (1976, p.74), "a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa." Não basta a integração das disciplinas, faz-se necessária a troca entre os especialistas, entre os profissionais.

É na perspectiva da integração dos profissionais que a interprofissionalidade aparece. Ela compreende a integração de práticas profissionais tendo em vista dar respostas mais eficientes, eficazes e rápidas às demandas do trabalho. Segundo D'Amour e Oandasan (2005, citado por ARAÚJO E GALIMBERTTI, s.d. 467), "a interprofissionalidade é uma resposta para as práticas de saúde fragmentadas, sendo desenvolvida através da prática coesa entre profissionais de diferentes disciplinas com foco nas necessidades do usuário, da família e da comunidade." Na área da saúde constitui-se como Educação Interprofissional (EIP) que "é definida como o aprendizado que acontece quando duas ou mais profissões aprendem sobre, com e entre si, de forma a melhorar a colaboração e os resultados na saúde (OMS 2010, *apud* GERMANI ET AL, s.a. p.3).

A Educação Interprofissional como o trabalho interprofissional requerem a cooperação interprofissional que segundo D'Amour e Col. (2005 *citado por* MATUDA, AGUIAR E FRAZÃO, 2013, p.179): "A cooperação interprofissional pode ser definida como o conjunto de relações e interações que acontecem entre profissionais que trabalham juntos, no âmbito de equipes de saúde. É um processo complexo, de múltiplos determinantes, voluntário e dinâmico, que implica constante negociação."

As discussões na área da saúde sobre a educação e a colaboração interprofissional tiveram início na primeira metade do século XX, mas é na década de 1970 que, seguindo a mesma direção das discussões sobre a Atenção Primária à Saúde (APS), a Organização Mundial da Saúde (OMS) "passa a considerar a educação interdisciplinar como estratégia complementar aos programas tradicionais de ensino na formação dos profissionais de saúde (OANDASAN E COL., 2004 *citado por* MATUDA; LUCENA E FRAZÃO, 2013, p.176)."

Porém, na prática, segundo Peduzzi et al (2015, p.8), as oportunidades formais e informais de EIP no Brasil são raras, "por exemplo, entre os 197 cursos de medicina (42% públicos e 58% privados) e os 883 cursos de enfermagem (16% públicos e 84% privados)" e apenas uma universidade pública implementou um currículo integrado com base na EIP e apenas alguns poucos cursos promovem práticas interprofissionais (PEDUZZI *et al*, 2015).

Porém, percebe-se que as práticas interdisciplinares e interprofissionais agregam capacidades necessárias para os profissionais dos diversos ramos tendo em vista o trabalho eficiente, com compromisso e responsabilidade social. Na cooperação interprofissional, por exemplo, algumas capacidades e conceitos são necessários, por exemplo:

Em revisão de literatura, D'Amour e colaboradores (2005) identificaram termos relativos à definição do conceito de cooperação interprofissional, classificados de acordo com as seguintes palavras-chave: (1) partilha (*sharing*), descrita como divisões de responsabilidades, compartilhamento de tomada de decisão; (2) parceria (*partnership*), referindo-se a relações de afinidade, comunicação aberta, respeito e confiança mútuos; (3) interdependência (*interdependency*), mútua dependência, participação de cada profissional nos projetos terapêuticos; e (4) poder (*power*), empoderamento de cada integrante, que tem seu poder/valor reconhecido pela equipe (MATUDA; LUCENA E FRAZÃO, 2013, p.179).

Esses conceitos e capacidades, tendo em vista a complexidade do mundo do trabalho e da vida atualmente e na vivência da Educação e do Trabalho Interprofissional, exigem estratégias e práticas pedagógicas para serem adquiridas. Na apresentação dos dados da pesquisa de campo, os entrevistados falam sobre a importância dessas e de outras para a formação profissional.

3 A INTERDISCIPLINARIDADE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA possui uma única área de concentração (Inovações Sociais e



Desenvolvimento Local), que objetiva produzir conhecimentos, intervenção e formar profissionais com capacidade de desenvolver ações sociais inovadoras nos campos da educação e da gestão social comprometidas com o desenvolvimento local e com a inovação social. A esta área de concentração se integram duas linhas de pesquisa: Gestão Social e Desenvolvimento Local e Educação e Desenvolvimento Local.

Por ser interdisciplinar e profissional, além de conter corpo docente e discente de diversas áreas de conhecimento, o Programa desenvolve práticas interdisciplinares na tentativa de promover a integração dos conhecimentos e das experiências diversificadas desses docentes e discentes, bem como desses com a realidade da vida e do mundo do trabalho dos mestrandos e futuros mestres e profissionais. As práticas interdisciplinares desenvolvidas no Programa compreendem: Docência Compartilhada, na qual 2 ou 3 professores ministram conjuntamente uma disciplina ou com divisão de conteúdos da disciplina e com encontros de todos os professores com a turma no início, no meio e/ou no final da disciplina; Atividade de Campo Interdisciplinar: a atividade de campo interdisciplinar compreende estratégia didática de processos de ensino-aprendizagem, realizada por professores e acadêmicos no local onde o fenômeno estudado ocorre. A interdisciplinaridade nessa atividade consiste no diálogo e integração dos conhecimentos da(s) disciplina(s) e destas para com a realidade contextualizada, analisada e visitada. Os objetivos são contextualizar conteúdos estudados em disciplinas; desenvolver a capacidade de observação e do senso crítico; integrar as práticas sociais à atividade acadêmica; formar atitudes como o senso de responsabilidade, cooperação, diálogo e trabalho em equipe; desenvolver habilidades de coleta, sistematização e análise de dados; desenvolver a capacidade de trabalhar com modelos analíticos e conceitos para compreensão das realidades observadas, especialmente por meio da prática interdisciplinar; desenvolver habilidades relacionadas aos procedimentos metodológicos adequados à pesquisa científica; possibilitar a troca de ideias e de experiências entre os participantes do ambiente acadêmico e entre esses e os locais visitados. Os locais podem ser uma comunidade, espaço público ou privado, associação de moradores, acampamento e/ou assentamento, ocupação urbana, dentre outros. Esta atividade é desenvolvida pela disciplina de Fundamentos da Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (disciplina obrigatória), ministrada por 3 professoras e a visita, no primeiro semestre de 2015, foi à Vila Itaú, em Contagem - MG, na qual os moradores se encontram em disputa com o poder público pela permanência e posse do terreno de suas casas. No primeiro semestre de 2016 foi na Ocupação Rosa Leão que está

localizada na região da Isidora, vetor norte de Belo Horizonte, que faz fronteira com o município de Santa Luzia. Esta ocupação teve início em 13 de abril de 2013.

Seminário Temático Interdisciplinar que compreende a realização de seminário sobre problema, tema ou atividade que envolve duas ou mais disciplinas. O Seminário Temático Interdisciplinar fortalece a interdisciplinaridade, pois parte de um tema, atividade ou problema único de interesse de duas ou mais disciplinas que buscam fundamentação e voltam seus olhares diferenciados para um mesmo tema, objeto de estudo ou problema; proporciona a diversidade de interpretações dos docentes e dos discentes. Segue a apresentação e análise dos dados segundo cada categoria de análise.

3.1 As capacidades desenvolvidas segundo os mestrandos a partir das práticas interdisciplinares

A pergunta que orientou as entrevistas em torno da categoria 1, foi: Explique como as práticas interdisciplinares contribuem para a aquisição de cada uma dessas capacidades e aprendizagens e qual a importância delas para a atuação profissional da sua área: 1- Dialogar com outros colegas de outras áreas profissionais; 2- Produzir novos conhecimentos; 3- Integrar os conhecimentos das disciplinas e trocas de conhecimentos e experiências com os colegas de outras áreas; 4- Desenvolver relações interpessoais positivas e 5- Contextualizar os conhecimentos adquiridos na realidade observada.

A partir dessa questão, os dados das entrevistas foram organizados em duas categorias de análise: Categoria 1 Contribuição das práticas interdisciplinares para o exercício profissional e Categoria 2 Contribuição para o processo formativo e para a vida pessoal.

É importante esclarecer, também, que as capacidades acima apresentadas que compõe a pergunta, foram apresentadas pelos mestrandos quando responderam ao questionário aplicado na primeira etapa da pesquisa que objetivou avaliar as práticas interdisciplinares desenvolvidas. Nessa segunda fase o que se buscou foi verificar como essas capacidades, apresentadas por eles, contribuem para a formação profissional e para a vida dos mestrandos. Segue a apresentação e análise dos dados:

CATEGORIA 1 - Contribuição das práticas interdisciplinares para o exercício profissional

Todos os entrevistados disseram que as práticas interdisciplinares contribuíram para a formação profissional e alteraram suas práticas profissionais atuais, como mostram as falas abaixo:

Algumas situações vistas no mestrado me fizeram mudar minha prática na própria docência e algumas metodologias utilizadas em sala de aula, estimulou a escutar o outro que tem uma perspectiva diferente da sua (Entrevistado 3).

A prática interdisciplinar contribuiu tanto para a docência quanto para a clínica em que atuo, pelo olhar mais diverso e compreensivo na atuação profissional que os pacientes levam ao consultório, pois consigo dialogar melhor com os pacientes por trazerem áreas desconhecidas e é necessário entrar nestas áreas para compreendê-las melhor (Entrevistado 2).

Isto eu senti muito na disciplina que estou fazendo agora, desenvolvendo um trabalho em rede que mudou minha forma de atuar como coordenador, e entender que é necessário trabalhar de forma diferenciada com meus alunos, pois entendi que não podia desenvolver uma abordagem de cima para baixo com meus professores, assim também com meus alunos e eu pude perceber que todos têm algo para contribuir, uns mais, outros menos, dependendo da ênfase do evento e durante as aulas do mestrado, enquanto debatíamos os textos, eu mudava meu comportamento e minhas percepções e apliquei muitas coisas no meus grupos particulares, durante a aula mesmo, tentando fazê-los participar juntamente comigo (Entrevistado 10).

Acontece o tempo todo, e faz você pensar muito na sua prática profissional.

As aulas não são só expositivas, eles apresentam os textos antes e lançam para o debate dentro da sala de aula. Na produção de conhecimentos acontece o tempo todo, a partir do momento que você estuda, debate e pensa na sua prática profissional em tudo você vai criando coisas que contribuirão para sua área profissional e no meio acadêmico ex: produção de artigos, dissertações (Entrevistado 12).

Ressalta-se nessas falas a contribuição no que tange à escuta do outro, ao diálogo com o outro que vem de áreas diferentes, desconhecidas, mas necessárias para o exercício profissional.

As práticas interdisciplinares trabalhadas no mestrado me ajudaram muito na prática pedagógica, pois na educação infantil o currículo é um currículo em movimento, então as práticas interdisciplinares estão o tempo todo inseridas neste currículo, no trabalho em todas as linguagens, onde os conteúdos articulam entre si. (Entrevistado 5)

As práticas interdisciplinares trabalhadas no mestrado facilitaram a visão de mundo que eu não tinha, ou seja, ela abriu um campo muito maior que eu posso trabalhar com os meus alunos agregando novos conhecimentos para esse trabalho e a questão de agregar novas disciplinas ajudou à ir além das teorias, mas também à complementação da prática quebrando formalidades que eram totalmente fechadas, e estamos conseguindo trabalhar um pouco mais disso, estamos melhorando a nossa interação e assim, eles estão interagindo melhor. (Entrevistado 6).

Além de facilitar, ampliar a visão de mundo, os entrevistados falam sobre a contribuição das atividades na integração das disciplinas com a prática, quebrando formalidades fechadas, fragmentadas e abrindo para a interação, troca para além da teoria.

No meu trabalho na parte da visão do outro, estou mais aberta para ouvir para modificar práticas minhas através da opinião e da visão do outro, a minha opinião hoje não é a única, tudo passa a ser relativizado. As soluções hoje são conjuntas e todos ficam felizes com isso. (Entrevistado 2)

E após ver no mestrado essa prática eu pude repensar o meu trabalho no meu dia a dia e vi que tudo fica mais gostoso, e a proposta que eu levei à coordenação, foi inserir a geografia no cotidiano desses alunos, e antes eu via as coisas de forma fragmentada e hoje a minha visão mudou, então as práticas interdisciplinares são importantíssima para a atuação no trabalho. (Entrevistado 8).

Aqui, ressalta-se a possibilidade de repensar o trabalho, ouvir a opinião do outro, relativizar e entender que as soluções podem ser construídas conjuntamente. Percebe-se, portanto, que os entrevistados apontaram contribuições das práticas interdisciplinares desenvolvidas no Programa que vão ao encontro das discussões apresentadas pelos teóricos no que se refere à contribuição da interdisciplinaridade e da educação interprofissional para formação profissional, ou seja: escutar o outro, o diferente; dialogar, abrir-se ao novo; partilhar; integrar teoria e prática; interagir; trocar opinião, conhecimento; coletivizar as soluções; não impor sua opinião; entrar nas outras áreas.

CATEGORIA 2 Contribuição para o processo formativo e para a vida pessoal, ou seja:

No mestrado a prática interdisciplinar propicia uma visão mais aberta, tomar consciência de que nada tem apenas uma dimensão, são vários ângulos. Na vida em geral é importante que a gente tenha esta interação [...] (Entrevistado 2).

As práticas interdisciplinares te permite relacionar o conteúdo de diversas áreas, a sua vivência de mundo, a sua concepção de lugar, de onde você fala em relação as coisas tanto a sua formação quanto a sua atuação profissional e também com relação ao cotidiano que permite ter uma integração maior, fazer uma relação entre o que você estuda e a sua prática profissional e sua vivência de mundo e de sua realidade (Entrevistado 3).

Destaca-se aqui o que os entrevistados falam sobre a contribuição das práticas interdisciplinares para a formação escolar e para a vida em geral. Ver todas as dimensões, ângulos do problema, ajuda na formação e na vida pessoal. Nesse sentido, considera-se que, também, as nossas relações interpessoais cotidianas estão pedindo postura mais dialógica, interativa, para além da tolerância, a necessidade de conviver e dialogar com o diferente, o divergente, o estranho.

Nesse sentido, dialogar, interagir, integrar, convergir, consensuar, aproximar, mesmo com diferenças, divergências, são ações importantes na formação e na prática de qualquer profissional atualmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou o resultado da pesquisa realizada em um Programa de Pós-graduação Profissional e Interdisciplinar sobre a contribuição das práticas interdisciplinares desenvolvidas nesse Programa para a formação profissional. Nesse intuito, defendeu que a categoria interdisciplinaridade já estava presente nos Manuscritos Econômico-filosóficos de Marx, quando este defende a integração das Ciências da Natureza com as Ciências dos Homens, bem como em Pistrak através dos Complexos Temáticos.

Ainda na tentativa da fundamentação teórica da temática, apresentou os sentidos para o mestrado profissional de práticas interdisciplinares, uma vez que desse, exige-se preparação de profissionais que estabeleçam integração entre os conhecimentos científicos e as demandas do mundo do trabalho e da sociedade, com caráter inovador, considerando a complexidade dessa sociedade.

No que tange às categorias interdisciplinaridade e interprofissionalidade, mostrou-se que estas ocupam o cenário educativo e profissional desde a década de 1960 e visam contribuir com uma formação e ação profissional mais eficiente, eficaz e responsável no que tange a atender às demandas dos usuários seja do setor de saúde ou dos outros ramos profissionais. Provindas do mundo do trabalho, foram inseridas no ambiente educacional na tentativa de melhorar a formação profissional tendo em vista as demandas atuais da sociedade. Nesse sentido, uma vez que a sociedade contém divergências e contradições, diferentes vertentes de entendimento da interdisciplinaridade se colocaram no cenário, ou seja: a vertente humanista, da complexidade e social-crítica.

Tomou-se, portanto, as vertentes social-crítica e da complexidade para a discussão sobre interdisciplinaridade e interprofissionalidade apresentada, para a quais a interdisciplinaridade entende o ser humano enquanto ser social e sujeito e objeto do conhecimento social e nesse processo o caráter dialético e complexo da realidade social, precisa ser considerado e esta ser percebida, ao mesmo tempo, na sua totalidade e diversidade que se complementam.

Assim, para os mestrados entrevistados, a interdisciplinaridade permitiu desenvolver capacidades de diálogo com o diferente; integração dos conhecimentos das diversas áreas; mudar a opinião; relativizar; abrir-se ao novo; interagir com o outro; trocar conhecimentos; coletivizar soluções não somente no ambiente de trabalho, mas na vida em geral. Nesse sentido, destaca-se a fala de uma entrevistada: "E após ver no mestrado essa prática eu pude repensar o meu trabalho no meu dia a dia e vi que tudo fica mais gostoso [...]"., ou seja, apesar das contradições do mundo do trabalho, existe possibilidade, mesmo que mínima, do trabalho ficar mais gostoso?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliezer Magno Diógenes; GALIMBERTTI, Percy Antonio. A colaboração interprofissional na estratégia saúde da família. **Psicologia & Sociedade**, 25(2), 461-468. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/23.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2016.

BRASIL, Capes. Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. **RBPG**. v. 2, n. 4, p. 147-148, jul. 2005a.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Loyola, 1979.

FELTES, Heloisa Pedrosa de Moraes; BALTAR, Marcos Antonio Rocha. Novas perspectivas para mestrados profissionais: competências profissionais e mercados regionais. **RBPG**, v. 2, n. 4, p. 72-78, jul., 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *In*: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 23-35.

GADOTTI, Moacir. **A organização do trabalho na escola**: alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1993.

GERMANI, Ana Claudia Camargo G; et al. **Aprender a trabalhar juntos**: desafios no ensino da prática interprofissional e colaborativa. (s.a e s.p). Disponível em <http://www.convibra.com/upload/paper/2013/59/2013_59_6391.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2016.

GIULIANI, Antonio Carlos. Perfil Profissiográfico dos Egressos do Programa de Mestrado Profissional em Administração de uma Instituição de Ensino do Interior do Estado de São Paulo. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 3, n.1, p. 94-108, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/viewFile/2242/1369>>. Acesso em: 13 mar. 2014.



JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa; MIOTO, Regina Celia Tamasso. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 207-215 jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/10.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

MARX, karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. 4. reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATUDA Caroline Guinoza; AGUIAR, Dulce. Maria de Lucena; FRAZÃO, Paulo. Cooperação Interprofissional e a Reforma Sanitária no Brasil: implicações para o modelo de atenção à saúde. **Saúde Soc**. São Paulo, v.22, n.1, p.173-186, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/76419/80126>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

PEDUZZI, Marina; NORMAN, Ian; COSTER, Samanta; MEIRELES, Everson. Adaptação Transcultural e validação da Readiness for Interprofessional Learning Scale no Brasil. **REVISTA: Rev Esc Enferm USP**, v.49, n. esp. 2, p.7-15, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49nspe2/en_1980-220X-reeusp-49-spe2-0007.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____. **A Escola-comuna**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

QUELHAS, Oswaldo Luiz Gonçalves; FILHO, José Rodrigues Faria; FRANÇA, Sérgio Luiz Braga. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. **RBPG**, v. 2, n. 4, p. 97-104, jul. 2005.

INTERDISCIPLINARITY AND INTERBRANCH IN PROFESSIONAL MASTERS: CONCEPTS, PRACTICES AND SKILLS DEVELOPED BY MASTER'S STUDENTS

ABSTRACT: *The interdisciplinary and interbranch aim to integrate areas of knowledge and professionals, respectively, and are constituted as epistemological and pedagogical categories from 1960, demanded by the labor market and later for education. Since 2008, it is in the area of Capes that brings together several programs of academic and professional graduate. Currently constitute as pedagogical principles that guide the basic and higher education in an attempt to improve the quality of education, especially for work. In this sense, the paper analyzes the contribution of these categories for vocational training. The research, which originated the article, was constituted in a quali-quantitative research, whose*



instrument for data collection was semi-structured interview with the Program students researched and aimed to identify the interdisciplinary contribution to the training of students. The interdisciplinary practices developed in the program, in view of the students, have contributed to the development of capabilities to interact, talk to different areas, exchange experiences, open and new, collectivize, listen, share, contextualize, relate theory and practice as well as the dialogue between knowledge and professionals from different fields of study and work, preparing future professionals and teachers to a more interactive, reflective and active action in the workplace.

Keywords: Professional Master. Interdisciplinarity. Interbranch.

SEGREDOS DO OFÍCIO NA PANIFICAÇÃO E NA CONFEITARIA: RENORMALIZAÇÃO, APROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DOS SABERES-VALORES QUE CIRCULAM ATIVIDADE DE TRABALHO.

SOARES TERCEIRO, Clúvio Bueno¹ – cluvio.terceiro@poa.ifrs.edu.br
Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre (IFRS-POA)
R. Cel. Vicente, 281 - Centro Histórico, Porto Alegre - RS
CEP 90030-040 – Porto Alegre – RS – Brasil

FISCHER, Maria Clara Bueno² – mariaclara180211@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em
Educação (PPG-Edu)
Av. Paulo Gama, s/nº, prédio 12.201, 7º andar, Centro Histórico
CEP 90046-900 - Porto Alegre – RS - Brasil

***Resumo:** O artigo apresenta reflexões sobre os segredos do ofício na panificação e na confeitaria. As análises apresentadas neste artigo retomam e ampliam discussões de uma pesquisa de doutorado, constituindo-se em um produto desta pesquisa que investigou como os trabalhadores e as trabalhadoras aprendem em situações de trabalho. Os dados empíricos foram produzidos com base em entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, observações de situações de trabalho, um Atelier realizado em um laboratório e uma mesa redonda com a participação de três trabalhadoras da panificação e da confeitaria. As análises guiaram-se pelo referencial teórico-metodológico da abordagem ergológica do trabalho em diálogo com outras abordagens relacionadas aos temas em discussão. De acordo com a Ergologia, as trabalhadoras e os trabalhadores ao se apropriarem dos saberes e dos valores que circulam na atividade de trabalho, os transformam e produzem novos saberes. Os Segredos do Ofício estão vinculados às estratégias que as trabalhadoras e os trabalhadores lançam mão para lidar com as infidelidades do meio nas situações de trabalho. Diante disso afirma-se que os Segredos do Ofício estão intimamente relacionados com o processo de renormalização e envolvem um conjunto de aprendizagens e de imprendizagens. São processos singulares e*

¹ Professor de Administração no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre; Mestre e Doutor em Educação (PPG-EDU – UFRGS); Bacharel em Administração (EA/UFRGS).

² Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS; Doutora em Educação pela University of Nottingham. Pós-doutorado na Universidade de Lisboa.

coletivos desenvolvidos entre as trabalhadoras e os trabalhadores e que exigem negociação e confiança na produção, no desvelamento e no compartilhamento dos Segredos do Ofício na Panificação e na Confeitaria.

Palavras-chave: *Segredos do Ofício. Atividade de Trabalho. Saberes da Experiência de Trabalho. Aprendizagem. Imprendizagem.*

1 SITUANDO O TEMA DOS SEGREDOS DO OFÍCIO NOS ESTUDOS RELACIONADOS AOS SABERES DOS TRABALHADORES

Os Segredos do Ofício são abordados neste trabalho como um objeto de estudo inserido na discussão dos Saberes dos Trabalhadores. Todavia, ao diferenciá-los está presente a ideia de que os Segredos do Ofício constituem conjunto específico de Saberes dos Trabalhadores com algumas características específicas, tarefa que inicialmente buscaremos delinear a partir da reflexão apresentada por Franzoi e Fischer (2015) que aborda a questão dos Saberes dos Trabalhadores e sua relação com o aporte teórico da Ergologia.

O tema Saberes dos Trabalhadores tem sido objeto de estudo de pesquisadores brasileiros, vinculados ao GT Trabalho-Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Neste período diferentes correntes teóricas e diferentes perspectivas se propuseram a estudar a temática (FRANZOI; FISCHER, 2015).

Franzoi e Fischer (2015) apresentam uma genealogia do tema Saberes do Trabalho situando-o no campo Trabalho-Educação. O estudo foi apresentado e debatido na mesa “Culturas do trabalho, movimentos sociais e produção de saberes” do II Intercrítica em 2014 onde Franzoi e Fischer (2015) demonstram, pouco a pouco, praticamente em uma linha cronológica, como em diversas pesquisas sobre o tema saberes dos trabalhadores foi sendo inserido no GT. Estas autoras destacam ainda que, ao longo destes 30 anos de existência do GT verifica-se a presença dos conceitos marxianos como um fio condutor nas diversas discussões já travadas pelo Grupo e em diálogo com outras vertentes do pensamento. Há na tradição marxiana uma potência que alimenta o Grupo. A centralidade do trabalho na formação humana é o suposto das pesquisas e vários de nós têm buscado, em diálogo com outras abordagens teóricas, investigar tal temática (FRANZOI; FISCHER, 2015, p. 166).

O trabalho de Franzoi e Fischer (2015) ressalta como as pesquisas embasadas na Ergologia permitiram o aprofundamento de categorias marxianas e a superação de impasses teóricos vinculados à questão dos Saberes do Trabalho. De acordo com Franzoi e Fischer (2015, p. 160) a adoção da categoria atividade permitiu um exame clínico do trabalho. Enfim, Franzoi e Fisher (2015) apontam um conjunto de questões importantes já exploradas e outras que merecem aprofundamento, contudo as autoras não abordam neste estudo a questão dos Segredos do Ofício. Diante disso, considerando o minucioso mapeamento apresentado pelas autoras, depende-se que este tema é ainda incipiente ou ainda sem considerável inserção nos estudos relacionados ao Campo Trabalho e Educação.

Entretanto, destacamos a pesquisa apresentada por Marize Bastos da Cunha sob orientação de Gaudêncio Frigotto (2010) que apresenta uma análise do processo de trabalho dos educadores em saúde nas favelas do Rio de Janeiro e que dá destaque aos Segredos do Ofício vinculado aos saberes e práticas destes trabalhadores acumulados em condições de trabalho precárias.

Cunha e Frigotto (2010) ao analisarem a questão dos Segredos do Ofício afirmam que estes segredos estão vinculados às demandas das situações de trabalho vivenciadas por estes trabalhadores, lhes exigindo ações e medidas imediatas para os problemas do dia a dia de trabalho. Os saberes analisados por estes pesquisadores não se circunscrevem ao cargo e as funções institucionalmente previstas e perfazendo um conjunto de saberes vinculados aos espaços de trabalho, cuja complexidade desafia suas responsabilidades, sendo transmitidos informalmente e diante das interações estabelecidas com a sociedade onde atuam. Em outras palavras, os Segredos do Ofício estariam além das fronteiras delimitadas pelo cargo que ocupam, mas vinculada à função social que estes trabalhadores desempenham.

Cabe interrogar de que forma estes agentes vivenciam estas “tramas” do trabalho. Os resultados indicaram que eles enfrentam a precariedade de suas condições de trabalho e da realidade onde atuam, recorrendo a sua experiência histórica, a práticas e valores culturais, que são potencializados sob uma nova situação, numa tessitura social que lhes confere um novo significado, acionado pelo trabalho vivo, isto é, absorvido e recriado pela ação social concreta (Durham, 1977). Apropriam-se de conhecimentos obtidos em cursos e na prática do trabalho, e apelam às redes sociais tecidas ao longo de seu percurso de vida e trabalho. Com isso, constituem aquilo que chamamos de “segredos do ofício”, um conjunto de saberes e práticas que acumulam, conformando estratégias que lhes permitem, ainda que de forma precária, trabalhar, sobreviver e tecer projetos familiares. (CUNHA; FRIGOTTO, 2010).

A pesquisa desenvolvida por Cunha e Frigotto (2010) aponta a atualidade do tema e sua inserção no processo capitalista de produção. Porém, Antonio Ruggiu (1998) nos mostrará na

obra *Nostalgia do Mestre Artesão* que os Segredos do Ofício são um tema antigo e que guarda no presente aspectos que, de certa forma, remontam a relação entre mestres e aprendizes no modo de produção feudal e nas comunidades de ofício.

Segundo descreve Rugiu (1998) não importava às famílias dos aprendizes apenas garantir o acesso de seus filhos e parentes aos empregos oficiais, mas, sobretudo, conservar, no âmbito restrito de seu grupo profissional, o monopólio sobre estes “segredos”, os saberes, as técnicas e as artes de ensinar através das práticas tradicionais de aprendizagem e transmissão. Segundo o autor, as relações que se desenvolviam dentro das corporações podiam ser descritas como tipicamente familiares e frequentemente ocorriam casamentos entre o ex-aprendiz e a filha do mestre.

Se, por um lado, esta estrutura familiar das corporações permitia perenidade e sobrevivência dos saberes e os segredos do ofício, de outro, se transformava em uma forma de controle e de poder na transmissão destes mesmos saberes. Se, por um lado, garantia a sobrevivência de uma certa tradição, por outro, restringia o acesso ao trabalho e a formação de trabalhadores. O mestre desempenhava um papel de “patriarca” na estrutura da comunidade, com poderes para delimitar o ingresso de novos mestres. Este “Mestre-Patriarca” ao definir os conteúdos do processo de aprendizagem também escolhia como, em que situações, e para quais aprendizes seriam revelados os Segredos do Ofício. Rugiu (1998) descreve que os aprendizes moravam nas casas ou em anexos às casas de seus mestres, vivendo sob suas diretrizes tanto no que se refere à formação técnica como artesão como na formação social, como indivíduo.

Outro aspecto importante que Rugiu (1998) nos convida a pensar ao analisar os Segredos do Ofício se refere aos critérios de qualidade do trabalho realizado, tais como questões relacionadas à estética, à experiência de trabalho, à habilidade do trabalhador, a produtividade e a padronização. De acordo com a obra *Nostalgia do Mestre Artesão* (Rugiu, 1998) importava na experiência de formação para o trabalho, aquela instrução que possibilitasse ao aprendiz instruir-se e se educar para ter habilidade com as mãos e rapidez com a cabeça, tornando-se capaz de criar produtos belos, duráveis, precisos e úteis.

Estas questões apontadas por Rugiu (1998) nos levam a concluir que os Segredos do Ofício, conforme descritos na *Nostalgia do Mestre Artesão*, mais do que “mistérios” ou “macetes” presentes no processo de aprendizagem, se constituíam em fator central do processo pedagógico e traduziam-se em uma forma de poder e de controle nas relações de produção nas corporações. Ao mesmo tempo, estes segredos garantiam a reprodução dos saberes por meio da interação social com um processo de transmissão que mesclava oralidade, intuição,

demonstração e dedução, sem pressupor de registros pela linguagem escrita ou de subsídios didáticos.

Recuperar estes elementos pedagógicos foi importante para as análises que procederemos nas discussões sobre o material empírico. Em especial, contribuiu naquilo que se refere a compreensão dos processos de legitimação, de validação e de transmissão dos Segredos do Ofício como fator central no conjunto de saberes dos trabalhadores.

2 MARCOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Os dados empíricos que embasam este artigo foram produzidos durante pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-Edu/UFRGS) que estudou as relações entre a atividade de trabalho e as aprendizagens e *imprendizagens* em situações de trabalho na panificação e na confeitaria. O conceito central da tese é a Atividade de Trabalho conforme acepção da Abordagem Ergológica do Trabalho (Ergologia) (Schwartz, 2000). Não compunha os objetivos inicialmente definidos desta pesquisa analisar os Segredos do Ofício. Contudo, ao longo das atividades de campo, especialmente nas entrevistas, este tema emergiu com força como um dos produtos das relações entre a atividade de trabalho e as aprendizagens e *imprendizagens* produzidas diante das situações de trabalho.

A questão fundamental que envolve os Segredos do Ofício está vinculada aos saberes e valores que circulam na Atividade de Trabalho, Saberes dos Trabalhadores, sempre (re)singularizados e a pedagogia presente na produção e transmissão destes Segredos. Abordar a temática dos Segredos do Ofício, retomando questões desenvolvidas na referida pesquisa, permitiu retomar aspectos já abordados na tese e inserir novos, aprofundando o tema.

2.1 Marco Teórico

O marco teórico que sustenta a tese e este trabalho apresenta diálogo entre os conceitos desenvolvidos pela Ergologia, em especial, Atividade de Trabalho, Corpo-Si, Debate de Normas e Dramáticas dos Usos de Si, com a noção de Relação com o Saber, elaborada por Bernard Charlot (2000) e os conceitos atividade e aprendizagem delineados pela Psicologia Histórico-Cultural (Vygostky, 1991; Leontiev, 2004).

De acordo com Schwartz:

[...] toda a atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos; toda a situação de trabalho está saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros. Isso produz aprendizagens e imprendizagens. São saberes de um corpo-si, construídas na história singular (ao longo da trajetória de vida), no seio das experiências vividas anteriormente, mas que interagem com as situações vividas no momento presente podendo ser reforçado, re-processado, re-trabalhado. É este patrimônio pessoal que se coloca em marcha nas atividades desenvolvidas pelo corpo-si que podem me fornecer os raios de ação dentro da situação, explorando, por exemplo, "reservas de alternativas". (SCHWARTZ, 2003, p. 23)

O termo *imprendizagem* é um neologismo que tem origem no Francês “*imprentissage*”, a partir da união das palavras *aprendizagem* + *impregnada* (Schwartz e Durrive, 2007). Para estes autores a *imprendizagem* é uma forma de aprendizagem que pressupõe a relação com o outro em experiência de trabalho e que não se remete a aquisição de conteúdos, mas a uma forma de transmissão das informações codificadas que ocorre diante das relações de engajamento, sendo atravessada pelos valores que circulam na atividade.

Os estudos da Ergologia nos dirão que a atividade de trabalho consiste sempre em um uso industrioso de por si que concentra uma infinidade de debates da história das sociedades humanas (Schwartz, 2011) e consiste em uma “dramática dos usos de si” por si e pelos outros. Em atividade o trabalhador é obrigado a fazer escolhas e arbitrar entre valores diferentes, e, às vezes, contraditórios; a escolher sobre os usos de si, conduzindo o trabalhador a uma *dramatique*.

O trabalhador se confronta com normas antecedentes e produz renormalizações. Neste debate de normas a atividade retrata e convoca a experiência de trabalho, sempre uma situação histórica, singular, marcada pela mediação, pela contradição e/ou transgressão dessas normas (Schwartz, 2011). Este processo confronta, mobiliza e (re)cria saberes e valores pela convocação do próprio corpo-si, expressão que, segundo Schwartz (2011) é compreendida como um esforço no sentido de unificar as dimensões e recentrar este “corpo” em atividade, buscando evitar que esse esforço de recentramento se desse nas problemáticas codificadas do “sujeito”, da “subjetividade” (Cunha, 2007).

Schwartz e Durrive (2007) nos dirão que homens e mulheres, em sua atividade, tecem. Ou seja, o trabalho envolve uma trama de fios que (inter)liga os trabalhadores e trabalhadoras a um processo técnico, mas também às propriedades da matéria, às ferramentas, a política, a ética e a tudo o que se inscreve na vida humana, não circunscrito somente aos regimes strito-senso presentes no interior do processo de produção.

Esta trama não é inerte, mas é uma trama de histórias singulares - trama e urdidura, um enredo que (inter)liga a própria história e o corpo dos trabalhadores que aprende e se transforma vinculado às experiências de trabalho e de vida, aos grupos sociais que lhes proporcionaram saberes, valores e normas. Trama e urdidura compõem uma relação entre o trabalho e os trabalhadores, no cotidiano de trabalho suas experiências, preocupações, desejos, angústias e sonhos, entre tudo que se vive, experimenta, sente, pensa... aprende, lança mão de técnicas para realizar seu trabalho (Cunha, 2007). De acordo com Schwartz:

[...] atividade faz história. E nada podemos fazer contra isso, restando-nos o desafio, dia após dia, de assimilar esses novos encontros no ser no qual viemos a ser, e sem garantia de sucesso. Por conseguinte, o destino do humano, como ser de atividade, é manter-se na tensão constante, e mesmo na contradição, entre desaderência e readerência axiológicas e desaderência e readerência epistêmicas, com o risco permanente, sobretudo em nossas sociedades da mercadoria e do direito, de uma divergência patogênica entre essas duas desaderências: risco de ocultamento quanto à necessidade do corpo-si de reformular parcialmente esse destino no presente dos encontros da história, bem como risco de negação quanto à obrigação de renormalizar. Uma obrigação que leva a um retrabalho dos saberes e valores que contesta, recusa, todo conhecimento dominador que essencialmente já sabe tudo. (SCHWARTZ, 2014, p. 272)

As técnicas e os instrumentos de trabalho sintetizam as relações entre “trama e a urdidura” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Trabalhar é bem mais do que produzir com ajuda de técnicas e de instrumentos de trabalho ou em conjunto com outros trabalhadores, afinal todo instrumento de trabalho e toda a técnica presente no trabalho estão historicamente marcados pelo período e pelas condições em que foram produzidos, tanto quanto estão culturalmente inseridos em um mundo de valores e de significados a eles relacionados. Nesse sentido, nos exige considerar o patrimônio de saberes e de valores relacionados às reservas de alternativas produzidas em aderência à atividade (SCHWARTZ, 2009). São reservas de alternativas de um indivíduo que com outros partilha de uma atividade de trabalho, por isso mesmo, a necessidade de se considerar a relação entre a técnica, a habilidade com as entidades coletivas relativamente pertinentes (ECRP).

Entidades coletivas relativamente pertinentes são, de acordo com Schwartz (2009): entidades - porque não seguem as fronteiras das estruturas formais, de um organograma, nem mesmo respeitam os limites de uma empresa; coletivas – porque compartilham e travam debates e negociações em torno de saberes e de valores relacionados às tarefas a serem realizadas, o que difere da ideia de coletivo apenas como um grupo de indivíduos, mas onde se afirmam as renormalizações, e não apenas regulações; relativamente pertinentes: porque os limites (fronteiras) e a abrangência das atividades são variáveis, instáveis e mudam segundo as pessoas

que as partilham, onde o foco ou o problema que precisa ser enfrentado é sempre situado (em situação de trabalho). Schwartz e Durriive (2007) dirão que estas entidades cristalizam e armazenam na forma de patrimônio. O sujeito(s) que tende(m) a ressingularizar e a redefinir coletivamente seu meio de trabalho e de vida para viver aqui e o agora”.

2.2 Participantes da Pesquisa e Procedimentos Teórico-Metodológicos

A pesquisa contou com um conjunto de incursões que envolveram observações de situações de trabalho, entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, um Atelier que foi realizado no laboratório de confeitaria do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e uma mesa redonda com a participação de três trabalhadoras da panificação e da confeitaria.

É importante destacar que somente uma parte da atividade de trabalho é observável e que uma parcela da atividade não é observável, visto que é interna ao sujeito, sendo em parte mental em parte corporal. De acordo com Leontiev (2004) a atividade possui três níveis de funcionamento: atividade propriamente dita, as ações e as operações. Se considerarmos que as ações e as operações desenvolvidas pelos sujeitos se articulam com a divisão de tarefas e com as condições em que este trabalho se desenvolve, pode-se trilhar um caminho que permita aproximar-se do aspecto não observável a partir do que o sujeito nos permite observar, encontrar o invisível a partir daquilo que é observável. Isto nos levou a combinação de diferentes métodos de inserção no campo de pesquisa para a construção dos dados empíricos.

Os dados empíricos foram produzidos com base em entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, observações de situações de trabalho, um Atelier realizado em um laboratório e uma mesa redonda com a participação de três trabalhadoras da panificação e da confeitaria. Nestes quatro procedimentos os Segredos do Ofício estiveram presentes na fala e nas ações observáveis dos participantes da pesquisa, seja como uma dificuldade de nomear aquilo que fazem, como forma de esconder aquilo realizam no trabalho, como forma de demonstrar controle sobre seu trabalho ou como forma de diferenciar seu trabalho de outros trabalhadores.

Participaram da pesquisa 7 mulheres e 2 homens, trabalhadoras e trabalhadores, com histórias de vida e de trabalho muito distintas. Cada pessoa foi identificada com um codinome (nome fictício). As análises das trajetórias profissionais possibilitou identificar a existência de diferentes caminhos de formação profissional, tanto no que se refere a formação escolar, como em relação à formação relacionada à experiência de trabalho.

3 EMERGÊNCIA DOS SEGREDOS DO OFÍCIO NA PESQUISA NA PESQUISA COM AS TRABALHADORAS E OS TRABALHADORES DA PANIFICAÇÃO E DA CONFEITARIA

3.1 Observações das Situações de Trabalho

As observações das situações de trabalho eram nossa primeira forma de abordagem. A intenção era conhecer o trabalho que cada um, que cada uma, realizava para posteriormente passar para as entrevistas. Contudo, esta etapa se tornou a mais difícil visto que a maioria das pessoas convidadas a participar da pesquisa não permitiu a presença de um pesquisador observando seu trabalho. Em geral, a alegação era que, por se tratar em sua maioria de mulheres que produzem em suas casas, não era conveniente a presença de uma pessoa neste local, o que poderia lhes causar certos constrangimentos e desconfortos familiares. Contudo, esta não era a única questão. Aos poucos nas entrevistas as questões relacionadas aos segredos foi se manifestando e identificamos que os participantes possuem um conjunto de segredos sobre como produzir seus produtos e a presença de uma pessoa observando-lhes acabaria por desvelar estes segredos.

As observações realizadas possibilitaram conhecer melhor o trabalho na panificação e na confeitaria e despertaram questões relacionadas aos Segredos do Ofício. Na medida em que se perguntava aos participantes o que estavam fazendo ou o que haviam realizado no seu trabalho, surgia expressões como “macetes”, “pulo do gato”, “truque”, “manhã” entre outras.

Estas expressões foram inicialmente compreendidas como partes do processo de trabalho e as dificuldades de se explicação pela linguagem falada aquilo que se realiza no trabalho. Este aspecto é estudado pela Ergologia e possui relevantes estudos relacionando a dupla antecipação (Schwartz; Durrive, 2007) entre a Atividade e a Linguagem. Aos poucos começamos a perceber que havia outras questões relacionadas a estas expressões e a intencionalidade presente em utilizá-las, remetendo-nos a estudá-las como Segredos do Ofício”. Especialmente, a partir das entrevistas passamos a perceber que tratava-se de questões que o participante intencionalmente não explicava, buscando guardar certo segredo e mantendo-as em penumbra.

3.2 Entrevistas Individuais

As entrevistas individuais foram guiadas por roteiro semiestruturado de perguntas distribuído em dois blocos de maneira a abordar o processo de trabalho e os processos de aprendizagens. Buscou-se delinear durante a entrevista o que o que é feito no trabalho

atualmente, como isso é feito, quais são as transformações significativas no trabalho, e os fatores fundamentais para quem precisa aprendê-lo.

Durante as entrevistas após cada pergunta solicitou-se aos sujeitos que exemplifiquem suas respostas em situações de trabalho e também como fariam se tivessem que treinar outra pessoa para realizar o seu trabalho. Esta estratégia aliada a opção por um roteiro semi-estruturado permitiu às entrevistas revisitar vivências, experiências passadas, aliadas a experiência da própria entrevista.

Em uma das entrevistas realizada com uma participante chamada Sol (nome fictício), as questões relacionadas aos Segredos do Ofício se tornaram mais evidentes. Em certo momento Sol nos disse: “o meu pão-de-ló eu não ensino não”; “eu ensino tudo, ensino doce, salgado, mas se eu sei que ele vai sair por aí e fazer igual pra concorrer comigo, eu não ensino não”.

Outro exemplo de um segredo parcialmente revelado encontramos no relato da participante Sol, que conta sobre o processo de produção de ambrosia, de pão e de pão de ló.

Sol: Ontem mesmo eu queria fazer uma ambrosia e eu tenho uma auxiliar né, assim ‘faz a ambrosia’ ela botou os três litros de leite e já largou no fogo, eu disse não, não é assim, desliga. Bota os ovos, bota o leite, azeda com o vinagre, não tem limão, azeda com vinagre, mexe bem, pega a peneira, tira fora agora larga no fogo.

Em relação à ambrosia, Sol não apenas revela as técnicas envolvidas como também os “macetes”. Aliás, Sol supervisiona o trabalho de sua auxiliar, tomando o cuidado para que seja claramente compreendida por ela. Na fala a seguir, Sol comenta sobre o pão.

Sol: Eu sou muito de fazer as coisas no olho assim né, tipo meu pão eu já decorei a receita do pão, então dificilmente eu erro a mesma quantidade. Então eu tô tentando passar para outra menina que também trabalha lá. Eu falo a quantidade porque ela erra né, ou às vezes sai muito doce, então tem um punhado, fecha a mão, bota o sal, a quantidade de sal para dez quilos de farinha, o açúcar, o azeite, eu já sei tudo de cor. Então quando eu vou fazer já faço tudo de cabeça, então às vezes eu tenho que passar para alguém eu digo não, mas eu tenho que mostrar.

Cabe observar que, no caso do pão, as indicações sobre como fazer são menos precisas, remetendo a uma memória que é pessoal e que Sol não faz muita questão de compartilhar, ou seja, conta, mas não conta tudo.

Em entrevista com outra participante chamada Mar (nome fictício) ela nos afirmou: “se alguém tiver que me substituir, é só pegar minhas fichas técnicas”. Quando pedimos para ver as fichas técnicas ela desconversou e disse que isso era uma suposição e que suas fichas técnicas guardavam certas anotações e segredos que ela não contava para ninguém. Justificou dizendo

que tem certos “toques pessoais” que cada confeitadeira possui os seus e que não dava para ficar contando por conta da concorrência. Enfim, definitivamente emergia na pesquisa a temática dos segredos do ofício como um conjunto específico de saberes e de valores dos trabalhadores, como um produto das relações entre às aprendizagens e a atividade de trabalho.

Em outro trecho, Falcão (nome fictício) revela-nos questões relacionadas aos usos de farinhas, ao trabalho com as mãos e a alguns segredos que eram transmitidos entre os trabalhadores ao realizar o trabalho:

Falcão – Olha, mais ou menos, tu quer ver uma coisa? Quando o pão era batido à mão tu batia à mão e botava uma farinha de milho nos panos para ele não grudar e aquele farinha ficava no fundo, quando o pão ficava amarelinho tinha aquela farinhazinha, com a modelagem o pão está sendo... antes a gente modelava ele caia na farinha de milho, daí agora ele cai no azeite, que mantém ele úmido para não grudar um no outro daí tu já não tem aquela farinhazinha que era uma coisa tradicional de antigamente. Por exemplo, eu forneava uma massa eu tinha que varrer o forno, eu tinha um ferro do tamanho do forno, assim, um pouquinho maior e na ponta a gente amarava um saco de farinha branco e daí tu começava a varrer e tu varria todo ele pra que não saísse farinha queimada nos próximos pães..

Em outro momento, perguntamos para Falcão, que conta com mais de 30 anos de experiência na Panificação, se ele teria um conselho para quem está iniciando nesta profissão. Sua resposta revela algo que, em tempos de gastronomia “glamorizada” por programas de televisão, também pode ser compreendida como a revelação de um segredo do ofício:

Falcão – Eu diria em primeiro lugar “tu tens consciência que tu quer isso? ”. Porque é uma profissão que vai te prender final de semana, se tu tens capacidade para outras coisas eu acho que tu não irias, né, mas pra mim assim, hoje, eu faria tudo que eu fiz, eu voltaria de novo e eu era torneiro, eu tinha o curso de torneiro mecânico e nunca exerci.

Outro exemplo relaciona-se ao que Falcão, hoje aposentado, relatou-nos sobre quando ainda trabalhava. De acordo com ele, na padaria em que trabalhava os padeiros não guardavam segredos entre si e um padeiro ensinava ao outro tudo o que sabia, como uma forma de cooperação com o trabalho do outro. Porém, o panificador não era comunicado sobre os principais segredos da produção, como garantia dos empregos.

Falcão – É ninguém guardava segredos do que sabia, né. Aprendi com meus colegas, tranquilamente. Inclusive dois professores meus, eu chamo eles de meus professores, tão vivos ainda, são colegas de trabalho que mostraram e uma coisa assim, a coisa mais importante da minha vida, que eu aprendi foi a responsabilidade e o respeito pelo alimento, tu não está trabalhando só para ganhar dinheiro, tu tava trabalhando numa coisa que mantinha a vida das pessoas, que é o alimento, tu tens que comer para viver e desde logo eu tive uma consciência, eu não faltava serviço, eu trabalhei meus últimos 25 anos sem uma falta no meu serviço. Hoje já não é tão assim, hoje a gente vê nas

reuniões com a patronal eles se queixando de padeiros que faltam e trabalhei bastante sábados, domingos e feriados. Que eram extras.

Nestas entrevistas foi fundamental garantir aos participantes da pesquisa maior liberdade na condução do processo, tanto pela colocação de situações inicialmente não previstas, como na estabelecimento de uma relação de confiança entre ambos.

Sade, Ferraz e Rocha (2013, p.283) ao abordar o ethos da confiança nas entrevistas nos lembram da necessária postura epistemológica do pesquisador deve adotar frente ao processo e a relação com os entrevistados. Confiar significa fiar com, tecer com, o que envolve tanto a composição e como criação de alguém com o outro/outrem, a articulação das falas e dos fatos narrados e a possibilidade de abertura para as transformações decorrentes dessa articulação com vistas a proporcionar que a experiência passada e os fatos anteriormente vividos sejam ao mesmo tempo revisitados e reconstruídos no presente, durante a entrevista. Estes autores afirma que pensar a confiança na pesquisa exige considerar o “com-fiar”, fiar com o outro, tecer com ele, compor com o outro, com outrem, o convidando e se convidando a criar novas possibilidades de entendimento sobre o tema em questão. Enfim, considerar que a entrevista, ao mesmo tempo em que acessa o vivido, é em si mesma produtora de experiência. “A questão da confiança nos permite integrar os dois aspectos, o ético e o epistemológico, apostando, ao mesmo tempo, em novas práticas de conhecimento e novos modos de existir” (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013, p.290).

3.3 O Atelier

Num terceiro momento da pesquisa empírica, ao realizarmos o Atelier, novamente nos deparamos com estas questões. Participaram do Atelier duas confeitadeiras, as quais receberam os nomes fictícios de Luna e Borboleta na pesquisa. No Atelier foi solicitado que uma confeitadeira ensinasse a outra sobre como fazer um pão-de-ló. Cada uma produziu um pão-de-ló diferente e ensinou a outra participante. Além da apresentação diferente, as receitas utilizadas também são diferentes tanto em termos de ingredientes como em termos de procedimentos.

Foi interessante notar que Luna dizia “não tenho problema em ensinar porque a minha Mao é diferente da mão da Borboleta, nunca vai ficar igual”. Contudo, ainda que ambas tenham participado demonstrando total comprometimento e engajamento com o procedimento de pesquisa, foi possível identificar que havia partes do processo que não eram completamente explicitadas.

Figura 1 – Pão-de-Ló em formato de rocambole produzido por Luna no Atelier.



Fonte: Os Autores

Figura 2 – Pão-de-Ló em formato de torta produzido por Borboleta no Atelier.



Fonte: Os Autores

A seguir é reproduzido o trecho de um diálogo ocorrido no Atelier com Borboleta e Luna. Pergunta-se para ela sobre a questão entre os Segredos e quando e em que condições podem ser revelados a outro trabalhador ou trabalhadora desta área.

Borboleta: Isso é que nem farmácia, tem uma do lado da outra.

Pesquisador: Vocês percebem que a área é um pouco fechada?

Borboleta e Luna: Sim

Pesquisador: Mas vocês estão aqui, trocando e uma ensinando a outra...

Borboleta: tu acha que a nossa área seria assim (fechada)... tu acha que poderia, por exemplo, ela poderia chegar, falar, me contar os segredos e eu ficar bem quieta e não contar os meus para ela? Tu acha que poderia ser assim? Não né!

3.4 A Mesa Redonda

Luna, Sol e Borboleta também participaram da mesa redonda que antecedeu a defesa da tese onde foram questionadas se existiam Segredos do Ofício de Padeiras e de Confeiteiras. As respostas divergiram.

Luna disse que não havia isso não, reafirmando que a questão dos Segredos estava mais vinculada às diferenças de corpo físico, biológico e às experiências de trabalho do que ao fato de querer guardar algum segredo. Todavia, ao exemplificar a questão, demonstrou a existência de uma forma tão singular de realizar seu trabalho que não poderia ser repetida por outra pessoa, mesmo se ela quisesse explicar detalhadamente. Esta situação ocorreu quando ela explicava alguns “macetes” desenvolvidos na produção de macarrons em uma confeitaria. Luna afirmou que explicou mais detalhadamente para outro confeitoiro do que para o dono da confeitaria e que fez isso conscientemente porque entendia que não deveria dar muitos detalhes ao proprietário da confeitaria que poderia se apropriar de seu “macete” e não mais precisar de seu serviço. A receita estabelecida pela confeitaria em que Luna trabalhava normatizava que este produto deveria render 35 produtos. Contudo, após alguns testes e mudanças em determinados processos, esta confeitaria obteve 40 produtos, ou seja, um acréscimo de 12,5% no rendimento utilizando os mesmos ingredientes e tempo de preparação previstos na receita.

Borboleta relatou que certa vez realizou um curso e que ficou revoltada com a professora que não respondia todas as perguntas de maneira clara, nitidamente “escondendo o jogo”. Relatou que após o curso repetiu os procedimentos em sua confeitaria obtendo resultados diferentes daqueles que a instrutora havia falado e demonstrado. Borboleta disse que somente após repetir “mais de dez vezes” começou a entender o que estava fazendo de diferente e o que a instrutora não havia lhe contado. De acordo com Borboleta, estas questões estavam relacionadas aos movimentos necessários na produção da massa e no uso dos utensílios. Borboleta relatou ainda que muitos dos seus clientes não valorizam o trabalho na panificação e na confeitaria e que é fundamental dar um “ar de mistério”, pois se certos segredos são ensinados, “desfaz o encanto” com os produtos. Além disso, afirmou que tem muitas pessoas

interessadas em trabalhar na área da alimentação e que isso rende o sustento e a sobrevivência de sua família, logo ensinar “de graça, é um tiro no pé”, pois poderia ganhar novas concorrentes.

Já Sol reafirmou claramente nesta mesa redonda que não ensinava “de jeito nenhum” como fazer o pão de ló igual ao dela. Chegou ao ponto de dizer que certa vez uma cliente insistiu tanto que ela faz um pão de ló e deu de presente sem cobrar pelo serviço, mas não ensinou a fazer o produto.

4 CONSIDERAÇÕES: CONFIANÇA, REVELAÇÃO E COMPARTILHAMENTO

Não foi uma situação em específico que nos conduziu ao interesse pela temática dos Saberes do Ofício, mas um conjunto de situações – as quais foram uma oportunidade e também uma obrigação – de vivenciar aspectos relacionados à atividade de trabalho na panificação e na confeitaria. Conhecer essa área e as trajetórias de vida e de trabalho dos participantes da pesquisa possibilitou estabelecer relações entre os saberes e valores que circulam a atividade e o quanto eles revelam e, ao mesmo tempo, escondem continuamente um conjunto de segredos do ofício.

Conforme afirmamos, os segredos do ofício não estavam inicialmente previstos como algo a ser analisado na pesquisa. Contudo, nas entrevistas tal tema emergiu com força como um dos produtos das relações entre as aprendizagens ocorridas e a atividade de trabalho. Abordar os segredos do ofício em uma pesquisa envolve um posicionamento político e ético do pesquisador. Político porque constitui movimento de visibilidade e de legitimação dos saberes dos trabalhadores; e ético porque se relaciona com a forma e a intencionalidade que a questão será abordada, guardando espaços importantes que não fragilizem esses saberes e nem permitam sua apropriação indevida.

Nesse sentido, as ilustrações que citamos observaram critérios ético-políticos na narrativa exibida. Assim, foram apresentados apenas os elementos necessários à visibilidade que se pretende dar, aliada aos objetivos de análise, guardando espaços importantes que não fragilizem estes mesmos saberes e nem permitam sua apropriação. Afinal, queremos abordar e analisar os segredos como uma questão importante para a profissão sem revelá-los, o que seria uma postura condenável de nossa parte.

O trabalho na Panificação e na Confeitaria mescla aspectos da produção industrial e da produção artesanal, fruto de um trabalho que convive na tensão permanente entre a habilidade manual e o manuseio de equipamentos tecnológicos. É um trabalho que na atualidade está inserida no processo capitalista, próprio de seu tempo histórico, mas que guarda aspectos das relações descritas por Rugiu (1998) na Nostalgia do Mestre Artesão. Por um lado, os “mestres” desse trabalho assinam e são reconhecidos por suas “obras de arte” esculpidas à mão. Todavia, é grande também a presença de aspectos tecnológicos, por exemplo, na produção de farinhas, de fermentos, e também na inserção de maquinário como fermentadoras, fornos, bicos de confeitaria, entre outros instrumentos utilizados de acordo com as exigências de padronização e de produtividade próprias do sistema de produção capitalista. Por outro, a própria questão dos Segredos do Ofício e sua vinculação com as trajetórias profissionais enfatiza uma pedagogia do trabalho que não se pauta exclusivamente pelo ensino escolar, mas a existência de um currículo de aprendizagens e de imprevistos em atividade de trabalho. Um bom exemplo foi abordado quando Luna afirma ter ensinado outro confeito transformando saberes aprendidos na escola e mesclando-os com o que aprendera na confeitaria e pela decisão que ela tomou de não transmitir estes saberes, segredos, ao proprietário da confeitaria.

Abordar a questão dos erros é um segredo do ofício, na medida em que quem está consumindo o produto não sabe o que se passa na produção. Dizendo de outra maneira, o produto final esconde seu processo de produção e, ao esconder o processo do consumidor final, os profissionais guardam certos segredos, alguns são revelados para colegas de profissão, outros permanecem na penumbra. Pode-se dizer ainda que o produto final também esconde segredos entre os próprios trabalhadores. Dois aspectos podem ser vistos: o primeiro porque nem sempre um trabalhador observa os procedimentos de trabalho que outro trabalhador realizou; o segundo porque, ainda que estivesse sendo observado, há uma parte da atividade que é invisível porque é interna a quem está em atividade. Esta parte interna guarda todo o debate de normas travado pelo trabalhador e quando se fala em debate de normas e em escolhas, é fato que há escolhas que gostaria de se ter feito, mas que as situações lhe impediram de fazer. Ou seja, este debate de normas inclui as escolhas feitas e aquelas que ele gostaria de ter feito, mas não pode fazer. A fala a seguir da “Sol” sintetiza estas questões sobre erros, escolhas e impedimentos.

Sol - Tipo assim oh! Fiz a massa e a massa não cresceu, o pão não cresceu pra quilo, mas eu peguei cortei e fritei, porque no momento em que tu bota na ele... aí fiz bolinho, entendeu! Bolinho frito.

Enfim, nos casos em que abordamos os segredos do ofício, cabe ressaltar que foram desenvolvidos diante das situações reais de trabalho em aderência à atividade onde pode se verificar três processos concomitantes entre os trabalhadores e trabalhadoras: a confiança, a revelação (ou não) e o compartilhamento (desvelamento). Estes três processos nos permitem pensar nos Segredos do Ofício como reservas de alternativas e como processos de aprendizagens difíceis de serem transmitidos/revelados.

Identificamos que todos os participantes da pesquisa possuem um conjunto de segredos sobre como produzir seus produtos. Chamou nossa atenção o fato de que alguns participantes, ainda que tenham tido reservas em demonstrar seus segredos, se dispuseram a relatá-los nas entrevistas.

Os Segredos do Ofício estão intimamente relacionados com o processo de renormalização e envolvem um conjunto de aprendizagens e de *imprendizagens*. Entende-se que os Segredos do Ofício estão relacionados com os processos de apropriação e de transformação dos saberes dos trabalhadores, por consequência, os Segredos do Ofício se constituem em patrimônio do Corpo-Si e em Reservas de Alternativas. Falar em Reservas de Alternativas remete à compreensão destes mesmos saberes como patrimônio coletivo de trabalhadores e de trabalhadoras, relacionados às Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP), que diante das situações de trabalho são sempre (re)singularizados pelos sujeitos em atividade de trabalho. Enfim, a questão dos Segredos do Ofício é apresentada como parte desta discussão ancorando-se em estudos relacionados à atividade de trabalho, a aprendizagem em situações de trabalho e aos saberes dos trabalhadores.

Os Segredos do Ofício são saberes dos trabalhadores que possibilitam que aos trabalhadores estabelecerem processos de diferenciação entre si próprios, entre produtores e consumidores e entre trabalhadores/trabalhadoras e empregadores. Os segredos do ofício, por um lado, educam os trabalhadores em processos de individualização e ao trabalho parcelado como forma de sobrevivência no processo capitalista de produção, vinculando-se ao aumento de produção de mais-valia, mas, por outro lado, são processos educativos vinculados a produção e circulação de saberes e de valores relacionados à cooperação no trabalho. Neste sentido, com este duplo caráter, é que se afirma que os segredos do ofício são exemplos ricos para se explicar as contradições do processo capitalista de produção.



REFERÊNCIAS

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Florence, 1999.

CHARLOT, Bernard. **Da relação sobre o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CUNHA, Daisy Moreira. Notas conceituais sobre atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30, 2007. Caxambu, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2007.

CUNHA, Marize Bastos da; FRIGOTTO, Gaudêncio. O trabalho em espiral: uma análise do processo de trabalho dos educadores em saúde nas favelas do Rio de Janeiro. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.14, n.35, p.811-23, out./dez. 2010.

FRANZOI, N. L FISCHER, M. C. B. Saberes do trabalho: situando tema no campo Trabalho-Educação. **Trabalho Necessário**. Niterói/RJ, v.13, serie 20, p.147-172.

LEONTIEV, Aléxis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2004.

RUGIU, A. S. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SADE, C; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. O Ethos da Confiança na Pesquisa Cartográfica. **Fractal**, V.24, n.2, p. 281-298, 2013.

SENNETT, R. **O Artífice**. RJ/SP: Record, 2008.

SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 7, jul/dez – 2000.

_____. Trabalho e saber. **Trabalho & Educação**, 12(1), 21- 49, 2003

_____. Conceituando o trabalho: o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v.9, supl.1, 2011, p.19-45.

_____. (2014). Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, 49(3), 259-274. 2014

_____.; DURRIVE, L. **Trabalho & ergologia**: Conversas sobre a atividade humana. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

**THE SECRETS OF THE CRAFT IN THE BAKING AND
CONFECTIONARY: RENORMALIZATION, APPROPRIATION AND**

TRANSFORMATION OF THE KNOWLEDGE AND THE VALUES THAT CIRCULATE ON ACTIVITY OF WORK

***Abstract:** This paper sets out some reflections on the secrets of the craft in the baking and confectionery. The analysis presented in this article take up and expand discussions from a doctoral degree research, resulting in the product of research that investigated how the workers from this area learn on different situations at work. The empirical evidences were produced on the basis of semi-structured individual interviews, observations of situations at work, one Atelier at a laboratory and one round table with the participation of three workers from baking and confectionery. The analysis were guided by the theoretical and methodological Ergological Approach of Work in dialogue with others approaches related to the topics discussed. According to Ergology, workers transform and produce new values by appropriating the knoweledge and values that circulate at activity of work. The secrets of the craft are linked to strategies the workers use to deal with infidelities of the environment on situations at work. In view of the above it can be stated that the secrets of the craft are closely related to the renormalization process and involve a set of learning and “imprentissage”. These are singular and collective processes developed between workers and demand negotiation and confidence in production, in unveiling and in sharing the secrets of the craft in the baking and confectionary.*

***Keywords:** Secrets by the Craft. Activity of Work. Knowledge from Work Experience. Learning. Impreintissage.*

UM OLHAR SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL NO MUNDO DO TRABALHO

Farinha, Corina Alves¹ - farinha.corina@gmail.com
FaPP - CBH – UEMG - Rua Major Lopes, 574 – Bairro São Pedro
CEP 30330-050 Belo Horizonte – MG- Brasil

***Resumo:** Trata-se da análise das práticas de recrutamento e seleção de trabalhadores LGBT às vagas no mundo do trabalho. Foram pesquisadas três empresas de recrutamento e seleção de Belo Horizonte. Os dados indicam como desafio à contratação do profissional LGBT a avaliação do recrutador sobre a atitude do candidato frente à própria sexualidade atrelada ao ambiente organizacional aberto à diversidade sexual. A perspectiva refere-se à implantação de políticas públicas destinadas à população LGBT visando seu acesso ao mundo do trabalho.*

***Palavras-chave:** LGBT. Recrutamento e Seleção de Trabalhadores. Políticas Públicas.*

1 INTRODUÇÃO

A diversidade sexual no mundo do trabalho é cada vez mais visível em todos os níveis organizacionais. Todavia, na academia e na mídia, as pesquisas apontam desafios e dificuldades da população LGBT em diferentes âmbitos. Se, de um lado, por meios jurídicos, o grupo social LGBT vem ganhando visibilidade para atuar de maneira cidadã, por outro, há práticas preconceituosas e discriminativas nas organizações, e na sociedade em geral (LAINÉ e MARTEL, 2014; ALMEIDA e MARTINS, 2013).

O objetivo deste trabalho é analisar as práticas e identificar os princípios orientadores de processos de recrutamento e seleção de candidatos LGBT às vagas no mundo do trabalho. Os dados foram coletados junto a três prestadores de serviços de recrutamento e seleção de Belo Horizonte que são responsáveis por atender a demanda por profissionais de empresas contratantes. O estudo é relevante ao buscar desvendar as concepções nas organizações sobre o

¹ Mestre em Educação Tecnológica – CEFET-MG; Bacharel em Administração de Empresas – Faculdade São Luís – São Paulo – SP.

candidato LGBT por meio da seguinte questão de pesquisa: Quais são os desafios e as perspectivas para a inclusão da diversidade sexual no mundo do trabalho?

A análise e interpretação dos dados indicam desafios para o candidato LGBT a análise do prestador de serviços em recrutamento e seleção entre a demanda da empresa contratante, perfil profissional demandado e perfil ofertado pelo candidato. Nesse balanço, é verificada a atitude do candidato frente à própria sexualidade e o ambiente organizacional quanto à diversidade sexual. Em face dessa análise, o candidato será encaminhado à empresa contratante. As perspectivas referem-se à implantação de políticas públicas destinadas à população LGBT visando seu acesso ao mundo do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

Direitos humanos e a diversidade sexual

A Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas, ONU, em 10 de dezembro de 1948, expressa a universalidade, interdependência, indivisibilidade e inter-relação dos direitos humanos. Diante dessa concepção, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” No entanto, em diferentes partes do mundo, os princípios da igualdade e não discriminação tendem a ser violados em razão da diversidade das manifestações humanas, no âmbito cultural, étnico, sexual (ONU,2014).

No âmbito da diversidade sexual tais violações, desde o início de 1990, são registradas pelos mecanismos de direitos humanos das ONU. O debate em torno do tema é desenvolvido mundialmente pela ONU e visa conscientização para a igualdade de direitos a lésbicas, gays, homossexuais e transexuais. Em 2006 a Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, em nome de uma coalizão de organizações de direitos humanos, desenvolveram um projeto com o objetivo de desenvolver um conjunto de princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero, no sentido de dar mais clareza e coerência às obrigações de direitos humanos dos Estados. O projeto foi aprovado por unanimidade e originou o documento, intitulado Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Os Princípios de Yogyakarta afirmam normas jurídicas internacionais vinculantes, que devem ser cumpridas por todos os Estados. Os Princípios prometem um futuro diferente,

onde todas as pessoas, nascidas livres e iguais em dignidade e prerrogativas, possam usufruir de seus direitos, que são natos e preciosos (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007).

Em 2011 no plenário da ONU, foi aprovada a resolução, nº 1719 intitulada, Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Em 2012 a ONU lança Campanha “Livres & Iguais” acompanhada de uma cartilha com o objetivo de orientar governos e sociedade civil sobre direitos de comunidade LGBT. No Brasil, em 2013, a publicação recebeu o título Nascidos livres e iguais - Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos, centra-se em cinco obrigações dos Estados: proteger contra violência homofóbica; prevenir a tortura; descriminalizar a homossexualidade; proibir a discriminação; e defender liberdades civis (ONU, 2013).

Em 26 de setembro de 2014, o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou a resolução nº 1719 cujo objetivo é compartilhar boas práticas e maneiras de superar a violência e a discriminação na aplicação do direito internacional dos direitos humanos e das normas existentes. O Brasil, um dos países que apresentou o projeto de resolução destacou a importância de combater a violência e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (ONU, 2014).

Políticas públicas para a população LGBT

O acesso e a promoção da não discriminação por orientação sexual visando, entre outros objetivos, o Direito à Educação e ao Trabalho, estabeleceu-se no Brasil, por meio de uma política veiculada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação intitulada Brasil Sem Homofobia Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). Segundo essa política os Sistemas de Ensino devem fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de LGBT (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

No ambiente de trabalho as ações visam articular, em parceria, com o Ministério Público do Trabalho, a implantação de políticas de combate à discriminação a gays, lésbicas e travestis no

desenvolvimento de programa de sensibilização de gestores públicos. Além disso, deve apoiar e fortalecer a rede de Núcleos de Combate à Discriminação no Ambiente de Trabalho das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Emprego, fiscalização do trabalho, acesso ao emprego, trabalho e renda (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Em 2013, o Instituto Ethos promove o debate estimulando as empresas a adotar ações para a construção de um mercado de trabalho que respeite e promova os direitos humanos em geral e os direitos LGBT em particular. A publicação denominada O Compromisso das Empresas com os Direitos Humanos LGBT – oferece Orientações para o Mundo Empresarial em Ações Voltadas a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito do Grupo de Empresas e Direitos Humanos (ETHOS, 2013).

Em 2014 a cultura de inclusão nas empresas é incentivada mediante a publicação do projeto “Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia” que oferece diretrizes para a promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho. O documento é fruto de uma construção conjunta entre organismos da ONU Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) além de representantes de empregadores, trabalhadores, governo, sindicatos e movimentos sociais ligados aos temas LGBT e HIV/AIDS. Trata-se de um manual contendo casos, apresentando sugestões e orientações baseadas em procedimentos simples, exigindo, no entanto, comprometimento efetivo com o tema da igualdade de oportunidades e de tratamento. É sugerida a vinculação do emprego do conteúdo às estratégias de gestão de pessoas, às ações gerais de valorização da diversidade ou às ações especificamente relacionadas à valorização da diversidade sexual (UNAIDS, 2014).

Por outro lado, algumas pesquisas realizadas na academia, tais como de Limongi França e Mecchi (2006), de Garcia e Souza (2010) e de Silva e Carrieri (2012) abordam o tema no âmbito de organizações privadas. Nestes trabalhos a diversidade sexual mostra-se cada vez mais explícita nas organizações, porém as políticas de acolhimento sem reservas ao profissional LGBT, ainda são incipientes. Salientam Baumgardt (2010), Almeida e Martins (2013) aspectos legais e práticas discriminatórias na área trabalhista que estão mais frequentes no judiciário brasileiro. Enfatizam Souza; Siqueira, Ferreira e Zauli-Fellows (2006) a necessidade de uma agenda de pesquisa abordando o tema no mundo do trabalho.

Além disso, há pesquisas, divulgadas na mídia, realizadas por entidades como a Associação Brasileira de Recursos Humanos, ABRH (2015). Constatou-se que as organizações não

difundem práticas relativas ao quesito respeito aos trabalhadores LGBT apresentando fracas ações efetivas contra o preconceito. Outra pesquisa, intitulada Demitindo Preconceitos, (SANTOCAOS, 2015), realizada com o grupo LGBT, envolveu 230 entrevistados. Verificou-se que 47% declaram sua orientação sexual, 90% contam para os colegas, 32% para algum superior e apenas 2% conversam com o gestor de Recursos Humanos. Entre os motivos para não se declarar, estão o medo de ser demitido ou de ser discriminado. Além disso, 40% afirmam que já sofreram discriminação por orientação sexual no trabalho. A pesquisa aponta situações como fofocas, piadas sem consentimento, assédio moral e exposição ou afastamento de colegas (EXAME, 2015).

3 METODOLOGIA

A opção metodológica deste trabalho circunscreve-se à análise dos princípios que, na atualidade, norteiam as ações dos serviços de recrutamento e seleção, no tocante aos trabalhadores LGBT, refletindo sobre os desafios e perspectivas da inclusão da diversidade sexual no mundo do trabalho. Para tanto, optou-se pela abordagem de pesquisa quantitativa e qualitativa de natureza exploratória e descritiva. Enquadra-se em pesquisa exploratória ao proporcionar maior familiaridade com o problema visando torná-lo explícito ou a construir hipóteses. O tema é atual e ainda pouco examinado no Brasil. Estudos exploratórios fornecem subsídios que auxiliam a descrever os elementos e situações do tema explorado de forma mais precisa. Por outro lado, conforme enfatiza Richardson (1999, p.17), a análise de natureza exploratória busca descobrir as semelhanças entre fenômenos, quando “os pressupostos teóricos destes não estão claros, ou são difíceis de encontrar. Nessa situação, é necessário que se faça uma pesquisa não apenas para conhecer o tipo de relação existente, mas, sobretudo para determinar a existência de relação.”

A investigação caracteriza-se também, como um estudo descritivo, que segundo Malhotra (2006), o caráter descritivo da pesquisa busca em uma população definida determinar um perfil ou uma caracterização e identificar fatores, parâmetros, ou informações que possam ser relacionados por influência ou, mesmo, por diferenciação.

A abordagem metodológica proposta diante do problema de pesquisa é a realização de um estudo de múltiplos casos, tendo em vista que o objeto principal em estudo se reporta a identificação dos princípios orientadores dos processos seletivos de recrutamento e seleção adotados pelos representantes de três prestadores desses serviços sediadas em Belo Horizonte.

Para Yin (2005, p.32) um estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Por se tratar de um estudo de caso a definição da unidade de análise deve estar relacionada à maneira como as questões iniciais da pesquisa foram definidas. Os estudos de caso segundo Yin (2005), reúnem numerosas e detalhadas informações acerca de uma situação, podendo utilizar-se de várias técnicas de coleta de dados. Para consecução desta pesquisa, os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada.

As entrevistas buscaram conhecer o discurso proferido por três empresas prestadoras de serviços de recrutamento e seleção de trabalhadores, em Belo Horizonte - MG, por meio da interpretação e análise das falas e dos gestos dos entrevistados e estabelecimento de correlações, com vistas a alcançar os significados das práticas relativas à inclusão da diversidade sexual. Por se tratar de um estudo exploratório, algumas limitações poderão ser observadas na análise dos resultados (YIN, 2005) como a dificuldade de generalizar dados a partir de um único estudo de caso. Mas, o objetivo é explorar e conhecer melhor a área em pesquisa, bem como destacar a importância para o mundo do trabalho.

Unidades de Análise: As Empresas de Recrutamento e Seleção

As empresas de recrutamento e seleção foram escolhidas sob o critério tempo de atividade na cidade de Belo Horizonte. Tal critério se justifica em virtude do leque de experiências que essas empresas tenderão a apresentar. Neste caso, adota-se o critério de dez anos, uma vez que na última década o tema desta pesquisa é mais recorrente, na academia e na mídia.

Como fonte de informação recorreu-se ao serviço de busca do Google e as empresas de recrutamento de seleção de trabalhadores foram escolhidas sob o critério tempo de atividade, na cidade de Belo Horizonte. Os sujeitos da pesquisa, ou seja, os indivíduos participantes das entrevistas foram indicados pelas próprias empresas, tornando-se, portanto, seus representantes. A seguir são apresentadas as três empresas de recrutamento e seleção de trabalhadores pesquisadas. As informações foram obtidas por meio de entrevistas realizadas com seus representantes, nos sítios eletrônicos e nos portfólios oferecidos por algumas empresas. Esse quantitativo foi considerado suficiente para as finalidades desta pesquisa. Para resguardar a identidade dos serviços de recrutamento e seleção participantes da pesquisa, as empresas serão identificadas pela sigla R&S (Recrutamento e Seleção), seguida de um código numérico

referente à ordem das entrevistas: R&S1, R&S2, R&S3. Cada empresa pesquisada atua na prestação de serviços em nível organizacional específico: R&S1 recruta e seleciona profissionais para ocupar cargos relativos a média gerência; R&S2 atende demanda por profissionais para o alto comando, posições estratégicas de presidência e diretoria, bem como de executivos para posições táticas de alta gerência, e de gestores em início de carreira. R&S3 atende a demanda das empresas por trabalhadores de nível operacional, temporários ou efetivos. Tais caracterizações permitem análise do processo seletivo nos diferentes níveis organizacional e suas singularidades.

Empresa R&S 1: Fundada em 1992, a empresa é formada por duas sócias que desenvolvem programas de recrutamento e seleção, headhunting, treinamento e acompanhamento de pessoal, bem como terceirização de RH em empresas de grande porte, focando o ramo industrial, na cidade de Belo Horizonte e região, no estado de Minas Gerais. Conta ainda com uma equipe de consultores, parceiros, em projetos específicos de recrutamento e seleção. A empresa atende a demanda das organizações por profissionais em nível tático de gerência, sênior. Em 27/08/2015 foi entrevistada uma das sócias da empresa prestadora de serviços R&S1, psicóloga, pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos com 23 anos de experiência na área.

Empresa R&S 2: Em 02/09/2015 foi entrevistado um dos sócios da empresa prestadora de serviços R&S2, administrador, comunicador social, tecnologia da informação, pós-graduado em gestão de negócios, com cinco anos de experiência em recrutamento e seleção de executivos para o alto comando das empresas em posições estratégicas; de profissionais com conhecimentos específicos de determinado mercado, nas áreas da indústria, varejo, serviços, saúde, educação, tecnologia da informação e comunicação e de profissionais em início de carreira para nível de suporte a gestão. A empresa está no mercado há vinte anos e presta serviços para todo o Brasil e exterior.

Empresa R&S3: Em 09/09/2015 foi entrevistado o coordenador da empresa R&S3, psicólogo, com quinze anos de experiência em recrutamento e seleção de trabalhadores para o nível tático e operacional. A empresa está no mercado há 41 anos atuando com programa de estágio, recrutamento e seleção de mão de obra temporária e efetiva em nível operacional, terceirização de serviços em conservação e limpeza, portaria 24 horas, com plantão permanente, mensageiro, recepção e ascensorista, carga e descarga.

O QUADRO 1 sintetiza as características das empresas selecionadas, em consonância com os critérios estabelecidos, bem como dados pessoais de seus representantes, indicados pelas próprias empresas, para participarem da entrevista.

Quadro 1
Empresas Prestadoras de Serviço de Recrutamento e Seleção de Trabalhadores

Empresas de R&S selecionadas		Entrevistados	
Nome (fictício)	Experiência	Função	Experiência
R&S 1	23 anos	Sócia	23 anos
R&S 2	20 anos	Sócio	5 anos
R&S 3	41 anos	Coordenador	15 anos

Fonte: A autora.

Crítérios para análise dos dados coletados

Os critérios para análise dos dados coletados nas empresas de recrutamento e seleção surgiram das falas dos sujeitos de pesquisa e da teoria pertinente ao tema desenvolvido. A escolha desses critérios emergiu do problema de pesquisa enunciado na Introdução, o qual norteou os rumos de toda a investigação. Após a transcrição, leitura e releitura dos conteúdos das falas dos entrevistados, em função do roteiro da entrevista, os critérios de análise foram estabelecidos, conforme registra o QUADRO 2 a seguir.

QUADRO 2
Crítérios e subcrítérios para análise dos dados

Processo de Recrutamento e Seleção: critérios		
1 Práticas das empresas de R&S	2 Processo Seletivo	3 Perspectiva do recrutador sobre o candidato LGBT
1.1 Captação da demanda das empresas contratantes	2.1 Entrevista	3.1 Áreas de atuação
1.2 Construção do perfil profissional demandado	2.2 Análise do perfil ofertado	3.2 Ambiente de trabalho

Fonte: A autora

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise das práticas dos representantes das empresas de R&S para atender as demandas das empresas contratantes permite identificar o princípio da heteronormatividade ou da diversidade sexual norteador das ações dos serviços de recrutamento e seleção na busca por trabalhadores.

Captação da demanda das empresas contratantes e construção do perfil profissional demandado

Os serviços de recrutamento e seleção, ao serem contratados, analisam a necessidade de pessoal da empresa contratante. Para Almeida (2004), cada processo seletivo possui características próprias, visando a satisfazer as necessidades específicas, momentâneas da empresa contratante.

Essa particularidade pode ser confirmada na fala do representante da Empresa R&S2, ao afirmar que “a partir da demanda gerada pelo cliente, criamos o perfil da vaga juntos e é a hora que esse perfil vem à tona: como esse gestor é, qual o perfil dele”. O entrevistado R&S2, seleciona e recruta para empresas de grande porte, multinacionais, para cargos de nível estratégico, como presidência e nível tático, cargos de alta gerência. “Na construção do perfil eu converso não só com o RH, mas com o gestor que ele (candidato) vai trabalhar. Essa afinidade entre perfis que eu tento bater na hora da entrevista”, afirma R&S2.

A prestação de serviços de recrutamento e seleção de R&S1 é centralizada no ramo industrial, nível tático, cargos de média gerência. O perfil demandado é composto segundo R&S1 em face do perfil da empresa, do gerente, ao qual o candidato estará subordinado e o que a organização espera do candidato. “Porque muitas vezes a gente tem acesso ao perfil da empresa. Nós temos acesso a quem é esse gerente com quem a pessoa vai lidar e quem é esse grupo que o (LGBT) espera”.

O entrevistado R&S3 trabalha para empresas que demandam mão de obra efetiva e temporária para o nível operacional e segundo ele “a gente recebe esse perfil pronto”. A coleta de dados na empresa contratante é realizada por meio de visitas “Nós temos os consultores, o pessoal do comercial, que vai até o cliente e pega esse perfil... que o cargo, horário de trabalho, salário, tarefas, experiência.” Com base nessas informações “a gente trabalha a vaga”. Para R&S3 quando o cliente traça o perfil geralmente ele tem uma experiência positiva com um funcionário e ele quer uma pessoa igualzinha que ele tinha antes e neste caso, seja LGBT ou heterossexual.

Processo seletivo e o princípio da heteronormatividade e da diversidade sexual

O princípio da heteronormatividade abarca um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio dos quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada em vários espaços: na família, na escola, no trabalho, como a única possibilidade natural e legítima de expressão desconsiderando quaisquer outras orientações sexuais ou identidade de gênero (ETHOS, 2013). O princípio da diversidade sexual abrange a perspectiva da promoção dos direitos humanos e o

combate a todas as formas de discriminação e violência às diferentes orientações sexuais e identidade de gênero. Visa à promoção da diversidade por meio da busca do conhecimento sobre as questões que envolvem a sexualidade humana (ETHOS, 2013).

A gestão de pessoas envolve ações na busca e seleção de profissionais para trabalhar na empresa. Dutra (2009, p.58) salienta que “a efetividade da gestão estratégica de pessoas está relacionada à clareza por parte da empresa sobre o que ela espera das pessoas”. Gil (2010, p.92) explicita “que uma seleção adequada envolve a definição de critérios estabelecidos nas políticas de pessoal”. Assim, na entrevista com os representantes das empresas buscou-se identificar critérios adotados nas organizações no tocante a inclusão da diversidade sexual.

Na entrevista com R&S2 foi possível verificar que o discurso da diversidade no processo seletivo emerge na construção do perfil “é nessa hora que as minorias aparecem [...] todas as minorias [...]” e esclarece R&S2

“esse tema (diversidade sexual) está diretamente ligado a um preconceito muito forte das organizações, dos gestores, do perfil do executivo[...] existe preconceito, existe raízes mais profundas [...] não é raro eu ter de lidar com clientes e processos seletivos onde o preconceito dita a minha busca e em várias esferas. Preconceito acadêmico, aparência, peso, idade, gênero, sexualidade...todas as minorias. Então, em alguns casos uma coisa, em outros, outra coisa. Isso varia, mas não é raro” R&S2

Tal realidade é corroborada por R&S1 “[...] o preconceito não recai somente ao [candidato] LGBT. As pessoas tem preconceito com a obesidade, tem preconceito contra o baixinho demais.” “Então esse preconceito não é exclusivo dessa classe.”, e explica R&S1

“Seleção tem que ter empatia. Então, o preconceito existe, mas não é falado, em todas as áreas, com o negro, a mulher, não é privilégio das pessoas LGBT. Hoje, nós perdemos candidatos que são gordos demais, magros demais; que são feios ou bonitos demais, que são ricos.” R&S1

R&S3, por outro lado, explica:

“... no processo seletivo o meu foco não é na pessoa, no que tange a opção sexual. O meu foco é no profissional, no que ela vai fazer, porque hoje a empresa busca o melhor para ela...o mercado está muito competitivo e cada empresa tem uma política, tem um jeito de entrevistar” R&S3

e pondera: “Mas a palavra final é sempre do cliente, e quando a gente consegue a pessoa que se encaixa no perfil, é encaminhado e é ele (cliente) que vai decidir com quem ele vai ficar”

Dessa forma, conclui R&S1 “num processo seletivo o direito de escolha é da empresa contratante... se eu encaminho dois candidatos e um deles é LGBT e escolhem o heterossexual, é semelhante (o processo de escolha) ao encaminhamento de dois engenheiros, um dos

candidatos será o escolhido. É critério da empresa, por exemplo, escolher um candidato que resida mais próximo à organização.

No entanto, salienta R&S2

“o discurso da diversidade vende ...as pessoas gostam de ouvir e é mais fácil eu falar que trabalho com a diversidade. Mas na prática a empresa tem acionistas, tem sócios que são capitalistas e querem o dinheiro o quanto antes. Então, processo seletivo é básico, quanto mais rápido você fecha menos oneroso fica o seu processo e pra ele ficar mais rápido você tem que buscar exatamente o que a empresa quer” R&S2

Assim, esclarece R&S2 “fica aquele comodismo de ambas as partes, e eu sinto que é o meu cliente que determina o perfil do seu funcionário” ou seja, a inclusão da diversidade sexual depende de critérios estabelecidos pelas empresas contratantes, os prestadores de serviços de recrutamento e seleção de trabalhadores atendem demandas.

O processo da entrevista e a análise do perfil ofertado

O instrumento inicial para obter informações iniciais sobre o candidato é o currículo (GIL, 2010) nesse sentido afirma R&S1:

“quando as pessoas comparecerem aqui, (agência), eu tive acesso apenas ao *Curriculum* dela, e no *Curriculum* eu não sei o que é que vai aparecer aqui pra mim. Então, eu chamo esperando um sexo masculino ou feminino. Agora a distinção sexual, ou a escolha sexual, o gênero...isso eu só fico sabendo quando a pessoa se apresenta aqui pra mim.” (R&S1)

Dessa forma, para obter dados em profundidade o candidato é chamado para a entrevista, instrumento da seleção de pessoas que possibilita o contato direto com o candidato e a identificação da sua capacitação do candidato para exercer o cargo a ser preenchido (GIL, 2010). Assim, o processo de entrevistar o candidato tem o propósito de conhecê-lo melhor como explica R&S2:

“O caminho é muito mais (análise) do momento atual dele...pra avaliar se ele gosta da empresa em que está, pra avaliar em que medida ele se incomoda com as coisas que acontecem lá...buscando descobrir as principais atividades; em que medida ele está satisfeito e quais são os desafios que ele encontra. É nessa análise de perspectiva, do que ele quer, do que ele busca e a análise do perfil pessoal dele [...].

Na entrevista R&S3 confronta o perfil demandado pela organização com o ofertado pelo candidato

“E aqui, conversando com candidato, a gente já entende se a pessoa tá no rumo que o cliente está querendo em termos de exigência, de formação, de postura. Aí gente separa essas pessoas pra uma seleção mais apurada como uma dinâmica de grupo, avaliação psicológica...tem cliente que quer” (R&S3)

Na entrevista, salienta R&S1, “abordo tudo”, ou seja, aborda vida pessoal, inclusive sexualidade, experiência profissional, “ a pessoa fala se quiser”

Assim, um elemento determinante para a inclusão da diversidade sexual de acordo com os recrutadores e selecionadores pesquisados é a atitude demonstrada pelo candidato LGBT diante da própria sexualidade durante a entrevista.

A perspectiva do recrutador sobre o candidato LGBT

A análise do recrutador sobre o candidato LGBT, segundo R&S1, recai na atitude, um dos elementos da competência (saber, saber-fazer e saber-ser) demonstrada na entrevista

“...e quando ela se apresenta, eu falo que é muito mais da postura desta pessoa se fazer aceita ou não, tá? Muitas vezes ela vai sair daqui, sem eu identificar e muitas vezes ela vai sair daqui, abrindo para mim a escolha sexual dela [...] e dependendo da postura eu acredito na escolha sexual dela e não tem como saber.” R&S1

Por outro lado, afirma R&S3 “...geralmente, no processo seletivo as pessoas aparecem aqui pra mim com uma máscara.”, ou seja, na visão de R&S3 o candidato, independente do gênero ou orientação sexual, “quer mostrar sempre mais” e no caso do LGBT “ele pode ficar enrustido e muitas vezes a gente não consegue perceber, porque é uma coisa muito íntima.” R&S2 diz “dá pra você ver em uma entrevista qual a orientação sexual. Mas tem alguns que tentam camuflar[...] na entrevista na maneira de vestir, de se portar...você vê que ele fica todo travado.” Assim, na perspectiva de R&S1 o candidato é analisado na relação entre comportamento, sexualidade e profissionalismo,

“e isso pra gente é o que vai...é o estilo dela. A postura dela, a maturidade, o como ela mesma se aceita e lida com isso é que vai fazer com que a gente enquanto recrutador acredite que, independente da *escolha* dela, ela possa exercer bem aquela função que eu estou buscando ali, e o impacto que essa revelação...o impacto *disso* no profissional.” R&S1

E, é dessa maneira emerge o critério para encaminhar o candidato LGBT para a empresa contratante é esclarecido por R&S1: “caso aqui eu perceba que o que foi me passado tanto em conduta, postura, que *isso* (características LGBT) não vai interferir no andamento e no desempenho dela, eu apresento ela para a empresa” .

E na visão de R&S3:

“se tem uma pessoa que tem boa experiência, e virar pra mim e falar: ‘olha, moro com um companheiro’, tranquilamente eu converso com o cliente. Agora se um cliente não colocar empecilho nenhum, eu não vou criar caso.”

Tal ponto de vista é corroborada por R&S2: “a pessoa muito segura de sua sexualidade diz: ‘moro com um companheiro meu’” o candidato “abriu sem problema nenhum e se destacou de forma absurda pelo seu conhecimento técnico, simpatia...” Para esse processo R&S2 apresentou duas pessoas: “Ele e uma outra mulher que tecnicamente era boa, e minha recomendação foi clara e o cliente acabou escolhendo ele. Mas infelizmente é raro.”

R&S1 cita o caso de duas empresas multinacionais no qual selecionou candidatos, entre eles havia pessoas LGBT, para dois cargos de nível gerencial:

“Os candidatos competentes, aceitos e desde o primeiro momento que eles passaram aqui a gente já sabia, porém pessoas que tem postura, maturidade, seriedade, que sabem separar o profissional do pessoal. Não se envolvem... não vai cantar [...]”
(R&S1)

Áreas e níveis de atuação

As áreas de atuação nas quais a inclusão da diversidade sexual ocorre é comunicação, marketing e recursos humanos, pontua R&S2. Por outro lado R&S1 salienta “o ramo da construção civil pesada, eles (candidato LGBT) tem alguma limitação. Talvez pelo ambiente ter mais homens... Os homens, trabalhadores na construção civil para qualquer cargo” afirma R&S2 rejeitam candidatos LGBT.

A inclusão da diversidade sexual está atrelada à atuação profissional do candidato LGBT, ressalta R&S1:

“Eu acredito na postura deles. São eles que vão demarcar o território. Pode acontecer de um engenheiro de segurança do trabalho que de repente seja um homossexual. Ele está ali com uma equipe de trezentos operacionais e ele mantém a postura e sabe se fazer seguro de si...Mas tem outros que não tem, então pra que você vai expor uma pessoa dessa, né?” R&S1

Elucida R&S3 “teve uma cliente que falou assim ‘gostei daquele rapaz, porque ele vai ser bom no atendimento.’ E ele era LGBT. Ela gostou porque disse que já tinha um funcionário assim que se adaptou na função.”

Dessa forma, a análise das atitudes do candidato permite R&S1 relacionar com maior segurança a relação entre candidato LGBT, ambiente organizacional, adaptação e desempenho “...tem outras empresas que você sabendo do meio que ele vai desempenhar o trabalho dele e que ele vai ser aceito, ele é encaminhado”. Para R&S1 o que conta é a atitude do indivíduo, do candidato “Agora a postura é deles, o trabalho, a pessoa bem resolvida, ela é bem resolvida? Então ela não passa dúvidas, ela não passa insegurança, qualquer atitude positiva ou negativa é da pessoa é a atitude dele.”

O desafio do entrevistador é avaliar o candidato numa dimensão heteronormativa, preconceituosa, discriminatória ou da diversidade sexual “então, o preconceito pode estar aqui comigo. Por quê? Porque eu vou apresentá-la... ou não? Mas depende dessa postura dela”
R&S1.

Nesse contexto, assevera R&S3: “Essa questão de sexualidade... é claro que se a pessoa não for muito gritante e eu for mandar para o cliente, ele pode falar alguma coisa.”

Por outro lado, segundo R&S2: “...você vê que ele fica todo travado [...] porque se eu colocar ele numa empresa ele não vai conseguir ficar o dia inteiro travado tem outros que chegam e ficam como ele é.” Quando um candidato se apresenta com uma atitude “sou mas não posso dizer” R&S2 afirma “quando eu encontro essa barreira me prejudica enquanto entrevistador a saber quem é essa pessoa de fato.”

Logo, o preconceito e/ou a discriminação ao candidato LGBT, não está no que o candidato diz sobre si, “sobre o que ela (a pessoa) contou”, explica R&S1, mas no comportamento demonstrado por meio da atitude e isto é válido para todos os candidatos:

“Pode ser um homem, uma mulher. Eu estou avaliando a conduta. Então nesse caso, se eu achar que qualquer um (candidato, independente de sexo, gênero) que vier aqui, e na conduta apresentada, esse comportamento aqui, vai impactar negativamente diante do meu cliente, então eu não vou apresentá-lo, eu não vou encaminhá-lo.”

Ambiente de trabalho

Salientam os recrutadores e selecionadores que o ambiente de trabalho impõe vestimenta adequada e isto é inserido independentemente de gênero ou orientação sexual. Todavia, R&S1 ressalta o cuidado com a apresentação pessoal:

“Quando solicitam um candidato do sexo masculino e aparece aqui uma pessoa toda vestida de mulher eu não encaminho para a organização. Da mesma forma não encaminho um candidato que se apresenta com vestimenta não adequada ao ambiente organizacional. Eu enquanto recrutadora não vou mandar uma pessoa que é homem e que esteja maquiado, de batom. Eu oriento: ‘pra você é tranquilo trabalhar assim?’ Eu procuro entender se ele é assim e me preocupo com ele também, o quanto essa pessoa vai sofrer ou não no ambiente organizacional, da vaga em aberto.” R&S1

Além disso, salienta R&S1

“[...] porque tem pessoas que aproveitam realmente o ambiente masculino para estar no meio propício pra ele, entendeu? Tem muito homossexual que fala assim: “ah eu gosto de trabalhar em indústria” “eu adoro trabalhar nesse público” porque ele sabe que ali ele vai estar no meio que ele quer, que é o prazer para ele estar ali. Então, ele está misturando as coisas, está indo buscar no trabalho uma satisfação de outros aspectos.”

A relação entre candidato LGBT, comportamento e o impacto na organização, na visão de R&S1.

“Se encaminhar para organização uma pessoa LGBT que vai impactar com o que tem ali, não interessa. Ela vai pra lá pra ser algo diferente ou pra mostrar, ou pra agredir até, por que tem pessoas que agridem. Eles chamam a atenção e querem estar em destaque é coisa de conduta. Eles querem ser aceitos e vão para um lado não tão profissional, muitas vezes rebelde e não profissionais. Não são todos, por isso é um aspecto individual.” R&S1

Nesse ponto da entrevista, R&S1 diz: “Por isso que eu falo...LGBT...porque são um grupo diferente do normal.”, ou seja, este entrevistado deixa transparecer o padrão heteronormativo no processo de recrutamento e seleção de profissionais.

“Mas posso te falar? Eles são muito amáveis assim no geral e tem empresa que veem *isso* como uma aberração. Tem gente que é uma aberração como natureza. Porque se a pessoa vai pro trabalho sempre decotada demais, extravagante na maquiagem, ela é uma aberração. Então, eu estou falando de aberração desde que ela não choque o ambiente. Pra chocar ou não, eu acho que isso é muito pessoal e não sinto que se a pessoa tiver uma experiência boa... Eu fiz seleções maravilhosas onde trabalhavam pessoas bissexuais, homossexuais, polígotas que não foram discriminadas nenhum minuto.” (R&S1)

Por outro lado, de acordo com R&S3, os clientes não restringem o acesso ao candidato “tem muito tempo que não escuto isso”. Ao ser indagado sobre preconceito R&S3 afirma “já aconteceu o contrário”.

Para R&S1 a empresa não exclui o candidato LGBT mas o próprio candidato devido ao seu comportamento. Nesse contexto, as organizações estão preparadas para receber uma pessoa LGBT desde que,

“ela, a organização, não seja impactada, não sofra nenhum prejuízo e que você tenha um bom clima de trabalho. Porque ela visa lucro, quer resultado, que você tenha bom desempenho, se tecnicamente você está, mas a sua postura e o seu relacionamento vai prejudicar... a empresa não quer. A empresa nunca sabe se está preparada para receber uma pessoa LGBT. A pessoa que tem que ir e com a postura dela, o jeito dela ser, ela mostrar que não vai causar nada de negativo, no que existe ali.”

Assim, a inserção da diversidade sexual nas organizações depende da análise do R&S sobre o candidato LGBT verificando o perfil ofertado e ambiente organizacional “esta pessoa do jeito que ela é, do jeito que ela está se apresentando aqui, ela vai ser aceita nessa empresa ou não?”; a capacidade de adaptação do candidato ao ambiente organizacional “Ela vai ser adaptada ao contexto que já existe ou não?” e ao final há a chancela do recrutador R&S1 “e aí, tem meios que eu sei que ele vai sofrer muito, que ele vai ser rejeitado, que ele vai ter dificuldade, aí eu vou poupá-lo, no sentido de não ser feliz lá, de não vai fazer um bom trabalho. Muitas vezes, a gente não encaminha mesmo por essas condições” finaliza R&S1.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, entende-se como desafio para a inserção da diversidade sexual no mundo do trabalho o resultado da análise do prestador de serviços em recrutamento e seleção sobre a demanda da empresa contratante, o perfil profissional demandado, o perfil ofertado pelo candidato. A contratação do profissional LGBT depende da sua atitude frente à própria

sexualidade e a receptividade do ambiente organizacional às pessoas LGBT, na visão do recrutador. As perspectivas referem-se à implantação de políticas públicas destinadas à população LGBT visando seu acesso ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.C.; MARTINS, M.A.C. **Discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no mercado de trabalho**: uma visão crítica sobre a jurisprudência trabalhista no Brasil. RIDB, ano 2, n.º.12, 2013 Disponível em: <<http://idb-fdul.com>>. Acesso em: 30 out. 2014.

ALMEIDA, W. **Captação e seleção de talentos**: repensando a teoria e a prática. São Paulo : Atlas, 2004.

BAUMGARDT D. Os homossexuais e o preconceito no mercado de trabalho frente aos princípios constitucionais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 74, mar. 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7314>. Acesso em: 22 jun. 2015.

ETHOS Instituto. **O compromisso das empresas com os direitos humanos LGBT**: orientações para o mundo empresarial em ações voltadas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. São Paulo: Instituto Ethos, 2013. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Manual-LGBT_Dez_2013.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

GARCIA, Agnaldo e SOUZA, Eloisio Moulin de. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de Homossexuais masculinos no setor bancário. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2010, v.44, n.6, p. 1353-1377. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000600005>. Acesso em: 24 jun. 2015.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2010.

<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/diversidade-sexual-e-benefica-para-empresas-diz-pesquisa> acesso em 24/06/2015.

LAINÉ, Rêmi e MARTEL, Frédéric. **A luta gay**: amar não deveria ser crime. Dirigido por Rêmi Lainé e Frédéric Martel. França: France Television e UR Swedich Television, 2014, documentário único (58:20 min) legendado, colorido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kUjN2RX0fpk>. Acesso em: 01 nov. 2014.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MECCHI, C.L.; LIMONGI FRANÇA, A.C.; **Diversidade sexual e políticas de gestão de pessoas: um estudo exploratório em três empresas de grande porte**. Monografia FEA USP, São Paulo, 2006. Disponível em:



<<http://www.ead.fea.usp.br/TCC/trabalhos/TCC%20Cassiano%20Mecchi.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasil sem homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Discriminação em matéria de emprego e ocupação.** Convenção N° 111. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/node/472>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

ONU. **Conselho de direitos humanos da ONU adota resolução pedindo o fim da homofobia.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conselho-de-direitos-humanos-da-onu-adota-resolucao-pedindo-fim-da-homofobia/>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

PNUD. **Manual promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho projeto** “Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia”. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids (UNAIDS), 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/MANUAL_completo_DireitosHumanosLGBT.pdf>. Acesso em 24/06/2015

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

REVISTA EXAME. **Diversidade sexual é benéfica para empresas.** Disponível em

RICHARDSON, Roberto. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOCAOS. **Pesquisa Demitindo preconceitos.** Disponível em: <http://www.demitindopreconceitos.com/> <http://www.santocaos.com.br/>. Acesso em: 23 jun. 2015.

SIQUEIRA, M. V. S.; FERREIRA, R. C. & ZAULI-FELLOWS, A. Gays no ambiente de trabalho: uma agenda de pesquisa. In: ENCONTRO DA ANPAD – EnANPED, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2006/GPR/2006_GPRA1782.pdf>. Acesso em: 05 jan. 18.

UNAIDS BRASIL. **Nascidos livres e iguais:** orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos. Brasília: UNIAIDS, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

A LOOK AT SEXUAL DIVERSITY IN THE WORLD OF WORK

Abstract: *This is the analysis of the recruitment and selection of LGBT workers in the workplace. Three recruitment and selection companies from Belo Horizonte were surveyed. The data indicate as a challenge to the contracting of the LGBT professional the evaluation of the recruiter about the attitude of the candidate towards the sexuality itself, linked to the organizational environment open to sexual diversity. The perspective refers to the implementation of public policies aimed at the LGBT population aiming at their access to the world of work.*

Keywords: *LGBT. Recruitment and Selection of Workers. Public Policy.*

A PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16 COMO PRODUTO DA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

MARTINS, Egídio¹- egidio@ufpa.br.
Universidade Federal do Pará - Campus Cametá/Pará.
Trav. Padre Antônio Franco, 2617 - Bairro Matinha,
68400-000 – Cametá – Pará – Brasil

SILVA, Valdileia Carvalho da²- valdileia.silva@cameta.ufpa.br.
Universidade Federal do Pará - Campus Cametá/Pará.
Trav. Padre Antônio Franco, 2617 - Bairro Matinha,
68400-000 – Cametá – Pará – Brasil

***RESUMO:** O presente artigo é resultado de pesquisa desenvolvida no doutorado na linha de Políticas Públicas Educacionais, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Pautou-se no materialismo histórico dialético, considerando abordagem qualitativa, com ênfase no estudo de caso. Os dados foram coletados através da entrevista semiestruturada e análise documental. O tratamento dos dados seguiu as orientações da análise de conteúdo. A práxis política dos pescadores da Z-16 é construída a partir da organização socioeconômico, político e formativo ao longo do processo histórico, materializada no cotidiano das relações internas e externas da entidade. São ações que possibilitam os pescadores garantirem subsistências, ao mesmo tempo constroem instrumentos de lutas que se contrapõem a lógica da classe dominante.*

***Palavras-Chave:** Práxis política, experiência histórica, fração de classe.*

INTRODUÇÃO

¹Dr. Em educação pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação-GEPTE/UFPA. Docente da UFPA-Campus Universitário do Tocantins- Cametá/Pará.

² Mestranda em Currículo e Gestão da Escola Básica pelo Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica- UFPA / membro do grupo de estudos e pesquisas sobre trabalho e Educação-GEPTE/UFPA/ Belém/Pa. Endereço: 2617,.

O presente artigo é parte de resultado de pesquisa desenvolvido no doutorado defendido em julho de 2017, com objetivo de analisar a dinâmica da organização dos pescadores da Z-16³. Como inquietação da pesquisa questionou-se: o que mobiliza os pescadores da Z-16 se organizarem em torno de uma entidade representativa? A motivação desses sujeitos está articulada com sua condição de existência, de produção de subsistência para garantir a própria vida.

No contexto das organizações dos pescadores há mobilização de diversas formas para dar conta da demanda da estrutura do movimento, como por exemplo, promovem reuniões com os membros da coordenação da entidade, realizam encontros com os coordenadores das diversas localidades que compõem o movimento, planejam assembleias com os pescadores filiados, entre outros. São formas de articulações dos pescadores que revelam potencial de mobilização política, em benefício do coletivo, ou melhor, revelam práxis política no contexto de suas atividades.

Práxis política, porque os pescadores se movimentam interna e externamente em organizações teórico-prático recíproco. Um movimento que se articula com suas experiências históricas, em prol do coletivo. Esse posicionamento é produto de análise socioeconômica da sociedade vigente, produzida pelos pescadores. Dessa forma, esses sujeitos constroem alternativa de transformação. Uma *práxis* que se articulam com a análise de Gutiérrez (1998, p. 19) quando destaca que “a esta altura do século torna-se impossível, até para educadores medianamente conscientes, desligar as implicações econômicas, sociais e políticas de suas atividades pedagógicas” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 19).

É nesse sentido que o presente ensaio pretende contribuir, destacando que a construção do saber não é exclusiva do espaço escolar, institucionalizado, mas também é produto das relações sociais, num processo histórico e dialético. Ao mesmo tempo é *práxis* política imbrincada de saber experiencial desenvolvida pelos pescadores como instrumento de análise

³ Embora o termo colônia possa suscitar a imagem de um coletivo de pescadores vivendo da pesca à margem de um rio, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 é bem mais que isso. Ela se constitui na entidade representativa de classe [dos sujeitos pescadores do município de Cametá-Pa], reunindo [...] associados de diferentes comunidades do município [...], com sede na Travessa Porto Pedro Teixeira, nº 165, bairro de Brasília, cidade de Cametá. Sua fundação data de 1923 (BARRA, 2004, p. 31). Destaque-se que a presente pesquisa foi desenvolvida a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, presente no município de Cametá, situado na região Nordeste. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), o município de Cametá apresenta uma população de 120.896 habitantes, dentre os quais 52.838 habitantes encontram-se na zona urbana e 68.058 estão na zona rural. Em termos percentuais, 56,29% da população é rural enquanto que 43,71% é urbana. Ou seja, um grande percentual da população cametaense reside nas ilhas e setor de estradas, que acabam, não raro, constituindo a zona rural do município cametaense.

da realidade vigente, para construir alternativa de resistência contra uma lógica que não possibilita a inserção dos trabalhadores/pescadores ao acesso com dignidade aos direitos sociais.

A Z-16, é um exemplo de organização social de trabalhadores, pescadores que reconheceram a partir de sua realidade uma política imposta por uma classe que monopoliza as relações de produção, essas centralizações das forças produtivas provocam drásticas consequências para a sociedade, como por exemplo, redução de recursos para área trabalhista, educação, saúde e entre outros. No contexto das centralizações há um conjunto de acordos firmados entre os empresários e o Estado. Esse que deveria apresentar políticas consistente para a maioria da sociedade, se fecha em gabinete com os “homens de negócios” para construir políticas em prol daqueles que detém o poder aquisitivo.

Do ponto de vista metodológico, as análises construídas neste ensaio pautaram-se no materialismo histórico dialético (MARX, 2008a) tendo os dados coletados a partir da orientação da aplicação de entrevistas semiestruturas (THIOLLENT, 1985), fazendo-se uso ainda da análise documental (EVANGELISTA, 2012). As entrevistas foram direcionadas a partir de dois eixos temáticos, são eles: A atuação política da Colônia para com seus afiliados e; luta da Colônia no cotidiano da *práxis* política dos pescadores da Z-16.

O texto está estruturado em dois tópicos. No primeiro destaca a *práxis* política e a experiência coletiva dos pescadores, chamando atenção para a *práxis* política como ação materializa no contexto das experiências históricas e dialéticas dos pescadores; no segundo analisa a *práxis* política como produto das relações de produção-formação dos pescadores, destacando que o processo de formação dos sujeitos analisados se efetivam num movimento dialético, de produção-formação, de modo que ao mesmo tempo que os pescadores desenvolvem atividades de subsistência, formam-se como sujeito político crítico da realidade vigente.

***Práxis* política e a experiência coletiva dos pescadores**

As organizações históricas que proporcionam as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 impulsionam a materialização dos espaços socioeconômico, político e formativo, que ultrapassam os saberes técnicos da profissão. Esses sujeitos, ao produzirem relações de produção para suprir suas necessidades básicas, se formam também como sujeitos ativos de uma fração de classe e contestam a estrutura do poder

instituído. O modo como vivem, sua cultura e política e a forma como produzem contribuem para afirmação dos pescadores da Z-16 como sujeitos históricos.

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nesta exata medida não constitui uma classe (MARX, 2000, p. 174).

Assim, considera-se classe como “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série se acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico” (THOMPSON, 2011, p. 9). É esse movimento aparentemente desconectado que faz com que um conjunto de pescadores vão aprendendo com suas experiências históricas e construindo-se coletivo de sujeitos, conforme se pode observar na fala do Pescador 10: *“O trabalho do coordenador de base é fazer reunião com nós, explicar as ações discutida na reunião da executiva da Colônia, orientar, encaminhar as demandas da comunidade, repassar as orientações para todos os pescadores sobre as ações que podemos ou não fazer.”*

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2009) destacam que, ao produzir as relações materiais, de acordo com suas necessidades sociais, os homens produzem também suas condições ideais, uma relação histórica e em constante movimento. Assim, a Z-16, enquanto coletivo de pescadores, não é uma estrutura estática, pois está em movimento de transformação, como um fenômeno histórico, produto das relações socioeconômicas, políticas e formativas: “[...] a história de todas as sociedades que existem até nossos dias tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2009, p. 8). Do mesmo modo, a Z-16 não está ausente dessas lutas, uma vez que se trata de um coletivo de pescadores que tem produzido experiências de luta, de organização, de produção-formação e de *práxis* política.

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa (THOMPSON, 1981, p. 99)

Certo é que a história da sociedade tem sido a história das lutas de classes, porque os interesses vitais estão em disputa e a classe que está no controle dos meios de produção requer manter e ampliar suas produções, explorando a classe que conta com sua força de trabalho,

porque “[...] a burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados” (MARX; ENGELS, 2008b, p. 12).

Essa burguesia, segundo Marx e Engels (2008b), ao mesmo tempo que construiu um conjunto de instrumentos para manter e ampliar seus poderes político-econômicos, construiu estruturas socioeconômicas que possibilitaram também a criação da classe de novos operários modernos, que sobrevivem do trabalho, porém limitou a ampliação de novos postos de trabalho, condicionando-os à ampliação do capital. Analisando a sociedade a partir das lutas de classes, Marx e Engels (2008b) enfatizam as disputas entre burguesia e o proletariado. Esta última, vendo seus direitos negados, iniciou um conjunto de organizações para construir espaço também na esfera do poder político. É nessa perspectiva que entendemos o coletivo dos pescadores da Z-16, entidade que articula *práxis* política no interior e frente ao Estado, por meio de representantes no legislativo ou executivo, conforme fala o Pescador 9: “*A Colônia sempre apresenta candidato nas eleições, seja para vereador, deputados ou prefeitos, o ex-presidente da entidade se candidatou como prefeito pelo PMDB, o prefeito atual é da Colônia, também é candidato pelo PT. Sempre a Colônia elege um vereador*”.

Portanto, os pescadores da Colônia Z-16, assim como outros trabalhadores em diversos lugares do mundo e em períodos históricos diferentes, se organizam e se mobilizam, com suas experiências, contra a exploração nas relações de trabalho impostas por uma classe que detém o poder material, uma vez que “[...] a relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismo mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal” (THOMPSON, 2012, p. 31). É nessa perspectiva que podem ser analisadas as experiências de luta histórica dos pescadores da Z-16, como ação para garantir sua subsistência, mas, ao mesmo tempo, produtoras de saberes, valores e modo de vida, que se contrapõem aos interesses da classe dominante.

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2011, p. 290).

É evidente que os pescadores da Z-16, não estão se organizando com objetivo exclusivo para lutar contra a classe dominante e tomar o poder do Estado, como orienta Marx

(2008, p 23): “[...] os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário. Fundam organizações permanentes, de modo a se prepararem para a ocorrência de ondas esporádicas de sublevações”. Esses trabalhadores/pescadores da Z-16 estão, sim, construindo lutas no seu cotidiano, com suas experiências socioeconômicas, políticas e formativas, em prol do coletivo da entidade, como expressa o Pescador 7: “[...] *necessitamos trabalhar mais a conscientização e acordos de pesca. Além disso, temos projetos de mel de abelha, poços de peixes, que necessita de orientação técnica, são ações que esse ano vamos trabalhar para funcionar*”. São ações e experiências que esses sujeitos constroem em suas relações de produção-formação, formando-se, ao mesmo tempo, como fração de classe num contexto diversificado.

Existe atualmente uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado em Marx, em seus escritos históricos, mas o erro deturpa muitos textos “marxistas” contemporâneos. “Ela”, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção (THOMPSON, 2012, p. 10).

Nesse sentido, a fração de classe, aqui representada pela Colônia Z-16, também vem se constituindo como instrumento de luta em prol de sua subsistência, e, simultaneamente, está construindo experiência que se configura nos moldes da contra-hegemonia: “[...] a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, de Cameté, constitui-se como materialização de um instrumento de luta e de organização desses trabalhadores, na perspectiva de contradição de classe” (RODRIGUES, 2012, p. 91). Nessa mesma direção, Martins (2011) reforça que:

A Colônia de Pescadores de Cameté se tornou um instrumento de luta dos trabalhadores da pesca que vem se concretizando no contexto da comunidade cametaense e que, a atividade desses trabalhadores requer uma estrutura que valoriza a sua própria realidade, ou seja, o rio, a pesca, o casco, a malhadeira: instrumento se seus trabalhos. Esses trabalhadores vêm construindo uma organização pautada nos saberes dos seus trabalhos. Saberes esses construídos na luta dos pescadores no contexto social (MARTINS, 2011, p. 51).

Portanto, a *práxis* política desses pescadores se materializa no cotidiano de sua existência, a partir do momento em que começam a se organizar em coletivos de pescadores, denominados, por eles, *coordenações de base*⁴, como seguimento da *coordenação executiva*,

⁴ A coordenação de base é um órgão mobilizador, com função de organizar os pescadores de uma determinada localidade, é formada por pescadores filiados à Colônia Z-16, coordenado por um pescador residente na localidade, com direitos e deveres assegurados no Estatuto da instituição. Um dos direitos do coordenador é regularizar e manter informado os associados de sua situação perante a diretoria (MARTINS, 2017, p. 121).

cuja referência é o espaço urbano de Cametá, no qual vão construindo, formulando propostas alternativas para direcionar suas ações.

Temos quase 100 coordenações de base de pescadores no município, em todas as coordenações são tratados assuntos de meio ambiente, acordos de pesca, para tentar conscientizar sobre a forma inadequada de usar os instrumentos de pesca, como: malhadeira fina, para não colocar em qualquer lugar, pesca com flecha no fundo, entre outras maneiras de pescar que prejudique a comunidade. Se não tratarmos de organizar nossa pesca de forma consciente, o pescado pode acabar, se isso acontecer como fica o seguro-defeso? Acaba também, então tem que cuidar, senão todos nós podemos ser prejudicados (PESCADOR, 7).

A coordenação de base, organizada aproximadamente em 80 núcleos coletivos, tornou-se um instrumento político dos pescadores, para se fortalecerem enquanto homens e mulheres que pertencem a uma fração de classe. São essas ações políticas, construídas nos coletivos de pescadores, que vão se caracterizando como *práxis* política, em prol de seus interesses, mas, ao mesmo tempo, construindo mentalidade de coletividade, fortalecendo uma cultura própria de valorização, cuidando do rio e do pescado, a fim de garantir a subsistência da geração atual, bem como da geração futura. Nesse sentido, Marx (2012b, p. 82) comenta que, “[...] considerando que a libertação política e econômica da classe trabalhadora só é possível se esta trava a luta de maneira conjunta e uniforme, [...] organização uniforme, que, no entanto, possibilita a cada indivíduo exercer sua influência para o bem da coletividade”.

A coletividade dos pescadores da Z-16 se efetiva nas coordenações de base, organizadas pelos pescadores em suas comunidades e articuladas com a coordenação executiva. Elas promovem diversos instrumentos políticos democráticos, como reuniões, assembleias, planejamentos anuais, entre outros. São instrumentos organizativos, formativos dos pescadores, onde materializam suas ações para encaminhar e executar propostas para o bem dos pescadores.

Através de reunião, que a gente se reúne é discutido a importância que tem a pesca, pois é necessário a preservação dos rios em cada localidade, organizada pela coordenação de base, a preservação é feita uma parceria Colônia e IBAMA, uma parceria para contribuir na preservação dos rios, igarapé para que possamos ter peixe abundante. Esses assuntos são acertados nas nossas reuniões, com a presença de todos os pescadores (PESCADOR, 6).

Por conseguinte, os pescadores vão se formando como sujeitos construtores de *práxis* política, inter-relacionada com os aspectos da produção-formação desenvolvidos no interior de sua organização. Essa experiência apresenta uma forma de produzir contextualizada com sua maneira de viver, de interpretar o espaço onde esses sujeitos estão inseridos. Enfim, trata-se de

uma relação de produção e construção do coletivo de pescadores que vai se confundindo com o próprio processo histórico de sua atuação.

Os homens e mulheres [...] retornam como sujeitos dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e com antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] da mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

A reunião articulada pelos pescadores é um espaço de construção política e, ao mesmo tempo, de formação de uma fração de classe, que tem interesses econômicos comuns que vão se materializando a partir do próprio movimento. Uma organização que está voltada para dar conta do cotidiano desses sujeitos, que se afirmam em oposição à lógica da classe dominante, em um processo construído a partir das experiências concretas da pesca; são, enfim, ações que se articulam com o posicionamento de Thompson (2012, p. 12), para quem “[...] os instrumentos físicos da produção eram vistos, numa forma direta e mais ou menos compulsiva, como responsáveis pelo surgimento de novas relações sociais, instituições e hábitos culturais”.

Demonstra o autor que a formação e a luta de classes se materializam a partir do cotidiano, da organização dos trabalhadores, como fazem os pescadores da Z-16. Essa luta de classes é, para Chauí (1980), o cotidiano da sociedade civil, que está presente desde as relações familiares até as organizações mais complexas da sociedade. “A luta de classes não é apenas o confronto armado das classes, mas está presente em todos os procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais, ilegais de que a classe dominante lança mão para manter sua dominação [...]” (CHAUÍ, 1980, p. 29). Nesse sentido, os pescadores, no cotidiano de suas relações, constroem sua luta como fração de classe, com uma *práxis* política que direciona suas ações em prol de seus interesses e que, ao mesmo, tempo se contrapõem ao poder instituído.

Nessa mesma perspectiva, para Marx (2012c, 92), “[...] a luta da classe trabalhadora contra a exploração capitalista é necessariamente uma luta política. A classe trabalhadora não pode conduzir suas lutas econômicas nem desenvolver seus direitos políticos sem tomar posse do poder político”. Com relação ao conceito de política, ele está relacionado, segundo Marx (2008a, p. 239), com a ação do homem: “[...] o homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon* (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar”. Ser político é, então, participar das decisões junto com a comunidade, debatendo, discutindo as problemáticas que afligem o coletivo, para construir

alternativas de melhoria das condições de existência, como o fazem os pescadores da Z-16, por meio de suas reuniões, assembleias, ou melhor, por meio de suas relações de produção.

As decisões são feitas do seguinte modo: o órgão maior é a assembleia geral. Nós sempre fazemos reuniões de base. Todo ano a gente visita todas as oitenta coordenações, sempre levando os problemas, os avanços que nós temos. Sempre a gente reúne, discute e senta junto pra nós deliberarmos as ações da nossa Colônia (JOSÉ FERNANDES BARRA apud RODRIGUES, 2012, p. 226).

Assim, a *práxis* política dos pescadores da Z-16 é produto das relações construídas no cotidiano de sua atividade, impulsionada pela necessidade de organizar ações da entidade que possam dar conta das demandas construídas nas relações desses sujeitos. Nesse movimento vão transformando a si mesmos e se contrapondo às ideologias da classe dominante, pois, “[...] pelo trabalho, o sujeito humano se contrapõe ao objeto e se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo” (KONDER, 1992, p. 105).

Práxis política como produto das relações de produção-formação dos pescadores

A postura dos pescadores de se organizarem num coletivo, construindo alternativas de afirmação de uma fração de classe, a partir de uma entidade representativa, é, para Rodrigues (2012, p. 262), uma forma de construção de consciência de sua realidade: “[...] ao tomarem para si as *rédeas* de sua organização, assumiram uma *consciência de classe para si* e não deixaram também de estar dando continuidade às lutas anticapitalista, mesmo a partir de uma luta pontual, como a que realizavam no contexto de sua Colônia de Pescadores”. O posicionamento de Rodrigues (2012) se articula com as observações de Thompson (2012), ao analisar a situação dos trabalhadores numa indústria algodoeira no vale de Aysgarth:

[...] o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da “classe operária”. Isso é revelado, em primeiro, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesse entre todos esses diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes. [...] por volta de 1832, havia instituição da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos –, além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária (THOMPSON, 2012, p. 17).

Assim, a consciência é produto das relações materiais, a partir do momento em que o agente projeta idealmente para alcançar determinados fins. Vázquez (2011) destaca que, antes de o agente alcançar os fins, ou melhor, de realizar seu objetivo por meio da ação, primeiro

idealiza a atividade a ser executada. A ideia surge da relação material que impulsiona a necessidade, produto da consciência. O que se quer alcançar é produto de uma ação planejada conscientemente. Em outras palavras, a realização de um determinado fim é um processo de adequação entre o resultado ideal e o real, e essa relação não precisa ser necessariamente perfeita, de maneira que, no processo de realização, pode haver mudanças.

A atividade humana é, portanto, atividade que se orienta conforme a fins, e esses só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda a ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade. O fim, por sua vez, é a expressão de certa atitude diante da realidade. Pelo fato de traçar um fim, adoto certa posição diante dela (VÁZQUEZ, 2011, p. 224).

A *práxis* política dos pescadores da Z-16 é, de acordo com Rodrigues (2012), uma ação consciente para alcançar determinado fim. Logo, o fim dos sujeitos pesquisados são as transformações de suas condições de existência, provocadas por seus movimentos a partir da entidade que os representa, porque os pescadores reconhecem que, sozinhos, teriam mais dificuldade de conquistar melhores condições de vida e, por isso, organizaram-se em torno da entidade Colônia Z-16, para produzir instrumentos de luta em prol de seus interesses, como destaca o Pescador 3. *“Quando começamos reativar a Colônia, começamos crescer, buscamos financiamento para pescador, fundamos uma associação no Cuxipiari, começamos a trabalhar, com dificuldade, mas conseguimos”*. Os pescadores da Z-16 compreenderam a importância de se organizarem politicamente, construindo espaços na sociedade, uma necessidade⁵ construída a partir da realidade desses sujeitos, como frisa o Pescador 2.

[...] antes não tinha coordenação de pescadores na Vila do Carmo, não tinha, a gente procurou na cidade de Cametá na sede da Colônia, que devia ter um incentivo para pescadores lá no alto Cametá, Baixo Tocantins, então a gente convidou a direção da Colônia foi na época do falecido Juvenal o vice dele era agora o diretor José Fernandes, eles foram fundar uma coordenação lá na Vila do Carmo, nesse dia reuniu 30 pescadores nós éramos três candidatos eu e outros dois, esqueço o nome deles, até conhecido um como José, a gente chama “Cipó”, apelido, e outro Biti, compareceram para votar e vencer a eleição. Na época não era coordenador, era capataz, então essa “companheirada” toda votou em meu nome, todos três, então eu fui nomeado pelo falecido Juvenal como capataz dos pescadores no distrito da Vila do Carmo, então há três anos depois a gente reuniu e veio o nome de coordenador,

⁵ “[...] existe necessidade quando existe uma premissa eficiente e ativa, cujo o conhecimento nos homens se tenha tornado operante, ao colocar fins concretos à consciência coletiva e ao constituir um complexo de convicções e de crenças que atua poderosamente como ‘as crenças populares’. Na premissa devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso de vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa ‘material’ quantitativamente calculável, não pode ser afastado um certo nível de cultura, isto é, um conjunto de atos intelectuais, e destes (como seu produto e consequência), um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos, isto é, que a força de induzir à ação a ‘todo custo’” (GRAMSCI, 1978, p. 122-123).

então nessa altura estou com 16 anos nessa função três de capaz e três de coordenador (PESCADOR, 2).

Na fala do Pescador 2, materializa-se o interesse de participar de uma organização política, que, por sua vez, requer análise crítica da realidade, construída nas relações de produção-formação dos trabalhadores; em outras palavras, é na realidade concreta que o homem materializa as condições necessárias à sua existência, tornando-se alimento para impulsionar a necessidade de mudança.

A reprodução social, lembrou Lefebvre mais de uma vez, é reprodução ampliada de capital, mas é também reprodução ampliada de contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo (MARTINS, 1998, p. 6).

A criação humana se efetiva também pela política, a proposta política de Marx (2013b) para a conquista de uma nova sociedade requer luta coletiva, onde os trabalhadores possam se unir para a tomada do poder, que, por sua vez, deveria ser exercido pelo proletariado. Em outra expressão, o Estado⁶ seria governado pela classe que vive do trabalho e, dessa forma, os meios de produção passariam ao controle dessa classe.

A partir do momento em que o trabalho não pode mais ser transformado em capital, em dinheiro, em renda fundiária, em resumo, em um poder social suscetível de ser monopolizado, isto é, a partir do momento em que a propriedade pessoal não pode mais converter-se em propriedade burguesa, a partir desse instante, declarais que a individualidade está abolida (MARX; ENGLES, 2014, p. 53).

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx apresenta um conjunto de propostas⁷ para os proletários se orientarem após chegarem ao poder. É importante lembrar que, apesar de Marx

⁶ “O objetivo dos trabalhadores que se liberaram da mentalidade tacanha de indivíduos subjugados não é, de modo algum, ‘livre’ o Estado. No Império Alemão, o ‘Estado’ é quase tão ‘livre’ quanto na Rússia. A liberdade consiste em transformar o Estado, de órgão acima da sociedade, em órgão inteiramente subordinado a ela. E ainda hoje as formas do Estado continuam mais ou menos livre, segundo limitem a ‘liberdade do Estado’” (MARX, 2014, p. 120-121).

⁷ “[...] no que toca aos países mais desenvolvidos, de um modo geral podem-se aplicar as medidas seguintes: 1. Expropriação da propriedade fundiária e utilização da renda resultante para as despesas do Estado; 2. Imposto acentuatamente progressivo; 3. Supressão do direito de herança; 4. Confisco da propriedade de todos os emigrantes e rebeldes; 5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo; 6. Centralização de todos os meios de transporte nas mãos do Estado; 7. Multiplicação das indústrias nacionais, dos instrumentos de produção, desbravamento e melhora das terras, de acordo com um plano coletivo; 8. Obrigatoriedade do trabalho para todos, organização de exércitos industriais, em especial para agricultura; 9. Combinação do trabalho agrícola e do trabalho industrial, medidas para a eliminação gradual da oposição entre cidade e campo; 10. Educação pública e gratuita para todas crianças. Supressão do trabalho infantil em fábricas, em sua forma atual. Combinação da educação com a produção material etc.” (MARX; ENGLES, 2014b, p. 60-61).

(2014) ter discutido uma nova alternativa de vida, ou melhor, de mundo, não se pode esquecer que o contexto dos escritos do *Manifesto* era outro, dessa forma, fica evidente que a metodologia de luta hoje também deve se mudar, considerando a realidade do momento.

Nesse sentido, os pescadores da Z-16 vêm construindo uma metodologia de luta que não está restrita à atividade da pesca, mas se articula também nos campos socioeconômico, político e formativo, considerando a realidade dada do momento, desse modo, organizados em diversas coordenações no município de Cameté, esses sujeitos fazem parte de uma organização maior que busca inseri-los numa entidade representativa. Para se ter ideia do tamanho dessa entidade, o Pescador 10 apresenta a quantidade de filiados só na localidade da Ilha Grande do Juaba: “[...] *somos, aproximadamente, uns 2000 pescadores filiados, porém, tem coordenação que tem mais*”.

A organização em coordenação por comunidade representa uma metodologia de luta articulada pelos pescadores, que facilita as articulações entre esses sujeitos, no sentido de constituírem relações de produção-formação, visto que as comunidades representam para esses sujeitos o espaço de mobilização política, de formulação de saberes e de processo de construção de conscientização, como sujeito histórico, inserido num coletivo de uma fração de classe.

Trabalhamos com diversos aspectos relacionado à pesca, planejamos em trabalhar, plenárias por distrito no interior, tentando esclarecer a importância de cuidar do rio, como, por exemplo, muitas comunidades já possuem os acordos de pesca, mostrar vídeos que apresente trabalhos de limpeza dos rios, tirando quantidade de sacolas e copos plásticas, tudo jogam no rio, é uma coisa que a gente não tem muita noção do que se faz, todos nós às vezes aqui, ali joga uma “coisinha” no rio, transformando esse num lixão, pensando nisso, estamos planejando realizar plenárias por distrito (conjunto de comunidade), para esclarecer essa realidade (PESCADOR, 7)

É nesse movimento que os pescadores vão construindo consciência de sua realidade, ao mesmo tempo reconhecendo a importância de cuidar do espaço que vive. A consciência de classe é, para Thompson (2011), um fenômeno que vai se materializando no percurso das ações dos trabalhadores. Um movimento que tem na coletividade as bases fundamentais para sua realização, num contexto imbricado de cultura, costumes, política e fatos históricos; ao mesmo tempo que é um processo de relações de produção-formação, torna-se um elemento de resistência contra uma lógica linear de compreender a estrutura social vigente.

Essa compreensão é perceptível na produção-formação e na *práxis* política dos pescadores da Z-16, pois, no contexto dessa entidade, os pescadores desenvolvem um conjunto de ações em prol dos filiados, porque compreenderam que deixar somente na mão do Estado o

atendimento das necessidades dos pescadores não seria suficiente. Assim, esses pescadores utilizam-se de diversas relações e de luta para conquistar melhorias de suas condições de vida, como, por exemplo, a participação interna dos filiados, as organizações dos pescadores em coordenações presentes em diversas localidades do município de Cametá e a participação em diversos movimentos sociais, representando a Z-16.

Isso justifica o fato dos pescadores dessa entidade apresentarem uma postura política que se contraponha à ordem estabelecida por uma classe e, ao mesmo tempo, se beneficiam dos feitos dessa classe, numa relação de contradição materializada nas atividades dos pescadores, como expressa o Pescador 3.

[...] quem representava a Colônia nos movimentos sociais era eu, como por exemplo no GTA (Grupo de Trabalho Amazônico). Olha, é na região Norte todinho, um movimento direcionado para toda as atividades de trabalho, eu participava ativamente das assembleias, congresso, um dos maiores congressos que já teve em Belém foi desse grupo, muita gente, já pensou do Acre ao Maranhão. A gente é filiado no GTA, paga uma taxazinha. Envolve todas as atividades dos trabalhadores, inclusive as quebradeiras de coco do Maranhão. O congresso, rapaz, um congresso muito grande, foi muita gente, pessoal do Acre para cá todinho, todo essa região até do Maranhão, índio, classes de índios, inclusive os índios queriam tomar a frente, queriam a cabeça do movimento, eles falam, queriam ser presidente do GTA, é que sai um recurso grande, o diretor dessa entidade ganha bem (PESCADOR, 3).

Isso demonstra que os pescadores estão inseridos em diversos aspectos do contexto social, tendo como referência sua organização, enquanto *práxis* política no coletivo de pescadores. Logo, a participação do pescador no congresso citado é produto de decisões tomadas nas reuniões da entidade Z-16, ou seja, a partir das necessidades desses sujeitos, eles se organizam e vão se fortalecendo a partir das ações políticas nas suas relações de produção-formação e também na *práxis* desses trabalhadores.

Assim como Marx afirma, no *Manifesto* de 1844, que o proletariado é produto da grande indústria, podemos afirmar nessa mesma perspectiva que as organizações políticas dos pescadores da Z-16 surgem a partir do descontentamento com a precariedade das condições econômicas da realidade dos pescadores, em particular a partir da chegada de grandes ações de urbanização, tal como a instalação da Hidrelétrica de Tucuruí, mas também das políticas desenvolvidas por um Estado que prioriza os interesses da classe dominante, que sempre está se articulando para manter e ampliar sua concepção de mundo, sua política em benefício próprio, ou seja, de uma minoria.

A organização dos pescadores, compreendidos como uma fração de classe, se constrói, portanto, a partir de condições econômicas e culturais determinadas e podem favorecer

mudanças e estratégias políticas, mesmo que se compreenda, como diz Marx (2008a, p.48), que “[...] novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade”. Isso reforça que a proposta de uma nova sociedade é possível a partir da organização política dos trabalhadores, porém, utilizando elementos de luta da própria velha sociedade, sem perder de vista a concepção de outra estrutura social, aquela coordenada pelos próprios trabalhadores, como vem construindo os pescadores da Z-16.

O trabalho da coordenação da Colônia é perfeito, eles sempre fazem a reunião com o pescador, informa o que está acontecendo, como, por exemplo, agora estão fazendo um trapiche, para melhorar o embarque e desembarque dos pescadores, da produção entre outros, ou quando eles compram algum material que venha beneficiar a todos, eles sempre chamam as coordenações de bases e informam e discutem o que está acontecendo. Em caso de recurso financeiro, eles apresentam a prestação de conta e mostram o que deve ou não fazer. O presidente, no período de assinatura do seguro-defeso ou de outros documentos, ele não para aqui na Colônia, fica viajando para Brasília, resolvendo algumas pendências de pescador, às vezes, há problemas de documentação com 3 ou 4 pescadores, mas não fica sem resolver. Reúne com cada coordenação de base, vê o que precisa resolver e viaja para Brasília, a fim de solucionar as pendências. Outro exemplo, temos uma fábrica de gelo, não falha gelo para pescador, se tiver o dinheiro compra, se não tiver leva o produto, depois acerta. Assim, sobre a organização da Colônia até aqui ela é bem organizada (PESCADOR, 10).

A materialização da *práxis* política nas atividades dos pescadores da Z-16 fica evidente em suas organizações, enquanto fração de classe, demonstrando que a luta política se efetiva a partir de experiências construídas ao longo de suas relações de produção-formação, pois as condições objetivas dos pescadores resultam, historicamente, dos conflitos com os grupos econômicos que representam as concepções da classe burguesa.

Assim, a *práxis* política dos pescadores da Colônia Z-16 é produto de suas relações de produção-formação, materializada ao longo do processo histórico. Trata-se de uma organização socioeconômica, política e formativa, que tem base nos costumes da vida de pescadores de diversas realidades do município de Cametá. Nessa diversidade cultural, os pescadores vão construindo suas concepções de mundo, numa relação que articulada a vida material com a forma de pensamento desses trabalhadores/pescadores. Essa organização dos pescadores proporciona-lhes, então, contribuir para suprir suas necessidades básicas, ao mesmo tempo que se torna um campo de resistência contra uma estrutura social, posta por uma lógica de classe que requer concentrar os meios da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a práxis política materializada no contexto da experiência dos trabalhadores/pescadores, da Z-16 requer compreender o contexto socioeconômico e político da realidade vigente que esses sujeitos estão inseridos. A realidade desses sujeitos encontra-se articulado com uma estrutura socioeconômica que prevalece os feitos da classe dominante, impulsionado pela política do Estado.

A nova configuração do Estado tem possibilitado circulações de capitais, lucros e mercadorias para os países desenvolvidos, fortalecendo ainda mais os grandes mecanismos nacionais e internacionais, prejudicando drasticamente a classe trabalhadora, que dispõem somente de sua força de trabalho.

Atento a essa realidade os pescadores da Z-16 compreenderam e se mobilizaram para construir instrumentos alternativo de subsistência, através de organização coletiva. Nessa organização, esses trabalhadores produzem relações de produção diversificados, como criação de peixes, de abelhas, cooperativas de gelos, coordenações de bases, assembleias com os filiados, reuniões ordinárias e extraordinárias em prol do fortalecimento do movimento dos pescadores.

Assim, os sujeitos aqui analisados apresentam experiências de organizações de *práxis* política, articulada com suas relações de produção-formação. Desenvolvem ainda, atividades direcionadas para suprir as necessidades do coletivo. Nessa organização, constroem saberes, experiências, *práxis* política capaz de reconhecer a realidade desfavorável da condição de sua existência, ao mesmo tempo produzem alternativas de subsistência.

É uma experiência de trabalhadores/pescadores que demonstra inquietude perante uma estrutura de sociedade que privilegia a classe dominante. Ao mesmo tempo fortalece a importância da classe subalterna de se organizar, demonstrando que o coletivo torna-se instrumento de articulação política, imbrincada de relações socioeconômica e pedagógica.

Não é fácil para os pescadores se organizarem em coletivo, de modo que um conjunto de obstáculos impedem esses sujeitos se organizarem como fração de classe, de trabalhadores. Entre os obstáculos são as burocracias do Estado, dificuldade de mobilização dos pescadores, a poio de outros movimentos, entre outros, são empecilhos presente na *práxis* política dos sujeitos pesquisados. Porém, esses obstáculos não são motivos para impedir a mobilização da Z-16, de modo que suas posturas têm demonstrado que é possível a organização dos trabalhadores e lutar contra a estrutura de um sistema que privilegia a classe dominante, e apontar alterativas de gestão social que considere a classe trabalhadora como dirigente.

REFERÊNCIA

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1980.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional. In: ARAUJO, Ronaldo e RODRIGUES, Doriedson (Orgs.). **A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais**. Campinas: Alínea. 2012.

GRAMSCI, A. **Introdução à filosofia da práxis**. 29. ed. Lisboa: Antídoto, 1978.

_____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos**. Carlos Nelson Coutinho (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia das práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2000

_____. **Crítica ao Programa de Gotha: comentário à margem do programa do partido operário alemão**. In: Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MARX, K. e ENGELS F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2014a.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MARTINS, Egídio. **Pescadores artesanais da colônia Z-16: relações de produção-formação e práxis política**. 2017. 221f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)-Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

_____. **Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA**. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em educação, Belém, 2011.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, S. Paulo. v. 10, n. 1, p. 1-8, mai. 1998.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de classe: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16-Cametá/Pará**. 2012. 337f. Tese (Doutorado em



Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)-Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1985.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa, 2: a maldição de Adão**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais-Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

THE POLITICAL PRACTIS OF THE FISHERMEN OF Z-16 AS A PRODUCT OF HISTORICAL EXPERIENCE

Abstract: *This article is the result of the doctoral research developed in the Educational Public Policies of the Postgraduate Program in Education of the Institute of Education Sciences of the Federal University of Pará. It was based on dialectical-historical materialism, the approach is of qualitative character with emphasis on the case study. The data collection was performed from the semi-structured interview and document analysis. The data handling followed the guidelines of the content analysis. The political praxis of the fishermen of Z-16 is built from the socioeconomic, political and formative organization throughout the historical process, materialized in the internal and external relations routine of the entity. Those are actions which allow the fishermen to guarantee their subsistence, and which at the same time they counteract the logic of the ruling class.*

Keywords: *Political praxis, historical experience, fraction of class.*

LABUTA EM UM CENTRO DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO

SILVA, Elisângela de Jesus Furtado da¹ - elisangelafurtado23@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha
31270-901- Belo Horizonte - Minas Gerais – Brasil

SANTOS, Laysse Fernanda Macedo dos² - layssefernanda@hotmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha
31270-901- Belo Horizonte - Minas Gerais – Brasil

SANTOS, Leonardo Tadeu³ - leonardotadeu17@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha
31270-901- Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

***Resumo:** A motivação para a realização do presente trabalho é investigar a identidade e identificação de trabalhadores em saúde pública. A partir de então, definiu-se como objetivo geral problematizar a identidade e identificação dos profissionais atuantes em um centro de saúde em Belo Horizonte. A investigação realizada é caracterizada como pesquisa quantitativa, realizada através de um estudo de caso, como forma de compreender os fenômenos evidenciados em profundidade. Os dados foram obtidos por meio de um questionário estruturado com escala Likert, e o tratamento dos dados consistiu em um ensaio estatístico simples com a distribuição de frequência e análise descritiva das informações. Os principais resultados apontam que a maior parte dos pesquisados se sentem identificados com a saúde pública em nível mediano. Sendo a identidade e a identificação fatores importantes no desempenho das atividades profissionais, buscar o aumento da eficiência e eficácia, no contexto público torna-se algo inter-relacionado a diversos fatores e não pode ser obtido por*

¹ Graduada em Administração pela PUC Minas, Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFMG e Mestranda em Administração pela UFMG.

² Graduada em Administração pela PUC Minas e Mestranda em Administração pela UFMG.

³ Graduado em Administração pelo Centro Universitário Newton Paiva, Graduado em Gestão Pública pela UFMG, com extensão na Universidade de Brasília e Mestrando em Administração pela UFMG.

meio da simples reprodução de técnicas e métodos instrumentalizados utilizados no contexto privado.

Palavras-chave: *Identidade. Identificação. Saúde Pública. Trabalhadores.*

1 INTRODUÇÃO

Diversos psicólogos, sociólogos e administradores têm se debruçado sobre o comportamento organizacional com vistas a analisar como as pessoas se portam e como suas ações interferem no desempenho das empresas. O fruto dessas pesquisas tem representado importante incremento na eficácia organizacional (Robbins, 2005). A relação entre trabalhador e trabalho é permeada por fatores objetivos e subjetivos e por esse motivo, sua compreensão é algo bastante complexo. Os construtos mais estudados dessa interação são a motivação, a satisfação no trabalho, a liderança, a cultura organizacional, o desempenho no trabalho, o trabalho em grupo e o comprometimento organizacional (PINTO, 2011).

É grande o número de autores que vinculam o conceito de identificação ao comprometimento afetivo, e por vezes, o fazem também para conceituar o próprio comprometimento, como concluíram Botelho e Paiva (2011). O estudo da existência e relação entre os dois fatores descritos acima podem apontar novos direcionamentos na busca de eficiência e eficácia nas organizações, neste caso em especial no setor público, fato considerado importante para a escolha dos conceitos de identidade e identificação para a realização para desse estudo.

Segundo a professora Sylvia da Fundação Getúlio Vargas, os problemas do setor público ligados à gestão de pessoas são a falta de direcionamento estratégico, a descontinuidade da gestão, a desmotivação e as verbas escassas, que indicam um serviço oneroso e de baixa qualidade (MELHOR GESTÃO DE PESSOAS, 2013).

Buscar a eficiência é, além de ser um princípio constitucional brasileiro, uma condição para que o país possa ter desenvolvimento a altura de seu crescimento (EFICIÊNCIA, 2012). Essa busca perpassa a questão da gestão de pessoas no setor público e este apresenta situações totalmente singulares do ambiente privado. A cultura organizacional voltada para os cargos, a impossibilidade de captação de novos talentos devido ao modo de seleção dos profissionais,

oriundos apenas de concurso público, a escassa ou às vezes inexistente política de recompensa, a baixa motivação provocada pela estabilidade, dentre outros são entraves para o processo de desenvolvimento e impossibilitam a adoção de estratégias bem sucedidas utilizadas nas instituições privadas (HOFFMANN, 2010).

No que tange a identidade organizacional no setor público, as questões presentes são ainda maiores, em comparação ao privado. As sucessivas gestões provocam mudanças em toda a estrutura da organização, o que acarreta em descontinuidade e ausência de alinhamento. A falta de estrutura estável, da missão e dos objetivos bem definidos inviabiliza o processo de identificação entre o profissional e a organização e isto reflete no comprometimento do trabalhador (MELHOR GESTÃO DE PESSOAS, 2013). Pelo exposto, justifica-se a realização do presente trabalho, tendo em vista todo o potencial do comprometimento e identidade organizacional em contribuir para o desenvolvimento da eficiência no setor público inserido no contexto brasileiro contemporâneo.

A motivação para a realização do presente trabalho é investigar a identidade e identificação de profissionais em saúde pública. A partir de então, definiu-se como objetivo geral problematizar a identidade e identificação dos profissionais atuantes em um centro de saúde em Belo Horizonte, em um processo que teve início em apresentar os construtos teóricos que embasam os conceitos, descrever a identidade e a identificação dos profissionais e por fim, analisar os resultados da pesquisa à luz do marco teórico utilizado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O campo teórico que investiga a gestão de pessoas tem procurado diversas formas para a promoção do envolvimento e do empenho do trabalhador na realização de sua função organizacional. Nesse caso é desejável que haja alto desempenho e o mínimo de atrito, e cabe ao campo de Gestão de Pessoas empresas equacionar tal solução (SARSUR, 1997). Dada a relevância do elemento humano para o processo produtivo, o *status* desse campo tornou-se um consenso nas organizações (CANÇADO; MORAES; SILVA, 2006; BOTELHO; PAIVA, 2011).

As funções atribuídas à gestão de pessoas vão desde o recrutamento e seleção até o planejamento estratégico de desenvolvimento empresarial. Este setor sofreu alterações, pois evoluiu em práticas cada vez mais eficazes para o cumprimento do seu papel dentro das empresas. Iniciativas importantes foram o incentivo a engenhosidade e a versatilidade, a participação e a integração dos funcionários o que resultou em articulação e comprometimento alinhados aos objetivos da organização e, conseqüente, incremento qualitativo e produtivo para a empresa (CANÇADO; MORAES; SILVA, 2006).

Essas mudanças ocorreram em resposta à difícil questão de como influenciar o comportamento das pessoas (BANDEIRA, MARQUES, VEIGA, 2000), pois, somente os salários adequados, as condições ideais de trabalho, os benefícios e a estabilidade não garantem pessoas comprometidas como relatava McGregor (1992). Propõe-se a partir deste ponto, problematizar os conceitos de identidade e identificação. Neste capítulo procura-se apresentar o marco teórico pertinente aos temas de identidade e identificação, tratados em dois tópicos distintos contendo a evolução histórica acerca do assunto, sua conceituação e caracterização.

2.1 Identidade

A palavra identidade possui origem na Matemática e Filosofia Clássica. Desde então, vários campos científicos adotaram-na e incorporaram novos sentidos. Deriva de vocábulos latinos e em sua essência significa “idêntico a si mesmo” (CARRIERI, SOUZA, 2012). Apesar das inúmeras conceituações, tal ideia é observada na maioria das conceituações, como será visto a seguir. Esse tema é abordado por diversos pesquisadores e de áreas distintas, como, a Sociologia, a Psicologia Social, a Psicanálise e a Antropologia. O termo está ligado à forma singular de percepção do indivíduo e de seu relacionamento com os outros. A diversidade de interpretação se faz existente e pode ser percebida mesmo em estudos de áreas afins (CARRIERI; DAVEL; PAULA, 2008).

Os estudiosos sobre esse tema possuem diversas explicações, uma delas é que a identidade é fruto da percepção individual da compreensão de si mesmo. Este processo é contínuo e deriva de uma construção psicológica. A pessoa faz o exercício entre a “identidade assumida e a identidade visada” (DUBAR, 1996). O intervalo existente entre as duas identidades é o espaço de construção, daí o motivo pelo qual os outros participam da elaboração da própria identidade (MACHADO, 2003). Assim, o arcabouço identitário renova-se constantemente, visto que sua

natureza é dinâmica e múltipla, sofrendo mutação a todo o momento. Apesar da singularidade do sujeito, a elaboração do autoconceito é sustentada pela relação com o outro, portanto, a socialização se apresenta como elemento primordial para a formação das identidades (MACHADO, 2003; VIEIRA, 2011).

O conceito de identidade corresponde à particularidade de algo ser semelhante a si próprio, e com isso, diferente dos outros. Tal entendimento não prevê que a identidade pessoal se mantenha inalterada ao longo do tempo, mas sim que o indivíduo será sempre considerado idêntico a si (CARRIERI; SOUZA, 2012). Há ainda a crença de que as pessoas possuem uma essência que as tornam singulares e características plurais capazes de unir indivíduos diferentes. Em outras palavras, cada pessoa é dotada de duas faces: “uma identidade diferenciadora e outra identidade vinculante” (VIEIRA, 2011). Por isso, para entender determinado comportamento, deve-se estar atento ao contexto ambiental, social e temporal em que o sujeito analisado está inserido. Enquanto a primeira, a identidade diferenciadora torna o indivíduo único, a vinculante é responsável pela percepção de elementos em comum com outros indivíduos (*ib. idem*, 2011).

A identidade vinculante é responsável pela identidade social, que é a representação do sentimento de pertencimento sentido por uma pessoa a um grupo (TAJFEL, 1986). Neste processo, a identificação resulta da percepção de semelhanças ou oposições. A construção da identidade social ocorre de maneira semelhante à da individual e se constitui na relação com os outros afins ou não (ZAVALLONI apud CHAUCHAT, DURAND-DELVIGNE, 1999).

A ótica psicológica difere em parte sobre esta concepção acerca da identidade. Kraus (2000) acredita que a construção da identidade se assemelha a “uma colcha de retalhos” constituída pelas várias situações experimentadas pelo indivíduo. De acordo com essa concepção, a rede social não fornece a compreensão da identidade em sua totalidade, tendo em vista o crescente processo de individualização e seu papel na construção do eu nas diversas experiências vividas.

Neste caso, os agentes participantes da elaboração da identidade não são os sociais, mas sim a própria pessoa, neste processo de experimentação ofertado pelas situações cotidianas. Tal evento leva a uma intensa investigação individual baseada na própria vivência caracterizada pela construção e reconstrução de conceitos (CARRIERI; SOUZA, 2011). O sentimento de pertencimento a uma unidade ou a um nicho em relação a um grupo é uma característica da identidade. Tal sensação perdura-se ao longo do tempo e através dela o indivíduo reconhece o

seu “eu” e isso ocorre pela comparação com as diferenças em relação aos demais. Conseqüentemente, a identidade é fruto de um processo de diálogo entre a identificação e distinção nas relações sociais (CARRIERI; DAVEL; PAULA, 2008).

Do ponto de vista pessoal ou social, a identidade é importante para melhorar a assimilação de práticas singulares ou coletivas, desencadeadas na atualidade. No patamar pessoal, o conceito de si mesmo orienta a ação individual. No plano social o fenômeno configura-se como a percepção de si mesmo dentro de um ou vários grupos, e, nesse sentido, direcionam os movimentos, refletindo a ação coletiva (MACHADO, 2003). É possível citar diversas identidades sociais, relacionadas ao tipo de grupo que se observa, dentre as quais se destaca aqui a organizacional. A denominação surgiu em 1985 e foi concebida por Albert e Whetten. Iniciou-se a partir de então, vários estudos sob diferentes perspectivas a respeito deste construto (BEYDA, MACEDO-SOARES, 2010; CARRIERI; SOUZA, 2011).

A perspectiva dos originários sobre esse assunto é dominante até os dias de hoje. Uma grande parte dos estudos sobre identidade organizacional está baseada nos trabalhos de Albert e Whetten. Eles propuseram que a identidade é resultante de “... um conjunto de afirmativas sobre os atributos centrais, distintos e duradouros da organização” (ALBERT, WHETTEN, 1998).

A auto conceituação organizacional pode ser entendida como o motivo pelo qual as pessoas se vinculam psicologicamente a uma entidade e afirmam na sua própria identidade a essência organizacional. O processo de diálogo entre a identidade pessoal e a organizacional denomina-se identificação (CARRIERI, FERNANDES, MARQUES, 2009). Outra visão percebe que a avaliação das pessoas sobre as características singulares, essenciais e perenes sobre a organização é uma definição. Os elementos essenciais dizem respeito às crenças, valores e normas da empresa. Já os aspectos singulares relacionam-se com a exclusividade da organização e é importante pois concede a referência que possibilita a identificação organizacional, além de definir os limites da mesma. Em derradeiro, os aspectos perenes são os responsáveis pela continuidade da empresa e seu constante processo de mutação. A identidade é construída coletivamente pelos indivíduos a partir da percepção particular de cada um a respeito do que é a essência da empresa (MACHADO, 2005).

A representação do entendimento das pessoas sobre o significado da organização também é um entendimento de identidade organizacional (CARRIERI; FERNANDES; MARQUES, 2009).

É constituída pelo conjunto de representações que seus integrantes formulam sobre o significado dessa organização, em um contexto social, isto é, quem é uma organização (MACHADO, 2005). A identidade organizacional se estabelece em posição central no equilíbrio dos atritos sociais, além de ditar padrões esperados de comportamento. Isso é possível graças a prática do poder invisível que só será exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a essa influência entre aqueles que o exercem. Através desse processo de identificação, as pessoas são levadas a introjetar normas e valores (VIEIRA, 2011).

A literatura existente fornece alguns elementos recorrentes nas várias concepções apresentadas. Dentre as várias características citadas em relação a identidade, destacam-se a sua natureza relacional e processual, seja a entidade um indivíduo ou uma organização (CARRIERI; FERNANDES; MARQUES, 2009). Identidade e identificação são consideradas termos de alto impacto, tendo em vista que são usados para definir basicamente uma entidade, sendo ela uma empresa, um grupo ou uma pessoa. A importância desses termos advém da necessidade de se perceber sentido na entidade. O questionamento “quem somos nós” traduz tal necessidade (BEYDA, MACEDO-SOARES, 2010). Após tal reflexão, propõe-se aprofundar a reflexão com o conceito de identificação.

2.2 Identificação

Os estudos a respeito da identificação no contexto organizacional ainda são embrionários. Na observação do fenômeno as pesquisas utilizam a técnica instrumental e buscam relacionar positivamente a identificação e o desempenho (CARRIERI; FERNANDES; MARQUES, 2009). De acordo com Beyda, Macedo-Soares (2010) a importância dos conceitos de identidade e identificação brotam de sua capacidade reveladora a respeito do comportamento humano nas organizações. Há a possibilidade das pessoas introjetarem, ou melhor, absorverem elementos da identidade grupal ou da empresa à sua própria identidade. A partir de então, esse indivíduo sentirá uma forte sensação de pertencimento, sua presença possuirá significado e estará conectado ao grupo ou a empresa. As ações desta pessoa sempre respeitarão tudo que a organização representa para ela e tenderão a sempre objetivar o benefício do grupo de pertencimento.

A identificação é o processo pelo qual a pessoa se liga a outra, a um grupo de indivíduos ou a objetos. A semelhança encontrada em alguém, no pensamento ou comportamento, é feita

mediante a associação da imagem exterior com seu eu próprio. Através desse fenômeno de vínculo íntimo, o “eu” pode assumir como seu, a realidade vivida pelo outro, bem como suas tristezas, as alegrias, as aspirações e as crenças (MACHADO, 2003).

A identificação é uma categoria do construto identidade social, e está associada à ideia de “se reconhecer”, a afinidade e a atração. Esses elementos concorrem para a incorporação de valores, crenças e ideais. Através das associações o outro colabora na constituição de si próprio. A construção do auto conceito ocorre a partir dos processos de absorção de valores, parâmetros ideais os quais a comunidade adotou como modelo. O reconhecimento no outro coopera para a definição da essência enquanto grupo (CARRIERI; DAVEL; PAULA, 2008).

Outra visão especificamente sobre a identificação organizacional define-a como sendo o quanto uma pessoa é capaz de se explicar em conjunto com outras pessoas, as quais ela acredita que definem a organização (BEYDA, MACEDO-SOARES, 2010). Por outro lado, há uma concepção que acredita que a identificação organizacional depende apenas da sensação de pertencimento, sem, contudo absorver valores crenças ou normas da empresa (ASHFORTH; MAEL, 1989).

A identidade e a identificação podem ser conceitos interligados e dependentes um do outro, pois para responder “quem somos nós?” as pessoas o farão a partir de ideias relacionais em semelhança aos outros, com os quais existem afinidades ou diferenciações (MACHADO, 2005). Evocando princípios afetivos, alguns autores creem que a identificação organizacional é um prolongamento da relação, no qual as pessoas se enlaçam psicologicamente com a empresa e relacionam afinidades entre a própria identidade e a identidade da organização (DUTTON; DUKERICH; HARQUAIL, 1991).

3 METODOLOGIA

A natureza da investigação aqui desenvolvida pode ser classificada como quantitativa, caracterizada pela obtenção de informação a partir da contagem ou frequência com que surgem certos aspectos na investigação, e neste caso, a compreensão dos dados ocorre por forma estatística.

Neste trabalho, optou-se por realizar-se a investigação em apenas uma organização que segundo Greenwood (1973), permite conhecer em profundidade e intensidade o objeto de estudo. A unidade de análise de estudo é um Centro de Saúde, um órgão da Secretária Municipal de Saúde de Belo Horizonte. O Centro de Saúde é responsável pela oferta de serviços básicos em saúde a uma determinada população, entendida como pessoas vinculadas a uma unidade de saúde em função da região aonde residem, segundo as diretrizes preconizadas pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. O objetivo da atuação do mesmo é proporcionar a promoção, a prevenção e redução dos danos e agravos de saúde (BRASIL, 1990). O centro de saúde possui 84 colaboradores, dentre os quais servidores estatutários, funcionários contratados, terceirizados e estagiários e um gerente imediato e foi construído em 1996.

A amostra é constituída por 62 funcionários do centro de saúde. Todas as categorias profissionais e vínculos existentes na organização estão presentes na mesma. Os instrumentos de coleta de dados são primários. Para a realização do presente estudo utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário, sendo que a utilização desse meio para obtenção de informações confere privacidade, confiabilidade além de praticidade na apuração dos resultados (PINTO, 2011).

O questionário usado é composto por três partes. A primeira apresenta informações demográficas e profissionais e para a sua elaboração foi utilizado como referência o questionário de Pinto (2011), onde são abordadas questões sobre o gênero, o tempo de trabalho junto à Prefeitura de Belo Horizonte, o tipo de cargo ocupado, o nível de escolaridade, a idade, o estado civil e o número de dependentes. Já a segunda parte, denominada Bloco II, contém um questionário com 9 afirmativas em escala Likert e um questionamento com seis opções de resposta. Os itens desse questionário investigam a identidade organizacional e foram baseados na entrevista utilizada por Chagas (2008) em seu estudo. São abordadas questões sobre a identidade da organização, a relação do pesquisado com a organização e por último, uma pergunta sobre qual seria o motivo mais importante do vínculo da pessoa com a organização. Como forma de analisar o nível de identificação atribuiu-se níveis às faixas de pontuação, onde de 0 a 10 pontos equivalem a baixíssima identificação, 11 a 20 baixa, 21 a 30 média e 31 a 40 alta identificação. O tratamento dos dados consistiu em um ensaio estatístico simples com a distribuição de frequência e análise descritiva das informações.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo traz os resultados da investigação realizada, e procura analisar a identidade e identificação de trabalhadores em saúde pública. Primeiramente, está demonstrado a caracterização da amostra do estudo, utilizando-se para isso os dados demográficos e profissionais das pessoas avaliadas. Em seguida é exposta a análise identidade e identificação.

Os profissionais do Centro de Saúde são a população da presente pesquisa sendo 84 pessoas no total, destes 18 homens e 66 mulheres. Na unidade existem 4 de vínculos empregatícios, o que evidencia se tratar de uma organização altamente complexa do ponto de vista gerencial. Inicialmente não foi determinado o tamanho da amostra. Durante sete dias úteis foi feita a distribuição e recebimento dos questionários. Da totalidade dos funcionários, 2 estavam de férias no período e 3 estavam em licença por motivos de saúde. Foram distribuídos 77 questionários, dos quais 62 foram respondidos, estes que representam 77,81% da população alvo da pesquisa. Além destes houve dois questionários respondidos que foram descartados por terem sido entregues após o término da consolidação dos resultados.

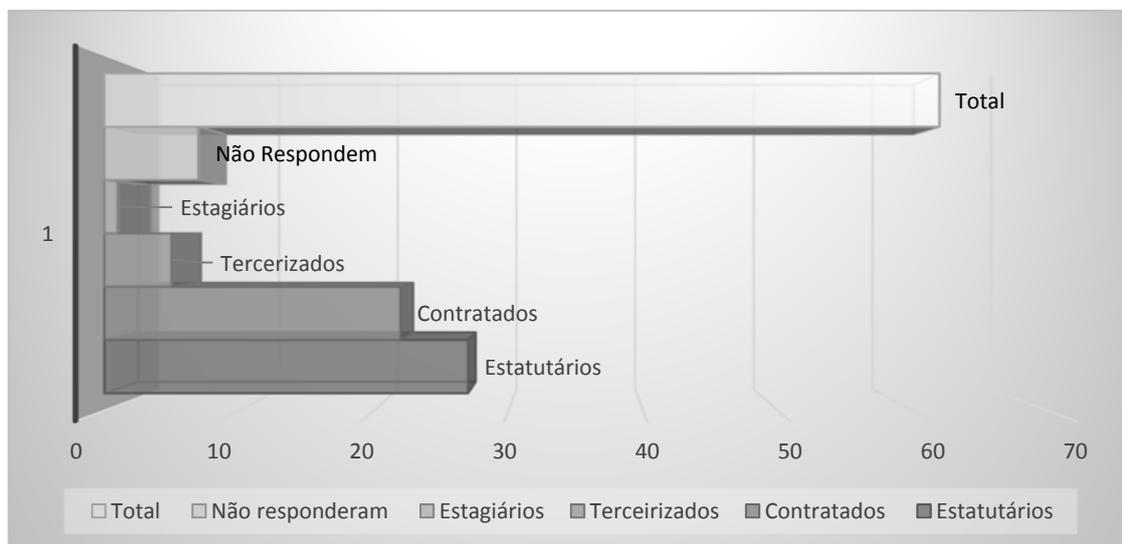
A amostra é composta em sua grande maioria por mulheres, representando 69% do total, sendo que a população apresenta um índice ainda maior desse gênero, de 78,57%. Quanto a faixa etária dos participantes, 38,71% possuem mais de 40 anos. Esta característica é comum em organizações públicas, justamente devido a estabilidade. Com relação ao tempo de serviço, 48% dos trabalham na Prefeitura entre 5 e 20 anos, 42% tem até 5 anos e apenas 8% estão há mais de 20 anos, além destes, 2% não responderam a esse item no questionário.

Quase a metade dos pesquisados (48,38%) possuem ensino médio completo, sendo que o segundo maior grupo são os pós-graduados cujo percentual foi de 22,58%. Ao analisar-se somente o grupo com ensino superior, os pós graduados representam 73,68%. Este dado não é um fato isolado, pois retrata a tendência contemporânea da busca constante por qualificação profissional. Outro fato interessante sobre este grupo é que 92,85% são estatutários. Para estes a motivação para a busca de aperfeiçoamento não se dá em virtude da crescente competição do mercado. Tal fenômeno pode estar ligado à necessidade sentida de se estar bem preparado para o exercício da atividade funcional.

No que se refere ao tipo de vínculo empregatício existente com a Prefeitura de Belo Horizonte, dos 62 respondentes, 27 (42%) pessoas são estatutários e o restante distribuídos entre os contratados por regime CLT (Código das Leis Trabalhistas), estagiários provenientes de convênios com instituições de Ensino Superior, além dos que são terceirizados, ou seja, prestam serviço para a Prefeitura, mas possuem contrato de trabalho com outra organização, informações que estão contidas no Gráfico 1.

No momento da aplicação do questionário, os funcionários terceirizados pertenciam às empresas AMAS (Associação Municipal de Assistência Social) e Interativa ADM e Serviços. É importante destacar que dentre os terceirizados, existem dois grupos distintos: os empregados públicos e os contratados, sendo que a diferença é que enquanto os primeiros realizam processo seletivo para a ocupação dos cargos, os segundos são contratados sem processo algum dado o imediatismo da necessidade do cargo. Essa distinção não foi abordada no questionário. Já em relação ao tipo de cargo ocupado, 33,87% são profissionais de nível técnico superior. O grupo é composto por médicos, enfermeiros, cirurgiões dentistas, dentre outros sendo os cargos de nível médio o maior segmento, pois representa 38,71% do universo amostral.

Gráfico 1 - Distribuição dos participantes segundo a natureza de seu vínculo



Fonte: Elaborado pelos autores.

A segunda parte da pesquisa procurou descrever a identificação organizacional presente na unidade de saúde de acordo com o parâmetro presente na Tabela 1, em que uma maior pontuação denota maior identificação com a empresa. O propósito foi perceber o quanto o universo amostral está identificado com a empresa, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Nível de Identidade Organizacional

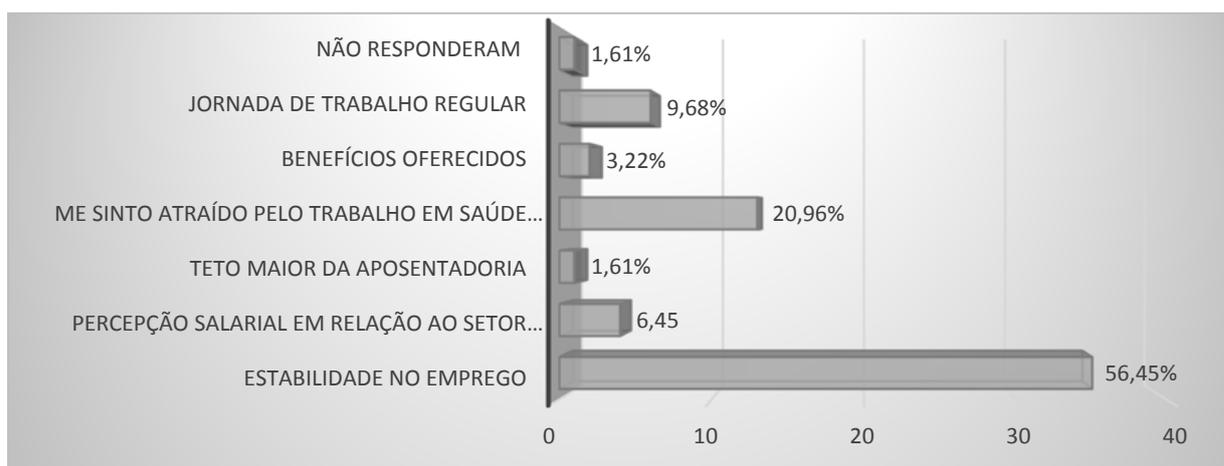
Faixa de Pontuação	Indivíduos		Nível de Comprometimento global
	Frequência	Percentual (%)	
0 a 10	1	1,61	Baixíssimo
11 a 20	7	11,29	Baixo
21 a 30	35	56,45	Médio
31 a 40	19	30,65	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores.

A grande maioria dos pesquisados apresenta identificação mediana, sendo que 30,65% possuem alta identificação e apenas 12,90 possuem baixíssima ou baixa identificação com a organização. Sarsur (1997) considera que a baixa identificação pode comprometer o desempenho dos trabalhadores, fato que faz com que o nível apresentado seja preocupante no âmbito da saúde pública.

O item 29 do questionário trouxe uma indagação com relação ao principal atrativo para o participante ter se vinculado a organização. Os resultados estão expressos no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Fator mais importante pelo vínculo com a organização



Fonte: Elaborado pelos autores.

A estabilidade no emprego é o maior atrativo da organização, com 56,45% do total. Os que se sentem atraídos pelo ramo de atividade são 20,96%. Já os outros motivos somam 22,59%. Esses resultados podem ser problematizados à luz da discussão de Bandeira, Marques e Veiga (2000) já que o fator mais atrativo na saúde pública que é justamente o que a difere do setor privado,

mas isso são garante a satisfação e identificação dos trabalhadores. Ao analisar esses dados, percebe-se que a saúde publica atrai mais trabalhadores pela estabilidade no emprego do que por se sentirem identificados, na perspectiva de Machado (2003), com o trabalho desempenhado nessa área.

Os dados descritos na Tabela 2 demonstram a relação do fator mais importante pelo vínculo com a organização e os níveis de identidade ao encontro com o fato relatado por Carrieri, Davel e Paula (2008) já que a instrumentalização da análise de identidade e identificação procura criar relação positiva com desempenho, algo buscado nos questionários utilizados como referência para a construção dos dados deste estudo e reforçam a discussão de Machado (2003) já que os trabalhadores que se sentem identificados são aqueles que de alguma forma se sentiram atraídos com o trabalho desenvolvido em saúde pública.

Tabela 2 – Fator mais importante pelo vínculo e os níveis de identidade

Fator mais importante	Frequência	Baixíssimo %	Baixo %	Médio %	Alto %	Total
Atraído	12	0,00	8,33	50,00	41,66	100
Estabilidade	36	2,77	8,33	61,11	27,77	100
Salário	4	0,00	25,00	50,00	25,00	100
Teto aposentadoria	0	0,00	0,00	0,00	0,00	100
Benefícios	2	0,00	50,00	50,00	0,00	100
Jornada	6	0,00	16,66	66,66	16,66	100
Não responderam	2	0,00	0,00	0,00	0,00	100
Total	62					

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com esta tabela, dentre as pessoas que se sentem atraídas pelo serviço público, 41% estão classificadas com nível elevado de comprometimento. Ao se considerar o nível médio o percentual sobe para 91,66% do total de atraídos. Dos que optaram pela estabilidade, o percentual do tipo altamente identificado é de 27%, e somando-se os de nível médio o total é de 88,88%. Os que acham que os benefícios são o principal atrativo da organização, 50% estão

classificados no nível baixo e a outra metade no nível médio de identidade. Os que preferiram a regularidade da jornada apresentam apenas 16,66% com alto nível de identificação. O nível médio representa 66,66% deste grupo, sendo que somados os níveis alto e médio são 83,32%.

Os dados sugerem que gerir pessoas na busca de incrementos em eficiência e eficácia no contexto público é algo de grande complexidade, dada a diversidade de vínculos e a identificação mediana com a saúde pública. Assim, estimular comportamentos visando aumentar a iniciativa e o comprometimento como Cançado, Moraes e Silva (2006) sugerem, no contexto público que tal processo pode ser considerado insuficiente, dadas as especificidades aqui destacadas considerando-se uma unidade de saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a discussão teórica aqui descrita, é recorrente a afinidade entre o comprometimento afetivo e a identidade (BANDEIRA; MARQUES; VEIGA, 2000; MEDEIROS, 1997). Coerentemente com essa premissa, os resultados da pesquisa apontam que as pessoas mais identificadas são mais comprometidas afetivamente. Em muitos casos, o descomprometimento, a apatia profissional e o conseqüente comportamento indesejado sob o ponto de vista das organizações, se dá por muitos motivos, dentre os quais a ausência de identificação dos profissionais com a empresa.

Para que haja identificação é preciso haver identidade, e bem definida. Em outras palavras, uma organização que possui uma identidade bem definida, irá atrair e manter pessoas que compartilham dos mesmos ideais. Neste movimento, o benefício seria para ambos atores organizacionais. A organização teria o benefício de um profissional pró ativo, participante e interessado nos processos de melhoria. O trabalhador teria satisfação na atividade desempenhada na organização, visto que seu trabalho possui significado e a sua contribuição é perceptível, além do seu desenvolvimento enquanto pessoa e profissional.

Sabe-se, como já bastante explorado, que o salário não é o único nem o principal gerador de satisfação. Os colaboradores devem se perceber como indivíduos diretamente responsáveis pela instituição e não como simples engrenagens em uma cadeia alienatória e cuja finalidade é o adestramento, condicionamento ou qualquer imposição de comportamento. O próprio setor de

interação com os colaboradores já deixa evidente o modo como muitas empresas veem seus funcionários: recursos humanos. Recursos podem ser materiais, matéria prima, o próprio capital, mas não pessoas. No que tange as especificidades da gestão de pessoas no setor público, esse se distingue em ampla medida do privado, isso não impede análises e transposições, mas é algo que deve respeitar as particularidades da área abordada. Ocorre que os problemas percebidos na saúde pública não podem ser resolvidos tomando-se por premissa os processos existentes no setor privado.

Os resultados apontam que a maior parte dos pesquisados se sentem identificados com a saúde pública de modo mediano. Apesar dos vários vínculos existentes, é possível inferir que muitos tenham se preparado para estar nos atuais empregos, pois trata-se de uma área pública, o que levaria a se questionar tal resultado. Um dos fatores que influenciam nesse contradição pode ser explicado pela quebra de expectativa ocorrida após o ingresso na saúde pública. É recorrente alguns trabalhadores fazerem referências positivas ao setor privado em comparação com o público, mesmo não optando pela mudança de área.

Porém, outras questões podem estar envolvidas na baixa identificação dos trabalhadores com a organização, uma vez que centros de saúde são órgãos governamentais mais próximo à população carente, fato que faz com que os profissionais tenham de lidar com fatores estranhos, mas ligados indiretamente à saúde, como, segurança, economia, habitação, educação, dentre outros. Essas unidades geralmente atendem a pessoas carentes que não dispõem de outra forma de acesso aos cuidados de saúde, atendendo a uma população maior do que a infraestrutura e quantidade de profissionais inicialmente planejada, o que acarreta sobrecarga e estresse. Outro fator importante diz respeito às duplas e as vezes triplas jornadas de trabalhos realizadas por alguns profissionais. As motivações para esse fato podem ser várias, mas as consequências se resumem a exaustão e estresse. Interferir nesse quadro de forma positiva é algo que demanda ampla contextualização social, em detrimento à adoção de técnicas e processos pontuais.

REFÊRENCIAS

ALBERT, S. et al. Identification with organizations. In: WHETTEN, A.; GODFREY, P.C. (Ed.), **Identity in organizations: building theory through conversations**. Thousand Oaks: Sage, 1998.



BANDEIRA, Mariana Lima; MARQUES, Antônio Luiz; VEIGA, Ricardo Teixeira. As dimensões múltiplas do comprometimento organizacional: um estudo na ECT/MG. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 133-157, 2000.

ASHFORTH, B.E.; MAEL, F. Social identity theory and the organization. **Academy of Management Review**, v.14, n.1, p.20-39, Jan.1989.

BEYDA, Tânia Tisser et al. Identidade organizacional: análise crítica da produção acadêmica brasileira de 2004a 2009. **Revista de Administração**, v. 45, n. 4, p. 400-414, 2010.

BOTELHO, Renata Dias; DE PAIVA, Kely César Martins. Comprometimento organizacional: um estudo no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1249-1283, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 SET. 1990.

CANÇADO, Vera L.; MORAES, Lúcio Flávio Renault de; SILVA, Edson, Moura da. Comprometimento organizacional e práticas de gestão de recursos humanos: o caso da empresa XSA. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 7, n. 3, 2006.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; DAVEL, Eduardo; PAULA, Ana Paula Paes de. Identidade Nas Organizações: Múltipla? Fluida? Autônoma? **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, jun. 2008.

_____.; FERNANDES, Maria Elizabeth Rezende; MARQUES, Antônio Luiz. Identidade organizacional e os componentes do processo de identificação: uma proposta de integração. **Cadernos Ebape. BR**, v. 7, n. 4, p. 687-703, 2009.

_____.; SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de; Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. **Cadernos Ebape. BR**, v. 10, n. 1, 2012.

CHAGAS, Thiago Toneli. Identidade e identificação nas organizações: um estudo de caso sobre a gestão destes conceitos em uma empresa de consultoria e outsourcing. 2008. **Tese de Doutorado**. PUC-Rio.

CHAUCHAT, H.;DURAND-DELVIGNE, A.De l'identité du sujet au liensocial. Paris : **Presses Universitaires de France**, 1999.

DUBAR, C. **La socialisation**: construction desidentités sociales etprofessionnelles. 2.ed. Paris: Armand Colin, 1996.

DUTTON, Jane E.; DUKERICH, Janet M. **Keeping an eye on the mirror**: image and identity in organizational adaptation. *Academy of Management Journal*, v.34, n.3, p.517-554, 1991.

EFICIÊNCIA do setor público. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 dez. 2012. Disponível em < <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-eficiencia-do-setor-publico-por-delfim>>. Acesso em 27 de dez. 2017.



GREENWOOD, Ernest. Métodos principais de investigación social empírica. In: **Metodologia de la Investigación Social**. Buenos Aires: Paidós, 1973.

HOFMANN, Rebecca. Os limites da gestão de pessoas no setor público. **Administradores.com**. São Paulo, 12 fev. 2010. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/os-limites-da-gestao-de-pessoas-no-setorpublico/38697/>>. Acesso em 27 de dez. 2017.

KRAUS, Wolfgang. Making identity talk. On qualitative methods in a longitudinal study. In: Forum Qualitative Sozial forschung. Forum: **Qualitative Social Research**. 2000.

MACHADO, Hilka Vier. **A identidade e o contexto organizacional**: perspectivas de análise. Revista de Administração Contemporânea, v. 7, n. SPE, p. 51-73, 2003.

_____. **Identidade organizacional**: um estudo de caso no contexto da cultura brasileira. RAE-eletrônica, v. 4, n. 1, 2005.

MCGREGOR, Douglas. **O lado humano da empresa**. Tradução de Margarida Maria C. Oliva. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MEDEIROS, Carlos Alberto Freire. Comprometimento organizacional, características pessoais e performance no trabalho: um estudo dos padrões de comprometimento organizacional. 1997. 112p. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Administração, Natal.

MELHOR GESTÃO DE PESSOAS. PESSOAS à luz da estratégia. São Paulo, 05 nov. 2013. Disponível em link<<http://www.revistamelhor.com.br/textos/239/artigo223160-1.asp>>. Acesso em 27 de dez. 2017.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SARSUR, A. M. Empregabilidade x empresabilidade. In: ENANPAD, 21, 1997, Rio das Ostras. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1997. p. 1-15.

PINTO, Marcelo Pádua Carvalho. Comprometimento Organizacional: um estudo de suas relações com desempenho na carreira. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Empresariais, Belo Horizonte, 2011.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. The social identity theory of intergroup behavior. In: WRCHER, S.; AUSTIN, W. G. **Psychology of inter group relations**. Chicago: Nelson-Hale Publishers, 1986.

VIEIRA, Fernando de Oliveira. Identidade ou identidades: perspectivas e contradições para os indivíduos nas organizações da atualidade. Organ. Soc. vol.18 no.59 Salvador Oct./Dec. 2011.

LABUTA IN A HEALTH CENTER OF BELO HORIZONTE: A STUDY ON IDENTITY AND IDENTIFICATION

***Abstract:** The motivation for the accomplishment of the present work is to investigate the identity and identification of workers in public health. From then on, it was defined as a general objective to problematize the identity and identification of the professionals working in a health center in Belo Horizonte. The research carried out is characterized as a quantitative research, carried out through a case study, as a way of understanding the phenomena evidenced in depth. The data were obtained through a structured questionnaire with Likert scale, and the treatment of the data consisted of a simple statistical test with the frequency distribution and descriptive analysis of the information. The main results indicate that most respondents feel identified with public health at the median level. Being the identity and the identification important factors in the performance of the professional activities, to seek the increase of efficiency and effectiveness, in the public context becomes something interrelated to several factors and can not be obtained by means of the simple reproduction of techniques and instrumented methods used in the private context.*

***Keywords:** Identity. Identification. Public health. Workers.*

AUTOCONFRONTAÇÃO SIMPLES: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DOCENTE DE UMA EGRESSA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA PUC MINAS

SENA, Eni de Faria1 – enifaria@uol.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Departamento de Psicologia.

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627.

CEP: 31270 – 901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

OLIVEIRA, Maria das Graças – gracaeduc@terra.com.br

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Centro de Humanidades - CH

Unidade Acadêmica de Educação- UAEd

Rua Aprígio Veloso, 882

CEP: 58429140 – Campina Grande – Paraíba – Brasil

VERÍSSIMO, Mariana – mverissimo@pucminas.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC – Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Educação

Rua Dom José Gaspar, 500

CEP: 30535 – 901 – Belo Horizonte – MG - Brasil

***Resumo:** Este trabalho é um recorte da pesquisa em andamento intitulada: “Da vida acadêmica à inserção no mercado de trabalho: um estudo a partir da experiência docente de egressos do curso de licenciatura em Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas-ICH da PUC Minas”. A pesquisa tem por objetivo investigar o impacto da formação inicial na prática pedagógica das professoras. A investigação qualitativa e os dados foram coletados por meio de observação, videogravação e realização de autoconfrontação simples com a docente investigada. Os dados estão sendo analisados à luz dos construtos teóricos da Ergologia, do dispositivo metodológico intitulado autoconfrontação, que permite ao sujeito visualizar, analisar e compreender o seu trabalho por meio da análise das vídeo gravações. As análises realizadas até esse momento permitem afirmar que há aproximações e distanciamentos entre os saberes adquiridos na formação inicial e a os saberes mobilizados*

1 Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognição e Comportamento. Departamento de Psicologia. UFMG.

pela docente no exercício de sua profissão na sala de aula com crianças de turma dos anos iniciais.

Palavras Chave: Ergologia; autoconfrontação simples; atividade de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Sujeitos de tantos passados e presentes na educação, os pedagogos têm vivido diferentes trajetórias e experiências de formação inseridas em complexas estruturas de poder nos processos históricos mais amplos da sociedade. Trajetórias e experiências que precisam ser urgentemente revisitadas e contextualizadas na história do sistema educacional brasileiro das últimas décadas, dada sua relevante presença no cenário educacional.

Em diferentes perspectivas históricas ocorridas na educação escolar brasileira, os pedagogos vêm atuando como docentes, cientistas da educação e técnicos administrativos. Elogiados ou criticados, esses profissionais aceitos ou questionados estão presentes no cotidiano das instituições educativas e no desenvolvimento de suas práticas onde revelam as especificidades de sua formação.

O ano de 2006 foi um marco para o movimento de busca de uma identidade para o curso de Pedagogia. A Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 de maio de 2006, alterou a concepção da formação de pedagogo, na seguinte vertente: formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p.11). Nesse sentido, o egresso dessa Licenciatura, está habilitado para ministrar aulas na educação infantil e nos anos iniciais. Ou seja, será um profissional que se envolverá com a educação da infância. Essa nova identidade do curso de Pedagogia é considerada como um avanço pelos pesquisadores do campo da educação infantil, pois formação acadêmica do profissional dessa área passa a ser realizada no âmbito da licenciatura.

A Resolução acima citada prescreve que a docência é o foco da formação inicial do professor e amplia seu conceito a seguinte extensão:

compreende-se à docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção de conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006, p.11).

Pode-se afirmar a partir desta prescrição que há uma ampla noção de docência que os cursos de licenciatura devem ministrar. Pressupõe-se que há uma tentativa de que a diversidade social e cultural brasileira seja fundamento para a formação do professor e que a Pedagogia continue sendo articuladora de vários campos do conhecimento que envolvem os processos de ensino e de aprendizagem. Essa noção traz a prática docente como “eixo central da profissionalização no campo educacional, mobilizadora da teoria pedagógica” (SCHEIBE, 2007, p.59).

A centralidade na formação docente exige que o pedagogo resignifique a sua prática, pois o lugar social do professor da educação básica tem sido alterado substancialmente nos últimos anos no contexto educacional brasileiro. O mestre de outrora cujo saber era reconhecido na sociedade, hoje convive com as críticas à sua atuação profissional. Os baixos índices de rendimento dos alunos, (especialmente) os matriculados nas escolas públicas são atribuídos aos docentes. As críticas referem-se entre outros, à sua formação profissional e acadêmica, ao seu despreparo para atuar frente à diversidade, à inclusão, ao domínio teórico e metodológico dos conteúdos escolares. Esse contexto social e político impacta a relação dos docentes com o seu ofício de ensinar, o interesse dos jovens pelos cursos de licenciatura e a relação dos professores com as famílias dos alunos e com a comunidade escolar de modo geral.

Para responder aos desafios da busca pela forma mais adequada de formação de professores tanto do ponto de vista da legislação, quanto da sociedade, o Projeto Pedagógico dos cursos de Licenciatura (Letras, História, Geografia e Pedagogia) do Instituto de Ciências Humanas- ICH da PUC Minas, denominado Projeto Integrado (2009), foi elaborado pelos docentes da instituição com a preocupação de promover a formação humana integrada à formação para o mundo do trabalho. Esses princípios foram tomados como horizontes que nortearam a formação, dos alunos nos cursos de licenciatura do Instituto de Ciências Humanas.

Para operacionalizar esse princípio de formação, a comissão que elaborou esse projeto propôs uma organização curricular a partir de temas integradores que objetivaram contribuir para que os alunos reconhecessem a importância das dimensões ética e estética da vida humana, inspirados na teoria de Paulo Freire e de Janine Ribeiro. O horizonte da formação para o mundo do trabalho objetivou proporcionar uma formação profissional que subsidiasse o egresso no enfrentamento dos desafios advindos do campo de atuação profissional a partir das análises sociológicas, antropológicas, éticas e estéticas dessa realidade.

Esses dois horizontes de formação nortearam a construção da matriz curricular que integra ensino, pesquisa e extensão por meio da organização proposta para os conteúdos. Assim no desenvolvimento curricular, os alunos têm a possibilidade de discutir, analisar, e se aproximar do futuro campo de trabalho, subsidiados pela dimensão do diálogo e da ética. O pressuposto de que os egressos do curso de Pedagogia desenvolveram novas habilidades, conhecimentos e perspectivas de olhar para a escola e para os atores sociais inseridos nela, estimulou a realização dessa pesquisa no sentido de repensar questões relativas à atividade de trabalho do pedagogo, entre elas: como se caracteriza o mercado de trabalho que emprega os egressos do curso de Pedagogia? Como esses egressos atuam? Quais são os desafios que eles encontram no dia-a-dia de trabalho na escola? Que práticas pedagógicas eles desenvolvem com os alunos? Que concepção de criança, de educação permeia a sua prática docente? Estas reflexões motivaram a pesquisa (em andamento) intitulada “Da vida acadêmica à inserção no mercado de trabalho: um estudo a partir da experiência docente de egressos do curso de licenciatura em Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas-ICH da PUC Minas”.

Para atingir os objetivos propostos, os campos teóricos e os instrumentos metodológicos da pesquisa sustentam-se na produção do departamento de ergologia da Universidade de Aix-Marseille (SCHWARTZ, 2000 e 2005 e TRINQUET, 2010) e na produção sobre autoconfrontação simples - ACS (CLOT, 2006 e FAÏTA, 2005). Essa escolha se deu por se tratar de uma metodologia que analisa o trabalho na perspectiva do trabalho real e toma a noção de atividade humana como fundamental. A questão central para essa metodologia é possibilitar que o trabalhador confrontado com sua imagem em trabalho docente, produza um discurso narrativo e explicativo das imagens analisadas de sua própria prática docente.

Neste texto pretende-se analisar um evento de autoconfrontação simples realizado com uma das professoras no mês de janeiro do ano de 2017. A análise compreendeu o diálogo entre os

construtos teórico-conceituais da noção de saberes constituídos e de saberes investidos. O artigo está organizado em quatro seções, a saber: a primeira, traz uma abordagem dos conceitos da Ergologia na discussão do trabalho docente. Em seguida a autoconfrontação simples será apresentada como uma técnica de pesquisa que possibilita a discussão e análise da ação docente a partir de questões levantadas pelos pesquisadores. Na seção seguinte será realizada a análise do evento da autoconfrontação e por fim serão tecidas as considerações finais.

2 CAMPOS TEÓRICOS DA PESQUISA

A abordagem ergológica² situa o trabalho, considerando a sua complexidade assim como é complexa a atividade humana, em geral, e a atividade de trabalho em particular. A Ergologia não um método, mas uma abordagem, pluridisciplinar do trabalho, As várias ciências que se interessam por seu estudo ressaltam a diferença entre trabalho e atividade de trabalho, por considerar que estes conceitos não são sinônimos como tratados descuidadamente em alguns campos do conhecimento.

Para o ergólogo o trabalho é um ato de natureza humana que engloba e restitui toda complexidade humana. Portanto a análise do trabalho sob o ponto de vista da atividade permite compreender o que se passa no corpo-si do sujeito em trabalho. Esse ponto de vista faz emergir a dimensão do diálogo do sujeito com o seu interior, com o seu meio e com os outros (TRINQUET, 2010).

Pierre Trinquet (2010) destaca que a Ergologia convoca dois tipos de saberes presentes na atividade humana de trabalho: compreender o saber constituído e o saber investido. O saber constituído se refere às competências e conhecimentos disciplinares acadêmicos e profissionais que municiam a elaboração das prescrições para o trabalho. Este saber dota o

² A abordagem ergológica do trabalho é uma construção científica e humana que emerge da colaboração de três pesquisadores – Yves Schwartz, filósofo; Daniel Faïta, linguista; Bernard Vuillon, sociólogo, que mediante o desafio de pensar as mutações ocorridas no trabalho, entre 1983-1984 criam o dispositivo – Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho (Hennington; Cunha; Fischer, 2011).

indivíduo de conhecimentos formalizados nos cursos, nos livros, nas normas técnicas, nas normas organizacionais, nas leis, nos programas de ensino.

O saber investido é caracterizado como próprio, individualizado, pessoal. Ele se relaciona a competência adquirida na experiência da gestão de toda atividade de trabalho, inscrevendo-se como uma situação única e histórica, pois não é formalizado e nem escrito em lugar nenhum. Schwartz, (2000) assevera que este saber está cravado no intelecto e/ou no corpo-si. Conforme Veríssimo (2015, p. 299) “(...) os saberes investidos não têm a mesma natureza que os saberes formais, também denominados constituídos. São duas coisas de natureza diferentes, mas complementares. (...) um saber escondido no corpo-si, cuja composição inclui a alma.” A autora ao propor elementos para a construção da noção de saber investido afirma que:

“O saber investido reenvia à especificidade da capacidade individual e intransferível de realizar a tarefa proposta. Essa capacidade é construída pela atividade, investida no corpo-si pela atividade em situações históricas. (...) A capacidade de seguir ou não as normas de trabalho é adquirida na e pela experiência de trabalho, que exige do trabalhador responder às exigências propostas pelo meio, de forma que suas respostas são, na maioria das vezes, criações carregadas de saberes.” (VERÍSSIMO, 2015, p.298)

O pressuposto de que a atividade de trabalho é sempre singular, e que os indivíduos criam e recriam de acordo com suas experiências, resulta no entendimento de que o saber investido está sempre em aderência às situações específicas de trabalho. Isto coloca em questão o postulado de que as situações de trabalho são definidas pelas prescrições.

Com base nessas duas noções a ergologia afirma que existe um distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real embora a atividade de trabalho humano seja composta por essas duas noções. O trabalho prescrito se refere às regras e objetivos fixados pelas organizações de trabalho, caracterizando-se como indicativo daquilo que o trabalhador deve fazer. O trabalho

real, por sua vez resulta da criação do trabalhador, quando ele enfatiza o seu protagonismo mediante as prescrições externas respondendo às necessidades impostas pelo meio, sempre infiel. Yves Schwartz (2005), afirma que em toda atividade de trabalho há sempre ‘usos de si’. Entretanto, o que mais se destaca é o ‘uso de si pelos outros’.

No contexto de uma sociedade capitalista, as prescrições são pulsantes e definidoras das tarefas do trabalhador, o que faz com que o sujeito tenha dificuldades de perceber o ‘uso de si por si mesmo’. Assim, focalizar o processo de realização de uma tarefa em movimento proporciona ao sujeito tornar latente os significados do “uso de si por si mesmo”.

A noção de atividade assumida neste trabalho é baseada na abordagem ergológica que considera que *“atividade é uma capacidade criadora que cada humano tem para responder às infidelidades do meio interno e externo no aqui e agora. Essa força criadora é diferente em cada ser humano porque ela é composta pelo resultado das interações entre três dimensões: biológica, social e metafísica”* (VERÍSSIMO E SOARES, 2016, p. 251) e nos postulados de Leontiev (1983) ao afirmar que a atividade de cada indivíduo se dá num sistema de relações sociais e de vida social, onde o trabalho ocupa lugar privilegiado. A atividade psicológica interna do indivíduo tem sua origem na atividade externa. Neste sentido, os processos mentais humanos, ou seja, as funções psicológicas superiores, adquirem uma estrutura necessariamente ligada aos meios e métodos sócio-historicamente formados e transmitidos no processo de trabalho cooperativo e de interação social.

Considera-se que a educação é um fenômeno social, historicamente contextualizado e, portanto a escola deve ser analisada como um tempo de vivência cultural. Entretanto, as normas administrativas (prescrições), sobrepõem ao trabalho real. Neste espaço de relações conflitantes entre o prescrito e o real conhecer a atividade da professora, significa incentivá-la a assumir o seu papel de sujeito de transformação e em transformação.

2.1 Autoconfrontação: uma técnica de pesquisa qualitativa

A técnica de pesquisa instrução ao sócia é a inspiração para a criação da técnica de autoconfrontação. De acordo com seu criador Ivar Oddone (1981), a instrução ao sócia reúne a imagem ou representação que o trabalhador tem de seu próprio comportamento quando ele está trabalhando. Mas não se trata do comportamento real e total da pessoa, porque entre o comportamento imaginado e o comportamento real, há uma diferença ou uma distância que precisa ser considerada.

Oddone observa também que essa técnica não apresenta resultados definitivos porque ela trata de uma relação entre dois sujeitos ou dois grupos, aquele que dá instruções e aquele que os recebem; o nascimento de uma consciência simultânea dependerá dessa interação. Essa

relação dialética é a riqueza desta técnica de pesquisa porque ela ajuda o pesquisador ao coletar os dados a entender o que ele vê; e aos trabalhadores, ela torna possível a análise de sua própria prática, ao ser confrontado diretamente com o seu saber investido em seu corpo-si. Porque dar instruções para um sócia significa reorganizar e ordenar os comportamentos específicos em um plano global.

A autoconfrontação é uma técnica de pesquisa que possibilita aproximar da atividade de trabalho porque ela usa a imagem como um meio de observação. Ela permite criar um problema sobre o qual um trabalhador ou um coletivo de trabalho irá discutir e desenvolver uma pesquisa e uma análise e evidenciará a experiência de trabalho.

A autoconfrontação (Faïta, 1997) mantém as linhas gerais da instrução ao sócia no que se refere à confrontação consigo mesmo a partir dos discursos sobre a atividade. Por outro lado, promove melhorias na técnica confrontando o protagonista à sua própria atividade por meio da imagem gravada em vídeo. Visto que a imagem do vídeo mostra a atividade desenvolvida pelo protagonista, em seus detalhes, desde os menores até os mais óbvios, ela contém em si uma transcrição do que foi dito e feito. A imagem funciona como uma cópia e o pesquisador não tem mais necessidade de utilizar o manual de instrução ao sócia: "amanhã, no seu trabalho, vou te substituir. Diga-me o que tenho que fazer para que ninguém perceba a substituição?"

O vídeo elimina o trabalho de transcrição que o protagonista deveria fazer. Ele modifica a sequência técnica do procedimento. Além disso, falar a partir de uma imagem permite sobrepor diferentes níveis de autoconfrontação. Quando o protagonista olha o vídeo sobre sua atividade e o comenta, se produz um novo "encontro" que também será filmado. Esse novo registro se tornará mais tarde o material de base para uma "confrontação cruzada" entre o primeiro protagonista e um dos seus colegas de trabalho.

De um modo geral, o método é estruturado em quatro fases. A primeira é para constituir um grupo de análise e de trabalho, sobre o objeto de pesquisa e das opções metodológicas selecionadas. Na segunda, são realizadas as filmagens de situações de trabalho, previamente selecionadas. A terceira é o momento de se fazer a autoconfrontação simples e/ou cruzadas—ACS/ACC, e de conjugar as experiências dos participantes. Finalmente, a quarta fase é a ampliação do trabalho de análise pelo retorno de seu produto para o coletivo profissional.

A imersão no contexto de trabalho dos sujeitos pesquisados possibilita identificar características singulares de sua atividade pela metodologia da autoconfrontação. A ACS retrata apenas uma pequena porção da atividade de trabalho, porque este instrumento busca identificar os recursos que o profissional utiliza e o desenvolve.

Esta observação destaca que neste processo o pesquisador não coloca em evidência o desenvolvimento do trabalho do sujeito pesquisado e nem utiliza intervenções nas cenas analisadas, porque conforme afirma Clot (2007), quando se faz intervenção nos quadros de gestão a preocupação é com a ação e não com a pesquisa. Na ação, não se faz pesquisa.

A autoconfrontação permite, em um primeiro momento, o acesso em níveis mais imediatos do comportamento. Ela compreende a explicitação dos procedimentos concretos, das maneiras operatórias, dos atos, ações e gestos observáveis, das informações utilizadas na execução do trabalho, dos elementos que influenciam as decisões, das informações utilizadas nas escolhas feitas para levar a termo a realização do trabalho e dos elementos que influenciam as decisões, entre outros. Em um segundo momento essa metodologia de pesquisa busca explicitar os sentidos e significações latentes do comportamento se apoiando sobre os resultados obtidos anteriormente.

Esses fundamentos metodológicos, no centro das reflexões desenvolvidas pela ergologia e pela ergonomia francesa foram retomados para realização da pesquisa apresentada que buscou analisar a atividade de trabalho docente a partir da confrontação com as imagens de professoras desenvolvendo a prática docente. Esse procedimento tem fundamentos éticos profundos visto que ele requer um engajamento dos sujeitos da pesquisa e dos pesquisadores. Os sujeitos, que no caso dessa pesquisa são professores/as, devem compartilhar com o/as colegas e com o/as pesquisadores/as, que nessa pesquisa são professores/as também, o que lhes é pessoal e não raras vezes íntimo.

2.2 Os sujeitos da pesquisa e os dados parciais ³

Os sujeitos da pesquisa são duas alunas egressas do curso de pedagogia da PUC-MG cuja experiência acadêmica foi desenvolvida fundamentada pelo projeto pedagógico de curso – o

³ Por se tratar de um recorte da pesquisa, os dados continuam a ser coletados. Serão realizadas observações, entrevistas e autoconfrontação cruzada.

Projeto Integrado. Elas concluíram o curso no ano de 2012. Ingressaram no mercado de trabalho por meio de aprovação em concurso público. A primeira, que neste trabalho denominaremos P1, atua na rede Estadual de Ensino nos anos iniciais da educação básica. A outra professora, P2 trabalha com turma de educação infantil na rede municipal de Belo Horizonte. Neste texto optou-se pela apresentação da autoconfrontação simples realizada com a professora P1. Para melhor compreensão da abordagem e das questões levantadas na seção da autoconfrontação, a seguir será realizada uma descrição sucinta da professora 1, da sua sala de aula e das crianças. Parte-se do princípio que é nesses espaços descritos que o sujeito professor se confronta e vive os conflitos entre os saberes constituídos e os saberes investidos.

A Professora 1

Trata-se de uma mulher jovem na faixa etária de 30 anos, graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica, contratada por meio de aprovação em concurso público na rede estadual de educação de Minas Gerais. Está em exercício há 4 anos. Em sua tarefa como professora, parece ser dinâmica e organizada. No desenvolvimento de suas aulas⁴ busca diversificar as atividades a serem propostas aos alunos e estabelecer em sua prática pedagógica no diálogo. Assim as questões consideradas divergentes são resolvidas em conjunto com a turma. Uma situação que explicita esta prática relaciona-se a seleção e execução das tarefas propostas para o dia. A professora elencava um conjunto de atividades e os alunos definiam por meio de votação quais desenvolveriam. Ela buscava ouvir as opiniões contrárias e favoráveis em relação ao voto.

Outra característica que pode-se atribuir a professora¹ é a sua atitude de respeito à diversidade e à diferença entre as crianças que compõem a turma. Havia na sala um menino que apresentava dificuldades de comunicação, pois a sua linguagem ainda não estava desenvolvida no período da coleta de dados. Este no período de observações foi incentivado e encorajado pela professora a executar tarefas como reconto de histórias. Assim como, provocava o debate entre as crianças sobre as diferenças étnico raciais na sala de aula.

O espaço da sala de aula de alfabetização e os alunos(as)

4 Os dados parciais foram coletados no campo por meio de observação, de filmagens das aulas da professora.

O espaço físico da sala de aula é amplo, arejado, claro, festivo e estimulante. As carteiras individualizadas, eram organizadas assimetricamente. A professora exerce uma gestão dialógica das relações sociais entre as crianças, entre estas e o objeto de conhecimento escolar, entre eles, a alfabetização. A turma era composta por 25 crianças em idade entre 6 e 7 anos. Notava-se que havia entre esses sujeitos um ambiente de alegria, em que a curiosidade, as inquietações da infância eram deflagradas e a solução era desencadeada pelo diálogo. Em termos da aprendizagem da leitura e da escrita, as crianças se encontravam em momentos e níveis diferentes.

As aulas foram gravadas durante cinco dias do primeiro semestre de 2016. Os vídeos foram assistidos previamente pelo grupo de pesquisa que selecionou as cenas mais significativas do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, para serem confrontadas com a professora. O evento que será analisado neste texto foi selecionado por contrastar com a postura da professora no cotidiano em outras situações da sala de aula em que ela sempre se mostra disponível a dialogar com as crianças, ouvindo as suas questões. Pretendia-se com a autoconfrontação entender o gesto aparentemente arbitrário da docente no momento de leitura de história para as crianças que será relatado no episódio abaixo:

Após lembrar que todas as crianças deveriam guardar o material embaixo da mesa e lembrá-las sobre a importância de se preparar para se escutar uma história, a docente postada à frente de sua turma iniciou uma leitura sobre um conto infantil. Enquanto caminhava pela sala, era visível a inquietação de algumas crianças. Uma se ausentava para ir ao banheiro, outra conversava com um/a colega e havia aqueles que se distraíam manipulando diferentes objetos (borracha, lápis, régua). Essa situação aparentemente não causava desconforto para a professora. Entretanto, um aluno que manteve seu caderno sobre a mesa e brincava com ele, a professora percebeu e, se dirigindo até a sua carteira, sem alterar o tom de voz e sem interromper a leitura, ela pegou o caderno e o guardou embaixo da carteira do menino. (cena da Autoconfrontação, janeiro de 2017).

Essa situação foi mostrada para a docente no momento da autoconfrontação e as pesquisadoras a questionaram sobre o motivo pelo qual guardou o caderno da criança daquela forma? Ela explicou:

Aquele aluno é uma criança sem concentração. Até iniciamos uma pesquisa para sabermos se ele é hiperativo. Existe um combinado de que todos têm de prestar atenção na história, tem que guardar o material. Eu acho que os outros estavam prestando atenção. Eu tenho que brincar de policial, pois ele e outro eu acho que outro ficam brincando com a régua. Nesta hora, eu gostaria que todos focassem em mim. Prestassem atenção em mim (P1, Autoconfrontação, janeiro de 2017).

Dessa explicação feita pela docente podemos destacar dois aspectos: o primeiro relaciona-se a centralidade de seu papel como professora, que a mesma deseja que seja reconhecido pela sua turma. Esta constatação verifica-se pela sua argumentação *'eu gostaria que todos focassem em*

mim'. O segundo faz alusão ao protocolo que envolve a leitura de histórias em sala de aula. Na reflexão da professora foram abordados aspectos relacionados ao conhecimento dela sobre o comportamento disperso da criança. As condições de produção do evento que poderiam ser desfavoráveis à atenção voluntárias da criança, um saber constituído possivelmente na sua formação acadêmica, não foi considerado neste momento. Analisar os rituais escolares como a leitura de histórias foi uma possibilidade concreta da docente se observar em ação.

No transcorrer de sua narrativa a docente acrescentou outros aspectos a esta cena:

Em mim.... Eu não sei dizer porque fiz isto. Fiz me colocando no lugar dele. Se eu estivesse com outros materiais escutando a história, talvez eu não pudesse aproveitá-la. Eu não consigo prestar atenção assim (P1, Autoconfrontação, janeiro de 2017).

A afirmação de que *não sabe porque* tomou tal atitude ou o fez porque se colocou no lugar do aluno, mostra que a ação docente é complexa e que os saberes constituídos e os saberes investidos se compõem também a partir da experiência pessoal do professor.

Para compreender a atividade docente, é preciso levar em consideração os valores, as normas, os discursos, os princípios que esses sujeitos sociais interiorizaram ao longo de suas trajetórias de vida e, ainda, a forma como os exteriorizam, transformando em ações diante da realidade objetiva. Ter acesso a esse aspecto da formação, possibilita compreender algumas opções, atitudes, preferências que caracterizam a forma de ser de cada docente, suas definições em relação à concepção de aluno, de educação, de escola e do seu próprio papel social. Ou seja, é preciso que se reflita não apenas sobre a postura pedagógica do professor de uma maneira isolada, mas, sobretudo, sobre sua postura humana frente ao ato de ensinar.

Considera-se que a educação é um fenômeno social, historicamente contextualizado e, portanto a escola deve ser analisada como um tempo de vivência cultural. No momento em que a professora se viu em cena ela se surpreendeu. Ao rever seus alunos ela afirmou por diversas vezes que estava com saudades e se emocionou interrompendo as frases para respirar. Trata-se de uma análise carregada de emoção, de sentimentos oriundos da relação

entre professora e alunos. A autoconfrontação da professora com a cena, revelou o seu envolvimento emocional com a prática pedagógica. Isso pode ser observado na reflexão realizada pela professora no fragmento abaixo:

Tem turma que você fica desestimulado eu vou falar assim. E tem turma que a gente ama tanto. Não sei se é porque... Não é porque eles tem bom desempenho, mas porque muitas vezes eles são mais cativantes. Ou a gente tem uma ligação. É aquela história do santo bateu. Não sei. Não sei explicar. São coisas que a gente não explica. Mas a gente tem uma ligação com eles que eu acho que ela amplia esse aprendizado, né? O afeto. Gosto muito de falar que eu uso a filosofia do afeto para dar aula. Então, não tem como eu não criar laços com eles. Porque eu não sou uma máquina, né? E nem eles. Eles não são máquina de receber informação. E nem eu sou máquina de passar. Eles são seres humanos e eu também (P1, Autoconfrontação, janeiro de 2017).

A metodologia adotada a partir dos extratos das reflexões realizadas pela professora a partir das cenas disponibilizadas no dia da autoconfrontação, permite afirmar que o exercício da profissão docente transcende a ação de ensinar os conteúdos escolares, pois, as emoções, os sentidos pessoais e os sentimentos que perpassam o corpo-si da professora, não são ensinados, mas são ingredientes que irão compor a sua prática docente onde seu corpo-si permitirá a visualização de alguns saberes investidos. Estes saberes associados aos saberes constituídos permitem a ela responder às exigências do trabalho real cujas configurações mudam constantemente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em andamento permite afirmar que a metodologia de autoconfrontação exige que sejam respeitadas algumas etapas bem definidas para se realizar uma consequente análise das situações de trabalho docente. A metodologia torna possível uma análise minuciosa da atividade e a confrontação abre um caminho para se enfrentar a complexidade inerente às situações de trabalho, qualquer que seja ela bem como a compreensão da própria atividade. A análise do trabalho docente pela via da autoconfrontação destaca que o pesquisador se interessa pelos diálogos estabelecidos enquanto método de pesquisa. Portanto se trata de um método propício

ao movimento dialógico porque ele exige tempo e espaço para que esse movimento se dê. Assim, o que era implícito se explicita, o que não fora dito é falado, as coerções sociais, técnicas, e hierárquicas são atenuadas (embora não sejam ausentes) e cada ator pode

ultrapassar os limites das normas e das regras que lhes são impostas ou que ele mesmo se impõe.

A metodologia de autoconfrontação permitiu às pesquisadoras bem como às professoras, sujeito da pesquisa se aproximarem do *como, da razão e do porque* algumas estratégias, atitudes e gestos são elaborados pelas professoras a fim de realizarem o trabalho docente que é uma atividade complexa. Essa complexidade se sobressai em relação a outros trabalhos, que não podem ser considerados simples, mas o trabalho docente será realizado a bom termo se o trabalho docente for igualmente realizado, considerando que na sala de aula pesquisada eram vinte e cinco discentes interagindo com a docente a fim de viabilizar o trabalho de ambos. Pode-se dizer ainda que a autoconfrontação promoveu o encontro da docente com uma dimensão ainda não explicitada por ela: a subjetividade. Ou seja, o saber investido pela professora 1 na atividade de “dar aulas” cuja fonte primária é o sentimento advindo de sua experiência pessoal, que em relação com o saber constituído, configura os princípios da gestão de sala de aula implementados por ela no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC.CFE.. **Parecer CNE/CP n. 05/2005, de 13/12/2005**. Diretrizes curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, 2006.

BRASIL. MEC.CFE. **Resolução CNE/CP n. 001, de 15/05/2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura. Brasília: D.O.U, 2006.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLOT, Y.; FERNÁNDEZ, G. (2007). Instrumentos de investigación: entrevistas en autoconfrontación: un método en clínica de la actividad. **Laboreal**, vol. 3, nº 1, pp. 15-19.

FAÏTA, Daniel (2005). **Análise dialógica da atividade profissional**. Rio de Janeiro: Imprinta.

FAÏTA, Daniel. (1997) **La conduite du TGV: exercices de styles**. *Camps visuels*.

ODONNE, Ivar; RE, Alessandra. & BRIANTE, Gianni. (1981). **Redécouvrir l’expérience ouvrière**: Vers une autre psychologie du travail. Paris: ed. Sociales.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. (2011). Pró-Reitoria de Graduação. Instituto de Ciências Humanas. **Projeto Pedagógico Compartilhado pelos Cursos de Bacharelado e Licenciatura do Instituto de Ciências Humanas da PUC Minas**. Belo Horizonte: PUC Minas. 111 p.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 43-62, jan/abr, 2007

SCHWARTZ, Y. Actividade. **Laboreal**. v. 1, n. 1, p. 63-64, 2005. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt>>.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. **Revista Pro-Posição**, São Paulo, v. 1 n. 5, p. 34-50, jul. 2000

TRINQUET, Pierre. Trabalho e Educação: O Método Ergológico. **Revista HisteDBR Online**, Campinas, número especial, p. 93-113, ago. 2010

VERÍSSIMO, Mariana. Elementos para construção da noção de saber investido. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte. v. 24, n. 2, p. 295-313, mai-ago. 2015.

SIMPLE SELF-COUNSELING: ANALYSIS OF THE TEACHING EXPERIENCE OF AN EGRESSA OF THE PUC MINAS PEDAGOGY COURSE

Abstract: This paper is a review of the ongoing research entitled: "From academic life to insertion in the labor market: a study based on the teaching experience of graduates of the undergraduate course in Pedagogy of the Institute of Human Sciences-ICH of PUC Minas". The purpose of this research is to investigate the impact of initial training on teachers' pedagogical practice. Qualitative research and data were collected through observation, video recording and simple self-confrontation with the investigated teacher. The data are being analyzed in the light of the theoretical constructs of Ergology, of the methodological device called selfconfrontation, which allows the subject to visualize, analyze and understand their work through the analysis of video recordings. The analyzes carried out up until that moment allow us to affirm that there are approximations and distances between the knowledge mobilized by the teacher in the exercise of their profession in the classroom with the children of classes in the initial years.

Keywords: Ergology; simple selfconfrontation; work activity.

TORNAR-SE CONTADOR DE HISTÓRIAS: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE DE CONTADORES NO BRASIL E NA ESPANHA

FLECK, Felícia de Oliveira – feofleck@yahoo.com.br
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação,
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC, Brasil

CUNHA, Miriam Vieira da – vieiradacunha.miriam@gmail.com
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação,
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC, Brasil

***Resumo:** O estudo apresenta relatos de contadores de histórias profissionais que atuam em bibliotecas públicas no Brasil e na Espanha. Tem como objetivo investigar as relações entre as narrativas pessoais de histórias e a constituição da identidade dos contadores, a partir da perspectiva do sociólogo francês Claude Dubar, que leva em conta a trajetória, a individualidade e a subjetividade do sujeito em relação ao mundo do trabalho. Segundo essa concepção, a identidade é considerada como resultado de um processo de socialização, ligado às diversas esferas de atividade que cada um encontra durante sua vida. A partir de entrevistas de história de vida, alicerçadas na metodologia da história oral, reconhecemos as motivações pessoais e as influências que estes contadores de histórias brasileiros e espanhóis acreditam ter recebido da família e da escola no processo de tornar-se contador.*

***Palavras-chave:** Contação de histórias. Contador de histórias. Identidade profissional.*

1 INTRODUÇÃO

A identidade de um ser humano é constituída, em parte, pelas histórias que ele conta acerca de si mesmo. Somos o que somos por sermos capazes de construir narrativas sobre nós mesmos e por ouvirmos as histórias contadas pelas pessoas com quem nos relacionamos.

Comunicamos nossos valores e crenças em relação a quem somos e também às percepções que assimilamos de outros.

As histórias podem nos recordar nossa condição, romper a aparência superficial das coisas, dar a ver as correntezas e abismos subjacentes. As histórias podem alimentar nossa mente, levando-nos talvez, não ao conhecimento de *quem somos*, mas ao menos à consciência de *que* existimos – uma consciência essencial, que se desenvolve pelo confronto com a voz alheia (MANGUEL, 2008, p. 19, grifo do autor).

Ao ter a consciência de que existimos, contando histórias sobre nós mesmos, buscamos a sensação do pertencimento, procuramos o “encaixe” em uma categoria ou outra, mesmo que o nosso destino, segundo Bauman (2008), seja o de vivermos eternamente “desencaixados”. O autor acredita que o maior desafio de homens e mulheres na contemporaneidade é qual identidade escolher em meio a tantas opções.

Para o senso comum, normalmente a noção de identidade vem imbuída de uma conotação essencialista, ou seja, da concepção de que é possível encontrar uma essência fixa e estável em cada ser, que não se modifica com o tempo. A concepção da qual parte esse trabalho é a nominalista, que pressupõe a ideia de coletivos múltiplos, variáveis e efêmeros que aderem a determinadas categorias por períodos limitados de tempo. Está aqui presente a noção de uma identidade que se transforma com o tempo e a partir das circunstâncias que se apresentam na vida. Na concepção nominalista evidencia-se a crença na identidade pessoal, como resultado de uma escolha.

É nesse panorama que esta pesquisa se insere, no intento de investigar as relações entre as narrativas pessoais de histórias e a constituição da identidade dos contadores de histórias.

Para isso, investigamos a história de vida de contadores de histórias que desenvolvem atividades em bibliotecas públicas e comunitárias de Santa Catarina e de Barcelona, a partir da perspectiva do sociólogo francês Claude Dubar (2005). As ideias desse autor estão ancoradas na sociologia das profissões, especificamente na concepção do interacionismo simbólico, que leva em conta a trajetória, a individualidade e a subjetividade do sujeito em relação ao mundo do trabalho. No nosso entender, essa parece ser a abordagem mais acertada para o desenvolvimento desse estudo, já que toma as trajetórias pessoais de vida como ponto de partida para explorar a identidade profissional.

Do ponto de vista do interacionismo simbólico, a identidade é concebida como resultado de um processo de socialização. Esse processo não pode ser reduzido a uma dimensão única, mas sim a diversas esferas da realidade social.

Dubar (2005) considera que a socialização é a construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividade que cada um encontra durante sua vida (família, escola, mundo do trabalho, empresa...) e das quais deve aprender a tornar-se ator. Para ele, a esfera profissional ocupa um lugar de destaque na vida das pessoas.

Dentro dessa percepção, as identidades não são postas, não são dadas ao sujeito a partir de seu nascimento. A identidade sofre transformações ao longo do tempo e é situacional, ou seja, varia de acordo com a época, o contexto e as relações estabelecidas pelos sujeitos (DUBAR, 2001).

Segundo Dubar (2005) a identidade pode ser considerada a partir de dois vieses: a dimensão relacional, correspondente aos atos de atribuição, ou seja, o que os outros dizem que sou, ou a *identidade para o outro*; e a dimensão biográfica, correspondente aos atos de pertencimento, às identidades reivindicadas e idealizadas para o futuro, ou a *identidade para si*.

A partir da trajetória pessoal de vida do contador de histórias profissional, pretendemos responder às seguintes perguntas: quem é esse contador de histórias letrado, sujeito do entrecruzamento das práticas orais e escritas? O que o fez tornar-se um contador de histórias? Que influências acredita ter recebido da família e da escola neste processo?

O presente texto é resultado parcial de reflexões referentes à pesquisa de tese em andamento sobre a história de vida de contadores de histórias atuantes em bibliotecas de Santa Catarina. Neste texto, aproveitamos também os dados coletados no período do estágio sanduíche em Barcelona, para traçar um breve diálogo entre as experiências dos contadores de histórias no Brasil e na Espanha.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para tanto, a metodologia utilizada foi a história de vida, que se caracteriza, de acordo com Lucília Delgado (2006, p. 21), por

depoimentos aprofundados e, normalmente, mais prolongados, orientados por roteiros abertos, semi-estruturados ou estruturados, que objetivam reconstruir, por meio do diálogo do entrevistador com o entrevistado, a trajetória de vida de determinado sujeito (anônimo ou público), desde sua mais tenra infância até os dias presentes.

Esta metodologia de trabalho está alicerçada na história oral, que, segundo Alberti (2013, p.24)

é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (...) Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.

A história oral tem caráter interdisciplinar e se presta a diversas abordagens. Tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos, etc. Dialoga com diversas áreas das ciências humanas, sociais e da saúde (ALBERTI, 2013).

Essa metodologia prioriza a alteridade e a singularidade dos sujeitos na história, tendo em vista que os relatos são pistas sobre a consciência que a pessoa tem de si mesma no mundo. Os fragmentos de memória, os relatos apresentados pelo entrevistado, mesmo que com a participação do entrevistador, nos dão condições de refletir e perceber quais são as imagens, percepções, qual ou quais identidades são reivindicadas e construídas por ele.

Adotar o método de trabalho com fontes orais é valorizar a subjetividade do indivíduo, levando em conta, segundo Portelli (1997), mais os significados do que os eventos. É entrar em contato, não apenas com o evento em si, mas com o que as pessoas pensam sobre ele, o que fizeram, o que queriam fazer, o que acreditavam estar fazendo e até mesmo, o que hoje pensam acerca do que fizeram. “É a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2013, p.31). É a história da memória dos acontecimentos, de como eles repercutem até os nossos dias. E como eles lançam nova luz sobre áreas inexploradas, ressignificando e atualizando o passado e o presente.

Neste estudo, fizemos uso da pesquisa biográfica múltipla, que é um conjunto de depoimentos de história de vida de sujeitos que atuam em um mesmo grupo profissional, neste caso, contadores de histórias atuantes em Santa Catarina e em Barcelona. Entrevistamos um contador de histórias de cada uma das seis mesorregiões do estado de Santa Catarina¹, com o intuito de obter uma representatividade dos contadores atuantes no estado. Em Barcelona, os contadores foram eleitos a partir de indicação da coordenação das atividades nas bibliotecas públicas, seguindo os critérios de rede, que segundo Gattaz (1996, p. 263) “dá continuidade social à experiência humana, permitindo a captação da experiência histórica”.

Para a seleção da amostra, no Brasil e na Espanha, levou-se em consideração que o entrevistado deveria:

¹ A saber: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí.

- considerar-se um contador de histórias profissional;
- exercer atividade profissional como contador de histórias há pelo menos cinco anos;
- atuar ou já ter atuado em bibliotecas (especialmente públicas e comunitárias) de sua mesorregião.

Considera-se contador de histórias profissional aquele que desenvolve esse trabalho de forma contínua e que recebe remuneração para tal. Não é necessário que viva exclusivamente dessa atividade, mas que ela ocupe papel significativo em sua prática profissional.

Primeiramente foi traçado um panorama dos potenciais entrevistados, por meio de mapeamento prévio de ações, projetos e grupos de contadores de histórias que desenvolvem trabalho em bibliotecas de Santa Catarina. Trata-se de um universo pouco conhecido e pouco divulgado. Em Barcelona, a situação é bastante diversa, já que existem 40 bibliotecas públicas municipais que oferecem atividades de contação de histórias regularmente. Sendo assim, há muitos profissionais em atuação.

Na medida do possível, buscamos entrevistar pessoas que tivessem áreas de formação inicial distintas. Não conseguimos ter uma representatividade de gênero igualitária². Abaixo, apresentamos o perfil dos entrevistados:

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

SANTA CATARINA	BARCELONA
<ul style="list-style-type: none"> • Faixa etária: entre 27 e 50 anos; 5 mulheres e 1 homem; • Formação inicial: Teatro, educação, biblioteconomia. • Contam histórias entre 05 e 14 anos. • Contam em bibliotecas, escolas, feiras de livro, festivais, festas de aniversário, teatros, empresas. • Ministram oficinas de formação de contadores de histórias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Faixa etária: entre 33 e 56 anos; 5 mulheres e 1 homem; • Formação inicial: Teatro, serviço social, tradução, música, biblioteconomia. • Contam histórias entre 11 e 33 anos. • Contam em bibliotecas, festivais, escolas, editoras; centros cívicos, teatros, presídio feminino, museus, bares. • Ministram oficinas de formação de contadores de histórias.

Fonte: As Autoras

² É importante destacar que pela pesquisa envolver pessoas que desenvolvam trabalho de contação de histórias em bibliotecas (e especialmente de ser esse perfil bastante restrito no Brasil), a variável sexo não foi determinante no momento de composição da amostra. Em função disso não nos parece um problema o fato de haver uma predominância de mulheres entrevistadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Motivações para contar

As motivações que os levaram a se tornar contadores de histórias são diversas, conforme demonstram seus depoimentos:

Tabela 2 - Motivações para contar

SANTA CATARINA	BARCELONA
<ul style="list-style-type: none"> • A partir das oficinas e cursos de formação que surgiram de maneira inesperada; • Pelo trabalho com o teatro (na formação universitária); • Pela fascinação ao ver um contador de histórias em atuação; • Pelo interesse em aperfeiçoar o trabalho com a narração / leitura na escola; • Influência dos pais (que lhes contavam / mãe escritora). 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir das oficinas e cursos de formação que surgiram de maneira inesperada; • Pelo trabalho com a voz (dublagem) e com o teatro (na formação universitária); • Pela fascinação ao ver um contador de histórias em atuação; • Amor pelo trabalho com crianças.

Fonte: As Autoras

Quando pequeno nenhum entrevistado projetava que viria a se tornar um contador de histórias, até por ser uma prática profissional bastante recente. Os caminhos foram se apresentando aos poucos, em todos os casos, no entrelaçamento com outros caminhos profissionais já iniciados.

Alguns deles iniciaram esse percurso na área da educação, especialmente no caso dos entrevistados brasileiros, o que põe em evidencia o quanto a prática do contar histórias está relacionada à educação em nosso país. Interessante considerar que as três obras precursoras sobre a arte de narrar histórias no Brasil, são claramente direcionadas aos professores: “A arte de contar histórias”, de Otilia Oliveira Chaves (1941); “A arte de ler e contar histórias” (1957), de Malba Tahan e “Contar histórias: uma arte sem idade”, de Maria Betty Coelho Silva (1986).

Outros começaram sua trajetória nas artes cênicas e a contação de histórias surgiu de forma natural, como mais uma possibilidade de linguagem artística. Alguns deles passaram a viver exclusivamente do contar, outros conciliam as duas atividades.

É recorrente em seus relatos a lembrança da primeira vez que viram um contador de histórias em atuação. Já adultos, a experiência lhes provocou fascínio e a vontade de seguir o mesmo caminho:

E eu fiquei fascinada por aquilo, ele não tinha nada assim, ele só tinha uns lenços, umas coisas, chegava na sala e contava histórias. E contava, contava, contava, uma história atrás da outra, uma mais linda que a outra. (Mariana)³

Cuando la vi contando la primera vez no sabía nada de narración y pensé: uau, eso es lo que quiero hacer. De repente mi mundo se paro. Yo quiero contar historias, quiero ser cuentacuentos. Quiero hacer las personas viajaren con las historias, sobretudo parar el tiempo. (Patufet)

Todos eles passaram por cursos e oficinas de formação específicas em contação de histórias e, segundo suas falas, foram marcos importantes para se tornarem contadores.

Os resultados encontrados se assemelham ao panorama descrito por Sanfilippo (2005), em sua pesquisa doutoral sobre os narradores espanhóis e italianos: os caminhos pelos quais os contadores chegaram ao contar são bastante variados e dependem da época em que começaram a exercer o ofício.

Os que o fazem a mais de quinze anos se declaram autodidatas ou seguidores de uma tradição familiar; enquanto que os que têm até doze anos de experiência na arte de narrar atribuem o seu início a participação em cursos e oficinas de formação de contadores de histórias (SANFILIPPO, 2005). Este último quadro é semelhante ao dos contadores entrevistados: todos eles passaram por formações específicas na arte de narrar.

3.2 Influências da família e da escola

As experiências na família e na escola são percebidas por eles como significativas em sua constituição como contadores de histórias:

Tabela 3: Influência da família e da escola

SANTA CATARINA	BARCELONA
<ul style="list-style-type: none"> • Influência da mãe que contava e do pai que lhe comprava livros; • Do avô que lhe contava histórias de guerra; 	<ul style="list-style-type: none"> • Influencia da mãe que lia e cantava; • Da avó que lhe contava histórias de sua vida e contos tradicionais galegos;

³ De acordo com as condições acordadas com os entrevistados a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nenhum deles terá sua identidade revelada. Cada um escolheu uma personagem de seu repertório pessoal ou de histórias populares para ser identificado no texto.

<ul style="list-style-type: none"> • Das professoras na escola, que contavam ocasionalmente; • A leitura teve influência posterior a partir do trabalho como contador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pânico de leitura na escola; • Histórias de vida que se contava em casa (pessoas que passavam por ali); • Influência posterior com os filhos a partir da literatura infantil.
--	---

Fonte: As Autoras

As memórias afetivas familiares, especialmente no caso dos contadores de histórias de Santa Catarina, foram muito presentes nos depoimentos dos entrevistados. As histórias contadas durante a infância lhes remetem a situações de partilha, a presença e a cumplicidade familiar.

A figura dos avós contando parece ter uma influência marcante:

O meu avô viveu o final da guerra do contestado, ele contava muita história de guerras, de guerreiros. Eu tenho uma lembrança muito grande de uma história que ele me contou de um cavaleiro que chegou na casa deles para pedir água, ele tinha um ferimento muito grande na barriga e eles acabaram acolhendo ele, coisa que não se costumava fazer em função do medo. (...) A minha mãe ficava muito chateada porque aí eu não dormia, de tão fascinada que eu ficava com aquelas histórias. (...) Os meus bisavós, meus avós e meus pais gostam de ler (Chapeuzinho amarelo)

Mi abuela que era una mujer muy poco ida a la escuela, pero con una gran sabiduría de la vida, me contaba historias cuando yo era pequeña, desde cuentos tradicionales gallegos hasta la historia de su vida y su vida había sido muy azarosa. (...) todo el trabajo de escucha y de expresión estaba hecho y estaba hecho desde la infancia. Estoy segura. (Sherezade)

Outros não tem lembranças relacionadas especificamente à narração oral na infância, mas a leitura, de alguma maneira, preenchia este lugar:

No vengo de una familia donde fuera habitual escuchar cuentos, o de una generación así. Casi todo lo he sacado de los libros. (...) En mi casa siempre se leía mucho, mi madre, mi abuelo leían bastante. (Joan de L'Ós)

Mesmo os que relatam não terem recebido influência familiar quando crianças, atribuem à leitura uma influência posterior em sua prática como contadores de histórias: a partir do contato com a literatura infantil ao ler histórias para os filhos (Pippi); ou a partir do próprio trabalho como contador (Severino).

As experiências relevantes com o ouvir histórias se estendem ao espaço escolar, mesmo que de maneira ocasional:

Me lembro bem de uma vez que chovia e uma professora de matemática começou a contar a história de João e Maria. Foi a única vez que isso aconteceu e para mim foi uma revelação: como é que uma professora de matemática sabia contar histórias? Neste momento ela se aproximou de mim, do meu coração. (Mariana)

Os momentos de surpresa na descoberta de um “professor contador”, também se revelam nas memórias de Saci. A professora brava, em alguns momentos se mostrava mais “humana” e presenteava os alunos com uma história bíblica:

Tenho a lembrança de uma professora que contava, o nome dela era Otilia, professora da terceira série, que era o *cão chupando manga*, sabe, brava assim? Ela pedia para a gente guardar o material e no final da aula, quando a gente tinha se comportado bem, ou tinha terminado uma tarefa, ela dizia, então agora eu vou contar uma história para vocês, e era bem *massa*, ela contava sempre a mesma história, de como Moisés abriu o mar para o povo, foi Moisés, né? Abriu o mar, para o povo do Egito passar... E ela contava sempre a mesma, e contava muito bem, era lindo porque era um momento que a professora era humana com a gente, sabe? (Saci)

Embora a maioria dos relatos trate de experiências positivas em relação à leitura e a contação na escola, também há quem encontrou obstáculos nesta questão e precisou resignificá-la. Severino conta que quase não lia, “só na escola e por obrigação”. Cenicienta pelas dificuldades em função da dislexia acreditava não gostar de ler, até que:

En mi escuela había una biblioteca escolar muy buena y una vez a la semana íbamos a la biblioteca. Un día encontré un libro que me gustó muchísimo y hizo un clic. A lo mejor es que no me gusta leer, no me gusta leer algunas cosas. (Cenicienta)

As vivências relatadas pelos entrevistados são diversas, o que nos faz considerar, nas palavras de Bosi (2003, p. 15) que a memória oral “faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza”, despontando uma “História das Sensibilidades”. História esta que, a partir do vínculo com o passado, oferece possibilidades de perceber as identidades reivindicadas e construídas pelos indivíduos, tendo em vista que todo discurso apoiado na memória é uma representação, uma explicação, uma reflexão acerca daquilo que se passou.

A prática de contar histórias pode ajudar contadores e ouvintes a construir o próprio “eu”, a criar comunidades, “a ordenar experiências; a representar a realidade; a achar o sentido de eventos vividos; a compartilhar o conhecimento; ou a influenciar valores, crenças e ações uns dos outros” (SUNWOLF, 2005, p. 313).

As histórias lidas, ouvidas e narradas, podem nos ajudar a entender quem somos e a que mundo pertencemos, de onde viemos e para onde podemos ir. Podem ainda nos ajudar a organizar e hierarquizar as experiências vividas, a projetar nossos desejos e a vislumbrar nosso futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora imersos em contextos diferentes, os relatos dos contadores de histórias brasileiros e espanhóis que participaram do estudo se aproximam em muitos pontos. Nosso propósito não era fazer uma comparação entre duas realidades, que envolvem questões subjetivas e complexas de englobar e aprofundar, mas um breve diálogo entre esses relatos que de alguma forma, criam e fortalecem uma identidade de classe.

Consideramos, na perspectiva de Dubar (2012), que a ocupação é resultado de uma escolha, que oferece ao sujeito a perspectiva de ter autonomia sobre o próprio trabalho e de ter uma orientação para a carreira, ou seja, de ter possibilidades de crescimento e progressão ao longo da vida.

De acordo com suas falas, essa escolha não foi traçada de forma consciente por alguns dos entrevistados, foram oportunidades que se apresentaram ao longo do caminho. Ainda assim, todos eles parecem ter assumido essa opção e sentem satisfação no trabalho em que desenvolvem.

A possibilidade de realizar um trabalho a partir de sua própria escolha pessoal, vivenciada com autonomia e com o prenúncio de futuro com novas perspectivas dão sentido à vida individual, situando, muitas vezes, o trabalho no centro da vida social. Nesta perspectiva, o trabalho pode ser fonte de prazer e alegria, de novas experiências e enriquecimento pessoal e social, não se restringindo a uma troca econômica, mas abarcando também uma “dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento social” (DUBAR, 2012, p. 354).

Isso fica bastante evidente na fala dos entrevistados e na maneira como revelam, projetam e se auto-atribuem a constituição da identidade do contador de histórias (e, portanto, à sua própria):

não tem fórmula, para mim é a natureza que a pessoa coloca no seu contar, se a pessoa conta de um jeito natural, de um jeito que ela é de verdade, ela vai despertar a atenção de quem ela quer que ouça a história. (Mariana)

para mim o contador de histórias é aquele que traz dentro de si a história que ele vai contar, parece que ela já faz parte da vida. (...) O bom contador de histórias tem isso, tem a questão do se apropriar da história e ser o instrumento para que aquela história seja transmitida. (Chapeuzinho Amarelo)

É um caminho que não tem regra e não tem fórmula, só tem sentir, experimentar e caminhar, porque acho que é fazendo, fazendo, fazendo que a gente vai descobrindo, como fazer, como não fazer. (Saci)

Creo que narrar es un ejercicio tan de ya, tan de verdad, para mí es tan de verdad. Yo soy cuento, para mí contar es como respirar, es mi forma de vida, con los espacios, con la gente, con mis amistades. (Patufet)

Yo lo hago (contar cuentos) porque siento que no puedo hacer otra cosa. (Cenicienta)

Para mí es un regalo ese trabajo. Todos tenemos que trabajar, pero si además tu trabajo es gratificante, hay un valor añadido, que hace con que lo valores más. (Sherezade)

Agradecimentos

Agradeço a Capes pela bolsa concedida no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES) / Processo nr. 88881.132784/2016-01.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CHAVES, Otilia de Oliveira. **A arte de contar histórias**. São Paulo: Confederação Evangélica do Brasil, 1941.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, maio/ago. 2012.

_____. Identidade profissional em tempos de bricolage: Entrevista. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 9. p. 152-156, 1º sem. 2001.

_____. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GATTAZ, André Castanheira. **Braços da resistência**: uma história oral da imigração espanhola. São Paulo: Xamã, 1996.

MANGUEL, Alberto. **A cidade das palavras**: as histórias que contamos para saber quem somos. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, PUC, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 7-23.

SANFILIPPO, Marina. **El renacimiento de la narración oral en Italia y España** (1985-2005). 2005. 571 p. Tese (Doutorado em Literatura Española y Teoría de la Literatura). Facultad de Filología. Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2005.

SILVA, Maria Betty Coelho. **Contar histórias, uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 1997.

SUNWOLF, J. D. **Era uma vez, para a alma**: uma revisão dos efeitos do storytelling nas tradições religiosas. *Comunicação & Educação*, ano 10, n. 3, set./dez. 2005.

TAHAN, Malba. **A arte de ler e contar histórias**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

BECOMING A STORYTELLER: REFLECTIONS ON THE IDENTITY OF STORYTELLERS IN BRAZIL AND SPAIN

***Abstract:** The study presents reports of professional storytellers who work in public libraries in Brazil and Spain. It aims to investigate the relationships between personal narratives of stories and the constitution of the identity of storytellers, from the perspective of french sociologist Claude Dubar, which takes into account the trajectory, individuality and subjectivity of the subject in relation to the world of work . According to this conception, identity is considered as the result of a process of socialization, linked to the various spheres of activity that each one encounters during his or her life. From life history interviews, based on the methodology of oral history, we recognize the personal motivations and influences that brazilian and spanish storytellers believe they have received from family and school in the process of becoming a professional.*

***Keywords:** Storytelling. Storyteller. Professional identity.*

FORMAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA PARA ATUAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS

Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral¹ – fmframamaral@gmail.com
Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG – Unidade Divinópolis
AV. Paraná, 3001 – Bairro Belvedere I
35501-170 – Divinópolis – MG – Brasil

Ana Paula Martins Fonseca² – ana.martins@uemg.br
Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG – Unidade Divinópolis
AV. Paraná, 3001 – Bairro Belvedere I
35501-170 – Divinópolis – MG – Brasil

Elaine Kendall Santana Silva³ – elaine.silva@uemg.br
Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG – Unidade Divinópolis
AV. Paraná, 3001 – Bairro Belvedere I
35501-170 – Divinópolis – MG – Brasil

***Resumo:** Historicamente as grades curriculares dos cursos de fisioterapia no Brasil, priorizavam em sua grande maioria a ação curativa e reabilitadora, sendo este um desafio a ser vencido pelo ensino de fisioterapia, já que este modelo curativo dificulta a inserção do fisioterapeuta na Saúde Pública. Atualmente a formação do fisioterapeuta deve objetivar a formação de um profissional capaz de atuar nos níveis de promoção, prevenção, preservação e recuperação da saúde do ser humano. O objetivo deste estudo foi analisar a percepção dos professores e alunos do curso de fisioterapia sobre sua formação para atuação na Atenção Primária a Saúde. Foi realizado um estudo transversal, com abordagem qualitativa, do tipo descritivo, utilizando como técnicas de coleta de dados aplicação de entrevista semiestruturada entre acadêmicos do último período de graduação e professores fisioterapeutas de uma Instituição de Ensino Superior. Tendo em vista a importância da atuação do fisioterapeuta na Atenção Primária à Saúde como agente multiplicador de saúde e ao número pequeno de pesquisas relacionando a atuação com a formação, é entroposto em destaque a necessidade da construção de competências para Atenção Primária à Saúde como*

¹ Mestre Educação Cultura e Organizações Sociais – Universidade Estado Minas Gerais.

² Mestre Educação Cultura e Organizações Sociais – Universidade Estado Minas Gerais.

³ Mestre Língua Portuguesa – PUC Minas Gerais.

elemento fundamental na formação e inserção do fisioterapeuta na Atenção Primária à Saúde de forma integral.

Palavras-chave: *Atenção Primária a Saúde. Fisioterapia. Saúde pública*

1 INTRODUÇÃO

Por definição, fisioterapia é uma ciência da saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas (COFFITO, 2014).

No processo histórico da profissão, segundo Botomé e Rebelatto (1999), somente no final do século XX, a Fisioterapia passa a fazer parte da chamada "Área da Saúde" e em sua evolução no decorrer da história, teve seus recursos e formas de atuação quase que voltadas exclusivamente ao atendimento do indivíduo doente.

Desde a sua regulamentação em 1969 a Fisioterapia tem ampliado a sua área de atuação, em função do desenvolvimento tecnológico e das novas demandas para assistência individual e principalmente coletiva (BAENA, SOARES, 2011).

Autores como Souza (2004), Meyer (2006) e Bispo Júnior (2009) afirmam que na formação profissional ainda prevalece o modelo biomédico, com uma visão reducionista que busca a resolução da doença, a partir de intervenções focadas nas alterações estruturais e funcionais do corpo humano. Estes autores apontam também sobre a inadequação da formação em Fisioterapia e sua descontextualização dos princípios do SUS (Sistema Único de Saúde) e dos novos modelos de atenção à saúde.

O movimento da reforma sanitária na década de 80 trouxe a mudança no conceito de saúde, e consequente necessidade de reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde. A demanda crescente por profissionais capazes de atuar na saúde pública com qualidade, resolutividade e em trabalho multiprofissional e interdisciplinar, propiciou a criação das novas diretrizes curriculares para os cursos na área da saúde apontando para esta nova realidade e necessidade social (PAIM, ALVES FILHO, NAOMAR, 1998).

Assim as Diretrizes Curriculares do Curso de Fisioterapia de 2001 apontam para um novo perfil profissional:

Perfil do formando egresso/profissional: Fisioterapeuta, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com uma visão ampla e global, respeitando os princípios éticos/bioéticos, morais e culturais do indivíduo e da coletividade com o objetivo de preservar, desenvolver, restaurar a integridade de órgãos, sistemas e funções, sendo um profissional voltado ao desenvolvimento científico e apto a adquirir por iniciativa própria conhecimentos que possam garantir uma educação continuada e permanente (CNE,2002).

Esta proposta de perfil do fisioterapeuta abre espaço para sua atuação na Atenção Primária à Saúde (APS). A APS prevê a resolutividade das necessidades de saúde que extrapolam a esfera de intervenção curativa e reabilitadora individual, através da promoção da saúde, prevenção de doenças e educação continuada (PAIM, ALVES FILHO, NAOMAR, 1998).

A definição de APS formulada pela Organização Mundial da Saúde diz que:

A atenção essencial à saúde, baseada em métodos práticos, cientificamente evidentes e socialmente aceitos e em tecnologias tornadas acessíveis a indivíduos e famílias na comunidade por meios aceitáveis e a um custo que as comunidades e os países possam suportar, independentemente de seu estágio de desenvolvimento, num espírito de auto-confiança e auto-determinação. Ela forma parte integral do sistema de serviços de saúde do qual representa sua função central e o principal foco de desenvolvimento econômico e social da comunidade. Constitui o primeiro contato de indivíduos, famílias e comunidades com o sistema nacional de saúde, trazendo os serviços de saúde o mais próximo possível aos lugares de vida e trabalho das pessoas e constitui o primeiro elemento de um processo contínuo de atenção. (WHO, 1978)

Mesmo com uma predominância histórica da atuação da fisioterapia na reabilitação, autores como Silva e Da Ros (2007) afirmam que quando inserido no nível de APS, o fisioterapeuta é de grande valia para ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde coletiva e individual.

Segundo Ribeiro (2002) e Paim et al (1998) , a inserção do fisioterapeuta nos serviços de APS pode ser considerada um processo em construção. Para atender as novas demandas fazem-se necessárias mudanças na formação destes recursos humanos, adaptando-os a nova realidade do “tratar em saúde”. Trata-se de um processo de transformação complexo, que deve iniciar-se durante a graduação e manter-se como um processo de educação continuada após a inserção deste profissional no mercado de trabalho.

A inserção do Fisioterapeuta se traduz em um novo modelo de atenção que privilegia a promoção, a prevenção e a recuperação da saúde da população através de ações coletivas atingindo clientela especiais que necessitam de atendimento em seu próprio domicílio (CUNHA, 2006).

Considerando a necessidade de atuação do fisioterapeuta na APS, verifica-se a importância de

consolidação teórica, entre experiências da fisioterapia na APS e referenciais teóricos deste nível de atenção (FREITAS, 2006).

Neste contexto, esta pesquisa propõe verificar a percepção dos alunos e professores do curso de Fisioterapia de uma Instituição de Ensino Superior de Divinópolis-MG sobre a formação deste profissional para atuação na saúde coletiva.

2 MATERIAS E MÉTODOS:

Trata-se de um estudo transversal, com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é um método para ser aplicada no estudo das relações, das representações, das crenças, percepções e das opiniões, produto das interpretações que os indivíduos fazem a respeito de que vivenciam (MINAYO, 2007).

O município de Divinópolis conta atualmente com duas Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de Fisioterapia. A pesquisa foi realizada em uma destas Instituições.

O curso dessa Instituição objetiva formar profissionais com visão generalista e não compartimentada da Fisioterapia, da saúde e do indivíduo, com uma responsabilidade de mudança arrojada do perfil do egresso, voltado também para a fisioterapia social e humanística. O fisioterapeuta formado no curso de fisioterapia da Instituição pesquisada busca desenvolver a capacidade para atuar na promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação ou cura em todas as faixas etárias, proporcionando condições dignas de vida; atuar de forma individual, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, seja em nível comunitário, ambulatorial e hospitalar; realizar consultas, avaliações, diagnósticos cinético-funcionais e estabelecer condutas; assumir as funções de empreendedores, gestores, empregadores; e ter compromisso com a própria educação e com o treinamento e estágio das futuras gerações de profissionais.

Foram convidados para participar da pesquisa os professores e alunos voluntários de uma Instituição de Ensino Superior de Divinópolis- MG, 08 docentes e 14 discentes, sendo que um dos discentes não participou da pesquisa, devido indisponibilidade de horários. Foi considerado os seguintes critérios de inclusão: i) Ser fisioterapeuta e trabalhar como Professor no curso de graduação de fisioterapia há mais de seis meses, encontrando-se em exercício pleno de sua função no período de coleta de dados. ii) Alunos regularmente matriculados no curso de fisioterapia que estejam cursando o último período de fisioterapia. iii) Aceitar participar da pesquisa confirmando sua concordância através da assinatura do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido.

Após autorização foram agendados previamente horários para entrevista de forma individual com apresentação dos objetivos da pesquisa, como esta seria realizada e depois de obtido a autorização para início da pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas utilizando gravadores digitais.

Após coleta dos dados e transcrição das entrevistas na íntegra, os dados foram submetidos à análise final por parte dos investigadores da pesquisa.

Os dados obtidos nas entrevistas depois de transcritos na sua íntegra foram submetidos à análise de conteúdo de Bardin, seguindo as três fases propostas pela autora. Pré- análise, exploração do material e análise e interpretação referencial (BARDIN, 2009).

O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os participantes foram informados sobre os cuidados éticos e assinaram o TCLE por escrito sendo todas as perguntas e respostas gravadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados de identificação definem um perfil dos participantes, divididos entre grupo A (alunos) e grupo P (professores). No grupo A média de idade é de 23,5 anos, sendo 100% do sexo feminino. No grupo P a média de idade é de 39,6 anos, com média de tempo de formação de 16 anos, sendo 87,5% do sexo feminino.

Os resultados analisados foram organizados em 05 categorias: Fragmentação do ser e do saber; A Práxis como aprendizagem; O fazer do fisioterapeuta; A fisioterapia no contexto da unidade de saúde e a Expectativa de inserção do fisioterapeuta na atenção primária após formação.

3.1 Fragmentação do ser e do saber

A formação do fisioterapeuta, assim como dos demais profissionais da saúde, segundo Rodrigues (RODRIGUES, 2009), tem sido orientada por questões históricas por um modelo de atenção biologista fundamentado no paradigma positivista da ciência, cuja racionalidade sustenta-se na fragmentação, no aprofundamento e na descrição de partes para se compreender a unidade humana. Esse modelo deu origem a preceitos especializantes, nos quais a tecnologia avançou muito sobre as partes, mas perdeu a perspectiva do indivíduo

como um todo.

Esta visão fragmentada do conhecimento não é a preconizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia que propõe a formação de um profissional com um perfil baseado em uma “visão ética, humana e cultural”, capaz de “conhecer” e “cuidar” da integridade do corpo humano. Estas diretrizes preconizam a formação de profissionais generalistas necessários para um Sistema Único de Saúde que busca consolidar um modelo de atenção integral à saúde.

Neste aspecto, ao investigar junto aos entrevistados sobre sua formação é evidenciado a presença do ideário histórico da profissão que está centrado no aspecto reabilitador curativo, como pode ser evidenciado na afirmação a seguir :

“Acho que por causa da própria história da fisioterapia a gente ainda é muito reconhecido como uma profissão voltada pra reabilitação, e não pra prevenção de doença ou pra promoção de saúde e...acho que essa pequena atuação da fisioterapia nessa área, vem exatamente porque a formação do fisioterapeuta acaba sendo direcionada muito pra reabilitação,” (Professor 1)

Esta presença forte da reabilitação no ser do fisioterapeuta repercute na atuação deste na APS, mesmo que na definição da profissão esta preconize que o profissional de fisioterapia deve atuar na prevenção promoção em três níveis de atenção e que tem esta função APS.

Esta fragilidade de formação e entendimento da profissão foi evidenciado pelo grupo de professores conforme as afirmações abaixo:

“Ele não foi um profissional preparado para atuação na atenção primária. Hoje, é... obrigatório essas disciplinas nos currículos, mas, apesar da obrigatoriedade os cursos oferecem mas eles não são bem passados, essas disciplinas não são bem dadas, né?” (Professor 3)

“Na verdade eu vejo que esse papel do fisioterapeuta querendo ou não ele... na atenção primária acho que até é importante pra gente mudar um pouco o foco nosso, da nossa profissão voltada pra reabilitação, porque a nossa formação toda... está historicamente né? Nossa profissão foi criada voltada pra reabilitação” (Professor 8)

A fragmentação do conhecimento é evidenciada na própria organização curricular dos cursos em vigência, quando observado a separação em grades curriculares das disciplinas na formação do ensino superior, fato que tem sido considerado por diferentes autores (SOUZA, GRUNDY, 2004; MEYER,COSTA, 2006; BISPO, 2009) danoso para a formação do profissional. Um fator agravante é que mesmo no contexto de uma dada disciplina, o conhecimento é separado em diversos conteúdos relativamente estanques, que são apresentados de maneira desvinculada e desconexa. Esta questão surgiu na fala dos professores conforme a afirmação abaixo:

“Parece que é tudo muito compartimentalizado, muito fragmentado e a gente não consegue muitas vezes, eu como aluna e hoje como professora, vejo que a gente erra isto também na formação dos alunos, porque a gente dá estes conhecimentos muito fragmentados, especializados e não..uma..um conhecimento mais unificado que se consegue ter uma noção maior do todo.” (Professor 8)

O resultado da fragmentação do conhecimento a ser ensinado é a perda de sentido, que se manifesta nos alunos quando questionados sobre os conhecimentos necessários para a atuação na APS, demonstrando que eles não conseguem perceber as semelhanças e relações entre as diferentes áreas do conhecimento (COTTA et al,2007). Como pode ser observado a seguir:

“Promoção da saúde... Promoção da saúde é a principal” (Aluno 2)

“É... história da saúde... e os estudos inter” (Aluno 4)

“Primeiros socorros né? É...teve ética e bioética que acho muito importante também...deixa eu ver se eu lembro mais alguma aqui..(silêncio) , pediatria (silêncio), as que eu lembro acho que são essas. E respiratória também muito importante né? Para pacientes que chegam sentindo falta de ar, alguma coisa, ai você tem que ter conhecimento. Todas são importantes né? Mais específicas mesmo que eu acho mais são essas” (Aluno 5)

Deste modo, entende-se que o processo de formação do profissional da saúde, além do aprendizado biológico, é necessária a construção de uma visão integral do ser humano e precisa estar atrelado à realidade da população. Isto é necessário, para que, identificados os diversos fatores causadores dos problemas de saúde, seja possível passar-se de uma prática puramente intervencionista para outra que contribua para o processo de autonomia dos usuários e participação social, e também para o fortalecimento dos vínculos entre os diversos profissionais e a população assistida (IVAMA et al, 2007).

Para autores como Ivama et al (2007) a formação profissional deve buscar formar profissionais capazes de resolver problemas de forma criativa, valorizando a ação-reflexão-ação, numa construção ativa do conhecimento. O modelo pedagógico deve permitir que professor e aluno sejam capazes de interagir na realidade, rompendo com a estrutura de ensino academicista centrado no professor e sua fragmentação do conhecimento

3.2 Práxis como aprendizagem

Burriolla (2010), valoriza a prática por meio dos estágios na formação profissional como uma estratégia reflexiva que complementa o processo de ensino/aprendizagem, dando ênfase à prática. “O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por

isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”.

Nas entrevistas a práxis na forma do estágio curricular surgiu como um espaço fundamental para formação do aluno para sua atuação na APS conforme as declarações abaixo:

“A nossa formação acadêmica na atenção primária foi bem embasada né? devido a quantidade de estágios” (Aluno 2)

“Mas eu acho que a gente teve muita prática nesta área , então acho que deu uma base boa para gente atuar depois” (Aluno 8)

“Acho que sim. Acho que pelo estágio que nós tivemos, por toda vivência que nós tivemos ao logo dos três anos de estágio que tivemos” (Aluno 13)

“Quando começou o estágio pela experiência que a gente foi adquirindo, eu vejo muita mudança, porque você já tem um... uma mente aberta tanto pra entender o que você tinha aprendido, quanto pra aceitar novas experiências e pra ligar a teoria que foi dada lá atrás com a prática, tanto de relatos de prática quanto com a nossa própria prática” (Aluno 12)

Em contrapartida os docentes relatam a falta desta experiência durante seu período de formação e necessidade da busca do conhecimento através da prática para atuação na APS:

“Eu só achei que foi pouco, precisava de uma carga horária maior, a meu ver assim... pra gente poder vivenciar isso um pouco mais” (Professor 1)

“Acho que se eu tivesse que ter ido pra atenção primária logo depois de formada, eu ia ter muita dificuldade (silêncio), mas hoje depois do que eu já busquei desta experiência assim eu acho que eu consigo” (Professor 1)

“Em 2005 foi quando eu ouvi pela primeira vez o termo promoção da saúde, que até então eu nem tinha conhecimento disto, só que eu não sabia muito bem o que fazer né? E ai foi com a experiência mesmo né? E trabalhando aqui na Instituição” (Professor 2)

“Hoje, com a experiência que eu tenho eu conseguiria atuar na atenção primária. Não pela minha formação acadêmica, mas, é... pela formação que eu tive que ter para formar os meus alunos” (Professor 3)

Os campos de estágio curricular são considerados os espaços, dentro da grade curricular, onde o aluno desenvolve sua futura prática profissional, relacionando-a com o conhecimento teórico adquirido. Por essa razão, esses espaços devem assegurar a realização de práticas diversificadas, tanto com relação ao seu local, quanto com as atividades neles desenvolvidas. Este aspecto foi evidenciado no grupo dos professores conforme a afirmação abaixo

Sem contar que o conhecimento muitas vezes não é contextualizado, que aprende aqui e depois que você vai ver no estágio, e fala: “nossa era isto que eu estava vendo lá”, e as vezes não é fácil fazer este link, esta ligação que você fazia com a prática no que você vê na teoria(Professor8)

Ivama, Batista e Silva (2007) já discutiam o tema ao afirmarem que os estágios seriam ideais

se estivessem organizados de forma flexível e em complexidade crescente desde o princípio do curso, pois o papel do estágio é fundamental para tornar possível a formação do profissional delineado no projeto pedagógico de cada curso.

Buriolla (2010) afirma que o estágio é essencial à formação do acadêmico, enquanto este lhe proporcione momentos específicos de aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes na instituição campo apoiados na supervisão como processo dinâmico e criativo, tendo em vista sempre possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

Neste contexto obtém-se a seguinte compreensão, o desafio maior é fazer a interligação entre a teoria e a prática a partir do estágio, sendo que um é complemento do outro, com o intuito de que supervisor e acadêmico possam dar respostas às demandas da população e das unidades, além das inquietações trazidas pelos alunos, sendo um elo entre Instituição, estagiário, supervisor e demais profissionais das unidades de saúde, preparando-os para uma formação profissional baseada nos princípios éticos da profissão com qualidade, estimulando-os à autonomia e competência para a atuação na APS.

O estágio supervisionado é um espaço que capacita o acadêmico a uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta de prevenção e promoção de saúde. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na APS.

O estudo de Silva e Da Ros (2007), demonstra a necessidade de inserção dos acadêmicos de fisioterapia em atividades voltadas à APS, aproximando-os da realidade, ainda que de forma gradual, no decorrer do curso. A falta da inserção se reflete no perfil acadêmico do fisioterapeuta, onde muitos estão voltados apenas para o processo de reabilitação.

3.3 O fazer do fisioterapeuta

Alguns autores consideram que um dos problemas mais importantes que a APS enfrenta para sua consolidação está na área dos recursos humanos. Não há profissionais formados com o perfil, competências e habilidades necessárias (SCHWINGEL, 2002; MS,2000).

Assim torna-se necessário a formação de profissionais com competências e habilidades para conhecer a realidade global das famílias, identificar e solucionar problemas, desenvolver ações educativas e intersetoriais para a promoção de saúde, trabalhar em equipe, prestar assistência integral à saúde, intervir no processo de trabalho, enfrentar situações em constante

mudança e planejar ações junto à comunidade (MACIEL, 2015).

A atuação da fisioterapia na APS tem uma diversidade de ações como realizar atividades individual ou em grupos como: grupos de gestantes, grupos de postura, grupos de mãe de crianças com infecção respiratória aguda, grupo de prevenção de inaptidão em hanseníase, grupo de mães com filhos com problemas neurológicos, grupo de idosos, proceder na saúde da criança, atendimento individual, estimulação necessária em crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, trabalho nas creches, reeducação postural global, restabelecer cuidadores dentro do ambiente familiar de orientação à saúde, trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e de doenças do trabalho (lesões por esforços repetitivos - LER/doença osteomuscular relacionada ao trabalho - DORT), crianças em idade escolar sob riscos ergonômicos das escolas, diabéticos e hipertensos, pacientes acamados e usuários de prótese e órtese (LOURES,SILVA,2010; NAVES, BRICK, 2011).

A Fisioterapia pode proceder junto à equipe, realizando atendimentos domiciliares em pacientes acamados ou impossibilitados, realizando atividades para que consigam desenvolver suas atividades de vida diária (AVD), melhorando a qualidade de vida e evitando possíveis complicações (MUNIZ,2007). Assim, há a oportunidade de avaliar o ambiente onde o paciente reside e obter várias informações que auxiliam nas intervenções terapêuticas adicionais, podendo realizar modificações ambientais e realizar adaptativo para a melhor qualidade de vida, e isso torna a ,intervenção mais eficaz e específica (GALVAN, TRELHA,2000).

Estas ações foram vivenciadas e relatadas pelos alunos:

“Teve uns postos que a gente fazia era orientações e alguns dias da semana eram atendimentos individuais para algumas pessoas do posto que tinha necessidade também, mais a maioria eram estes grupos de orientação” (Aluno 1)

“No acolhimento do paciente, nesse primeiro contato que a gente tem é... em promover a saúde através de campanhas, através de atividade física” (Aluno 2)

“Acaba que a gente previne e trata no inicio e não deixa agravar a patologia, ou a gente ensina como prevenir, né? eu acho que dá para o paciente ficar bem experiente e entender bastante a sua patologia... não só entender da patologia né? mas se ele ainda não for portador da patologia ele consegue entender dela” (Aluno 2)

“Então dependendo do que o paciente tinha a gente...eu tratava como um todo né? Se precisasse fazer uma massagem a gente fazia, se precisasse de ficar controlando “o que você comeu hoje, bebeu ontem, não pode fazer assim”, explicar né? Ter uma conversa com o paciente, encaminhar pra psicóloga, pra enfermagem, médicos, e é isso” (Aluno 5)

“A gente tinha os grupos de... tudo nessa área de promoção da saúde, grupo de gestante, grupo de atividade física, grupo de orientações, atendimentos também, a gente fez muitos atendimentos na área. Dos postos... que já chegava nos postos e lá mesmo a gente conseguia tratar o paciente e já deixar o paciente no posto dele” (Aluno 8)

“(Silêncio), acho que foi uma... experiência onde a gente tem contato com todo tipo de paciente, é um público mais idoso, mais mesmo assim teve várias...tipo tem hipertenso, diabético, a gente teve oportunidade de ter contato com casos neurológicos, com pós acidentados, e enriquece muito porque a gente como eu disse tira essa visão de que... só tem que tratar a doença, então você vai, você tem o pensamento de que você tem que... introduzir ali atividades, exercícios pra melhorar a saúde de um âmbito geral, não ficando só tratando alguma coisa específica” (Aluno 12)

Diferentemente dos alunos os professores apresentam uma divergência de opiniões em relação ao fazer do fisioterapeuta dentro da APS, de acordo com as citações a seguir:

“Acaba que você tem a oportunidade de conhecer outros fatores que influenciam no atendimento do paciente que não só o fator biológico, então você pode conhecer fatores socioeconômicos que tem a ver com o local que ele mora, tem a ver com a família, com os problemas familiares, com o que ele faz né? Então quando você tá prestando esta assistência na unidade básica você tem condição de fazer isso de uma maneira mais eficiente, então eu acho que o retorno é muito satisfatório” (Professor 1)

“A gente tem alguns encaminhamentos de médico, e tem também encaminhamento do qualidade de vida e quando o paciente tem alta do CRER né? Que é o Centro de Reabilitação do Município, aí o paciente é...procura a gente, e aí dependendo do que ele...faz uma avaliação, dependendo do que ele apresenta na avaliação é estabelecido uma conduta, que pode ser tanto individual quanto em grupo, e sempre usando assim...sempre pensando neste atendimento que a gente consegue fazer lá de baixa complexidade” (Professor 2)

Essas divergências trazem à tona e reafirmam mais uma vez a problemática da formação universitária. Suas ações ainda estão centralizadas nas áreas curativas e reabilitadoras, voltadas para as práticas hospitalares e ambulatoriais, em detrimento aos novos modelos assistenciais (GALVAN; TRELHA, 2000). Isto ocorre não só pela formação acadêmica deste profissional, que não tem contemplado uma visão epidemiológica dos problemas de saúde, como também por falta de conhecimento e entendimento dos gestores e demais profissionais sobre a capacitação e contribuição do fisioterapeuta na rede pública (SCHWINGEL, 2002).

3.4 A fisioterapia no contexto unidade

Para atender ao modelo de APS, a formação do fisioterapeuta deve estar vinculada à realidade das condições de vida e de saúde da população. Deve estar centrada no paciente e em seus diferentes contextos (CALDAS, 2006).

Contudo muitas dificuldades são encontradas para essa prática como: a falta de adesão da Comunidade, principalmente para as atividades coletivas e a própria ausência de trabalhos que busquem os indicadores locais de saúde. Outras dificuldades também foram identificadas pelos professores e alunos como: ausência de um profissional fisioterapeuta inserido na APS; estranhamento dos acadêmicos quando se deparam com a realidade da APS, dificuldade no relacionamento do fisioterapeuta com outros profissionais, dificuldades materiais e físicas e dificuldade no reconhecimento.

Como pode se observar nas expressões a seguir:

“A dificuldade da atenção primária aqui... é mais porque as pessoas não acham que sejam necessário” (Aluno 4)

“A gente teve dificuldade do pessoal aceitar um pouco... tantos os profissionais quanto os usuários no começo até a gente estabelecer grupos, estabelecer rotinas lá dentro, e a gente não tinha muito espaço também... a gente tinha uma dificuldades com espaços para os atendimentos” (Aluno 8)

“Eu acho que ainda não é muito aceito por outros profissionais essa parte da fisioterapia entrar como preventivo como orientação” (Aluno 8)

“Acho que seria mais de aceitação dos outros profissionais ao fisioterapeuta dentro da unidade básica que é uma coisa nova, não é uma coisa que em todos os lugares tem, então eu acho que a dificuldade maior seria a aceitação dos outros profissionais como médicos, enfermeiros, psicólogo... da presença do fisioterapeuta” (Aluno 13)

“Talvez por alguma dificuldade mesmo de recurso, da estrutura, do local, do ambiente aonde a gente tava mesmo, acho que de teoria não foi de todo difícil não foi impossível, mais por recursos mesmo” (Aluno 13)

“A gente tem algumas dificuldades assim por exemplo do próprio reconhecimento dos outros profissionais de porquê que a fisioterapia tá ali, o que que a fisioterapia vai fazer ali né? Os profissionais as vezes querem que a gente faça somente um atendimento de reabilitação, eles não entendem as vezes essa necessidade da gente fazer visita domiciliar, da gente é... montar um grupo de orientação, é... a população também não entende muito isso né?” (Professor 1)

“Eu tenho enfrentado essa dificuldade com eles lá, eles ainda não conseguem entender que o fisioterapeuta na saúde pública, lá no posto de saúde, por exemplo, que ele vai fazer orientações para que aquela pessoa mude o estilo de vida dela, e que ela não adoça mais por aquele problema. Isso é uma atuação do fisioterapeuta, eu entendo isso, eu aprendi isso, mas, eu vejo que o aluno ainda não entendeu, ele acha que tratar é cuidar, que a ação do fisioterapeuta ela é puramente curativa e não preventiva” (Professor 6)

3.5 Por que não a Atenção Primária?

Caldas, (2006), mostra que os recém-formados encontram dificuldades para a inserção no mercado, conseguindo sua autonomia financeira em torno de quatro a cinco anos depois de formados, sendo relevante a busca do processo da educação continuada. Constata também que, com o aumento do número de Instituições de Ensino Superior em Fisioterapia, a função

docente passa a ser uma alternativa no mercado de trabalho. Observa que a atividade assalariada formal parece estar em extinção e que o tipo de relação trabalhista que prevalece no mercado é a de prestação de serviço como autônomo, com remuneração por produtividade, em clínicas ou hospitais particulares, sendo que a atividade docente é quase a única com carteira de trabalho assinada. Conclui também que o serviço público municipal e o estadual não oferecem um mercado de trabalho promissor, empregando menos de 5% dos fisioterapeutas da cidade (SAMPAIO, 2002).

O SUS representa, atualmente, o maior empregador de trabalhadores em saúde; porém, observa-se que a fisioterapia tem explorado pouco este mercado de trabalho em relação aos demais integrantes da equipe de saúde como podemos perceber nas frases dos sujeitos a seguir:

“Se algum dia tiver oportunidade de algum concurso, alguma coisa pra trabalhar tudo bem eu faria, mas não é a área que eu vou tentar agora quando eu formar, ficar nela” (Aluno 1)

“Não, porque não tem campo para você trabalhar” (Aluno 4)

“É porque que eu não me sinto capacitada? Ah... não sei, porque é... as coisas assim vai mudando né? E de lugar pra lugar, é diferente, tem que ser firme, tem que gostar, e eu acho que eu não gosto muito dessa área não” (Aluno 3)

“Se tem um concurso por exemplo na rede pública né? Pra fisioterapia hoje o salário oferecido pra 20 horas, é um salário ruim né? Então é... mais um motivo que às vezes o aluno que se formou né? Ele não quer trabalhar na atenção primária, não quer trabalhar na rede pública né?” (Professor 1)

“A gente vê claramente que a maioria dos nossos alunos que formaram nestes anos todos de curso, poucos foram para a atenção primária, e os que vão, vão porque almejam um concurso público, né? Ou é municipal, ou de qualquer forma que for. Não é por vontade própria. Os que tinham vontade própria, e gostam, desistiram pelas dificuldades” (Professor 3)

Sem respostas as afirmações acima citadas, realmente explicam o motivo pelo qual o fisioterapeuta tem se inserido pouco na APS após formação?

4 CONCLUSÃO

A atuação do fisioterapeuta na APS encontra-se em construção, afim de quebrar paradigmas de uma concepção centrada na reabilitação, por isso é importante uma formação mais voltada para este nível de atuação, não só do fisioterapeuta, mas de todos os profissionais envolvidos, de maneira que a APS seja abordada por todas as disciplinas.

Observamos que a prática é importante durante o período de formação, mas que se não for

associada diretamente com a teoria, desde os períodos iniciais do curso, poderá formar um profissional com a visão reducionista e fragmentada.

A falta de atividades práticas de ensino nas ações de promoção da saúde, observada nos planos de ensino de formação dos professores, foi um ponto dificultador para que os docentes obtivessem uma base sólida para formação dos alunos, fazendo com que houvesse um predomínio de atividades práticas curativas e reabilitadoras nos campos de estágio curricular que deveriam dar ênfase na atenção primária.

Sendo assim é preciso verificar se o processo de formação está seguindo por caminhos que venham a possibilitar a real inserção desse profissional no sistema de saúde em construção.

Portanto, cabe aos cursos analisar se os objetivos propostos são suficientes e se estão sendo cumpridos, buscando formar um profissional apto a atuar na APS.

Destaca-se, assim, que a atuação do fisioterapeuta na APS vem se definindo, mas que ainda é necessário encontrar um foco para suas ações, possibilitando um melhor reconhecimento do trabalho deste profissional na APS e garantindo maior resolutividade às suas ações.

REFERÊNCIAS:

BAENA, C. P.; SOARES, M. C. F. Fisioterapia e integralidade: novos conceitos, novas práticas. Estamos prontos? **Fisioterapia**. Rio de Janeiro, v.12, n.2 , p.133-138, abr. 2011.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 2009.

BISPO JUNIOR, José Patrício. Formação em fisioterapia no Brasil: reflexões sobre a expansão do ensino e os modelos de formação. **História Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. 2009, vol.16, n.3, pp. 655-668. ISSN 0104-5970.

BOTOMÉ, S. P.; REBELATTO, J. R. **Fisioterapia no Brasil**: fundamentos para uma ação preventiva e perspectivas profissionais. 2. ed. São Paulo: Manole, 1999.

BURRIOLA, Marta A. F. **O estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CALDAS, M.A.J. **O processo de profissionalização do fisioterapeuta**: o olhar em Juiz de Fora. 2006. 118 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006

COFFITO. **Definição de fisioterapia**. Disponível em: <http://www.coffito.org.br>. Acesso em: 23 de março de 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. Resolução CNE/CES 4/2002. **Diário**



Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 11. Art. 3º. Conselho Nacional de Educação -Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia.

COTTA, RMM; GOMES, AP; MAIA, TM; MAGALHÃES, KA; MARQUES, ES; SIQUEIRA, BATISTA, R. Pobreza, injustiça e desigualdade social: repensando a formação de profissionais de saúde. **Rev bras Educ Méd.** 2007;31(3):278-86.

CUNHA, J. H.S.C. DA. **A representação social do curso de fisioterapia:** a visão do formando. Blumenau, 2006. Universidade Regional de Blumenau – FURB Centro de Ciências da Educação – CCE Programa de pós-graduação em educação – PPGE mestrado em educação /dissertação.

FREITAS, MARCOS SOUZA. **A atenção básica como campo de atuação da fisioterapia no Brasil:** as diretrizes curriculares resignificando a prática profissional. 2006. 136 f. Tese Doutorado em Saúde Coletiva)– Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GALVAN, C. C.; TRELHA, C. S. O enfoque familiar na formação do profissional fisioterapeuta. **Olho Mágico**, n.22, 2000.

GERHARD, A.C.& Rocha Filho, J.B. A fragmentação dos saberes na educação científica Escolar na Percepção de Professores de uma Escola de Ensino Médio. **Investigações em Ensino de Ciências.** v. 17, n. 1, 2012.

IVAMA, A. M; BATISTA, C. V. M; SILVA, R. M. R. A Universidade está preparando os profissionais para o próximo milênio? **Olho Mágico**, n 14. Ano 3. 2007.

LOURES, Liliany Fontes; SILVA, Maria Cecília de Souza. A interface entre o trabalho do agente comunitário de saúde e do fisioterapeuta na atenção básica à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro v.15, n.4, julho 2010.

MACIEL, R. V.; SILVA, P.T. G.; SAMPAIO, R. F.; DRUMOND, A. F. Teoria, prática e realidade social: uma perspectiva integrada para o ensino de fisioterapia. **Fisioterapia em Movimento.** Curitiba. v. 18, n. 1, 2015.

MENEZES, R. G. Fisioterapia social, uma excepcionalidade acadêmica? **O COFFITO**, n.10, p. 3, 2001.

MEYER, Patrícia Froes; COSTA, Íris Céu Clara; GICO, Vânia Vasconcelos. Ciências sociais e fisioterapia: uma aproximação possível. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 877-890. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Competências para o trabalho em uma unidade básica de saúde sob a estratégia de saúde da família.** Departamento de atenção básica, secretaria de políticas de saúde, Ministério da Saúde, 2000.

MUNIZ, C. F. ET AL. Projeto de assistência interdisciplinar ao idoso em nível primário:



ênfase dos alunos de fisioterapia. **Revista de APS**. v. 10, n. 1, 2007.

NAVES, Cristiane Roberta; BRICK, Vanessa de Souza. Análise quantitativa e qualitativa do nível de conhecimento dos alunos do curso de fisioterapia sobre atuação do fisioterapeuta em saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, 2011.

PAIM, J. S.; ALVES FILHO, NAOMAR, A. Saúde Coletiva: uma nova saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev de saúde Pública**. São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

RIBEIRO, K. S. Q. A atuação da fisioterapia na atenção primária à saúde. **Fisioterapia Brasil**, v. 3, n. 5, p. 311-318, 2002.

RODRIGUES, R. D. **A crise da medicina**: prática e saber: alguns aspectos. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SAMPAIO, R. F. A experiência em Belo Horizonte. In: BARROS, F. B. M. (org). O fisioterapeuta na saúde da população: atuação transformadora. **Fisiobrasil**, Rio de Janeiro, p. 11-15. 2002.

SILVA, D.J.; DA ROS, M.A. Inserção de profissionais de fisioterapia na equipe de saúde da família e Sistema Único de Saúde: desafios na formação. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 12, n. 6, p. 1673 -1681.2007.

SOUZA, E. M., GRUNDY, E. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, v. 20, n. 5, 2004.

SCHWINGEL, G. A fisioterapia na Saúde Pública: Um agir técnico, político e transformador. In: BARROS, F. B. M. (org). O fisioterapeuta na Saúde da População: Atuação transformadora. **Fisiobrasil**, Rio de Janeiro, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – Primary health care. Geneva: WHO, 1978.

TRAINING OF THE PHYSIOTHERAPIST TO OPERATE IN PRIMARY HEALTH CARE: PERCEPTIONS OF TEACHERS AND STUDENTS

***Abstract:** Historically the curricula of physiotherapy courses in Brazil, prioritized mostly curative and rehabilitative action as paramount. As this change a challenge to be overcome by physical therapy education, since the governed model hinders the insertion of the physiotherapist in Public Health. Currently the formation of the physiotherapist should aim to*

train a professional able to act in the levels of promotion, prevention, preservation and restoration of health of human beings. The objective of this study was to analyze the perception of teachers and students of physiotherapy on his training to operate in primary healthcare. A cross-sectional study was conducted with a qualitative approach, descriptive, using techniques such as data collection application of semi-structured interviews among students of last period of graduate physiotherapists and teachers of a higher education institution. Given the importance of the therapist's role in primary care as a multiplier health agent and the small number of studies that relate performance to training, is warehouse highlighted the need to build skills for primary health care as a fundamental element in the formation and insertion of the physiotherapist in primary care in full.

Keywords: *Primary Health Care. Physiotherapy. Public health*

PARA ONDE FOI O RH? UM ESTUDO CRÍTICO DA EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS

Gomes Júnior, Admardo Bonifácio¹ – admardo.jr@gmail.com
CEFET-MG, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Av. Amazonas, 7675 - Nova Gameleira,
30510-000 - Belo Horizonte – MG - Brasil

Duarte, Thamires Rodrigues² – thamiressociais12357@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Endereço: Rua dez, n: 61 - Milânes
CEP: 32143110 – Contagem – MG – Brasil

Santos, Luciana Gelape³ – lugelape@uol.com.br
FaE - Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Rua Professor Magalhães Drumond, 157 – Santo Antônio
30350-000 - Belo Horizonte – MG - Brasil

***Resumo:** O presente artigo apresenta uma leitura crítica das concepções e práticas da gestão de recursos humanos a partir de uma pesquisa bibliográfica com os principais manuais de RH. Desenvolveu-se tal reflexão considerando a contribuição conceitual do campo da ergologia, sobretudo a noção ergológica de atividade para abarcar a dimensão mais subjetiva do trabalho na tensão com as prescrições realizadas pela própria gestão e seus dispositivos, onde a distância entre trabalho real e trabalho prescrito revela um dos limites dos atuais modos normativos de gerenciamento do trabalho. Sendo assim, analisou-se a gestão como uma das faces mais complexas e estruturadas do capitalismo e seu novo espírito que constitui a ideologia capaz de justificar a dominação do capital. Nesse contexto, a crítica a gestão é também a crítica ao sistema capitalista e para tanto utilizamos o conceito de crítica estética (ligada às demandas por liberdade que foram parcialmente apropriadas pelo capitalismo) e a crítica social (relacionada à contestação radical da estrutura do capitalismo).*

¹ Doutor em Educação pela UFMG e em Filosofia pela Aix-Marseille Univesité, graduado em Psicologia, pós-graduado em Gestão Estratégica de Pessoas e mestre em Psicologia Social, todos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorado na FaE/UFMG na linha de pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana.

² Graduanda em Ciências Sociais pela UFMG e bolsista de iniciação científica FAPEMIG.

³ Mestre em Administração, graduada em Psicologia, pós-graduada em Consultoria Organizacional e em Consultoria Interna de Treinamento e Desenvolvimento. Bolsista na FaE/UFMG.

Palavras-chave: Administração de recursos humanos. Ergologia. Novo espírito do capitalismo.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, que se constitui de achados de uma pesquisa bibliográfica, apresentamos uma leitura crítica das “evoluções” das práticas de gestão propostas por manuais de Administração de Recursos Humanos - ARH a partir da noção ergológica de atividade e de contribuições de Luc Boltanski e Ève Chiapello colhidas no livro “O Novo Espírito do Capitalismo”. Buscamos problematizar e questionar tais “evoluções” comparando a primeira edição dos três volumes do livro “Administração de Recursos Humanos” de Idalberto Chiavenato, lançado pela editora Atlas em 1979, com a 2ª. edição da mesma obra lançada em 1993 também pela editora Atlas em uma versão compacta de apenas um volume. Comparamos, ainda, com a edição do mesmo autor, lançada pela editora Monole em 2014 e intitulada “Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações”.

Optamos neste *paper* pela seguinte sequência de apresentação: uma breve reflexão do caráter prescritivo das práticas de Recursos Humanos a partir da abordagem ergológica; uma apresentação das contribuições de Luc Boltanski e Ève Chiapello, no livro “O Novo Espírito do Capitalismo” com destaque ao que tange nosso objetivo de pesquisa. E finalmente, nossa leitura crítica comparativa dos referidos manuais de RH.

2 UMA ARH NADA ERGOLÓGICA

O taylorismo⁴ é para todo o campo da gestão uma herança paradoxal, isso porque ao mesmo tempo em que é responsável por grande parte dos avanços da administração no século XX, mesmo hoje, ainda representa desafios a serem superados. O que reconhecemos como taylorismo instaurou a separação das funções de ‘concepção e planejamento’ das funções de ‘execução’; a fragmentação e especialização das tarefas; o controle de tempos e movimentos; a crença na possibilidade e mesmo no “dever” da gestão de identificar o “comportamento ideal” do trabalhador; e, além disso, a submissão de qualquer conflito entre geridos e gestores

⁴ O que hoje conhecemos como Taylorismo, acreditamos, vai muito além da real importância da obra daquele que recebe, injustamente, os louros de ter inventado a *Scientific Management*: Frederik Winslow Taylor. Ver: Vatin (2002).

à autoridade da Ciência Administrativa. Tudo isso, de certa forma, em nome de um racionalismo, que busca eliminar variabilidades de opiniões e posições, consideradas por demais subjetivas. Sob a lógica da racionalidade taylorista o trabalho de gestão consiste basicamente em recobrir de prescrições cada vez mais precisas aquilo a ser realizado pelos trabalhadores.

Um campo privilegiado de aplicação da racionalidade taylorista são as práticas de Gestão de pessoas ou de recursos humanos – camadas Administração de Recursos Humanos - ARH. A ARH inclui um conjunto de processos em interação que visam a aquisição deste recurso, sua alocação dentro da estrutura da organização, sua utilização, sua preservação, seu desenvolvimento e sua avaliação em um quadro planejado de necessidades (AUBRET & GILBERT, 2007). É exatamente sob uma análise crítica da lógica prescritivista do taylorismo que nos anos de 1980 é desenvolvida a ergologia, tendo como uma de suas bases a ergonomia.

Há toda uma importante discussão realizada pela ergonomia que busca articular e distinguir dimensões do trabalho humano por meio dos conceitos de “trabalho prescrito”, “trabalho real”, “tarefa”, “atividade” e retomada pela ergologia com os conceitos de “normas antecedentes” e “renormalizações”. O “trabalho prescrito” indica a dimensão do trabalho “a ser feito”. Inclui os objetivos a serem atingidos, os resultados a serem obtidos, os métodos, procedimentos, ordens, instruções, protocolos, normas técnicas, e toda a dimensão da divisão do trabalho. É o que encontramos ao nível da tarefa. Mas há também outra dimensão do trabalho que se articula a esta e que faz perceber que o trabalho inclui muito mais coisas do que aquelas que a prescrição procura abarcar. Trata-se do trabalho real, ou seja, aquilo que efetivamente é feito para cumprir com a tarefa, com a prescrição, com aquilo “a ser feito”. É o que se encontra ao nível da atividade. Assim a tarefa é o que é prescrito pela organização do trabalho, ou seja, o que os trabalhadores devem fazer. Enquanto a atividade é o que os trabalhadores realizam para “lograr” o prescrito. (BRITO, 2008:440-441). Ou seja, o trabalho prescrito, assim como as tarefas, aponta para as normas que antecedem o trabalho, enquanto o trabalho real e a atividade exigem que se reconheça as *renormalizações* sempre empreendidas pelos trabalhadores sobre as prescrições para realizar o trabalho. Mesmo a dimensão das normas antecedentes nunca se restringe à gestão externa do trabalho. As normas que antecedem qualquer atividade também foram um dia validadas pelos indivíduos e coletivos de

trabalho como formas vivas que impactam direta ou indiretamente a gestão (SCHWARTZ & DURRIVE, 2007).

As clássicas práticas de Administração de Recursos Humanos, sob a sustentação de boa parte da Psicologia Organizacional, talvez seja a mais rica herdeira dos modos de administração taylorista. Isso na medida em que ela ainda carrega em seu cerne os ideais cientificistas de gestão que acabam por tentar apreender de forma instrumentalizada e reduzida o trabalho humano. O trabalho é reduzido à sua tarefa e visto como algo a ser gerido de fora e de forma prescritiva. Acontece que, como já demonstrado pelos ergonomistas de orientação francesa, o trabalho humano nunca se restringe à sua prescrição. A distinção entre trabalho real (atividade) e trabalho prescrito (tarefa) parece central para se pensar qualquer gestão da ação do trabalho que se queira a altura de suas complexas determinações.

Toda esta discussão nos interessa, pois para intervirmos na gestão do trabalho temos que atentar-nos para estas dimensões, às vezes pouco visíveis da atividade humana, que os conceitos de trabalho real, atividade e renormalizações nos permitem lançar luz. Sobre o objeto da ARH, se quisermos compreendê-lo, para além da perspectiva reducionista do cientificismo taylorista, devemos buscar investigar as invenções sempre singulares que os trabalhadores (incluindo aqui o trabalho dos gestores) desenvolvem para a efetiva realização do trabalho.

O que a ergologia tem nos demonstrado é que para a realização do que nos é prescrito fazer, em qualquer trabalho, há sempre processos de renormalizações, não apenas das prescrições que delineiam a tarefa, mas de todas as dimensões normativas que antecedem o trabalho. O trabalhador, para realizar sua atividade, faz um uso sempre singular das normas que antecedem o trabalho, realizando assim, maiores ou menores, ajustes, infrações, releituras, adaptações do que o meio de trabalho propõe. Schwartz (2000) nos convida a pensar este uso que compõe estas renormalizações como um uso de si. Qualquer pessoa ao trabalhar faz sempre uso de si.

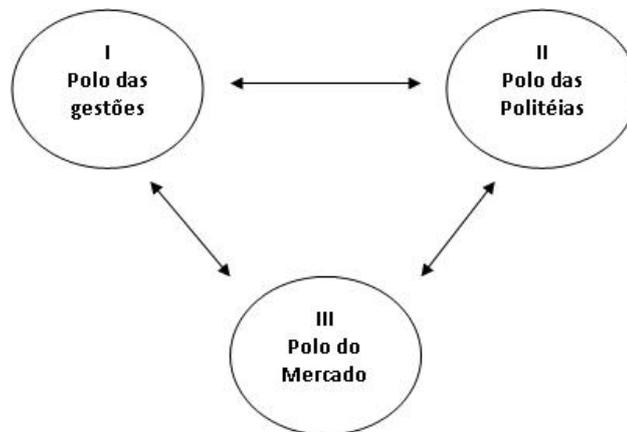
Este uso de si na cena do trabalho, como demonstra Schwartz (2000, 2004a, 2004b), está presente como espaço de uma tensão, sempre problemática, de possibilidades de negociações entre o uso que é feito do sujeito e aquele que ele faz de si mesmo. O termo uso de si nos ajuda a destacar que o trabalho é um lugar de debate, onde acontecem não propriamente execução, realização de algo, mas usos. Onde se misturam nas mais variadas dosagens

aplicações, empregos, práticas, hábitos, costumes, etc. Há no uso de si duas dimensões inseparáveis: um uso pelos outros — identificável, sobretudo na dimensão de heterodeterminação do trabalho presente nas normas, prescrições e valores constituídos historicamente; e um uso por si — presente nas renormalizações que o sujeito faz das normas que antecedem sua atividade como expressão de sua capacidade criativa e singular de enfrentar as situações de trabalho. É Schwartz quem nos afirma: “A maneira como se organiza a relação entre os dois sentidos do ‘uso’ importa muito para a investigação sobre o sujeito” (Schwartz, 2000, p. 42). Como também para as investigações sobre a gestão do trabalho e o trabalho de gestão. Toda gestão é, no limite, gestão dos usos de si. Tanto no trabalho de gerir pessoas, processos, recursos, etc. faz-se uso de si, quanto no ato de cada um realizar cada tarefa de trabalho. Por isso podemos afirmar que toda gestão é um “encontro de gestões” (Gomes Júnior e Pinto, 2017).

Enquanto herdeira do prescritivismo taylorista podemos suspeitar que a atual gestão de pessoas tem realizado uma administração dos recursos humanos nada ergológica. Uma gestão ergológica das pessoas exigiria um recuo nas exigências normativas da gestão, ou mesmo um ganho em qualidade que representasse aumento das margens de autonomia viabilizando renormalizações produtivas tanto para a saúde do trabalhador quanto para a efetivação do trabalho. Com consequência não apenas sobre cada indivíduo, mas, sobretudo no coletivo, na qualidade da vida em comum, do viver junto, do bem comum e dos valores compartilhados.

Segundo Schwartz e Durrive (2007, p. 252) toda a matriz da história de nossa sociedade mercantil e de direito pode ser representada em um “espaço tripolar” de normas e valores (ver abaixo: FIG. 1). Cada polo (das gestões, da politeia e do mercado) representam campos de forças cujas normas e valores se tencionam a todo instante. Um desses polos é aquele dos debates empreendidos cotidianamente por homens e mulheres em defesa de suas (maiores ou menores) possibilidades de renormalizações das normas e valores que encontram no meio. Mesmo no nível mais infinitesimal, onde a rígida normatividade do meio parece não ter deixado nenhuma margem de escolha à variabilidade, o sujeito coloca ali algo de seu, de singular, de próprio, e realiza como já descrito acima, um uso de si. Este é denominado o “I – Polo das gestões”, referindo-se ao fato de que toda gestão é no limite um uso de si, uma escolha humana, uma decisão.

FIGURA 1 – Espaço Tripolar



Fonte: Schwartz (2007, p. 253)

Mas toda gestão, toda decisão e toda escolha é realizada em um meio social. O meio demarca que o uso de si não é só por si, mas também pelo outro. No meio social identificamos os outros dois polos de normas e valores. Um, o polo econômico, do mercado, dos valores dimensionáveis, orientados pela lucratividade. O outro, o polo da política, do bem comum, da politeia, das normas do viver junto, repleto de valores sem dimensão. Os dois polos compõem o que conhecemos hoje como sociedades mercantis e de direitos.

O Polo orientado pelos valores mercantis é claramente relevante em nossa sociedade, já que vivemos em sociedades mercantis. Ele exerce um indiscutível e importante peso no conjunto da vida social, política, cultural e em todo o nosso cotidiano. Não podemos minimizar o impacto deste polo, nem na vida das pessoas, nem na vida das organizações. Neste polo, como dissemos, os valores são facilmente quantificáveis e é nele, o polo do mercado, que a atividade humana é utilizada e submetida ao enquadramento de contratos “mercantis”. A este polo Schwartz e Durrive (2007, p. 252) nomearão “II – O polo do mercado”.

No entanto, a compra e venda da atividade humana acontece sempre segundo normas que podem atribuir formas diferenciadas a esta relação do polo mercantil com o polo dos usos de si. Ao Polo que tende a atribuir forma, regulando com normas e valores as relações do mercado com o humano, Schwartz e Durrive (2007, p. 252) atribuem o nome de “III – Polo da Politeia”. É um polo que tenciona o Polo I (dos usos de si), na medida em que suas normas e valores delineiam os diferentes lugares de exercício da cidadania, da delegação, da representação, do viver conjuntamente como um problema comum, ao mesmo tempo que tenciona também o Polo II (do mercado) no que delineia escolhas de destinação de recursos,

direitos e deveres – por exemplo, regulando e intervindo no mercado nos níveis organizacional, local, nacional, supranacional, etc. Pensemos no direito do trabalho, no direito social, no direito comercial, na gestão dos serviços públicos, entre outras instâncias onde se dão a construção social de normas e valores que impactam no mercado. Como nos advertem Schwartz e Durrive:

Não há dúvida de que se trata de um esquema de nossas sociedades atuais, que diferem das sociedades paleolíticas, neolíticas, escravagistas e indubitavelmente da sociedade grega do século V a.c. [...] Trata-se de um esquema para o agora, sabendo-se que acontecem evoluções muito rápidas, notadamente junto aos polos II e III, e que isso coloca junto ao polo I – ou seja, junto a nós que vivemos a história – grandes problemas, que provavelmente irão impactar os dois outros polos. (SCHWARTZ E DURRIVE, 2007, p.253)

Ainda segundo Schwartz, todo o intuito de construção teórica deste espaço tripolar é justificado pela tentativa de restituir de forma fundamental na história o polo I, recolocando em primeiro plano o lugar e o valor dos usos de si, ou seja, o polo das gestões das atividades humanas. Segundo o autor, este é um lugar difícil de se restituir os valores, pois a tendência em nossa sociedade atual é pensar como se tudo se desse entre o polo mercantil e o político. Trazer à cena o polo I é destacar: quem pensa, quem sofre, quem quer mudar, porque e em nome de que normas e valores. Afinal, este é o polo da atividade, dos debates de normas e valores empreendidos pela gestão de si, pelo uso de si por si e pelo outro.

Mas ao que parece, as pessoas que realizam a gestão no polo I, que pensam, que sofrem, que querem mudar, estão sendo bombardeadas de normas e valores, frequentemente ditadas pelos arautos da moderna “gestão com pessoas”, que os deslocam cada vez a atenderem às caprichosas exigências do polo do mercado, abrindo mão de normas e valores do bem comum. Para conduzir a usos de si cada vez mais orientados para os valores do mercado, todo um discurso gerencial (marcadamente ideológico) teve que ser desenvolvido. É o que buscaremos investigar e argumentar a partir da obra de Bolstanski e Chiapello (2009).

2.1 O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO

Além de questionar as concepções e práticas da gestão de recursos humanos sob seu caráter endógeno, analisando os atores sociais que a compõem no tecido da relação com as próprias formulações técnicas expressas em seus manuais, neste tópico propõem-se a refletir sobre a gestão no amplo contexto do capitalismo ao passo que essa literatura da gestão

empresarial tem se revelado a base ideológica das diretrizes das empresas e sua análise proporciona a compreensão de aspectos fundamentais da gestão.

Esta que pode ser também uma das elaborações mais sofisticadas do capitalismo visto não apenas como sistema de dominação econômico, mas, enquanto uma racionalidade capaz de produzir normas e valores que foram e continuam sendo naturalizados pelos sujeitos na vida social, o que tem sido apropriado pela gestão como maneira de readequar seus mecanismos de controle e exploração do trabalho às mudanças sociais ocorridas desde o século XX.

Nesse sentido, mobilizaram-se os três principais conceitos da obra ‘O Novo Espírito do Capitalismo’ de Bolstanski e Chiapello (2009): o conceito de capitalismo, espírito do capitalismo e crítica para apontar os limites da gestão, tendo em vista tanto os aspectos estruturais (das bases do sistema capitalista) quanto a esfera intersubjetiva capaz de possibilitar a incidência da normatividade gerencial sob os trabalhadores que, ao fazerem o uso de si, trazem a tona diversas contradições do universo do trabalho.

Onde se destaca a dimensão do uso de si por si mesmo que pode significar tanto potência de ruptura com a norma e com a exploração quanto (simultaneamente ou não) o processo necessário de renormalização para realizar determinada tarefa sem maiores questionamentos da condição de trabalhador explorado. O que levaria ao paradoxo semelhante ao abordado por Karl Marx em que o proletariado na condição de sujeito explorado estaria sob a égide da alienação na medida em que se encontra no lugar de subalternidade, inserido nas relações de produção de uma sociedade orientada pela ideologia burguesa, naturalizando assim sua própria condição de trabalhador explorado ao mesmo

tempo em que o trabalho é também o espaço social que possibilita a construção da consciência de classe capaz de mover os sujeitos à emancipação.

Enquanto o uso de si pelo outro pode ser compreendido em última instância, como a transformação do próprio trabalhador em mercadoria. O sujeito capitalista, detentor dos meios de produção, do lucro, faz uso do trabalhador ao apropriar-se da sua força de trabalho e, portanto, do recurso talvez mais importante para alimentar o capitalismo: o tempo dos sujeitos.

Sendo assim, a obra de Bolstanski e Chiapello permite uma reflexão do novo modelo de organização do capital que atravessou, no interior da sua constituição, a passagem de um capitalismo industrial da produção para um capitalismo pós-industrial do consumo,

expressando como uma das suas dimensões mais completas e estruturadas as orientações prescritivas feitas pelas empresas na gestão do trabalho.

Dessa forma, abordando inicialmente, o conceito de capitalismo destaca-se a definição deste enquanto “a exigência de acumulação ilimitada do capital por meios pacíficos” (Bolstanski e Chiapello, 2009, p. 35) sendo que essa noção de intervenção pacífica significa para os autores, estritamente, a ausência do poder militar em atuação direta na defesa dos interesses das empresas, haveria, portanto, nessa visão uma mudança nos modos operantes do capitalismo.

O que pode ser ilustrado ao pensar que se até boa parte do século XX o poder militar do Estado era um recurso constantemente usado pelas empresas privadas para reprimir as/os trabalhadores e acabar com as greves. Agora, entretanto, o capital passa a substituir em grande medida, a repressão pela política de gratificações. O mecanismo de controle mais eficiente para os tempos atuais torna-se a aposta na junção entre gestão e a psicologia organizacional fazendo uso da meritocracia como promessa de ascensão social em ambiente áspero de competição entre as/os trabalhadores/as.

Entretanto, a produção da violência pelo capital sob as/os trabalhadores/as continua ainda que a presença do poder militar do Estado não seja a tônica principal das empresas (embora não tenha sido extinta essa prática direta ou indiretamente na defesa dos interesses do capital) a precarização dos direitos ao lado da desconstrução do mundo do trabalho e a exploração da mão de obra das/dos trabalhadores/as revela-se um ato profundamente violento.

Portanto, o que se percebe é que o capitalismo, para manter-se como sistema hegemônico, necessita de uma política econômica em favor dos seus interesses e nesse sentido, tem se apoiado desde o início do século XX nas Democracias Liberais principalmente no ocidente. A relação Estado-Capital, Empresas-Governos rege não somente a dominação do capital, mas todas as dimensões de agência do neoliberalismo em escala global contribuindo inclusive, na produção e reprodução de valores sociais que possam legitimar essa ordem.

Para tanto o capitalismo utiliza-se da produção de justificativas para relativa aceitação dessa ordem social, que atua, entre outras coisas, por meio da literatura da gestão empresarial que representa uma fonte de informações acerca do espírito do capitalismo e suas novas modalidades.

No âmago da relação entre capitalismo e os procedimentos técnicos da gestão vale observar o processo de pesquisa realizado pelos autores Bolstanski e Chiapello, que selecionaram um conjunto de textos da literatura da gestão empresarial (contendo mais de mil páginas) que atravessou duas etapas durante a pesquisa.

Primeiramente uma extensa leitura deste material para localização dos objetivos, acompanhado posteriormente, de uma análise por meio do aplicativo Prospero para validar as hipóteses. Sendo assim, os autores afirmam que essa literatura não é apenas técnica, não contém apenas conteúdos de orientação prática para a gestão do trabalho, mas, também um forte tom moral, portanto, orientações dos comportamentos necessários e das ‘qualidades’ fundamentais para o êxito das empresas capitalistas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.86-87).

A pesquisa incluiu textos produzidos em diferentes épocas, o que possibilitou uma comparação de tal forma que os autores observaram uma grande homogeneidade dos conteúdos dessa literatura, que mobilizava os mesmos argumentos, com diferentes exemplos e formas de dizer o mesmo num processo de repetição daquilo considerado importante. A análise dos autores é que tal aspecto revela o caráter ideológico dessa literatura que tem uma grande quantidade de produção, mas, com praticamente as mesmas ideias, uma estratégia pela repetição com o intuito de convencer e reproduzir um discurso para grande número e diversidade de pessoas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.86-87).

Uma das principais disciplinas científicas a serviço destas práticas de dominação que opera em consonância com a gestão empresarial é justamente a “psicologia organizacional”, orientadora da literatura da gestão empresarial. Ela se pauta pela instrumentalização dos indivíduos, a serem de certa forma, compreendidos, comprometidos e assim manipulados. Ela o faz por meio de uma política empresarial que organiza a coletividade de trabalhadores, desde a perspectiva dos relacionamentos nas empresas até a própria prática do trabalho, com a proposta do engajamento individual impulsionada por uma política de recompensas, entre outras palavras, por gratificações materiais e subjetivas.

Estas práticas de engajamento subjetivo tornaram-se absolutamente necessárias ao bom funcionamento das empresas capitalistas e presentes em todas as etapas e procedimentos da gestão de recursos humanos: aquisição, alocação, utilização, preservação, desenvolvimento, avaliação e planificação das necessidades dos recursos humanos.

Considerando tudo isso, a essência do que move o capitalismo (sem o qual não poderia se manter), a produção de seus valores sociais, dos mecanismos subjetivos e, sobretudo, da formação ideológica que o sustenta e o justifica é o chamado espírito do capitalismo, que encontrou na literatura da gestão empresarial uma maneira de materializar-se ao passo que se expressa por meio das práticas prescritas pela gestão.

Aprofundando essa reflexão, Bolstanski e Chiapello (2009) destacam dois momentos históricos de mudanças na dinâmica do espírito do capitalismo presente nessa literatura. Trata-se dos anos 60 e dos anos 90. Em que no primeiro a literatura da gestão empresarial é tomada pelo dispositivo (compreendido como aquilo que concretiza uma concepção, portanto, produz um modo de funcionamento a partir de uma elaboração prévia) chamado administração por objetivos que busca mobilizar os quadros executivos das empresas com a promessa de fornecer maior autonomia a eles, mas, sem que os padrões percam o controle amplo das empresas. Sendo assim, esses executivos não são mais cobrados por cada decisão, mas sim pelo resultado final de suas ações. O dispositivo revela possivelmente, uma forma de controle capitalista, não mais tão disciplinar, mas, considerando componentes motivacionais para aproveitar-se dessa mão de obra qualificada (geralmente com ensino superior) por meio de certas estratégias de incentivo subjetivo e material (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.93-94).

Já a literatura da gestão empresarial dos anos 90, considerada um prolongamento das reformas iniciadas nos 60, buscou modificar a estrutura burocrática das empresas lançando como proposta principal a ruptura com as hierarquias no seu interior. Além disso, essa nova forma de organização também buscava implementar novas tecnologias nas empresas, encarado como algo fundamental para a disputa no mercado.

Percebe-se uma mudança na ‘filosofia das empresas’ que aponta para um desenvolvimento econômico nutrido pela “informação” como principal fonte de lucro:

se apresentam como altamente ajustadas a um mundo econômico no qual o valor agregado já não encontra sua fonte principal na exploração de recursos geograficamente situados (como minas ou terras muito ricas), nem na exploração de uma mão de obra muito fixa, mas na capacidade de tirar proveito dos conhecimentos mais diversificados, de interpretá-los e combiná-los de criar ou pôr em circulação inovações e, mais geralmente de “manipular símbolos segundo a expressão de Reich (1993) (BOLSTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.104).

Dessa forma, a literatura da gestão empresarial aponta para a necessidade de capturar, mobilizar e valorizar pessoas que sejam capazes de trabalhar via organização em projetos, que

representa uma espécie de operador prático de funcionamento das empresas capaz de fornecer o contexto de trabalho para a conexão de sujeitos de diferentes setores num período relativamente curto buscando uma atuação em rede de acordo com a nova gramática do capitalismo : criatividade, reatividade e flexibilidade.

O século XX foi marcado (dentre outras coisas) pela disputa ideológica entre dois projetos de sociedade: o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco socialista protagonizado pela União Soviética. Ao passo que a concepção que se apresentava como alternativa ao sistema capitalista foi se deteriorando e deixando principalmente as lembranças das expressões profundamente autoritárias do stalinismo, percebeu-se o fortalecimento e reelaboração das estratégias capitalistas para manter-se como dominante num contexto que favoreceu o imaginário social à naturalizar a crença nos valores capitalistas enquanto o único modo de vida social possível.

Nesse cenário, as possibilidades de crítica ao capitalismo foram perdendo sua força como formulação intelectual e, sobretudo, enquanto instrumento de luta social, instaurando um processo de crise da crítica.

Os valores liberais e neoliberais conquistaram um espaço cada vez maior em todas as esferas da vida, desde a forma de se pensar o espaço público, a política, o trabalho até impregnar as relações sociais e a maneira como compreendemos a nós mesmos como sujeitos. Dessa forma, a gestão apresenta-se como um dos aspectos centrais capazes de mover tais concepções que estão no âmago do novo espírito do capitalismo.

A partir disso, Bolstanski e Chiapello (2009) analisam a crítica sob o estatuto do novo espírito do capitalismo por meio de dois desdobramentos conceituais: a crítica estética, que desenvolve exigências de libertação em várias dimensões, e a crítica social, que denuncia a pobreza e a exploração. Portanto, os autores afirmam que neste novo espírito do capitalismo alguns aspectos fundamentais da crítica estética foram absorvidos pelo capital enquanto a crítica social entrou em declínio.

A crítica estética que teve grande ressonância na literatura da gestão empresarial e conseqüentemente, nos novos modelos e dispositivos de gestão constituindo-se pelas seguintes características: autonomia, liberação, criatividade e autenticidade (Bolstanski e Chiapello, 2009, p. 346-347).

Autonomia e liberação são as principais promessas da modernidade e dos valores capitalistas que se expressaram na gestão do trabalho por meio da exaltação do indivíduo; ‘aquele que pode vencer e chegar ao sucesso se for capaz’, encobertando e silenciando os fatores estruturais da desigualdade social que sustentam o próprio capitalismo. Além ainda, dos novos dispositivos empresariais que começaram a abandonar os modos de controle disciplinar para adotarem o controle regulado pelas demandas e prazos dos clientes.

Enquanto a criatividade revelou-se fundamental na medida em que as empresas percebiam que a maior parte de seus lucros provinha da imaginação e das inovações tecnológicas. E a chamada autenticidade que se apresenta de certa forma, como tensão em relação ao mundo globalizado e a tentativa de universalização da cultura que pressiona para certa homogeneização dos modos de vida produzidos por padrões de consumo do capitalismo, portanto, o mercado precisou buscar estratégias para atender a essa demanda por exclusividade.

Compra-se a ideia do que a mercadoria pode proporcionar para transformar os indivíduos em singulares. Talvez, resida aqui um dos principais aspectos desse novo espírito do capitalismo, na sua forma mais contemporânea, onde a ‘falta’ dos sujeitos está justamente na impossibilidade de se ver e ser visto como autêntico e único em contraste à oferta excessiva (de bens, produtos e serviços) do mercado, em que sua identidade não pode ser confirmada pela via do consumo.

Contudo, para Bolstanski e Chiapello (2009) é possível a retomada da crítica em sua força instauradora de outro modo de vida (não capitalista), desde que a crítica social e a crítica estética estejam unificadas nas formas de contestação. Ainda que a crítica estética tenha sido parcialmente apropriada pelo capital e pela gestão empresarial produzindo certas aberturas, criaram-se também muitas contradições que podem ser exploradas para questionar mais profundamente o capitalismo e seu novo espírito.

Caberia dizer, então, que o capitalismo é feito de fissuras e está sempre buscando reafirma-se e justificar-se, pois, não se consolidou absolutamente. Seu solo é frágil, feito de uma terra que viveu a história de intensas revoluções e contestações sociais. A mudança não é um sopro no ar, suas sementes já existem e as utopias buscam apenas o melhor momento para se realizarem. Pois, como dizem os autores:

com seus deslocamentos, o capitalismo se reestrutura, livrando-se da crítica. Mas, a vantagem assim obtida constituiu um ganho temporário, e não uma vitória definitiva. Mesmo se abstraindo fatores que, do lado da crítica, favorecem sua perenidade, os

efeitos destruidores de um capitalismo sem freios criam, por si mesmos, um terreno favorável à retomada da crítica. (BOLSTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.515).

2.3 DA ARH À GESTÃO COM PESSOAS. QUAL EVOLUÇÃO?

A escolha da obra de Idalberto Chiavenato se dá pela sua popularidade no campo da administração e mais ainda na área de Recursos Humanos. Seus livros são utilizados para a formação e prática de administradores no Brasil, países da América Latina, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. As principais obras do autor são manuais, tanto de teoria geral da administração, quanto de administração de recursos humanos. Na área de

recursos humanos, desde 1979 no Brasil, quando da publicação dos três volumes que compõem a obra “Administração de Recursos Humanos”, Chiavenato tornou-se uma leitura incontornável, já que ele conseguiu organizar, sistematizar e apresentar de forma bastante didática o chamado ‘sistemas de recursos humanos’, apresentando-o em sua relação com os outros sistemas que compõem as organizações; seus vários subsistemas com todos os conjuntos de procedimentos que os compõem; e tudo isso integrando a temas de comportamento organizacional.

A estrutura dos três volumes desta primeira edição se manteve, mas foi condensada em 1983 em um único volume. O livro I, da edição de 1979, compõe as partes I e II da edição de 1983; o livro II as partes III e IV; e o Livro III as partes V, VI e VII das respectivas edições. Uma análise comparativa destes dois momentos da obra nos permitiu constatar que não há nenhum avanço ou evolução conceitual ou prática de uma edição a outra. Como o autor mesmo aponta no prefácio da primeira edição compacta trata-se de uma nova versão mais concisa e com alguns novos recursos didáticos. Observamos que são exatamente nos novos recursos didáticos que o conteúdo propriamente ideológico, tão necessário à gestão na era do novo espírito do capitalismo, pôde ser acrescentado e renovado. São casos de empresas, todos eles extraídos de uma única fonte: a revista *Negócios Exame* da Editora Abril.

A revista *Negócios Exame* é um produto editorial nascido como um encarte da *Veja* lançado em 1967, em São Paulo, pelo maior grupo de mídia impressa brasileiro, a Editora Abril. O conteúdo de suas publicações prima por assuntos e notícias considerados os mais “quentes” do momento no mundo dos negócios. Como nos apresenta Stocco (2017) em reportagem sobre os 50 anos da revista:

a Exame é uma revista que acredita que no liberalismo econômico, que acredita no papel preponderante das empresas [...] queremos provar e estimular o debate, jogar luz em conversas que são decisivas para o nosso desenvolvimento. Esse país da economia privatizada, não estatal, é o que a gente acredita, *onde todo mundo tem a mesma oportunidade* [grifo nosso]. A gente ainda tem muito que caminhar como nação, mas também queremos mostrar como o País avançou nesses 50 anos. (STOCCO, 2017)

A apresentação feita acima por Stocco (2017) da referida revista fala por si mesma. Assim como os casos de empresas, empresários e empreendedores que Chiavenato recolhe da revista para compor seu manual de boas práticas em Administração de Recursos Humanos. A tônica do reforço do comportamento empreendedor é a constante. Sempre buscando recobrir com engajamento e convencimento a necessidade social, econômica e moral de uma lógica empreendedora alinhada aos estilos do gerencialismo neoliberal.

No prefácio à segunda edição da versão compacta, lançada já em 1993, encontramos outra pérola das mudanças discursivas do campo ARH “que as pessoas não devem ser tratadas como meros recursos humanos – como são administrados os demais recursos físicos, materiais e financeiros”. As pessoas não são recursos, são pessoas, fala-se então em “administrar pessoas”, ou ainda, “administrar com as pessoas”, “orientando o seu comportamento para resultados mais promissores”. E o prefácio termina com a seguinte frase: “A organização inteligente é a que *utiliza* a maior proporção possível de cérebros que tem à sua disposição e não desperdiça talentos.” [grifo nosso] (CHIAVENATO, 1993, pg.15). Ainda nessa mesma obra, o autor afirma que a ARH consiste:

no planejamento, na organização, no desenvolvimento na coordenação e no controle de técnicas capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal, ao mesmo tempo em que a organização representa o meio que permite às pessoas que com ela colaboram alcançar os objetivos individuais relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. (CHIAVENATO, 1993, p. 133).

O utilitarismo, em nada disfarçado, encontra sua sustentação prática no emprego de preceitos da psicologia comportamental para a modelagem dos tipos comportamentais alinhados aos valores da meritocracia e do empreendedorismo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As clássicas práticas de Gestão de Recursos Humanos – GRH, sob a sustentação de boa parte da Psicologia Organizacional, talvez sejam as mais ricas herdeiras dos modos de administração taylorista. Isso na medida em que ela ainda carrega em seu cerne os ideais cientificistas de gestão que acabam por tentar apreender de forma instrumentalizada e reduzida o trabalho humano.

Do ponto de vista da ergologia, a gestão é tomada como um problema propriamente humano, supondo arbitragens e hierarquização de atos e objetivos, tomados a partir de valores que orientam essas decisões. O trabalho e sua gestão sempre põem em cena as dramáticas dos “usos de si”, ou seja, os usos que cada um de nós faz de si por si e pelos outros. Usos que cada trabalhador faz de si para atender às exigências que lhe são próprias, oriundas de suas normas e valores pessoais, assim como as exigências que emanam do meio de normas e valores em que se encontra. Trabalhar é fazer uso de si, que é sempre um debate entre as normas e valores do meio e do indivíduo. Trabalhar nunca se restringe ao cumprimento das normas, pois há sempre renormalizações, mesmo que infinitesimais, que o sujeito realiza sobre as normas do meio como uma exigência vital. Toda gestão é assim um confronto de gestões sempre singulares.

Colocando em análise os manuais de Administração de Recursos Humanos - ARH, percebe-se a apropriação, por vezes usurpada de alguns conceitos: tomar a noção de “competência” neutralizando ou subdimensionando a dimensão histórica e de valores que ela sempre comporta; o gerenciamento baseado em teorias de motivação, ou ainda, nas teorias econômicas baseadas no *homo economicus*; alguns processos de avaliação do desempenho que se limitam a reconhecer apenas a tentativa de adaptação da atividade à prescrição. Outros exemplos ainda de uso usurpado dos conceitos podem ser retirados da própria tentativa de taylorização dos processos de trabalho. Frequentemente é o processo histórico de um conceito que nos permite localizar suas usurpações. Um exemplo bem atual é o conceito de meritocracia. Cunhado por Michael Young em 1958 na obra intitulada “*The Rise of the Meritocracy*”, tinha o objetivo de criticar a distopia e a estratificação da sociedade entre uma elite merecedora do poder e uma subclasse dos menos merecidos socialmente desprotegida. Hoje o termo é amplamente utilizado em sistemas de gestão considerando o mérito como a razão principal para a ascensão nas organizações.

Nota-se que a “evolução” destes manuais veio acompanhada de uma espécie de ‘desconstrução do mundo do trabalho’ que teve seu marco inicial com deslocamentos do

capitalismo que permitiram reorientar a distribuição salários/lucro (favorecendo os interesses do mercado) considerando o desempenho individual das/dos trabalhadoras/es como política de ‘valorização do trabalho’. Enquanto alguns tem uma mínima melhoria obtida por critérios meritocráticos, a grande massa de trabalhadores permanece ainda mais precarizada.

Precarização sustentada pelo discurso ideológico da meritocracia. Por fim, não se altera o resultado final da relação salário/lucro. Modificam-se apenas os pontos do processo de gestão do trabalho quanto à sua ressonância social sustentando amplamente a exploração do mérito como critério de ‘justiça’. Trata-se de produções de discursos e práticas de afirmação da meritocracia como força *impulsionadora* desse processo.

REFERÊNCIAS

- AUBRET, Jacques & GILBERT, Patrick. **Psychologie de la Ressource humaine**. Collection Que sais-je? Paris, éditeur PUF, 2007.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2009
- BRITO, Jussara Cruz de. Trabalho Prescrito. In: PEREIRA, Isabel Brasil & LIMA, Júlio César França (org). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em:
<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/apresentacao/dowlivfictec.html>
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 1979.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas Organizações**. Barueri, SP: Ed. Manole, 2014.
- GOMES JÚNIOR, Admardo Bonifácio.; PINTO, Daniel Flores. El uso de sí y el encuentro de gestiones en las situaciones de trabajo In: **Entre lo disciplinar y lo profesional: panoramas y experiencias en psicología organizacional y del trabajo en iberoamérica**. Cali : Ed. Universidad del Vale, 2017
- SCHWARTZ, Yves. & DURRIVE, Louis. (Orgs.). **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, 2007.
- SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação: Revista do NETE**, Belo Horizonte, n. 7, p. 38-46, jul./dez. 2000a.
- SCHWARTZ, Yves. **Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe**. Paris: Ed. Octares, 2000b.
- SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. In: **Pro-Posições**, Vol.1, Nº5 (32), julho/2000.



STOCCO, Mariana. Exame comemora 50 anos ressaltando legado. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2017/04/25/exame-comemora-50-anos-ressaltando-legado.html> Acesso: 14/12/2017

VATIN, François. **Epistemologia e sociologia do trabalho**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WHERE WAS THE RH? A CRITICAL STUDY OF THE EVOLUTION OF MANAGEMENT PRACTICES FOR PEOPLE

Abstract: *This article presents a critical review of the concepts and practices of human resources management based on a bibliographical research with the main HR manuals. Such a reflection was developed considering a conceptual contribution from the field of ergology, above all the ergological notion of activity to encompass the more subjective dimension of work in the measure as prescribed by the administration itself and its devices, where the distance between actual work and prescribed work reveals one of the limits of current normative modes of work management. Thus, it analyzes management as one of the most complex and structured faces of capitalism and its new spirit is an ideology capable of justifying the domination of capital. In this context, criticism and management is also a critique of the capitalist system and used both in the concept of aesthetic criticism and a social criticism based on a radical challenge to the structure of capitalism.*

Keywords: *Human resources administration. Ergology. New spirit of capitalism.*

O TRABALHO EM DEBATE: MUTAÇÕES E ADOECIMENTOS NAS ATUAIS RELAÇÕES DE TRABALHO

PINTO, Maria Claudeniza Maia – claudenizatabuleiro@gmail.com
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Mossoró
Rua Acelino Maia, 3884
62960000 – Tabuleiro do Norte – CE – Brasil

ALVES, Sandra Maria Campos – sandra.campos@ifrn.edu.br
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
BR 101, Km 160, S/N
59190000 – Canguaretama – RN – Brasil

***Resumo:** O presente artigo tem como objetivo debater o trabalho enfocando, principalmente, as mutações e os adoecimentos que caracterizam as atuais relações de trabalho no mundo capitalista, debater essas características das relações de trabalho é de fundamental importância na atualidade, tendo em vista que o capitalismo continua impondo muitos infortúnios a classe trabalhadora. Para isso, foi feita uma análise bibliográfica com intuito de discutir o trabalho em termos semânticos, origem e transformações no decorrer da História, destacando as influências que movimentos humanos, como por exemplo, a Revolução Industrial teve sobre o mesmo. Pretende-se também neste estudo ressaltar a problemática a respeito do mundo do trabalho na atualidade, com especial destaque para os adoecimentos.*

***Palavras-chave:** Trabalho. Crise. Adoecimentos.*

1. INTRODUÇÃO

O debate a respeito do trabalho envolve muitos aspectos em virtude da complexidade do tema, sendo que as mutações e os adoecimentos são os mais pertinentes na atualidade. Isso porque muito tem se falado a respeito da crise no trabalho e do desaparecimento da classe trabalhadora, portanto, discutir a essência desta crise e a veracidade dessas afirmações tornam-se o objetivo principal desta produção.

Através de uma revisão bibliográfica pode-se destacar, principalmente, Ricardo Antunes e Gaudêncio Frigotto. Tendo como referência essa bibliografia, serão debatidos, inicialmente, o conceito de trabalho e suas ramificações mais usuais na atualidade. Além disso, é feito um passeio histórico da antiguidade aos dias atuais enfatizando a relação humana com o trabalho, ou seja, apresenta-se o trabalho como essência ou inerente ao homem, a consequência da divisão de classes para o exercício do trabalho, como também da Revolução Industrial que mudou drasticamente as relações de trabalho a partir do século XVIII.

Na segunda parte do texto é feita uma reflexão sobre uma suposta crise no trabalho, tema bastante recorrente na atualidade e que é amplamente debatido por Ricardo Antunes. Na última parte do texto, é feita uma explanação sobre os adoecimentos no mundo trabalho, destacando-se inclusive alguns aspectos importantes como a flexibilização das leis trabalhistas, a terceirização e crise dos movimentos sindicais.

2. O QUE É TRABALHO?

Discutir o conceito de trabalho não é uma tarefa fácil na atualidade, muitos são os seus significados e representações, afinal vive-se numa época em que o avanço tecnológico se dá de maneira vertiginosa. Além disso, práticas no mundo do trabalho são inventadas e reinventadas constantemente, novas profissões surgem condicionadas a novas demandas de serviços. Muitos são os termos atribuídos a essas novas demandas, que já transcenderam inclusive o conceito de trabalho, pois é comum hoje em dia ouvir os termos emprego e subemprego, trabalho remunerado, trabalho voluntário, ocupação, entre outros. Mas o que é realmente trabalho? Qual seria sua melhor definição? De acordo com Suzana Albornoz:

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas. (ALBORNOZ, 1996, p. 08).

Como se percebe muitos são os significados que estão imbuídos no conceito de trabalho, porém um ponto em comum entre eles é o fato de trabalho ser inerente ao homem, é uma prática consciente que o caracteriza, “afinal o que distingue o trabalho humano do dos outros animais é que neste há consciência e intencionalidade, enquanto os animais trabalham por

instinto, programados, sem consciência.” (ALBORNOZ, 1996, p. 12).

Desde a antiguidade, a humanidade, a partir das suas necessidades cotidianas, desenvolveu atividades caracterizadas como trabalho, a partir destas práticas também educavam as novas gerações, fosse através de utilização de ferramentas, novas técnicas de cultivo, controle de águas, entre outras. Novos conhecimentos eram produzidos para e com o trabalho, o mesmo esteve diretamente ligado ao processo de evolução humana, pois “o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Tendo feito parte do processo de evolução ou produção do homem, necessário a sua formação e adaptação ao meio, o trabalho torna-se, portanto, parte integrante da essência humana. Para Saviani:

A essência humana não é então dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natura; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Nesse sentido, para melhor compreender o conceito de trabalho e suas diferentes significações é também necessário situá-lo no contexto histórico, afinal “os sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas” (FRIGOTTO, 2009, p. 168). Fazendo, então, um breve passeio pela história constata-se que na antiguidade enquanto a posse das terras era coletiva, o trabalho era de fato extensão do homem, sua essência, sendo inclusive utilizada como instrumento no processo educativo dos jovens. Educava-se com e para o trabalho.

A partir da apropriação privada da terra, que deixa de ser um bem coletivo para ser propriedade de poucos, muitos aspectos das sociedades humanas sofreram drásticas transformações. Em primeiro lugar, o conceito de coletividade cai em desuso, surgem as classes sociais, a exploração torna-se uma constante. Nesse contexto, a relação do homem com o trabalho também foi modificada adquirindo os seguintes moldes:

O advento da propriedade privada tornou possível à classe dos proprietários viver sem trabalhar. Claro. Sendo a essência humana definida pelo trabalho, continua sendo verdade que sem trabalho o homem não pode viver. Mas o controle privado da terra onde os homens vivem coletivamente tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio; do trabalho dos não-proprietários que passaram a ter a obrigação de, com seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Essa nova perspectiva do trabalho, surgida a partir da propriedade privada, fere o aspecto do

trabalho como essência do homem, entra em cena a dualidade, ou seja, o trabalho passa a ser considerado uma prática não digna realizada por escravos ou pessoas menos favorecidas economicamente. Essa dualidade irá se refletir também na esfera de classificação do trabalho, passa-se a separar trabalho manual de trabalho intelectual, este último será pertinente aos detentores da propriedade privada e dos meios de produção, enquanto o trabalho manual, considerado indigno e aviltante, passa a ser executado pelos menos favorecidos.

Esses novos significados do conceito de trabalho atravessa os séculos, começa com escravismo no mundo antigo, passa pelas relações de servidão no mundo feudal e a Idade Média e são ampliados pelo capitalismo primitivo ou mercantilismo na era moderna. O advento do capitalismo, que se dá por volta do século XV, foi responsável por grandes transformações na organização social da Europa, o centro da produção econômica deixa de ser o campo e passa a ser a cidade, a agricultura vai sendo gradativamente substituída pelas indústrias, as relações econômicas passam a ser dominadas pelo comércio. Nesse contexto, surgem novas figuras como banqueiros, cambistas e outras que já existiam e passam a se destacar na nascente sociedade do capital, como exemplo, os comerciantes. Estas ocupações cujo trabalho estava diretamente relacionado ao dinheiro em circulação e a exploração de outros segmentos sociais foram a base da constituição e ascensão da burguesia.

Sabe-se que a era moderna é considerada como um período de revolução social cuja base consiste na substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista. Com as revoluções liberais da Idade Moderna, o capitalismo se estabeleceu como sistema econômico predominante nos países da Europa Ocidental. Algumas dessas revoluções foram a Revolução Inglesa (1640-60), a Revolução Francesa (1789-99) e a Independência dos EUA, que construíram o arcabouço institucional de suporte ao desenvolvimento capitalista. A Revolução Industrial, que ocorre inicialmente entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX, fortaleceu ainda mais o capital, através do aprimoramento das relações comerciais. O trabalho entra numa fase crítica, os seus amplos significados passam a ser resumidos a praticamente uma palavra: exploração.

Exploração passou a marcar as relações de trabalho dentro do contexto da industrialização, esse será o elo que moverá a relação entre burguesia e proletariado, as duas classes que emergem e se constituem a partir da Revolução Industrial. A partir daqui o trabalho não mais será atividade aviltante como no mundo antigo e na Idade Média, pelo contrário, passa a ser utilizado para justificar e fortalecer o capital, nesse sentido adquire uma nova faceta sobre o

rótulo de “o trabalho dignifica o homem”, “pessoa confiável é aquela que não é vadia, que trabalha e que não fica à toa. A afirmação do trabalho como algo nobre e positivo é fundamental à nova ordem social capitalista. (FRIGOTTO, 2002, p. 17).

A dualidade entre trabalho intelectual e manual se torna ainda mais acentuada, a burguesia detentora dos meios de produção dedica-se ao trabalho intelectual, enquanto a grande maioria da sociedade que passa a compor o proletariado é subjugada ao trabalho braçal. O proletariado passa a conviver e desenvolver suas práticas cotidianas em ambientes insalubres, misturados a máquinas, enfrentando jornada de trabalho que variavam de dez a dezoito horas por dia, recebendo em troca, salários muito baixos. Nesse contexto desolador, o trabalho passa a ser visto e apropriado pela classe operária sobre o aspecto ou significado de sobrevivência.

2.1 O TRABALHO EM CRISE?

A Revolução Industrial promoveu mudanças significativas nos aspectos sociais, políticos e econômicos do mundo ocidental. Provocou ou suscitou também uma fomentação de ideologias que passam a se dedicar a análise das novas relações de produção e de trabalho. Dentre essas ideologias é de fundamental importância destacar o Marxismo, pois esta dará um norte para entender sobre as óticas filosófica, econômica e histórica, os novos significados que o trabalho assume no contexto da disseminação da Industrial, como afirma Frigotto:

Os sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas e um ponto central da batalha das ideias na luta contra-hegemônica à ideologia e à cultura burguesas. Esse pressuposto, como consequência, leva-me ao mesmo tempo a compreender e tratar as relações de produção e de reprodução sociais, a linguagem, o pensamento e a cultura de forma histórico-dialética e, para não cairmos numa discussão abstrata, atemporal ou – nos termos de Marx – escolástica, que o sentido do trabalho, expresso na linguagem e pelo pensamento, só pode ser efetivamente real no campo contraditório da práxis e num determinado tempo e contextos históricos. (FRIGOTTO, 2009, p. 169).

Compreende-se que, seguindo a lógica marxista, é impossível dissociar os debates a respeito dos significados do conceito de trabalho, do contexto histórico-social. Então, voltando para a Revolução Industrial, admite-se nesta conjuntura que o trabalho, sobre a ótica econômica passa a ser o produto da relação entre investimentos financeiros, matéria-prima e processo produtivo. “No sentido dicionarizado, usualmente trabalho produtivo é aquele que rende mais, que produz mais ou é mais eficaz”. (FRIGOTTO, 2009, p. 168).

No campo social, a concentração de renda por parte da burguesia e a exploração do trabalho imposta ao proletariado serão o cerne da luta de classes e dos movimentos sociais. Os

operários iniciam uma luta por melhores condições de trabalho e pela conquista de direitos trabalhistas que irão se estender gradativamente a outras categorias de trabalhadores. Essas lutas serão fomentadas cada vez mais pela opressão do capital que fortalece no cotidiano do trabalhador uma prática destituída de consciência crítica, ou seja, uma prática alienante.

No decorrer da revolução industrial, que perpassa os séculos, as relações econômicas e sociais continuam em transformação, assim como as relações de trabalho. O trabalho, em especial, sofre constantes transformações, para Gomes (2010):

Os desdobramentos das transformações na organização da produção, quanto da ditadura do sistema financeiro para a classe trabalhadora são desesperadoras. Nesse ambiente marcado pela hegemonia das ideias liberais alguns advogam o “fim da história” e do trabalho. Essas nações supostamente científicas apontam para o mundo de relações sociais “naturalizadas” e a-históricas. Os liberais louvam as potencialidades e benefícios da racionalidade do capital, causa pela qual defendem o aniquilamento de todo e qualquer limitação à livre e plena mobilização do capital. As nações capitalistas hegemônicas são apresentadas como modelos a serem perseguidos. (GOMES, 2010, p. 268).

As ideias apresentadas acima vêm se tornando bastante evidentes no mundo do trabalho nas últimas décadas, na qual as engrenagens do sistema capitalista impõem ao trabalhador um clima de instabilidade profissional que se “expressa no crescente desemprego e precarização das condições de trabalho daqueles que vendem sua força de trabalho no mercado. A exploração dos trabalhadores alcança níveis inimagináveis, mesmo nas nações capitalistas hegemônicas.” (GOMES, 2010).

Dessa forma, o trabalho encontra-se em crise, mesmo nas nações capitalistas hegemônicas, no entanto afirmar que desapareceu ou está desaparecendo é seguir uma dedução equivocada. O trabalho ainda faz parte da essência humana, a classe trabalhadora e sua exploração ainda é uma das forças motrizes que sustentam o capital. O que se percebe, na verdade, são transformações no mundo do trabalho, aliás, o próprio conceito de trabalho adquiriu outros significados na atualidade, pois hoje se trabalha com a ramificação ou dualidade entre trabalho e emprego.

O trabalho no mundo atual está diretamente atrelado à remuneração, ou seja, é obrigatoriamente uma função remunerada. Assim a classe trabalhadora precisa vender sua força produtiva para garantir sua sobrevivência por meio da remuneração. De acordo com Antunes:

A classe que vive do trabalho congrega a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos, mas também incluindo trabalhadores improditivos, aqueles cujas formas de trabalho são empregadas como serviço, seja para o uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento absolutamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia. (ANTUNES, 1999, p. 102)

Nesse contexto, o que não é remunerado, não é trabalho e passa a ser esquecido ou simplesmente desvalorizado. Essa é mais uma consequência das novas configurações do capitalismo. Outra consequência resultante desse contexto é o crescente número de desempregado, fato decorrente da crise do taylorismo e do fordismo, que gradativamente foi eliminando postos de trabalhos ocupados pelo “proletariado industrial, fabril, tradicional, manual. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital.” (ANTUNES E ALVES, 2004. p. 336).

Outro fator que contribuiu significativamente para os crescentes números de desemprego nas últimas décadas foi o avanço tecnológico. *A priori*, a ciência e a tecnologia deveriam contribuir para a melhoria da qualidade de vida do homem, pois lhe daria mais disponibilidade de tempo para dedicar-se a outros afazeres dissociados do trabalho, porém Frigotto (2009, p. 14) assinala que as relações sociais capitalistas assumiram uma força mutiladora: superexploração do trabalho e geradora de desemprego. Muitos postos de trabalho deixaram de existir e foram substituídos por computadores e máquinas modernas, a especialização característica do fordismo e do taylorismo cedeu lugar a qualificação do trabalhador.

As alterações no sistema produtivo e o aumento vertiginoso de desemprego refletiram também nas relações entre proletariado e burguesia e vem sendo utilizado na atualidade por esta última, como solução para suposta crise do capital. Como reflete Gomes:

É claro que trata-se de uma proposta que visa a manutenção da ordem e que reforça a submissão dos trabalhadores à lógica do capital. Afinal, não podemos nos esquecer da necessidade da existência de um exército de reserva para a exploração do trabalho pelo capital. Dito de outra forma, o desemprego dos trabalhadores não é algo acidental, mas é fruto da dinâmica das relações materiais geradas pelo capitalismo. A expropriação do trabalhador tem sido uma necessidade histórica do capital que refaça constantemente suas relações de dominação, de modo a garantir a extração da mais valia nas mais variadas formas vividas por nós. (GOMES, 2012, p. 272)

Observa-se, a partir de uma breve análise do atual quadro do capitalismo e conseqüentemente do trabalho que na atual conjectura política e econômica nenhum dos dois se encontra em

crise, mas sim em transformação, ou seja, o capital está assumindo novas facetas, fato que conseqüentemente se reflete nas relações de trabalho. Dito de outra forma considera-se que o trabalho não está em crise, mas sim em mutação.

2.2 ADOECIMENTOS NO MUNDO DO TRABALHO.

As transformações pelas quais vem passando o capitalismo se tornaram mais evidentes desde as décadas finais do século XX, mais precisamente a partir da década de 80. (ANTUNES, 2015, p. 33) destaca a mesma como uma década de grande salto tecnológico. “Nesse período, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são os únicos e mesclam-se com outros processos produtivos.”(ANTUNES, 2015, p. 34).

Nesse contexto de instabilidade a classe trabalhadora continua sendo a prejudicada, tendo que se adaptar as mutações do trabalho imposta pelo capital. Infelizmente, essas mutações além de trazer no seu cerne antigas práticas do capitalismo como a concentração de renda, exploração, desigualdade social, entre outras, acrescentou novas facetas ou características ao trabalho que a oprime ainda mais. De acordo com Antunes e Alves (2004, p. 336), a classe trabalhadora, hoje, compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho. Essa classe tem convivido com uma série de transformações que englobam, por exemplo: a retração do proletariado industrial, já citado anteriormente.

Essa retração ocasiona o desemprego que conseqüentemente leva o trabalhador para a precariedade dos subempregos e da terceirização. Para Antunes e Alves (2004, p. 337) também se destaca o aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente, no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. Por isso, a desregulamentação do trabalho também tem sido usual na atualidade, visto que leis trabalhistas conquistadas através de lutas históricas travadas pelo proletariado de diversas partes do mundo vêm sendo infringidas ou esquecidas em muitas nações.

A exclusão de jovens em idade pós-escolar e de adultos com mais de 40 anos também são aspectos relevantes do atual contexto do trabalho. Essas categoriais acabam enveredando para o mercado do trabalho informal, sem garantias e sem perspectivas de um futuro estável. Todos

os aspectos elencados influenciam diretamente em uma crise de sentimento de pertencimento ou identidade de classe e conseqüentemente também em uma crise de representatividade por parte das lideranças sindicais. Em suma, “foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua forma de ser, como afirma Antunes” (ANTUNES, 2015, p. 33).

Ainda de acordo com Antunes o quadro atual das relações de trabalho pode ser resumido da seguinte forma:

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo-se da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2015, p. 34).

Dentro desse novo contexto do capitalismo no qual o trabalho e suas relações passam por mutações, presencia-se também o crescimento vertiginoso de adoecimentos relacionados à atividade laboral. É claro que esse processo de adoecimento não é pertinente apenas à atualidade, sabe-se que as doenças permeavam o cotidiano do proletariado nas fábricas durante as fases iniciais da Revolução Industrial, devido, principalmente, as precárias estruturas das mesmas e a ausência de leis que regulamentassem o exercício da jornada de trabalho. Com o passar do tempo, o estudo e desenvolvimento de normas de segurança no trabalho e a estruturação de leis trabalhistas foram se popularizando no mundo capitalista, proporcionando ao trabalhador melhorias na qualidade da vida profissional.

Na atualidade, a classe trabalhadora convive com as conseqüências das mutações do trabalho, novos aspectos como flexibilização, informalidade, terceirização, entre outros tem sido responsável pelo surgimento de muitas doenças no mundo do trabalho:

Parte dos efeitos desse processo materializa-se, conforme indicam diferentes pesquisas, na relação direta entre trabalho terceirizado e alta incidência de acidentes de trabalho, inclusive aqueles que resultam no óbito do trabalhador. Outra manifestação, bastante significativa, diz respeito aos adoecimentos com nexos laborais, sobretudo aqueles relacionados às lesões osteomusculares e transtornos mentais. (ANTUNES e PRAUN, 2015, p. 409).

Os acidentes de trabalho e as doenças originadas do nexos laboral, ou seja, relacionadas ao exercício do trabalho são mais peculiares aos ambientes de trabalho que se tem priorizado uma aceleração ou otimização do processo produtivo, como por exemplo, o setor de produção automobilística. No Brasil, esse setor tem enfrentado uma grave crise nos últimos anos, para burlar a mesma, as empresas têm partido para ações drásticas como demissões, rotatividade e concentração da carga horária. Esse novo modo de organização produtiva que impõe ao trabalhador uma intensa aceleração e intensificação da atividade laborativa tem ocasionado grandes números de acidentes de trabalho, alguns chegam inclusive ao óbito.

Não é somente dentro do setor automobilístico que os trabalhadores vêm enfrentando novas rotinas no setor produtivo, de acordo com Antunes e Praun:

Os trabalhadores pertencentes ao núcleo que atua m com maquinário mais avançado, dotado de maior tecnologia, encontram-se cada vez mais expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo de suas atividades, expressas não somente pela cadência imposta pela robotização do processo produtivo, mas, sobretudo, pela instituição de práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependentes, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautados na pressão psicológica voltada para o aumento da produtividade. Por outro, outra parcela da classe trabalhadora, numericamente superior, passa a experienciar, cada vez mais, diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho que se viabilizam a partir de ambientes de trabalho que articulam menor desenvolvimento tecnológico a jornadas mais extensas, maior insegurança e vulnerabilidade. (ANTUNES e PRAUN 2015, p. 411).

Esse novo cenário de organização de produção e consequentes adoecimentos tem sido favorecido pelo despeito e retração das leis trabalhistas, pois no contexto de crescimento de empregos informais ou subempregos as mesmas sequer são aplicadas. Já nos empregos formais, os contratantes encontram maneiras de burlar estas leis, além desse aspecto também se convive na atualidade com a desorganização sindical, consequência direta da crise de identidade da classe trabalhadora, já mencionada. Em suma, a fragilidade da legislação trabalhista e a crise de representatividade dos sindicatos também têm influenciado diretamente na saúde dos trabalhadores. É relevante destacar que os trabalhadores que fazem uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), os trabalhadores de *call center*, *telemarketing*, supermercados, empresas de *fast-food*, entre outros são as principais vítimas deste novo quadro de adoecimentos.

Alguns aspectos que caracterizam as atuais relações de trabalho contribuem significativamente para o agravamento do quadro de adoecimentos da classe trabalhadora. Pode-se destacar, primeiramente, a flexibilização das leis trabalhistas. Nessa perspectiva

Antunes e Praun fazem a seguinte consideração:

Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural. (ANTUNES e PRAUN, 2015, p. 412).

A flexibilização ou precarização foi propiciada pelo aumento do desemprego nas últimas décadas, pois os trabalhadores que se veem excluídos do mercado de trabalho ou em subempregos preferem voltar ao trabalho com o mínimo de direitos garantidos do que permanecer desempregados. Sendo assim, acabam se submetendo a condições de trabalho que os levam rapidamente aos adoecimentos ou acidentes de trabalho.

Outro aspecto que merece destaque é o crescente processo de individualização dos atores envolvidos nas relações de trabalho, fruto da competitividade gerada pelo desemprego e por gestões trabalhistas que adotam, por exemplo, o sistema metas como norte da atividade produtiva dentro da empresa ou fábrica. Essa individualização leva ao rompimento dos laços solidários nas relações, ou seja, rompe a unidade de interesses da classe trabalhadora, fato que conseqüentemente compromete a atuação sindical e de demais lideranças que lutam por melhores condições de trabalho e de remuneração. Nessas condições, a classe trabalhadora torna-se ainda mais vulnerável a exploração, constrangimentos, assédios, humilhações, entre outros, no ambiente de trabalho. Esses fatos combinados são responsáveis pelo aparecimento de doenças psíquicas na classe trabalhadora atual, em casos extremos muitos acabam até cometendo suicídio.

A gestão de trabalho por metas, como já mencionada, também é um fator significativo para o aumento dos adoecimentos nas atuais relações de trabalho. Antunes e Praun (2015, p. 416) destacam que esse modelo de gestão surgiu nos anos 80 e coincidiu com o fortalecimento de uma lógica de racionalização da economia global, com repercussão nos mundos do trabalho, fundada na crescente mensuração dos resultados. O foco nos resultados desencadeia a competitividade e uma cobrança extrema ao trabalhador, sob pressão o mesmo acaba abdicando de horários de descanso no ambiente de trabalho ou mesmo fora dele, fato que os leva rapidamente para o esgotamento mental ou físico, além disso, a convivência com alto nível de estresse também passa a ser notável.

Essa situação se torna ainda mais grave quando a gestão além de adotar o sistema de metas,

passa a assediador o trabalhador para que essas sejam cumpridas:

Espaços de trabalho de altos índices de desempenho e produtividade, estruturados com base nas exigências que cada vez mais extrapolam a capacidade física e mental humana em suportá-las, não conseguem manter-se senão por meio de diferentes mecanismos de controle e coerção. O assédio moral é parte desta engrenagem. Práticas associadas ao assédio moral são, como sabido, anteriores aos processos de reorganização do trabalho e da produção vivenciados desde as últimas décadas do século XX. Apesar disso, será no contexto da acumulação flexível que esse tipo de prática assume novo significado e dissemina-se com vigor pelo mundo do trabalho. (ANTUNES E PRAUN, 2015. p. 420).

O assédio pode ser promovido por superiores imediatos do trabalhador e não obrigatoriamente pelos gestores da empresa que possui a finalidade de promover a todo custo, o aumento da produtividade, porém as condições de saúde do trabalhador, mental ou física, não são levadas em consideração. Outra estratégia das atuais gestões empresariais é a terceirização e esta, assim como citada anteriormente, tem se mostrado extremamente prejudicial à saúde do trabalhador.

A terceirização, popularizada entre as nações capitalistas na contemporaneidade na qual o Brasil de destaca por adotar esse processo, altera o sistema de contratação do trabalhador, tornando-o mais flexível. Os contratos temporários, *metiê* da terceirização, isentam a empresa de várias responsabilidades trabalhistas, sem firmar vínculo empregatício. Logo, as empresas montam e desmontam postos de emprego de acordo com sua necessidade produtiva e ao trabalhador terceirizado a única garantia que é dada é a certeza da instabilidade.

Além da instabilidade profissional, que por si só, já gera uma tensão e ansiedade constante no trabalhador, que vive na eminência de perder seu emprego, a terceirização também proporciona a fragmentação, rotatividade e intensidade do trabalho, baixos salários, condições de trabalho insalubres, concorrência, entre outras. Esta última tem contribuído de forma significativa para a fragilidade das lutas sindicais, afinal o medo de perder o emprego, acaba minando o sentimento de classe do trabalhador, ou seja, o parceiro de trabalho deixa de ser colega para ser concorrente. Antunes e Praun (2015, p. 421) assinalam que a terceirização impõe uma pulverização dos sindicatos, fazendo com que não raro, em uma mesma empresa, os trabalhadores dos diferentes setores terceirizados (como limpeza, vigilância, alimentação, manutenção, etc.) tenham representação sindical diferenciada, fragmentado ainda mais suas possibilidades de organização, união, solidariedade e resistência de classe.

Percebe-se que muitos são os fatores que têm contribuído para que um grande contingente de

trabalhadores conviva com mutilações, lesões, doenças físicas, mentais, entre outras. Todos os fatores elencados podem ser agrupados dentro de um: o capital. Para Antunes e Praun:

O capital não conhece nenhuma barreira para a precarização do trabalho. A exploração sem limites da força de trabalho é em si expressão de contradições estruturais de dada forma de sociabilidade que, ao mesmo tempo em que não pode prescindir do trabalho vivo para sua reprodução, necessita explorá-lo ao extremo, impondo-lhe o sentido mais profundo de sua mercantilização: a abreviação de seu tempo de uso como resultado do aprofundamento, pelo adoecimento, de sua característica de mercadoria de alta descartabilidade. (ANTUNES E PRAUN, 2015, p.423).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi discutido percebe-se, portanto, que muitas foram as transformações que o conceito e as relações de trabalho sofreram no decorrer da história. Mas, sob a égide do capital, essas transformações ou mutações foram ainda mais intensas, o trabalho que no princípio compunha a essência do ser humano passa a ser fonte de alienação, exploração e adoecimento do trabalhador. A conjectura histórica e econômica atual mostra que a classe trabalhadora, ou seja, a classe que sobrevive vendendo sua força de trabalho continua sofrendo com as mazelas impostas pelo capital.

Nesse contexto, afirmar que o trabalho encontra-se em crise ou em fase de desaparecimento é uma interpretação equivocada da atual realidade do capital, tendo em vista que o trabalho e sua exploração continuam sendo a força motriz desse sistema econômico. Portanto, o que se tem percebido são mutações ou transformações das relações de trabalho derivadas, dentre outros fatores, das novas relações comerciais que tem imposto a classe trabalhadora aspectos negativos como: a terceirização, flexibilização das leis trabalhistas, enfraquecimento dos movimentos sindicais, que por sua vez, resultam no adoecimento dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago.2004.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São

Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, maio/ago. 2014.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, G. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A experiência do trabalho e a educação básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, v. 12, n. 32, p. 152-180, jan. abr. 2007

GOMES M. C, COLARES A, COLARES M L, RASILEIRO T. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital e a precarização do trabalho docente. **Revista HISTEDER On-line**, Campinas, n.47, p.267-283, set. 2012.

A DISCUSSION ABOUT CONTEMPORARY WORK: TRANSFORMATIONS AND ILLNESSES IN THE LABOR RELATIONS

Abstract: *The present paper focuses on to discuss transformations and illnesses caused by the work taking into account the capitalism aspects. In this context, it is important to discuss the characteristics of labor relations at the present time, since the capitalism keeps imposing many misfortunes on the working class. Therefore, we performed a bibliographical analysis in order to present the aspects of the work in terms of semantic conditions, origins and transformations throughout the history, highlighting, for instance, the influences of human movements, such as the Industrial Revolution. Besides that, our analysis intends to stress the problematics related to the work in the contemporary world, with special emphasis on illnesses.*

Keywords: *Work. Crisis. Illness.*

CASAS DE FARINHA: REFLEXÕES ACERCA DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO INTERIOR DA BAHIA.

SANTOS, Marisa Oliveira¹ – momarisa@gmail.com
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB / DCSA
Estrada do Bem Querer, Km 4, Caixa Postal 95
45 083-900 - Vitória da Conquista – Bahia – Brasil

AMARAL, Urânia Teixeira² – urania.geo@gmail.com
Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Pça. Sá Barreto, s/n – Bairro Cruzeiro
45.000-000 Vitória da Conquista-BA

ALVES, Ana Elizabeth Santos³ – ana_alves183@hotmail.com
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB /Museu Pedagógico da UESB/
PPGMLS
Estrada do Bem Querer, Km 4, Caixa Postal 95
45 083-900 - Vitória da Conquista – Bahia – Brasil

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes⁴– manael_46@hotmail.com
Instituto Federal da Bahia – Campus Vitória da Conquista
Av. Amazonas, 3150 - Zabelê,
45 030-220 – Vitória da Conquista – Bahia – Brasil

Resumo: *O presente estudo tem como objetivo descrever a memória das relações entre trabalho e educação no processo de construção de experiências educativas nas Casas de Farinha em comunidades tradicionais do interior da Bahia. Para tanto, intencionou-se, a priori, na evocação de registros históricos, passando sequencialmente para a contextualização e caracterização de três localidades tradicionais na fabricação da farinha*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e Sociedade – PPGMLS/UESB. Membro do grupo de estudos História, Trabalho e Educação do Museu Pedagógico da UESB.

² Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Membro do grupo de estudos História, Trabalho e Educação do Museu Pedagógico da UESB.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Pós-doutorado em Educação pela Unicamp. Professora do PPGMLS/UESB. Membro do grupo de estudos História, Trabalho e Educação do Museu Pedagógico da UESB.

⁴ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro do grupo de estudos História, Trabalho e Educação do Museu Pedagógico da UESB.

no interior da Bahia: comunidade de Campinhos e Simão e povoado de Itaipu. As análises foram realizadas por meio de entrevistas. Pontuou-se, a memória materializada nas narrativas dos moradores, ressaltando elementos que referendam a relação entre a educação e o trabalho como base de convergência entre a prática laboral e experiências educativas. Os fundamentos teóricos, como Cascudo (1983); Saviani (2007); Pedroza (2014); Simmel (2006), dentre outros, respaldaram a discussão preterida. Ao término, verificou-se que as Casas de Farinha veiculam a farinhada além do seu processo produtivo, sendo possível discutir elementos como divisão sexual do trabalho, sociabilidade familiar na produção, a relação homem e natureza e o trabalho como fonte precípua de construção de experiências educativas.

Palavras Chave: Trabalho. Educação. Casas de Farinha.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo descrever a memória das relações entre trabalho e educação no processo de construção de experiências educativas nas Casas de Farinha em comunidades tradicionais do interior da Bahia. As análises são resultados de pesquisas desenvolvidas nas comunidades de Campinhos e Simão, em 2007 (SANTOS, 2007), no povoado de Itaipu, em 2016 (AMARAL, 2006), localidades situadas no município de Vitória da Conquista, BA; como também, da realização da exposição imagética “Casas de Farinha”, em 2017 (ALVES, CAVALCANTI JR, SANTOS E AMARAL, 2017). Este texto organizou-se em quatro partes, a saber: a primeira apresenta o objetivo e os procedimentos metodológicos; a segunda contempla registros históricos da produção da farinha no Brasil no período colonial; a terceira permite a apresentação das comunidades tradicionais estudadas, traçado por meio dos relatos das memórias de moradores, a relação entre o trabalho e a educação no processo produtivo realizado nas farinheiras das comunidades tradicionais. Por último, seguem as considerações finais, que revisitam o texto e apontam para a apreciação e análise na perspectiva do estudo e de suas contribuições.

Pelo caráter social da pesquisa e de seus vieses objetivos e subjetivos, reitera-se como fonte metodológica os procedimentos marcados pela pesquisa qualitativa, a qual considera, segundo

Minayo (1994, p. 22) o “[...] mundo dos significados das ações e relações humanas”, vez que os processos não são compreendidos desconectados dos contextos histórico, político, econômico e social em que estão inseridos, apoiando-se no suporte da pesquisa bibliográfica que sustenta a discussão teórica e como instrumento empírico utilizou-se da entrevista como acervo de memórias, fazendo sua eminente relação entre o trabalho e a educação nas farinheiras.

2. A HISTÓRIA DAS CASAS DE FARINHA NO PERÍODO COLONIAL DO BRASIL

Inútil pensar que o alimento contenha apenas os elementos indispensáveis à nutrição. Contém substâncias imponderáveis e decisivas para o espírito, alegria, disposição criadora, bom humor. (CASCUDO, 1983c, p. 405).

Um dos grandes desafios dos portugueses ao iniciar o processo de colonização na América foi a adaptação alimentar. Nas novas terras, eles não teriam como reproduzir o que cultivavam na Europa e a importação pura e simples de seus gêneros alimentícios não seria tarefa fácil para saciar todos os colonos, teriam, portanto, que se adaptarem àquilo que a colônia oferecia.

Na sua carta ao rei D. Manoel sobre o “achamento” do Brasil, Pero Vaz de Caminha (TUFANO, 1999, p. 49) chamou a atenção sobre um “inhame” que os índios comiam bastante e que indicava ser a base de sua alimentação. Na verdade, ele estava fazendo referência à mandioca, a planta nativa que melhor se adaptaria à agricultura portuguesa e que se tornaria a base alimentar da colônia, ao lado do milho e do feijão. A mandioca é um tubérculo cuja raiz é importante reserva de amido. Segundo Cascudo (s.d.), seu significado em tupi é “casa de Mani” (mani (branco) + oca (morada)). Sua origem é do continente americano, provavelmente da Amazônia. É uma planta tipicamente brasileira: das mais de cem espécies, oitenta são nativas do Brasil. Para o colono português a mandioca possuía grandes vantagens: não necessita de terras férteis, nem de chuva regular ou adubação; seu rendimento aumentava até mesmo em terras mais secas. Era de fácil manejo e não precisava de sementes, sendo reproduzida pelas ramas, chamadas de maniba ou maniva. Era bastante resistente às doenças, possuindo um ciclo vegetativo que variava de seis meses a três anos, podendo ser colhida a qualquer tempo ou deixada na terra, sem apodrecer.

Dos seus subprodutos, a farinha foi a que mais fez sucesso e marcou a culinária colonial. Cascudo (s.d.) a chamou de “rainha da mesa”, apontando para a sua importância na alimentação popular. Chegou a ser difundida em Portugal, para quem os portugueses recorriam em época de escassez de trigo. Todos os estratos sociais da colônia a consumiam, desde os mais altos até os escravos. Por ano, uma pessoa consumia cerca de 300 litros de farinha. Suas boas características a levaram ao porte de moeda de troca no comércio de escravos africanos.

Havia dois tipos de farinha: a de guerra era muito seca e torrada, durando mais de um ano sem estragar, qualidade que a tornava a preferida para a alimentação das tripulações dos navios portugueses. O segundo tipo era a farinha fresca, mais delicada e de melhor sabor, mas que durava apenas dois ou três dias antes de estragar.

Os portugueses aprenderam a fazer a farinha com os índios, ou melhor dizendo, com as índias, uma vez que sua produção era uma atividade tipicamente feminina. O francês Jean de Léry, membro da aventura galesa da França Antártica no Brasil, relatou em 1557:

Depois de arrancá-las, as mulheres [...] secam-nas ao fogo no [bucan...] ou então as ralam ainda frescas sobre uma prancha de madeira, cravejada de pedrinhas pontudas [...]. Para preparar essa farinha usam as mulheres brasileiras grandes e amplas frigideiras de barro, com a capacidade de mais de um alqueire e que elas mesmas fabricam com muito jeito, põem-na no fogo com certa porção de farinha dentro e não cessam de mexê-la [...] até que a farinha assim cozida tome a forma de granzos e confeitos. (PEDROZA, 2014)

Dez anos depois, em 1587, o português Gabriel Soares de Sousa relatou o que viu entre os índios tupinambás de Sergipe:

(...) para se aproveitarem os índios e mais gente destas raízes, depois de arrancadas rapam-nas muito bem até ficarem alvíssimas, o que fazem com cascas de ostras, e depois de lavadas ralam-nas em uma pedra ou ralo, que para isso têm, e, depois de bem raladas, espremem esta massa em um engenho de palma, a que chamam tapeti, que lhe faz lançar a água que tem toda fora, e fica essa massa toda muito enxuta, da qual se faz a farinha que se come, (...) muito doce e saborosa. (...) E para fazer a farinha destas raízes se lavam primeiro muito bem, e, depois, desfeitas a mão, se espremem no tapeti, cuja água não faz mal; depois de bem espremidas desmancham esta massa sobre uma urupema, que é como joeira, por onde se coa o melhor, e ficam os caroços em cima e o pó que se coou lançam-no em um alguidar que está sobre o fogo, aonde se enxuga e coze da maneira que fica dito, e fica como cuscuz, a qual em quente e em fria é muito boa e assim no sabor como em ser sadia e de boa digestão. (PEDROZA, 2014)

A forte influência indígena no fabrico da farinha pode ser vista não somente nos nomes de instrumentos e produtos ou nas técnicas, mas também na organização do trabalho e na casa familiar como centro e modo de produção. As famílias mais pobres fabricavam a farinha à noite dentro de suas próprias cozinhas, onde ficavam a roda de ralar, a prensa e o forno. Nas terras onde houvesse mais espaço e melhores benfeitorias, surgiram as Casas de farinha. Ali o modo de se produzir a farinha não mudou muito em relação à maneira como as índias faziam e assim permaneceu por séculos. A mandioca era descascada manualmente pelas mulheres raspadeiras (entre 10 e 15), sentadas em círculo e cercadas por suas crianças. Depois de lavada, a mandioca era levada para a roda de ralar ou bolandeira. A cevadeira era a responsável por colocar a mandioca no caititu e de regular a pressão, enquanto dois homens davam impulso ao rolo. Depois de cevada a mandioca transforma-se numa massa úmida que era embalada em palhas e levada para uma prensa ou ao tipiti (rede de cerdas de buriti) para escorrer a manipueira (parte ruim da mani, em tupi), o sumo venenoso (ácido cianídrico). Essa massa prensada gerava torrões. Para serem peneirados os torrões, utilizavam-se as urupemas (grandes peneiras). A parte grossa, chamada de crueira, secava ao sol e serviria de ração para galinhas. A parte fina era lavada e torrada no forno a lenha, feito de adobe. A torrefação era tarefa de mulheres, que em duplas usavam grandes rodos de madeira para mexer a massa.

Do trabalho da Casa de farinha, saíam a base para o que se tornaria comum na mesa do brasileiro das mais diferentes regiões: além da farinha, o carimã (fécula ou povilho), a tapioca, a puba e os beijos. Da farinha, surgiriam pratos como a farofa branca, a de batata-doce, a de jerimum, o cuscuz de mandioca, o pirão de galinha, de ovo ou de peixe, a paçoca de carne-seca, a papa com que as mães sertanejas alimentavam os filhos, o remate (caldo de feijão engrossado com farinha), o bode (farinha, pedaço de rapadura e outro de carne-seca) e até sobremesas (farinha misturada com melado da cana ou com frutas em calda).

Em Sergipe havia o costume de se entoar cantigas durante os trabalhos nas Casas de farinha. Eram chamadas de “aboios da farinhada” (PEDROZA, 2014)

*Eu queria ser mandioca
De sutinga verdadeira
Pra andar de mão em mão
E no colo da cevadeira.
Adeus casa de farinha
Adeus banco de ralar mandioca
Adeus morena bonita*

Que me dava tapioca.

3. AS CASAS DE FARINHA: CAMPINHOS, SIMÃO E POVOADO DE ITAIPU EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA.

“Os propósitos da história são variados. Mas um deles é o de prover aqueles que a leem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem” (Jim Sharpe)

Não tão distante do legado histórico brasileiro, mais especificamente no interior da Bahia, em Vitória da Conquista, em comunidades tradicionais, encontram-se espaços produtivos ou vestígios destes, que se aproximam muito das influências recebidas pelo Brasil no período colonial. Apenas, por dimensões didáticas e por estarem incluídas como fontes de pesquisa e estudo, usar-se-á como lócus para o presente artigo as comunidades tradicionais na produção de farinha Campinhos, Simão e o povoado de Itaipu.

As comunidades tradicionais serão aqui compreendidas como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição", (BRASIL, DECRETO 6.040, ART. 3º, § 1º).

Considerada como metrópole regional, Vitória da Conquista, fundada desde 1840, possui uma extensão territorial de 3.204,257 km², distanciando da capital baiana em cerca de 510 quilômetros, com população 348.718 habitantes, conforme Censo IBGE (2010).

Campinhos e Simão⁵ estão localizados no Sudoeste baiano, na cidade de Vitória da Conquista em regiões muito próximas e adjacentes, o que faz com que um referende o outro; possuem população equilibrada entre homens e mulheres e prevalência de jovens, conforme IBGE (2010) .

⁵ Campinhos e Simão, considerados como bairro de Vitória da Conquista, em função da Lei Municipal n 1385; 2006, do Plano Diretor urbano de 26/12/2006-PDU em que fica estabelecido, a partir do mesmo, o reconhecimento público do bairro enquanto unidade integrante do território em questão, deixando de ser a partir da mesma data distrito do município. Segundo dados do IBGE (2010) a comunidade de Campinhos possui uma população de 4889 moradores, sendo 2484 homens e 2405 mulheres. Do universo populacional retira-se 487 crianças entre 0 a 4 anos, *existem mais jovens do que idosos* . Sendo a população composta de 31.5% de jovens e 4.9% de idosos.

Campinhos e Simão estiveram entre os maiores beneficiadores da mandioca na região, gerando empregos diretos, além dos indiretos em função da lavoura e comercialização dos produtos oriundos e derivados da mandioca (SANTOS, 2007). Distanciado do centro da cidade por aproximadamente 9 km, os logradouros, em 1946 - Distrito do município de Vitória da Conquista começaram a se destacar em uma nova atividade econômica: Casa de farinha, embora, hoje verifica-se um movimento de retração nesta prática produtiva neste espaço por muito tempo de referência. A localização espaço-geográfica está pontuada por vias rodoviárias de suma importância: a BR 116, BA 262 e a BA 407, as duas primeiras permitem, pelo lado oeste da cidade, o acesso à capital baiana e ao sul do país ; e do Estado respectivamente; a terceira liga o município a várias cidades do sertão (Brumado, Guanambi, Caetité, Anagé) e ao oeste do Estado da Bahia.

O povoado de Itaipu⁶, pertencente ao distrito de José Gonçalves, situado no Município de Vitória da Conquista- Bahia, localizado entre as cidades de Vitória da Conquista e Planalto. Itaipu está a 36 km da sede municipal e a 7 km da BR 116, e, pode também definir-se como uma comunidade rural, espaço onde vivem famílias numerosas, caracterizado por uma ruralidade explícita na paisagem.

As Casas de farinha definem não somente um espaço produtivo, mas um fenômeno de sociabilidade como forma natural de “sociação” fazendo uma analogia entre a realidade e o lúdico, ou seja, relaciona o concreto das interações sociais com o sentimento de satisfação derivadas da “sociação” entre indivíduos na forma de uma unidade, pois congratula vínculos parentais no processo de produção. A sociabilidade vem a ser o espaço onde a interação sai dos meandros formais e entra segundo Simmel (2006) no âmbito do jogo, da conversa “despretensiosa” como uma forma lúdica de sociação, pois para o autor, toda sociabilidade é um símbolo da vida, quando essa surge no fluxo das relações e interações entre seus envolvidos.

⁶ O povoado de Itaipu possui uma população de 379 habitantes, com 187 homens e 192 mulheres; possui 140 domicílios, sendo que 106 estão ocupados, de acordo com o Censo Demográfico, de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (IBGE).

Figura 01 – Modelos de Casas de farinha



Fonte: Patrick Mendes Oliveira⁷, acervo particular 2012

Compreende-se então que as Casas de farinha são estabelecimentos dedicados à produção da farinha de mandioca ou dos derivados desta, geralmente se referem a estabelecimentos de pequeno porte e sem maiores investimentos estruturais. É um espaço de vínculos e sociabilidade da vida, entendendo que o processo de produção garante a reprodução do grupo familiar. Aproxima os membros da família por meio da solidariedade e da colaboração, em que se produz um mundo de relações sociais permeadas por características adversas ao mundo capitalista formalizado, noção construída por Martins (2008, p.32). De acordo com essa ideia, as relações assumem um sentido familiar e comunitário e os laços de solidariedade e de colaboração aproximam os laços familiares. Demarcam, além do espaço lúdico, o processo de socialização de saberes, o diálogo com as práticas, bem como as relações de gênero.

Nesse sentido, pela convergência de estudo de um espaço produtivo particular - as Casas de farinha - demonstram o trabalho e a educação como atividades especificamente humanas e permitem lembrar a definição do trabalho em seu sentido ontológico, no qual o homem além de racional, tem sua essência demarcada pelo trabalho, posto que ao agir sobre a natureza a transforma em função de suas necessidades. Essa essência não é uma dádiva divina ou natural, essa essência é um feito do próprio homem (SAVIANI, 2007). Contraditoriamente,

⁷ Fotógrafo de Vitória da Conquista

essa relação também assume um caráter alienado, baseada na exploração social do trabalho do homem pelo próprio homem e na educação classista.

A produção da farinha é aqui entendida como este movimento natural do homem que ao se confrontar com a natureza e com os recursos dispendidos por ela, transforma e se transforma, modifica e também é modificado pelas relações naturais. Avançando nesse conceito e abarcando o par com a educação, compreende-se que o espaço de sociabilidade das farinheiras e de seus vínculos na produção, remetem à importância e a transferência do saber de ofício no trabalho executado. Nesse sentido, observa-se uma aproximação do trabalho com o aprendizado do ofício e, com isso, o trabalho revela-se como uma dimensão educativa., “aprender trabalhar trabalhando”, como ratifica Saviani (2007). Saber laboral como prática educativa socializada, a organização do espaço das Casas de farinha incorpora saberes e práticas educativas, que surgem das relações de convivência. Tratam-se de saberes de experiência que foram adquiridos ou socializados nos fazeres cotidianos de homens e mulheres, que por serem sujeitos da práxis, constroem seus projetos de vida, resistem e “tecem representações sobre o mundo vivenciado” (OLIVEIRA, 2008, p.64)

Há que considerar que por ser uma atividade produtiva ainda permeada pelo modo de produção artesanal, ainda prevaleça a relação comunal, em que a vida das famílias é regida pela integração entre espaço de produção e funções domésticas; o trabalho domiciliar como extensão de um empreendimento (ALVES, 2013). A farinha não se apresenta apenas como um produto ou um item mais na mesa, ela também se faz marcante no linguajar, na memória e na identidade dos moradores e consumidores locais.

As Casas de farinha tanto no povoado de Itaipu, quanto em Campinhos e Simão ficavam nas propriedades pertencentes aos pequenos agricultores. A quantidade de Casas de farinha tem retraído nas duas regiões por razões diversas. Os pequenos agricultores, em sua maioria, possuíam suas próprias Casas de farinha, elas eram mais numerosas nessas comunidades tradicionais.

Campinhos, Simão e Itaipu contam com pequenos produtores, possuidores de uma base produtiva agroindustrial familiar, caracterizada, a priori, como atividade econômica responsável pela renda principal gerada pela comunidade. Estratégia de sobrevivência do grupo familiar alargada por muitos anos. Trabalhar ao redor da raiz da terra propiciava a

sobrevivência cotidiana e garantia condições para que a família garantisse sua sobrevivência no núcleo familiar, conforme reforça o depoimento de um morador local.

[...] aqui a gente trabalhava tudo junto, era pouquinha a mandioca e a farinha, mas dava com dificuldade manter a família. Tive seis filhos, mais eu e a muié, conseguimos criar todos, criar bem ou mal, mas criamos, nem sempre conseguimos dá o de mió num é, mas nenhum lá em casa que “deu pra coisa ruim”. Tá tudo casado e com suas famílias.⁸

Ao analisar o trecho acima, o linguajar recorrente do trabalhador em depoimento, externa na memória os laços familiares recorrentes do processo produtivo, a valorização da família. O depoente, mesmo apontando as dificuldades com o labor e a vida, reconhece que conseguiu constituir uma família amparada em valores, e esses são o reflexo do trabalho empreendido, sem que houvesse dissociação entre o trabalho e a família. Ao término de sua narrativa, percebe-se que a continuidade da família é sim, um valor externado de satisfação, pois todos os seus filhos já estão “casados”.

A produção, tanto em uma localidade como em outra, quando acionada, atende às solicitações mediadas pelo mercado regional, não há planificação precisa, responde a uma demanda estimada ou de costume, como também visa o fornecimento de matéria-prima para outras cadeias produtivas da cidade e de municípios próximos à Região. A fabricação ainda se assemelha aos modelos antigos de produção como já reforçado anteriormente, prevalecendo em todas as Casas de farinha, ainda em funcionamento, a ambiência artesanal e primária que vai do início da cadeia produtiva até o escoamento dos derivados para o consumo direto⁹ e indireto¹⁰.

A produção da farinha e outros derivados da mandioca são comercializados na sede de Vitória da Conquista (BA), na CEASA (Central de Abastecimento), assim como também vendem para terceiros (atravessadores), os quais levavam para outras regiões e cidades próximas ao entorno do sudoeste baiano e norte de Minas Gerais.

⁸ Entrevista realizada com proprietário de Casa de Farinha em Junho de 2006.

⁹ Consumo direto: diz respeito aos derivados da mandioca que vão para o consumidor final (farinha, beiju, tapioca, goma)

¹⁰ Consumo indireto: referem-se aos derivados da mandioca que geram entradas para cadeias produtivas de fábricas de biscoito, panificadoras.

O modo de produção nas Casas de farinha do período colonial não se diferencia muito do trabalho nas farinheiras de Campinhos, Simão e do povoado de Itaipu situados na região de Vitória da Conquista - BA.

A tradição, entendida conforme a discussão permeada por Hobsbawm (2002), denota o conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, regulado por regras aceitas por todos, que tem como objetivo desenvolver na mente e na cultura determinados valores e normas de comportamento, por meio de uma relação com o passado feita pela repetição constante dessas práticas, somado ao processo de trabalho realizado nas Casas de farinha perduram nos dias atuais na memória dos grupos que habitam as comunidades de Campinhos e Simão e no povoado de Itaipu, ainda que em algumas delas não mais funcionem no seu espaço físico e são pretéritas. Para o referido autor, um dos aspectos mais fortes da tradição é sua característica invariável, ou seja, seria um conjunto de práticas fixas que, por serem sempre repetidas de uma mesma forma, remeteriam ao passado, real ou imaginado.

As memórias dos moradores, em suas narrativas, revelam a tradição do trabalho nas plantações de mandioca e na execução do trabalho delegado nas Casas de farinha, traduzindo significados importantes para esses grupos que mantêm essa memória viva. Tais relações construídas demonstram assim como ressalta Halbwachs (1990), os traços deixados pelo passado, em que são visíveis em alguns aspectos até mesmo pelo modo de pensar e sentir.

Vê-se que os sujeitos que se inserem no processo de trabalho nas Casas de Farinha não apenas guardam, mas produzem uma memória com o legado histórico das experiências educativas que acumulam ao realizarem suas diferentes atividades no processar da mandioca, ou de alguma maneira guardaram consigo lembranças pertinentes ao registro espacial e temporal. Nesse sentido, observa-se uma aproximação do trabalho com o aprendizado do ofício e, com isso, o trabalho revela uma dimensão educativa.

Em uma cadência própria e bem peculiar, o trabalho realizado nas Casas de farinha determina um traço coletivo em sua realização. No processo de fabricação da farinha, há uma forte presença de mulheres, principalmente, na raspagem da mandioca, e as atividades que exigem maior força física, como a prensagem, são desenvolvidas por homens. Isso denota as diferenciações entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, reforçando a divisão sexual do trabalho, em que tais atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional

são como uma extensão, abrem caminho para se pensar na divisão sexual do trabalho e o reflexo do modo de produção doméstico nos espaços produtivos, aqui especificamente das Casas de farinha, conforme vem sendo discutido por Hirata e Kergoart (2007).

A agilidade e presteza do trabalho feminino desempenha um papel de fundamental importância neste estágio no início da produção da chamada “farinhada”. Sentadas em semicírculo, em pedras, no assoalho do chão batido ou em pequenos tamboretos e sem apoio nas costas, se dividem em capoteiras ou tiradeiras de capotes, ou seja, algumas raspam a “cabeça” da mandioca até a metade – capoteiras - e repassam para outra que sequencialmente destituiu o resto da raiz – tiradeiras de meia, no entanto, em qualquer estágio são denominadas, de forma generalizada de *raspadeiras*, sempre no feminino, porque os homens não participam desta atividade, lembrando em Cascudo (s.d.) a referência dada às índias no período colonial da nossa história.

É muito comum neste momento presenciar falácias entre o mulherio, conversando de maneira animada sobre assuntos pertinentes à comunidade; entre um tempo e outro, surgem ações alternativas como o cantarolar de músicas regionais, antigas ou conhecidas, nos remetendo aos “aboios da farinhada” remetido na primeira parte deste artigo (PEDROZA, 2014). Em média, as mulheres realizam este trabalho por 8 horas diárias de trabalho, com pequenos intervalos para alimentação, lembrando que é facultado horários alternativos, em função da demanda, para homens e mulheres. Ao findar do dia, pelo ritmo e posição dos trabalhos oferecidos, é comum verificar a diminuição no ritmo das conversas, mas ainda sobressai, até o último instante, o tilintar das facas que ainda perseveram para terminar o trabalho da chamada “ ruma de mandioca”.

Sobre as funções desempenhadas por homens e mulheres na produção da farinha, Dona Clemência afirma:

Ia os home tamém, os home ia pra mexer a farinha, enxugar a massa, é assim, ..., prantava maniva, prantava feijão, milho, trabaiei muito, mais esse Gó de cumpade Cazusa eu prantei foi quato roça de mandioca, quando uma dava ponto, tirava, e ficava boa, partia mais ele, eu fazia farinha, tirava goma, tirava puba.¹¹

¹¹ Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014, povoado de Itaipu, com Dona Clemencia Maria Ferreira, 94 anos.

Desse modo, das facas à lenha, do raspar ao prensar, do lavar ao triturar, do esfarelar ao torrar, bem assim nesse compasso se evidencia a divisão sexual do trabalho, pois para aquecer a mandioca ao som da lenha, na fornalha, o “fazer-farinha”, ou a chamada “farinhada”, requer que, de início, se divida entre homens e mulheres as funções que moldam o comportamento e definam os contornos das tarefas para o processamento da mandioca na Casa de farinha. Essa forma de organização produtiva é considerada por Conceição (1981) e pelo folclorista brasileiro Cascudo (s.d.) como indício da contribuição indígena na formação da história brasileira, mas na linha do tempo instiga a vários estudos, principalmente no que tange a sobrevivência do seu estilo de produção, atrelado aos desafios inerentes a este tempo que conclama mudanças e/ou adaptações.

A moradora do Povoado de Itaipu, Dona Esmeralda, conta que, além de raspar a mandioca, realizava o trabalho de plantar como meeira com o dono da terra, pois não possuía terra para plantar. Dona Atila, uma senhora de 80 anos, tem recordações do tempo em que trabalhou em Casas de farinha nesse mesmo povoado, ao falar de como era o trabalho, diz que:

[...] fazia rapar mandioca, cessar massa, ai tudo que foi dando os trabai das Casa de farinha, trabaiei nove meis fazeno farinha. Lá ne Jambrim a mandioca era lavada e era a motor, tinha um giralzão, a farinha que eles fazia, eles vendia pra fora que era muita farinha. Nois mesmo nunca teve roça não, trabaiaava era no macaco, era por semana. Aquí vinha caminhão eles vendia lá pra Conquista.¹²

Observa-se na narrativa da mulher a alienação que produz a desumanização no trabalho, pela apropriação privada de um tempo de trabalho do trabalhador que vende a sua força de trabalho ao dono da terra.

Outra moradora do povoado, sobre seu trabalho nas plantações de mandioca e nas Casas de farinha conta que:

Eu trabaiaava ni Casa de farinha, ni roça, prantava maniva, prantei mais Demazim, prantei mais Fernando, pegava a mandioca e ia fazer farinha lá no Pau Ferro, na casa de cumpade Cazuzá, rancava um cado de mandioca, meus menino ia arrancar, já fazia a farinha, era assim¹³

Nos últimos anos, as Casas de farinha vêm perdendo notoriedade quantitativa nas localidades citadas, em razão de vários fatores, entre os quais, envelhecimento dos antigos proprietários e

¹² Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2015, Dona Atila, 80 anos.

¹³ Entrevista realizada no dia 21 de Novembro de 2014, Dona Clemência Maria Ferreira, 94 anos.

consequente aposentadoria; variabilidade do preço da farinha no mercado; ausência de mão de obra; dificuldade de sucessão do empreendimento para os mais jovens; o que levou aos pequenos agricultores a fecharem suas Casas de farinha e/ou reduzirem a fabricação, porém verifica-se que essa tradição ainda permanece viva na memória dos moradores e adjetiva a região e seus hábitos alimentares.

Verifica-se que a memória da tradição de uma comunidade permanece nas experiências educativas dos seus habitantes, enquanto os mesmos estiverem vivos:

[...] as suas técnicas, a suas histórias e a sua identidade coletiva- surge como algo que sempre foi assim. Mas isso é apenas uma aparência, resultado do contínuo esborratar que acompanha a transformação da memória. O processo de transformação numa comunidade agrária tradicional pode ser lento; apesar disso, essas comunidades não ficam fora da história (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p. 241).

Os grupos familiares de uma comunidade rural busca preservar seus significados, os quais resultam em tradições. Mas ao longo de um processo histórico, as novas técnicas promovem mudanças nas relações sociais e no espaço, e, por sua vez, o modo de vivência dos grupos precisam se adequar às mudanças, mesmo que possam manter as tradições de outrora, por intermédio da memória coletiva, plausível testemunha do passado vivenciado por tais grupos. Mesmo que muitas tradições sejam extintas, a memória coletiva propagada pelos moradores persiste enquanto os componentes dos grupos estiverem vivos, nos lembra Amaral (2016).

Por fim, nota-se que são as Casas de Farinha, e não, indústrias ou fábricas, que ainda subsistem na discussão exposta. A prática da “farinhada” não é apenas o resultado final de um sistema produtivo, ela vai além, alberga vínculos familiares na sua execução e particularidades que lhe faz específica, e que instiga estudo e reflexões.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo que norteou o presente estudo, pode-se verificar que as Casas de farinha constituem elementos de comunidades tradicionais, refletem muito dos atributos históricos que fundamentaram a sua edificação, entre eles: produção artesanal, laços

familiares, socialização de saberes, divisão sexual do trabalho, a produção como construção social de um grupo.

Assim sendo, nota-se um forte alinhamento entre o trabalho e educação, estabelecendo entre ambos um campo de experiências educativas, posto que as práticas de ofício, ainda que não prevalentes nos dias atuais, em função da diminuição das Casas de farinha nas comunidades, se fazem fortes e pautam relatos nas memórias dos moradores das referidas comunidades.

Considera-se que os resultados aferidos pelo estudo permitem reforçar alguns elementos característicos das comunidades tradicionais como: organização social particular, relação com a natureza e uso deste espaço para reprodução da condição de vida e utilizam conhecimentos específicos através da práxis, transmitidos pela tradição, onde a socialização de saberes (educação); vínculos familiares, relações de gênero (divisão do trabalho entre homens e mulheres) fortalecem esta construção de identidade.

Finalizando, vale ressaltar que ao mesmo tempo em que as Casas de farinha assumem esse papel libertador nas trocas de experiências educativas, produzem, também, a desumanização de mulheres, homens e crianças pela submissão a precárias condições de trabalho e acesso a bens materiais, sociais, culturais e econômicos.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila M. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) SOUZA, Laura Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Coleção História da Vida Privada no Brasil. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVES, Ana Elizabeth S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v.11 n.2, p 271-289, maio/ago, 2013.

ALVES, Ana Elizabeth S.; CAVALCANTI JR, Manoel N.; SANTOS, Marisa O.; AMARAL, Urânia T. EXPOSIÇÃO: CASAS DE FARINHA. Grupo de estudos e pesquisas: História, Trabalho e Educação. **XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico** “Estado, Política e Sociedade: está o mundo de ponta-cabeça?”. Vitória da Conquista, BA: UESB, 2017.



BRASIL. Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>, acessado em 23 de dezembro de 2017.

CASCUDO, Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Vol. 1. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983b.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro. Ediouro, s/d.

CONCEIÇÃO, Antônio J. **A mandioca**. São Paulo: Nobel, 1981.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora nova fronteira, 1975.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, editora revista dos tribunais, 1990.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tadução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v.37, p.595-609, set/dez 207.

HOBBSAWN, Eric. J. **A era das revoluções**. 1789-1848; 16. Ed. Tradução de Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br.htm>>. Acesso em: 08 de dezembro 2017.

AMARAL, Urânia T. **Memória e Mobilidade do Trabalho no povoado de Itaipu, Município de Vitória da Conquista-BA**. 2016, 116p. Dissertação Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade. Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso, uma estratégia de pesquisa**. 2. Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

MINAYO, M^a. Cecilia de S.(Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Cartografias ribeirinhas. Saberes e Representações sobre práticas sociais cotidianas de Alfabetizando amazônicas**. Belém: Eduepa, 2008, 2.ed.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: a produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Coleção O Brasil Colonial: 1720-1821**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Coleção O Brasil Colonial: 1580-1720**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



SANTOS, Marisa O. **Sistema de produção em Casas de farinha: Uma leitura descritiva na comunidade de Campinhos – Vitória da Conquista(BA)**, 2007. 115p. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação**. V 12. N34. Jan/abr,2007

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992 (p. 39-62).

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: individuo e sociedade**. Tradução Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Laura Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) SOUZA, Laura Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Coleção História da Vida Privada no Brasil. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TUFANO, Douglas. **A carta de Pero Vaz de Caminha. Comentada e ilustrada**. São Paulo: Moderna, 1999.

CASSAVA FLOUR MANUFACTURERS (CASAS DE FARINHA): REFLECTIONS ON WORK AND EDUCATION IN TRADITIONAL COMMUNITIES OF THE INTERIOR OF BAHIA, BRAZIL.

Abstract: This research aims to describe the memory of the relationship between work and education in the process of constructing educational experiences in cassava flour manufacturers (Casas de Farinha) in traditional communities in the interior of Bahia. It was intended to evocation of historical records, passing sequentially to the contextualisation and characterization of three traditional localities in the manufacture of flour in the interior of Bahia: Campinhos and Simão communities and Itaipu village. The analyzes were performed through interviews. It was described the materialized memory in the narratives of the inhabitant, emphasizing elements that refer to the education and work relationship as a basis for convergence between work practice and educational experiences. The theoretical foundations of the Cascudo (1983); Saviani (2007); Pedroza (2014); Simmel (2006), among others, supported this discussion. Finally, it was verified that the cassava flour manufacturers convey the production of the flour besides its productive process, being possible to discuss



elements such as the sexual division of labor, family sociability in the production, the relationship being human and nature and the work as the primary source of construction of educational experiences.

Keywords: Labor. Education. Cassava Flour Manufacturers.

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA INDÚSTRIA CRIATIVA: BREVES CONSIDERAÇÕES DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (RMPA) E MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Moisés Waismann¹ - moises.waismann@gmail.com
UNILASALLE, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais
Avenida Victor Barreto, 2288
CEP: 92.010-000 – Canoas – Rio Grande do Sul – Brasil

Judite Sanson de Bem² - jsanson@terra.com.br
UNILASALLE, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais
Avenida Victor Barreto, 2288
CEP: 92.010-000 – Canoas – Rio Grande do Sul – Brasil

Margarete Panerai Araújo³ - mpanerai@terra.com.br
UNILASALLE, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais
Avenida Victor Barreto, 2288
CEP: 92.010-000 – Canoas – Rio Grande do Sul – Brasil

Resumo: *Os trabalhadores com mesmo grau de escolarização, mas que trabalham em segmentos diferentes não necessariamente possui a mesma remuneração, sobretudo quando analisados os mercados formais. A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) compõem-se de 34 municípios, mas nem todos são expressivos no número de empresas e empregos da indústria criativa. O objetivo deste estudo é verificar qual a relação que se estabelece entre a renda do trabalho e a escolarização. No primeiro momento preocupa-se em compreender conceitualmente a articulação entre trabalho e educação, a cadeia da Indústria Criativa, e o mercado de trabalho e suas variáveis e problematizar a Teoria da Segmentação. Trata-se de uma pesquisa documental que se utiliza de métodos de procedimento estatísticos para a*

¹ Doutor em Educação pela UNISINOS (2013). Professor e pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE). Coordenador do Observatório UNILASALLE; Trabalho, Gestão e Políticas Públicas

² Pós Doutora em Economia da Cultura pela UFRGS (2014), Doutorado em História Íbero Americana PUCRS (2001); Professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE).

³ Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); Professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE).

análise e interpretação dos dados. A análise será realizada com dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais, produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e nas Pesquisas sobre trabalho e rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de forma comparativa, para a Região Metropolitana de Porto Alegre e os municípios selecionados, no período entre os anos de 2006 e 2015. Infere-se que os vínculos com maior escolarização possuem maiores rendas do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho, Educação, Teoria da Segmentação, Indústria Criativa.

1.INTRODUÇÃO

O termo Indústrias Criativas, que surgiu com força nos anos 90 partiu do princípio de que a criatividade é um importante insumo na produção. Atualmente, ao olhar para o sistema produtivo e identificar que as organizações utilizam a criatividade como fator de produção também se deve considerar que esta indústria é composta por um arranjo de setores que são fundamentados pela cultura. Para a Fundação de Desenvolvimento Administrativo do município de São Paulo (FUNDAP, 2011) a Indústria Criativa se organiza em dez segmentos: Arquitetura e Design, Artes Performáticas, Artes Visuais, Plásticas e Escrita, Audiovisual, Edição e Impressão, Ensino e Cultura, Informática, Patrimônio, Pesquisa e Desenvolvimento e Publicidade e Propaganda.

No Brasil estas atividades produtivas eram responsáveis, no ano de 2010, por 1.644.769 trabalhadores no mercado formal (BEM, GIACOMINI, 2012), e no estado do Rio Grande do Sul em 96.099 vínculos de trabalho, no mesmo ano. A Região Metropolitana de Porto Alegre, que é formada por 34 municípios possuía, em 2014, 65.145 vínculos de trabalho na Indústria Criativa.

Um dos fatores que colaboram no desenvolvimento da criatividade é a educação. É por meio da educação, que se absorve a memória cultural da humanidade e a partir deste pode-se criar, inventar, propor, pensar diferente e outras possibilidades, usos e utilidade para este saber acumulado. Desta forma propõe-se a reflexão de uma articulação entre criatividade e educação e desta última com o trabalho, emprego e renda.

A relação entre trabalho e educação e os seus reflexos na renda vem sendo problematizada desde há muito tempo no campo da educação, bem como, na economia. Tanto

economistas como pesquisadores do campo da educação debatiam a importância da educação para o desenvolvimento de uma nação. Na disciplina de economia esta discussão remonta Adam Smith, com a sua obra *A Riqueza das Nações* (1776) passando por Karl Marx nos escritos do *O Capital* (1867). Foi somente nos anos de 1960 que surgiu o campo da economia da educação, por meio da formalização da Teoria do Capital Humano.

A Teoria do Capital Humano (TCH) surgiu propondo que os gastos com educação devem ser considerados como investimentos, assim quanto maior seu valor maior o seu retorno social, dado que é uma das formas de aumentar a disponibilidade da força de trabalho e, por consequência, a produtividade do trabalhador. Nessa teoria, a educação é fundamental para “criar e aumentar” o capital humano, portanto, o processo educativo produz algumas atitudes e conhecimentos para capacitar para o trabalho.

A partir dos anos de 1970, a afirmação de que quanto mais anos de estudo maiores são os salários foi sendo contestada, problematizada e criticada. Percebia-se que esta relação de causalidade entre educação e trabalho estava superdimensionada. Uma das polêmicas foi de que as pessoas possuem um perfil diferente e os tipos de atividades econômicas são diversos, portanto, a segmentação do mercado de trabalho foi à razão para as diferentes remunerações. Esta crítica foi respaldada pela Teoria da Segmentação (M REICH, DM GORDON, RC EDWARDS, 1973).

Neste sentido, emerge o objetivo principal do estudo: Verificar a relação que se estabelece entre o nível de escolarização e o salário na Região Metropolitana de Porto Alegre e municípios selecionados de Canoas, Novo Hamburgo, Porto Alegre e São Leopoldo, no conjunto da Indústria Criativa nos anos de 2006 e 2015.

No que é pertinente à metodologia do trabalho utilizou-se da pesquisa documental, por meio da análise com dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais, produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Justifica-se o estudo acerca do tema pela importância da educação em relação ao trabalho, e os seus reflexos na renda e produtividade de uma sociedade.

Diante disso, no primeiro tópico do trabalho, está a discussão teórica. No segundo tópico, dissertou-se sobre o método utilizado. E na sequência, concentrou-se na análise dos dados coletados. Por fim, ponderaram-se os resultados e as referências utilizadas.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

A remuneração da força de trabalho quando discutida a partir do mercado de trabalho, assumia-se que esta era organizada por meio da procura e oferta de mão de obra, desta forma quando o mercado encontra-se em equilíbrio, a remuneração paga pelo trabalho é igual à sua contribuição no processo produtivo, medido pela produtividade, conseqüentemente, os trabalhadores recebem, conforme a sua contribuição para produção da organização. Esta produção está diretamente relacionada com a qualificação, aqui medida pela educação acumulada, isto é quanto mais qualificado/educado for o trabalhador, maior será a sua contribuição (LIMA, 1980).

Esta explicação, para a remuneração do trabalho foi bem aceita até os anos de 1950/1960, início da formalização da Teoria do Capital Humano (TCH). No entanto, após este período apareceu nas análises discrepâncias de renda entre pessoas com os mesmos níveis de educação. Souza (1978) explicou que os empregos possuem características distintas, sendo diferenciados por alguns processos, tais como: recrutamento e seleção, treinamentos, plano de carreira, estabilidade, remuneração e produtividade. A heterogeneidade do mercado de trabalho propõe um mercado segmentado. No entendimento de Lima (1980), o capital humano produzido por investimentos em educação, princípio central da TCH, foi superestimado e não mensura de forma apropriada o capital humano, pois

[...] é perfeitamente sabido que diferentes pessoas possuem não somente diferentes tipos e quantidade de capital físico, mas também diferentes tipos e quantidades de capital humano que não são resultado de educação formal (tais como certas atitudes, habilidades manual ou artística, motivação, saúde, força física, etc.). Se concorda que capital humano compreende todas as características de uma pessoa que possam produzir um fluxo de retornos, então a tão enfatizada hipótese de que capital humano é resultado de investimento está longe de ser aceitável (LIMA, 1980, p. 224).

Desta forma, perceberam-se as limitações conceituais da Teoria do Capital Humano, principalmente no que se refere há causalidade entre renda e educação, onde a renda era determinada pela educação, a qual determinava a produtividade. É possível afirmar, então, no momento atual, que a educação não é o único fator decisivo para a definição dos salários. Casari (2012) referindo-se a Paul Taubman e Michael Wachter (1986) teorizou que a segmentação no mercado de trabalho foi percebida entre trabalhadores com o mesmo nível educacional, ou seja, recebendo rendimentos desiguais. Alguns motivos explicativos são que: os trabalhadores possuem perfis diversos, local de trabalho distinto, mercado de trabalho diferente, podendo entre outras coisas ser diferenciado pela existência de sindicatos e regulamentações.

Para Souza (1978), é possível explicar a existência da segmentação do mercado de

trabalho através de três maneiras: o ajuste alocativo; o dualismo tecnológico e, a estratificação dos trabalhadores. Do ponto de vista alocativo significa incorporar os custos para a contratação e treinamento dos novos trabalhadores, ocorrendo que quanto maior o grau de educação exigido para o posto de trabalho maior estes custos. Desta forma algumas organizações criam condições, para que os profissionais permaneçam nas empresas por um longo período de tempo, criando artifícios, que proporcionam o bem estar ao trabalhar, bem como, mecanismos para que os trabalhadores possam ser promovidos em virtude do tempo de emprego naquela empresa. Existe, assim, um mercado de trabalho interno às organizações, que tanto agrada o empregador, pois minimiza os custos fixos de recrutamento, contratação e treinamento, quanto o empregado, pois valoriza as oportunidades de segurança e promoção do emprego (DOERINGER; PIORE apud 1971 SOUZA, 1978).

A diversidade existente no nível tecnológico entre os mercados é compreendida como dualismo tecnológico. Isto é, as diferentes tecnologias incorporadas em cada organização, necessariamente criam condições para a qualificação profissional de seus colaboradores, conseqüentemente há uma maior produtividade e um aumento de renda (mercado de trabalho primário). Por outro lado, as organizações, que não investem em tecnologia e, nem na qualificação dos seus funcionários (mercado de trabalho secundário), mantêm a produtividade e os rendimentos e, assim, estas permanecem inferiores na comparação com as empresas que investem em inovações (VIETORISZ E HARRISON 1973 apud SOUZA, 1978). E, por fim, a estratificação dos trabalhadores ocorre na transição do sistema capitalista competitivo para o sistema capitalista monopolista. Neste último, o modo de produção é regulado pelo capital, pelos trabalhadores e pelo estado, que divide e estratifica os trabalhadores. Assim, um ou outro interessado vai auferir vantagens/desvantagens, dependendo do seu poder político (REICH, GORDON E EDWARDS 1973 apud SOUZA, 1978).

A partir do exposto pode-se, segundo Lemos (1995), segmentar o mercado de trabalho em primário e secundário. No mercado primário se encontram as melhores oportunidades de trabalho, empregos estáveis, maiores remunerações, tecnologia, treinamento e organizações sindicais, que buscam defender os interesses dessa classe. Já no mercado secundário a tendência é que os salários sejam mais baixos, visto a rotatividade de trabalhadores, baixos investimentos em treinamento, pouca tecnologia e não há uma organização, que visa aumentar o poder de barganha dos trabalhadores desse segmento.

Lima (1980) também trabalha com a proposta de mercado primário e secundário, definindo-os da seguinte forma:

O mercado primário é caracterizado por hábitos de trabalho e empregos estáveis, salários relativamente altos, produtividade alta, progresso técnico, pela existência de canais de promoção dentro das próprias firmas, pelo oferecimento de treinamento no próprio trabalho (*on-the-job training*), promoção por antiguidade, etc. É comum que os empregos nesse mercado estejam associados a firmas grandes, às vezes oligopolistas, com alta relação capital/produto. O mercado secundário é caracterizado por alta rotatividade da mão-de-obra, salários relativamente baixos, más condições de trabalho, baixa produtividade, estagnação tecnológica e níveis relativamente altos de desemprego (LIMA, 1980, p. 235, 236).

Lima (1980) explica que é possível compreender, que nos mercados primários profissionais mais experientes e com maior escolaridade possuem salários maiores. Em contraponto, no mercado secundário segue-se uma linearidade, onde o trabalhador mesmo após o incremento de capital humano continua com rendimentos inferiores.

Souza (1978) interpretou que, no mercado primário os salários são altos, pois há investimento em capital tecnológico, que são acompanhados pelo investimento em capital humano, essa interação entre tecnologia e conhecimento melhora a produtividade e, com isso há um aumento de rendimentos. Esse processo é chamado de *feedback* positivo. Por outro lado, o autor comentou, que no mercado secundário, não há investimento em maquinário e é utilizada uma mão de obra menos qualificada, a produtividade é mantida e os salários tendem a ser estáveis, esse fator é chamado de *feedback negativo*. Desta forma é possível intuir, que a segmentação do mercado de trabalho é responsável pelas diferenças salariais, para trabalhadores com o mesmo nível de educação.

Este artigo se utilizou das divisões da Indústria Criativa como objeto de estudo, para verificar a segmentação do mercado de trabalho. Estas atividades produtivas podem ser alternativas para geração de riqueza e compreende-se que a Indústria Criativa é um instrumento para o desenvolvimento regional, bem como, o produto mundial. O relatório das Nações Unidas (BRASIL, 2012), informou que:

Em 2008, a erupção da crise econômica e financeira mundial provocou uma queda na demanda global, além de uma concentração de 12% no comércio internacional. Contudo, as exportações mundiais de produtos e serviços criativos continuaram a crescer, alcançando \$ 592 bilhões em 2008 — mais que o dobro do volume em 2002 —, o que indica uma taxa de crescimento anual de 14% durante seis anos consecutivos. Essa é uma confirmação para o fato de que as indústrias criativas apresentam enorme potencial para os países em desenvolvimento que buscam diversificar suas economias e dar um salto em direção a um dos setores mais dinâmicos da economia mundial (BRASIL, 2012).

A Indústria Criativa pode ser caracterizada como aquela que tem o seu princípio na criatividade e na habilidade peculiar de cada indivíduo, sendo que, devido à propriedade intelectual, a Indústria Criativa pode ser considerada uma fonte de criação de empregos e de

fomento econômico (BEM e WAISMANN, 2014).

Para o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS, 1998) do governo britânico a Indústria Criativa constitui-se de empresas que, em virtude do trabalho primordialmente intelectual, são protegidas pela lei de direitos autorais. Fazem parte desse setor aquelas que têm, na sua essência a criatividade, e que através da exploração da propriedade intelectual podem fomentar a economia. Já a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2008) vem considerando como integrantes da Indústria Criativa os produtos e serviços, que utilizam como ponto de partida o capital intelectual, assim como toda a sua cadeia produtiva e de distribuição. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO,) informa que as atividades com fins lucrativos, que trabalham com bens culturais e intangíveis são partes integrantes da Indústria Criativa, como por exemplo: artes visuais e artesanato. No Brasil, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2012) caracteriza a Indústria Criativa através de atividades “núcleo” (atividades do setor de serviços com a criatividade como insumo), atividades “relacionadas” (envolvem segmentos de provisão direta de bens e serviços ao núcleo) e de “apoio” (provisão de bens e serviços indireta ao núcleo). Já a Fundação de Desenvolvimento Administrativo do Município de São Paulo (FUNDAP, 2011) caracteriza a Indústria Criativa por ser uma economia com base no conhecimento.

3. METODOLOGIA EMPREGADA NO ESTUDO

Assume-se neste artigo o conceito e a metodologia da FUNDAP (2011) sobre o conjunto das atividades produtivas que fazem parte dos segmentos da Indústria Criativa. Esta utiliza a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) para classificar as empresas em diferentes ramos. A FUNDAP incorpora os critérios do IBGE, da DCMS, da UNCTAD, da Unesco, da OIC e da Firjan. Segundo a FUNDAP (2011), são consideradas 44 atividades criativas, separadas em 10 grandes grupos, os quais são delimitados de acordo com as suas semelhanças. Os critérios utilizados para essa formatação e metodologia são:

No trabalho de compatibilização das estatísticas e delimitação das classes, surgiram dificuldades relacionadas à seleção de algumas atividades criativas e não criativas. Nesses casos, para evitar distorções nos resultados finais do trabalho de mensuração, optou-se por excluir toda a classe em que esse tipo de problema foi detectado. Esse foi o motivo pelo qual o setor da “moda” não foi incluído nas atividades criativas, uma vez que não é possível separar as informações sobre criação das atividades essencialmente fabris, por estarem reunidas em uma mesma classe de atividades na “indústria de confecção”. Problema semelhante foi igualmente verificado em relação

às atividades artesanais. Com a adoção desse critério, manteve-se um recorte mais restrito de atividades do que aquele estabelecido pelas outras classificações pesquisadas, privilegiando, portanto, as atividades diretamente relacionadas à criatividade e à cultura. Dessa forma, a classificação adotada restringiu-se a atividades essencialmente criativas, não incluindo aquelas ligadas à fabricação e à comercialização de bens criativos (FUNDAP, 2011, p. 22).

Como recorte no campo empírico, define-se o conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre e os municípios de Canoas, Novo Hamburgo, Porto Alegre e São Leopoldo. Em pesquisa realizada no banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), buscaram-se informações acerca da escolaridade e renda dos vínculos pertencentes à Indústria Criativa na região geográfica estudada para os anos de 2006 e 2015.

Os procedimentos metodológicos que nortearam este estudo quanto aos objetivos foram o de uma pesquisa foi exploratória em sua fase inicial e descritiva, posteriormente. A pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Conforme Gil (2010, p.43),

[...] pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A pesquisa descritiva também foi operacionalizada para viabilizar a realização dos objetivos do estudo. “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 2002, p.66).

Quanto aos procedimentos a pesquisa é de natureza documental. Richardson (1999, p. 80) menciona que “os estudos que empregam uma metodologia quantitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.”

Ressalta, também, que podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

O universo da pesquisa é o conjunto da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e municípios selecionados de Canoas, Novo Hamburgo, Porto Alegre e São Leopoldo, no período que se entende de 2006 a 2017. Na Figura 1 encontra-se a delimitação da RMPA e dos municípios trabalhados.

Figura 1 - Divisão político-administrativa da Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Observatório de Política Urbana e Gestão Municipal

No que tange fonte e a análise dos dados, foram utilizados dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), objetivando verificar a segmentação no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, e estes foram analisados por meio da estatística descritiva. No quadro 1 são listadas as variáveis selecionadas para análise com as suas respectivas fontes de dados.

Quadro 1 – Variáveis selecionadas e as fontes dos dados.

Variáveis selecionadas	Fonte dos dados
Classificação dos segmentos da indústria criativa	Fundação de Desenvolvimento Administrativo do município de São Paulo (FUNDAP, 2011)
Quantidade de vínculos por segmento da Indústria Criativa no mercado formal de trabalho, por nível de escolarização.	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Quantidade de horas dos vínculos, por segmento da Indústria Criativa, no mercado formal de trabalho, por nível de escolarização.	
Remuneração média dos vínculos, por segmento da Indústria Criativa, no mercado formal de trabalho, por nível de escolarização.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A interpretação de dados é o cerne da pesquisa embora sua importância seja vista sob diferentes aspectos nas diversas abordagens (FLICK, 2004).

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com objetivo de responder aos pressupostos iniciais busca-se na análise verificar a relação que se estabelece entre o nível de escolarização e o salário na Região Metropolitana de Porto Alegre e municípios selecionados de Canoas, Novo Hamburgo, Porto Alegre e São Leopoldo, no conjunto da Indústria Criativa nos anos de 2006 e 2015. Assim, na tabela 1 apresentam-se as quantidades de vínculos na indústria criativa no mercado formal de trabalho na RMPA e nos municípios selecionados por nível de escolaridade no ano de 2015.

A intenção dessa tabela é verificar como está distribuída esta variável, tanto geograficamente, como pelo nível de escolaridade de interesse. Percebe-se que há uma diferença de concentração de nível de escolaridade nas regiões estudadas. Existe uma forte participação de vínculos com nível de escolaridade com ensino médio completo na RMPA e na sua capital, Porto Alegre. Também se percebeu uma redução gradual nesses vínculos, conforme a escolarização aumenta.

Tabela 1 – Quantidades de vínculos na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados por nível de escolaridade no ano de 2015.

Região	Médio	Superior Incompleto	Superior	Mestrado	Doutorado	Total
RMPA	98.921	15.850	25.369	641	111	248.575
Canoas	6.128	576	889	6	2	11.559
Novo Hamburgo	7.745	1.471	1.198	2	0	21.529
Porto Alegre	44.279	8.122	17.088	416	78	97.407
São Leopoldo	3.288	856	1.295	19	2	9.159

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em www.mte.gov.br.

A tabela 2 evidencia a variação na quantidade de vínculos entre o ano de 2006 e o ano 2015 na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados por nível de escolaridade, calculado pelo número-índice de base 100, sendo este igual a 2006. A tabela deixa claro, a variação do desempenho dos recortes de vínculos e escolaridade estudados. Em todos os níveis de escolaridade houve avanços significativos no período, sobretudo no Mestrado e Doutorado, o que implica uma mão de obra mais qualificada em segmentos que demandam conhecimento e criatividade.

Tabela 2 – Variação na quantidade de vínculos entre o ano de 2006 e 2015 na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados por nível de escolaridade. (base 100=2006)

Região	Médio	Superior Incompleto	Superior	Mestrado	Doutorado	Total
RMPA	180	134	249	628	411	118
Canoas	217	113	213	200	200	139
Novo Hamburgo	177	121	290	200	s/inf	91
Porto Alegre	177	145	248	730	339	151
São Leopoldo	194	181	439	950	200	131

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em www.mte.gov.br.

A tabela 3 mostra a proporção da quantidade de vínculos na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados por nível de escolaridade nos anos de 2006 e 2015. Nesta ilustração é possível perceber como a proporção assume valores diferentes nos anos de estudo. A tabela 3 retrata diversas situações paradigmáticas: primeiramente, em algumas regiões há um aumento da proporção de vínculos com maior escolaridade, como Porto Alegre demandando mais mestres, São Leopoldo com mais vínculos com ensino superior; por outro lado há locais com uma queda acentuada nos vínculos com maior escolaridade. Já em Canoas e Novo Hamburgo ocorre uma redução na participação do emprego, com as escolarizações estudadas, da indústria criativa nos municípios quando comparado com o total da RMPA. Este período nos mostra, sobretudo o ano de 2015, um momento de crise econômica generalizada.

Tabela 3 – Proporção da quantidade de vínculos na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados por nível de escolaridade nos anos de 2006 e 2015.

Município	Médio		Superior Incompleto		Superior		Mestrado		Doutorado		Total	
	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015	2006	2015
Canoas	5,1	6,2	4,3	3,6	4,1	3,5	2,9	0,9	3,7	1,8	4	4,7
Novo Hamburgo	8,0	7,8	10,3	9,3	4,1	4,7	1,0	0,3	s/inf	s/inf	11,3	8,7
Porto Alegre	45,5	44,8	47,4	51,2	67,6	67,4	55,9	64,9	85,2	70,3	30,7	39,2
São Leopoldo	3,1	3,3	4,0	5,4	2,9	5,1	2,0	3,0	3,7	1,8	3,3	3,7

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em www.mte.gov.br.

A tabela 4 expõe o valor da remuneração média da hora trabalhada na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e nos municípios selecionados por nível de escolaridade no ano de 2015. Percebe-se, entre outros, que as seguintes informações: quanto maior o grau de escolaridade, maior o valor da remuneração média, e o salto ou diferença de remuneração, considerando o nível, foi maior entre o ensino superior e o mestrado, do que entre o mestrado e o doutorado.

Tabela 4 – Valor da remuneração média, por hora de trabalho, de vínculos na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados por nível de escolaridade no ano de 2015.

Região	Médio	Superior Incompleto	Superior	Mestrado	Doutorado	Total
RMPA	10,88	17,48	35,19	70,53	50,97	12,81
Canoas	11,00	14,30	29,65	31,47	31,34	11,81
Novo Hamburgo	10,27	15,12	21,99	56,94	s/dado	10,47
Porto Alegre	11,50	17,83	35,16	60,97	61,39	15,53
São Leopoldo	9,91	17,96	32,89	54,35	98,20	13,33

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em www.mte.gov.br.

Valores corrigidos pelo IPCA para primeiro de outubro de 2017.

A tabela 5 mostra a variação no valor da remuneração média, por hora de trabalho, na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados por nível de escolaridade calculado pelo número-índice de base 100, sendo este igual a 2006. A tabela 5 auxilia na compreensão da tabela 4. Aqui se percebe que foi no nível de instrução - mestrado onde se encontraram as maiores variações no valor da remuneração média/por hora trabalhada no período 2006/2015. Interessante reflexão, pois o maior grau de escolaridade, doutorado, apresentou uma variação do valor da remuneração média inferior ao ensino superior. Isto pode refletir uma realidade complexa, que estas atividades aqui instaladas não demandam este grau de escolarização, logo a oferta é maior que a demanda, ajustando o preço para baixo no período estudado.

Tabela 5 - Variação no valor da remuneração média, por hora de trabalho, entre o ano de 2006 e o ano 2015 na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados por nível de escolaridade. (base 100=2006)

Região	Médio	Superior Incompleto	Superior	Mestrado	Doutorado	Total
RMPA	112	107	100	112	86	135
Canoas	114	103	112	469	51	127
Novo Hamburgo	105	105	80	1.264	s/dado	131
Porto Alegre	116	106	102	106	110	130
São Leopoldo	108	119	129	175	61	144

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em www.mte.gov.br.

A tabela 6 mostra a proporção do valor da remuneração média, por hora de trabalho, por escolaridade no ano de 2015 na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados por nível de escolaridade no ano de 2015. Sobre o total do mercado de trabalho das indústrias criativas percebe-se que sobre a média total os trabalhadores que possuem o ensino médio recebem até

26% (São Leopoldo) menos, ao mesmo tempo em que os que estão frequentando o ensino superior possuem uma remuneração mais de 34% (São Leopoldo). E quanto maior o nível de escolaridade maior a remuneração. Verifica-se também que estas diferenças também ocorrem entre as regiões geográficas estudadas

Tabela 6– Proporção do valor da remuneração média, por hora de trabalho, por escolaridade no ano de 2015 na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados.

Região	Médio	Superior Incompleto	Superior	Mestrado	Doutorado	Total
RMPA	84,9	136,4	274,7	550,5	397,9	100,0
Canoas	93,1	121,1	251,0	266,5	265,4	100,0
Novo Hamburgo	98,1	144,3	209,9	543,6		100,0
Porto Alegre	74,0	114,8	226,4	392,6	395,3	100,0
São Leopoldo	74,3	134,7	246,7	407,7	736,5	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em www.mte.gov.br.

As análises apresentadas permitem afirmar que a escolarização afeta o emprego e a remuneração no total dos vínculos da indústria criativa, também é possível perceber que existe diferenças entre os municípios estudados. Na próxima seção apresenta-se as considerações finais deste trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir que no conjunto das Indústrias Criativas localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre e em municípios selecionados, nos anos de 2006 e 2015, a relação que se estabeleceu entre escolaridade e renda foram diversas. As questões inicialmente levantadas merecem serem revistas e respondidas. Ou seja, trabalhadores com mesmo grau de escolarização, mas que trabalham em regiões geográficas diferentes não possuía a mesma remuneração. Os dados apresentam um desempenho econômico diferenciado por município, basta lembrar a Tabela 1 que identificou as variáveis - vínculos na indústria criativa no mercado formal de trabalho e o grau de instrução, deixando demarcado que o número de vínculos com ensino médio foi muito superior que os demais níveis no ano de 2015. Já a tabela 2 destacou a variação no período de 2006 e 2015 com avanços significativos, sobretudo para quem possui Mestrado e Doutorado.

Quanto à proporção da quantidade de vínculos na indústria criativa no mercado formal de trabalho nos anos de 2006 e 2015, assumindo implicações diferenciadas com aumento da proporção de vínculos com maior escolaridade, em Porto Alegre demandando mais mestres, e em São Leopoldo com mais vínculos no ensino superior; e queda em Canoas e em Novo Hamburgo com redução na participação do emprego no conjunto da indústria criativa.

Sobre o valor da remuneração média da hora trabalhada na indústria criativa no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e nos municípios selecionados por nível de escolaridade no ano de 2015, demonstrando que quanto maior o grau de escolaridade, maior o valor da remuneração média, tendo ficado mais evidente entre o ensino superior e o mestrado.

Quanto a variação no valor da remuneração média, por hora de trabalho, pode-se verificar que foi no mestrado onde se encontraram as maiores variações no valor da remuneração média/por hora trabalhada no período 2006/2015, já quanto a proporção do valor da remuneração média, por hora de trabalho, demonstrou-se a proporção do valor da remuneração média, por hora de trabalho, por escolaridade no ano de 2015 na indústria criativa no mercado formal deixou evidente que a proporção da remuneração média foi inferior nas atividades com apenas o ensino médio, mas os vínculos com ensino superior incompleto ou mais apresentaram uma remuneração média muito superior à média do mercado formal de trabalho.

Convém destacar que o valor da hora trabalhada em São Leopoldo apareceu como mais elevado. Assim, esse artigo mostra que nos anos de 2006 e 2015 houve uma relação direta entre escolaridade e renda. Não há como negar que existem importantes questões sociais e complexas frente à sociedade atual, que tornam a economia criativa uma área que envolve um maior grau de instrução para os diferentes segmentos da indústria, e estes são resultantes das transformações do tempo.

Foi possível relacionar a Teoria do Capital Humano (TCH) com a Teoria da Segmentação, pois ambas se destacam como reflexões sobre os investimentos em educação, e quanto ao retorno social. Nas análises efetuadas viu-se o perfil educacional e os tipos de vínculos identificando a segmentação do mercado de trabalho e as diferentes remunerações nos municípios variando, conforme o grau de educação.

REFERENCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/> acessado em 30/11/2016.

BARROS, José Márcio; ZIVIANI, Paula. Equipamentos, meios e atividades culturais nos municípios brasileiros: indicadores de diferenças, desigualdades e diversidade cultural. In: CALABRE, Lia (Org) **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2009.

BEM, Judite Sanson de; GIACOMINI, Nelci M. Richter. **Avaliação das áreas homogêneas e dos impactos econômicos da cultura e das indústrias culturais**: estudo do Corede do Vale do rio dos sinos - Consinos no período de 2000 até 2011. Porto Alegre: CNPQ/UNILASALLE, 2012, 91p.(Relatório de Pesquisa – Impresso)

BEM, Judite Sanson; WAISMANN, Moisés. A indústria criativa e vínculos empregatícios no Estado do Rio Grande do Sul comportamento nos anos de 2010 e 2011. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, jan./jul. 2014.

BERTINI, Alfredo. **Economia da cultura**. São Paulo: Ed. Saraiva 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa uma opção de desenvolvimento. Brasília: Secretária da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/>>. Acesso em julho de 2015.

CASARI, Priscila. **Segmentação no mercado de trabalho brasileiro**: diferenças entre o setor agropecuário e os setores não agropecuários, período de 2004 a 2009. 2012. 142 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DEPARTMENT OF CULTURE, MEDIA AND SPORT (DCMS). **Mapping the Creative Industries**. London: DCMS, 1998. Disponível em:
<http://www.culture.gov.uk/creative/creative_industries.html>. Acesso em: 06.02.2016.

Doeringer, Peter B.; PIORE, Michael J. **Internal Labor Markets and Manpower Analysis**. Harvard Univ., Cambridge, 1970.

EDWARDS, Richard C.; GORDON, David M.; REICH, Michael. Dual Labor Markets: A Theory of Labor Market Segmentation. **American Economic Association**, v. 63, n. 1, maio 1973.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN) **Indústria Criativa- Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. 2012. Disponível em:
<http://www.firjan.org.br/economicriativa/download/Analise_completa.pdf>. Acesso: 30



mar. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil**. Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Divisão de Estudos Econômicos, nº 2, maio de 2008.

FLEW, Terry. **Beyond ad hocery: Defining Creative Industries**. The Second International Conference on Cultural Policy Research, Te Papa, Wellington, New Zealand, 23-26 January 2002. Queensland University of Technology. Paper presented to Cultural Sites, Cultural Theory, Cultural Policy. Disponível em: <http://eprints.qut.edu.au/256/1/Flew_beyond.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick) . Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS. FEEDADOS. **Unidades Geográficas**. http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/unidades_geo_rmpa.asp. Acesso em 28.10.2013.

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO (FUNDAP). **Economia Criativa na Cidade de São Paulo: Diagnóstico e Potencialidade**. 2011. Disponível em: <http://novo.fundap.sp.gov.br/arquivos/PDF/Livro_Economia_Criativa_NOVO.pdf> Acesso: 10 de abril de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/default.shtm>>. Acesso em: set. de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros Cultura 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2006/>>. Acesso em: set. de 2014.

LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria de segmentação. **Pesq. Plan. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 1980.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis. (2013). **Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre**. FEE: Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140312112.pdf>>. Acesso em: jun. de 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Maria Cristina Cacciamali de. Mercado de trabalho: abordagens duais. **Rev. adm.**

empres., São Paulo , v. 18, n. 1, p. 59-69, Mar. 1978 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901978000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Mar. 2017.

TOLILA, Paul. **Cultura e Economia**: problemas, hipóteses e pistas. São Paulo: Itaú cultura/Editora Iluminuras, 2007.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Creative Economy. Report 2008**. Geneva; New York: UNCTAD; UNDP, 2008, p. 9-16. Disponível em: http://unctad.org/es/Docs/ditc20082cer_en.pdf. Acesso em: jan. de 2014.

LABOR AND EDUCATION IN THE CREATIVE INDUSTRY: BRIEF CONSIDERATIONS OF THE METROPOLITAN REGION OF PORTO ALEGRE (RMPA) AND SELECTED MUNICIPALITIES

Abstract: *Workers with the same level of schooling but working in different segments do not necessarily have the same remuneration, especially when analyzed in formal markets. The Metropolitan Region of Porto Alegre (RMPA) is made up of 34 municipalities, but not all of them are expressive in the number of companies and jobs in the creative industry. The objective of this study is to verify the relationship between income and schooling. In the first moment, it is concerned with conceptually understanding the articulation between work and education, the Creative Industry chain, and the labor market and its variables, and to problematize the Theory of Segmentation. It is a documentary research that uses statistical methods of procedure for the analysis and interpretation of the data. The analysis will be carried out with data available in the Annual Report of Social Information, produced by the Ministry of Labor and Employment, in a comparative way, for the Metropolitan Region of Porto Alegre and the selected municipalities, between 2006 and 2015. Infere- it was observed that the links with higher schooling have greater income from work*

Keywords: *Labor, Education, Theory of Segmentation, Creative Industry.*

A PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL EM UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: REFLEXÕES A PARTIR DO CONCEITO “PROCESSO DE TRABALHO”

BRANDÃO, Nágela Aparecida¹ – brandaonagela@gmail.com
Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – FaE/UEMG
Rua Paraíba, 29, Funcionários
30330-016 - Belo Horizonte – Minas Gerais - Brasil

***Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre o trabalho em um assentamento de reforma agrária. Para tanto, optou-se por partir do conceito de **processo de trabalho**, como forma de auxiliar e orientar a compreensão das suas formas de concreção. O estudo do assentamento mostrou que o processo de socialização e educação do ser humano fundado no trabalho coletivo e na cooperativa foi uma espécie de laboratório onde novas relações de sociabilidade baseadas na solidariedade e tomada coletiva de decisões puderam ser experimentadas. Porém, as relações sociais capitalistas dominantes impuseram limites de toda ordem para o desenvolvimento da experiência.*

***Palavras-chave:** Processo de trabalho; Reforma agrária; Cooperativa*

1 INTRODUÇÃO

i. Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre o trabalho em um assentamento de reforma agrária². Para tanto, optou-se por partir do conceito de **processo de**

¹ Doutora em Educação pela UFMG, professora do curso de Pedagogia da FaE/UEMG

² Este texto é parte das reflexões realizadas em tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A referida tese teve por objeto as práticas educativas desenvolvidas em um assentamento de reforma agrária em Minas Gerais entendidas enquanto práticas que se desenvolvem na produção e nas relações por ela engendradas. A partir da compreensão do significado concreto e historicamente determinado do trabalho no assentamento, buscou-se esclarecer melhor como se estabelece esta relação. Diante da complexidade do tema e do conjunto de variáveis que deveria ser levado em conta no momento da pesquisa de campo, optou-se por privilegiar as práticas educativas construídas no contexto produtivo, no processo de trabalho. O assentamento pesquisado foi escolhido por ser um dos primeiros criados no estado de Minas Gerais, fruto da primeira ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no ano de 1988 e por ter uma experiência bastante significativa na solução do problema produtivo através da criação de uma cooperativa de produção agropecuária. Os procedimentos técnicos de coleta e análise de dados envolveram o levantamento bibliográfico bem como entrevistas e visitas *in loco* que

trabalho, como forma de auxiliar e orientar a compreensão das suas formas de concreção. Retomando sinteticamente a definição clássica de Marx (1988), o trabalho é a atividade através da qual o homem altera a natureza e ao fazê-lo termina por modificar sua própria natureza. *“o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”* (MARX, 1988, p.142).

O trabalho está inserido em um processo que engloba componentes concretos e abstratos em todas as suas etapas. *“Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”* (MARX, 1988, p.142). O processo de trabalho é o resultado da articulação entre objeto, meios, força e produto do trabalho. O objeto do trabalho é a matéria com que se trabalha. Os meios são os instrumentos utilizados para a transformação da matéria bem como o ambiente onde esta transformação acontece. A força de trabalho é a energia humana utilizada no processo e o produto é o valor de uso criado (objeto produzido para satisfazer as necessidades humanas)³.

Vale destacar que esta distinção entre os elementos que compõem o processo de trabalho tem um caráter analítico e não orgânico, ou seja, estes elementos se entrelaçam e se inserem em relações sociais mais amplas que não serão objeto de análise aprofundada, dado os limites postos ao texto.

Antes de empreender a análise do processo de trabalho no assentamento pesquisado, faremos uma breve caracterização e histórico deste.

2 O ASSENTAMENTO PESQUISADO

O assentamento pesquisado foi um dos primeiros criados no estado de Minas Gerais e fruto da primeira ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no referido estado. O MST em Minas nasceu no Vale do Mucuri, mais precisamente na cidade de Poté, em 1985, com a realização da primeira Assembléia Municipal de Trabalhadores Sem

possibilitaram apreender o objeto de estudo em suas várias dimensões. Foram realizadas observações e entrevistas individuais semi-estruturadas com trabalhadores assentados e técnicos do INCRA-MG bem como a análise de documentos elaborados pelo INCRA-MG – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - e universidades.

³ Em função dos limites de espaço, serão objeto de análise alguns elementos que constituem o processo de trabalho.

Terra e a criação da primeira Coordenação do movimento. Esta articulação e organização se expandiram com a ação dos militantes vinculados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto às comunidades rurais da região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Com o apoio de lideranças da Igreja e Sindicatos Rurais foram formados núcleos de sem terra que mais tarde, em 12 de fevereiro de 1988, realizaram a ocupação da fazenda Aruega, no município de Novo Cruzeiro⁴.

Apesar da repressão imposta aos trabalhadores, Aruega deu lugar ao primeiro assentamento do MST no estado de Minas Gerais. No entanto, a fazenda de 950 ha não comportava as cerca de 350 famílias ali acampadas. Parte das famílias excedentes, após anos de luta em outros acampamentos, depois de várias tentativas frustradas de ocupação e andanças por lugares variados, de processos de despejo e violência, de vivências dolorosas e árduas, fez, no dizer de uma assentada, “a grande marcha”. Em 1993, estas famílias ocuparam uma fazenda na região do Vale do Rio Doce já em processo de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Após a ocupação e a conquista da terra, existem muitos desafios na realização efetiva da reforma agrária e na construção de novos valores na sociedade. O aprendizado desenvolvido na luta e nas experiências do acampamento embasam as escolhas da comunidade, apesar dos limites na concretização destas escolhas que serão explicitados mais adiante. Quando da criação do assentamento e a legitimação da posse da terra em 1996, a experiência no trabalho coletivo ainda no acampamento levou 39 das 82 famílias assentadas optarem pelo não parcelamento dos lotes, ou seja, pelo uso coletivo da terra, créditos e pela produção coletiva. Fizeram cursos sobre cooperativismo e cooperativas, trocaram experiências com grupos que já realizavam trabalho cooperado, e em fins de 1996 criaram a cooperativa de produção, legalizada em fins de 1997.

Um documento produzido pelo INCRA (2005) afirma que o modo de organização social das famílias fez com que o processo de ocupação da área e da construção de sua infra-estrutura se realizasse de maneira bastante diversificada. O assentamento localiza-se a 2 km da sede do município e tem o Rio Doce como um dos seus limites. Compreende uma área de cerca de 2500 ha. Dessa, uma área de cerca de 1000 ha foi destinada ao grupo coletivo das 39 famílias

⁴ Para maiores detalhes deste histórico do processo de construção do MST no estado ver Fernandes (1999).

representadas pela cooperativa e o restante da área foi parcelada e distribuída entre as famílias que exploram os lotes individualmente. Os lotes têm tamanhos médios aproximadamente de 22 ha. Uma terceira área (em torno de 135 ha) situada em terras mais baixas próximas ao rio Doce é explorada coletivamente tanto por trabalhadores do grupo individual quanto do grupo coletivo⁵. Nessa área cada trabalhador individual pode explorar em média 1,8 ha e o restante é explorado pelo grupo coletivo.

Em 2005, um grupo de quatorze famílias resolveu desligar-se da cooperativa gerando instabilidade e desconforto na comunidade. O grupo dos “desistentes”, assim chamados pelos assentados, recebeu seus lotes individuais em 2006. No início da coleta de dados para esta pesquisa, no ano de 2008, as famílias que permaneceram estavam pensando e discutindo sobre os rumos que iriam dar para a cooperativa. Em 2009 decidiram que não poderiam continuar e resolveram terminá-la. Para eles não é um fim definitivo, pois ainda que a cooperativa não mais exista, os frutos por ela gerados permanecem como uma “chama viva”, tanto os bens de produção adquiridos quanto o sentido/sentimento de “coletivo”. É este processo que descreveremos a seguir tendo por eixo o conceito “processo de trabalho”.

3 OBJETO DO TRABALHO

O objeto de trabalho constitui-se tanto dos elementos brutos oferecidos pela natureza (água, madeira, minério, etc.) quanto da matéria-prima, aquela que passou por algum tipo de transformação mediada pelo trabalho. O primeiro objeto é a terra, de onde serão escolhidas as coisas a serem transformadas. Estas coisas que o trabalho “desprende” do seio da terra são “*objetos de trabalho encontrados a partir da natureza*” (MARX, 1988, p.143).

O principal objeto do trabalho com o qual os assentados vão criar suas condições de vida, a terra, encontrava-se no momento da ocupação extremamente desgastada devido ao modelo predatório de extração da madeira e formação de pastagens de modo irregular, utilizadas à

⁵ Esta denominação “grupo individual” e “grupo coletivo” é a empregada pela comunidade para designar o grupo de famílias que optaram pelo uso individual/familiar da terra ou o uso coletivo, respectivamente. Escolhemos manter esta designação neste texto. Assim quando nos referimos ao grupo individual ou dos individuais estamos falando das famílias que escolheram a divisão dos lotes e o trabalho familiar. Grupo coletivo, aos que escolheram não dividir a terra e trabalhar nela coletivamente, por meio da cooperativa. Do mesmo modo, grupo dos desistentes refere-se às quatorze famílias que desistiram do trabalho na cooperativa e solicitaram a divisão dos lotes. Isso não significa que o grupo individual ou o grupo dos desistentes só explorem a terra individualmente. Ao contrário, participam de mutirões, fazem trocas, ajudam nos momentos de plantio e colheita nas terras dos vizinhos, bem como são auxiliados, etc.

exaustão⁶. Uma das primeiras tarefas dos assentados juntamente com a produção de alimentos foi recuperar as áreas degradadas, as nascentes, reflorestar o espaço.

Marx (1988) chama a atenção para o fato de que quando homem e natureza interagem por meio do trabalho, esta última passa por um processo de humanização. Quando algo é retirado da natureza e entra no ciclo do trabalho uma nova dimensão lhe é dada. E estes produtos considerados da Natureza (como animais, plantas e sementes, por exemplo) podem ser produtos do trabalho do ano passado ou até frutos de transformações realizadas continuamente por várias gerações. Pode-se até falar em natureza feita pelo homem. Como bem expressa Altvater (2007, p.333), “*ao aplicar as leis da natureza ao processo de trabalho, o homem transforma a natureza em natureza feita pelo homem, “humanizada”*”. Muito mais que um conjunto de recursos “úteis”, a natureza é uma totalidade complexa de relações homem-natureza.

Além de objeto de trabalho, a terra constitui ainda aquilo que Marx denomina “condições objetivas” para que o processo de trabalho se concretize. Ela fornece ao trabalhador o “lugar para ficar” e constitui-se no “campo de ação” para o desenvolvimento do processo de produção. As terras onde se localiza o assentamento são, segundo relato dos assentados e avaliação dos técnicos governamentais, férteis e próprias para a agricultura. No entanto, o clima quente e seco provoca perdas freqüentes das lavouras, comprometendo a subsistência das famílias, tanto do grupo dos individuais quanto do grupo coletivo.

Marx (1988, p.143) afirma que da mesma forma que a terra é a “despensa original” do trabalhador, ela é seu “arsenal original de meios de trabalho”, oferece a ele os elementos necessários para fabricação dos instrumentos. A terra, ela mesma, é um meio de trabalho, mas para que possa sê-lo na agricultura, precisa de vários outros meios de trabalho. A questão é que nas relações sociais capitalistas, ainda que estes outros meios existam, eles só estão ao alcance dos que podem comprá-los e ainda possam utilizá-los de modo economicamente viável. Em relação ao processo de irrigação implantado no assentamento, embora seja considerado indispensável para viabilizar o plantio de culturas, tornou-se inviável em função da elevação dos custos de produção e perda de competitividade no mercado. Conforme relato abaixo

⁶ Segundo relatório da FAO, a América Latina e Caribe contam com 24% da superfície agrícola mundial, tem um elevado grau de erosão e degradação que, em conjunto com o esgotamento das terras mais férteis e do impacto da revolução verde, tem reduzido consideravelmente as taxas de crescimento dos rendimentos dos cultivos na região.

o primeiro projeto de irrigação que a gente trabalhou aí foi a diesel, mais nós pagava pra produzir do que dava certo o processo nosso de irrigação porque o óleo diesel que você gastava na lavoura de milho ou de feijão, você catava o feijão, ir lá no mercado ficava mais barato. Isso desestimula você produzir (Entrevistado C).

Além da terra, edifícios de trabalho, canais, estradas, etc. fazem parte das condições objetivas de produção. As estradas que dão acesso ao assentamento possuem condições precárias, o que prejudica o possível fornecimento dos bens produzidos para além do município onde o assentamento está inserido. A antiga sede da fazenda é utilizada como escritório da associação. Algumas instalações da antiga fazenda destinadas à criação do gado também foram aproveitadas. Todas as condições objetivas que puderam ser utilizadas foram incorporadas ao novo processo de produção da vida no assentamento. *“O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos”* (MARX, 1988, p.146).

O uso de adubação química é fraco predominando a utilização de restos de culturas (palha de milho, bagaço de cana), cama de galinha e esterco de gado como forma de nutrir a terra, principalmente na horta e nas áreas plantadas de milho e feijão. O manejo alternativo tanto no que se refere ao uso de adubo orgânico quanto ao uso de inseticidas caseiros é freqüente entre os assentados do grupo coletivo. A comunidade tem obtido bons resultados com o emprego das técnicas alternativas.

Esta opção pela diversificação da produção e o uso de técnicas de produção agrícola alternativas está ligada a uma concepção de uso da terra baseada na produção de alimentos para consumo próprio e geração de renda em sistemas cooperados e agroindustriais. O que está em questão aqui são dois modelos de desenvolvimento para o campo, um do agronegócio, baseado na monocultura, na grande propriedade de terra, no uso intensivo de máquinas e agrotóxicos, com o objetivo de eficiência econômica e reprodução do capital e outro da agricultura camponesa e/ ou familiar, baseado na diversificação, na pequena propriedade, máquinas e equipamentos adequados aos investimentos de pequeno porte, conforme assentado explicita abaixo:

a gente acredita e essa filosofia o movimento trabalhou muito com a gente, você tem que produzir alimento. Quando um fala comigo, hoje estou com uma terra parada pra plantar capim, eu falo o capim na nossa região hoje é uma monocultura, a pecuária, aqui não precisa investir mais em pastagem, (...) Tudo que a gente puder trabalhar pra desenvolver a questão do grão aqui na região nós estamos tentando. (...) Claro que tem um fator agravante pra nós no município que é a chegada da

Aracruz. (...) Nós temos quatro áreas de assentamento aqui, ela comprou todas as fazendas em volta dos assentamentos. Nós estamos dentro de uma área hoje cercada pela Aracruz. É um agravante, a gente tem o exemplo na região aqui que é a CENIBRA. Os municípios que ela cercou os pequenos produtor hoje os que não entregou pra ela tudo já vazou tudo. São os municípios que tão empobrecendo cada dia mais, você não precisa ir longe pra ver... (Entrevistado C)

Ainda conforme expresso no final da fala acima, a defesa teórica e prática de um modelo alternativo para agricultura no interior das relações capitalistas de produção não é tarefa fácil. Para Fernandes (2010), se a consolidação do agronegócio e a transgenia foram fatores determinantes no contínuo e profundo processo de modificações que envolvem a questão agrária na segunda metade do século XX, a “estrangeirização” das terras brasileiras é, por certo, o elemento novo na conjuntura da questão agrária no início deste século. É claro que o rompimento de fronteiras não é um fenômeno novo no processo de expansão capitalista, porém, a recente procura por novos territórios para a expansão da agricultura está associada a mudança no padrão energético do combustível fóssil para a agroenergia, ampliando a crise alimentar. Esta mudança na matriz energética tem recebido apoio de vários setores como governo, agronegócio e parte do campesinato, e vem trazendo grandes impactos com o aumento das áreas de produção (principalmente cana de açúcar no Brasil e milho nos EUA) e disputas sobre o uso dos territórios para produção de alimentos e de combustíveis. As pesquisas apontam duas tendências neste processo: uma, de ampliação das áreas de monoculturas do agronegócio em direção às florestas aumentando o desmatamento, e, em muitos locais com o uso do trabalho escravo; outra, de submissão do campesinato a produção dos agrocombustíveis e aos mercados. Para o autor, no entanto, os conflitos recentes da Via Campesina⁷ contra as grandes empresas multinacionais e nacionais (Aracruz, Singenta, Cutrale, etc.) indicam a luta do campesinato (pelo menos parte deste) na defesa de um modelo de produção local de comida e agroecológica contrário ao defendido pelo grande capital, a produção de commodities em grande escala para exportação.

4 MEIOS DE TRABALHO

Ao agir sobre a natureza e transformá-la com intuito de produzir coisas que utilizará em seu

⁷ A Via Campesina é um movimento internacional que congrega organizações de camponeses, pequenos e médios agricultores, povos sem terra, indígenas, imigrantes e trabalhadores agrícolas em 70 países do mundo. Nascida em 1993, defende a agricultura sustentável em pequena escala e faz oposição aos interesses do agronegócio e das multinacionais. Para maiores detalhes ver: <http://www.viacampesina.org>.

proveito, o homem serve-se de meios que são os instrumentos disponíveis e ele próprio, sua força de trabalho, tanto suas capacidades materiais quanto suas capacidades intelectuais. A força de trabalho “*apresenta-se como uma combinação de elementos materiais e de elementos ideais, de conhecimentos do pensamento e de sabedorias que ultrapassam estas últimas que são sabedorias do corpo, saber-fazer*” (ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1986, p.5).

A cooperativa conseguiu, ao longo dos seus anos de existência, investir em instalações e equipamentos conforme as linhas de produção definidas por seus associados. A avicultura, por exemplo, conta com um abatedouro, que, na avaliação do INCRA (2005), apesar de rústico, é bem montado e possui um sistema mecânico para despensar as aves e refrigeradores para conservar a produção. Existem galpões para a criação das galinhas poedeiras e frangos de corte.

A criação de gado conta com currais e estábulos destinados a ordenha e ao manejo do gado. Um projeto de instalação de ordenhadeira mecânica começou a ser desenvolvido, porém paralisado com o fim da cooperativa. Existem tanques para a criação de peixes, uma pequena pocilga para criação de suínos e um apiário.

A produção de farinha era feita em uma casa de farinha com processo de torrefação manual; novas instalações foram construídas e, atualmente, o processo de torrefação é mecânico. A produção da cachaça é feita em um alambique bem equipado. A horta era irrigada por aspersão e com uso de mangueira. A captação de água era feita em um pequeno manancial utilizando uma bomba acionada por motor a diesel; atualmente o processo é manual com uso de regadores. A água é captada de manancial, conduzida por uma adutora de PVC e armazenada em tambores. A expansão da área da horta está limitada pela pequena disponibilidade de água.

A cooperativa possui ainda trator, caminhão, moto, motores e engenho. O uso de trator e implementos permite ao grupo o preparo e manejo das áreas com o preparo da terra, plantio e capina mecânica.

4.1 Relação técnica - saberes

A relação técnica estabelecida entre trabalhador e o objeto a ser transformado foi construindo-se ao longo do processo de ocupação da terra e posterior concretização do assentamento. A maior parte das famílias assentadas veio de uma região, o Vale do Mucuri e Jequitinhonha,

com características diferentes das presentes no Vale do Rio Doce, principalmente no que se refere ao clima. Na região de origem as chuvas são mais bem distribuídas, embora seja também uma região seca, e prevalece a cultura do café, apesar das famílias terem tido experiência com o plantio de milho, feijão e arroz.

Os conhecimentos acerca do momento de plantio e o melhor local para desenvolver as atividades produtivas tiveram que ser reconstruídos em função do novo ambiente. Este não foi um aprendizado fácil, pois os agricultores tendem a desenvolver suas atividades utilizando os mesmos critérios e formas de uso das áreas de origem. Conforme relato de vários assentados, foram muitas as lavouras perdidas ou pela seca ou pela enchente ou por escolhas consideradas equivocadas no que diz respeito ao desenvolvimento dos empreendimentos.

Ainda que o trabalho de cultivo seja, por muitos, considerado simples, *“o campo não tem segredo: jogou a semente na terra, cuidou direitinho, dá os frutos, mesmo que nós tenha uma região aqui meio impiedosa, mas jogou fruto na terra (...)”* (Entrevistado C), a aquisição e construção de conhecimentos sobre solo, topografia, relevo, vegetação, clima, são essenciais para realização das atividades agrícolas, seleção adequada de espécies a serem cultivadas, período de plantio, tempo de colheita, etc. Estes conhecimentos contribuem tanto para o desenvolvimento econômico ao aperfeiçoar o uso das áreas específicas quanto para a sustentabilidade do assentamento.

Para os assentados entrevistados, os conhecimentos produzidos nas suas regiões de origem foram geralmente aprendidos com os pais, na prática cotidiana das tarefas, desde a infância e são considerados fundamentais para o desenvolvimento das suas atividades no novo local. Além do aprendizado com os pais, os assentados informam que aprenderam as tarefas com as quais não tinham experiência ainda vendo os colegas as desenvolverem no local de trabalho. Os cursos nas mais variadas áreas também foram espaços de construção do conhecimento técnico acerca das linhas de produção da cooperativa e eram bastante frequentes. Dentre os cursos citados, destacam-se o de fabricação da cachaça, produção de mel, homeopatia, nutrição, horticultura, agroecologia, associativismo e cooperativismo. Os cursos com conteúdos mais específicos eram dirigidos às pessoas que trabalhavam nas respectivas áreas, embora fossem abertos a todos. Os de conteúdo mais gerais eram direcionados a toda comunidade. Observa-se ainda que, nos momentos em que determinado setor de produção estivesse sobrecarregado, assentados de outros setores eram deslocados para ajudar no

trabalho o que promovia a formação dos assentados nas várias linhas de produção.

A realização de cursos de conteúdo técnico e a assistência técnica propriamente dita colocam o problema da relação estabelecida entre o saber prático fruto da experiência do trabalhador diante das situações concretas do trabalho e o saber tecnológico, resultado das pesquisas científicas que buscam responder às necessidades da realidade complexa e contraditória da sociedade e não a situações específicas de trabalho. No assentamento esta relação apareceu de dois modos: para alguns, o saber tecnológico é desnecessário no desenvolvimento do seu trabalho, para outros, ele deve ser valorizado e aliado do saber prático em prol da melhoria de vida no campo.

Em algumas entrevistas há uma desvalorização do saber tecnológico, visto como algo que não acrescenta nada ao saber já construído na prática (*“isso eu já sabia”*) ou como algo que não faz sentido, pois *“desde pequena eu fiz desse jeito e deu certo”*. Conforme aponta Kuenzer (1986), o saber prático construído por meio das experiências vividas na luta pelas condições de existência possibilita ao trabalhador elaborar uma série de explicações para suas atividades e, ao mesmo tempo, executá-las de um jeito próprio, só seu.

o que eles ensinaram sobre as sementes é a mesma coisa, como guardar, como colher e isso eu sabia, sempre a minha mãe e essas pessoas mais antigas sabiam. Minha mãe sempre ensinava que as sementes eram guardadas num local, que colocava numa vasilha com tampa que o ar não podia entrar. (Entrevistado D)

Além disso, a realidade agrária possui uma diversidade e complexidade de situações de produção devido às diferenças entre agros-ecossistemas que dificultam a compreensão da mesma. A generalização de conhecimentos obtidos a partir da análise de casos restritos pode levar a graves problemas nas diversas situações de trabalho e de interpretação da realidade, conforme se pode evidenciar no relato abaixo.

Porque sempre eles ensina assim, quando a gente aprende de um jeito, às vezes quando a pessoa dá um curso ensina diferente, a gente pensa assim, eu desde pequena eu fiz desse jeito e deu certo. Acho que é por a gente ter aprendido de uma maneira diferente, a gente acha que não ajuda. Mas neste curso eles ensinaram a época de plantio, se era verão, inverno, qual a semente que era usada, só que aqui pra nós não tem verão, inverno, é tudo verão, quase não existe inverno. Aqueles conhecimentos não dá pra usar aqui. (Entrevistado D)

Essa desvalorização do saber tecnológico acontece, muitas vezes, em função do não reconhecimento por parte dos técnicos dos saberes acumulados na experiência do trabalho. Conforme observa a entrevistada acima, o que foi ensinado no curso não serve para a realidade na qual está inserida: o plantio de determinadas sementes em função das estações do

ano bem definidas não funciona no assentamento onde “*quase não existe inverno*”. Isso mostra que o conhecimento refinado do ambiente e espaço é fundamental na construção das estratégias para uso e cultivo do solo. Este conhecimento precisa levar em conta a prática. Não se trata, como bem ressalta Damasceno (1993, p.71), de desqualificar um saber em detrimento do outro, mas de “*chamar a atenção para a necessidade de uma efetiva articulação entre o saber social e o saber científico como caminho para fazer avançar a prática produtiva e política do campesinato*”. Esta é também a avaliação de um dos entrevistados, conforme se pode observar abaixo

Porque eu acho que na verdade, nós estamos aí falando do campo das disputas, aí sem dúvida um buscando prevalecer sobre o outro. Acredito que se ambos se valorizassem, e por exemplo, o saber técnico buscasse conhecer este saber tradicional, valorizar mais ele, partir dele para aperfeiçoar, eu acredito que é legal e é possível avançar. Agora do contrário, o camponês tem muita resistência a mudança, principalmente a resistência a mudança vem disso, da gente pouco valorizar as experiências que ele traz. Isso me fez lembrar quando a EMATER, que antigamente tinha outro nome que me fugiu agora, começaram a trabalhar com as comunidades rurais, eu lembro, eu ia as reuniões com meu pai, ou meu pai contava, a principal resistência que os agricultores tinham às novidades tecnológicas que eles traziam era exatamente porque em momento algum eles partiam daquele saber que o agricultor tinha⁸ (Entrevistado J).

Ainda segundo o entrevistado acima, o não reconhecimento do valor dos saberes práticos está ligado aos projetos em disputa para a agricultura na sociedade brasileira. Naquele momento o compromisso era vender o chamado “pacotão agrícola”, introduzir as técnicas da revolução verde, principalmente no que se refere ao uso de insumos químicos (herbicidas, fungicidas, agrotóxicos), uso de máquinas e monocultura.

4.2 Formas de organização e gestão do trabalho

Ao longo do processo de construção do assentamento, a questão da criação de formas alternativas de produção, organização e gestão do trabalho, dentre elas a cooperativa, foram colocadas pelas lideranças do movimento às famílias acampadas desde o início da ocupação. Começaram produzindo coletivamente, até como forma de garantir a posse da área, mas na medida em que o processo de legitimação do assentamento era encaminhado e o número de

⁸ Segundo Menezes Neto (2003), desde o final da segunda Guerra mundial e de modo mais intenso, a partir dos anos sessenta, os governos brasileiros investiram, com o apoio de agências internacionais, na Extensão Rural. Este projeto educativo mobilizava técnicos (agrônomos, assistentes sociais, educadores) e os deslocavam para o campo com o objetivo de educar as famílias no uso das novas técnicas de plantio e gestão do lar. Por meio, primeiramente da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), em 1948, depois da ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) em 1956 que, no ano seguinte, deu origem a EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) foi possível levar ao campo um projeto educativo condizente com os interesses do grande capital uma vez que “*propunha que os trabalhadores do campo abandonassem métodos “arcaicos” e passassem a adotar alternativas modernizantes*” (p. 28).

famílias que poderiam ficar na área definido, a comunidade decidiu pela constituição de dois grupos: um de produção familiar individual, composto por 42 famílias e outro de produção coletiva, composto por 39 famílias. A unidade de produção coletiva decidiu que terra, trabalho e crédito seriam utilizados coletivamente e, em 1997, formalizaram a cooperativa agropecuária de produção.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - compreende a cooperação agrícola como toda forma de organização coletiva da produção, seja na comercialização, na prestação de serviço e na agroindústria com o objetivo criar condições mais favoráveis de vida nos assentamentos, mas também de formação dos trabalhadores tendo em vista o fortalecimento de suas lutas, a transformação da sociedade e o “controle absoluto dos meios de produção” (MST, 1991, p.146).

Para o Movimento, o cooperativismo se desenvolve em etapas começando pela mais simples, os núcleos de produção (terra, lotes, meios de produção, planejamento são individuais), passando pela Associação (trabalho e terra de uso individual, meios de produção e moradias mistas), pelo Grupo Semi Coletivo (parte da terra e dos meios de produção são coletivos, parte individual; predomina a moradia na agrovila), pelo Grupo Coletivo (terra, meios de produção, planejamento e trabalho coletivos), até chegar a formas mais complexas que são a Cooperativa de Prestação de Serviços (serve para comercializar, prestar assistência técnica, viabilizar serviços com máquinas, organizar e beneficiar a produção, oferecer cursos de capacitação técnica e formação política) e a Cooperativa de Produção Agropecuária (é uma empresa em que terra, trabalho, gestão e produção são coletivas; planejamento é centralizado e os meios de produção estão sob controle da cooperativa; cabe a ela ter um plano de desenvolvimento e liberar quadros para o Movimento). (SISTEMA, 1998 apud MENEZES NETO, 2003, p.87).

A história de constituição da cooperativa no assentamento passou por etapas que se aproximam das identificadas pelo MST, particularmente pela de formação do Grupo Coletivo e de criação da Cooperativa de Produção Agropecuária. A escolha pela produção individual ou coletiva foi sendo feita ao longo do exercício no trabalho coletivo, da realização de cursos, assembléias e seminários, onde o tema era debatido. No entanto, um momento crucial e que permeia o relato de todos os entrevistados quando indagados sobre os motivos da escolha ou não pela cooperativa foi o da realização de uma oficina de formação ocorrida entre os dias

primeiro de novembro e dez de dezembro de 1996, conhecida como laboratório. Esta combinava um período de discussão teórica e outro período de trabalho prático sobre os princípios de cooperação do MST, a história do cooperativismo no Brasil e o modo de organizar uma cooperativa de produção agropecuária. No final dos quarenta dias de estudo a cooperativa foi constituída e no final de 1997 foi registrada formalmente.

O método do Laboratório Organizacional adotado para implantação das cooperativas do Movimento é criticado atualmente por ser considerado rígido na sua aplicação e estanque, não considera o processo e o ritmo da comunidade, já que após quarenta dias de reunião tem que sair a cooperativa. (maiores detalhes ver Menezes Neto, 2003, p.81 e 121-122) Esta também é a avaliação de grande parte dos entrevistados. Para eles quarenta dias de formação foram muito pouco para consolidar os valores do cooperativismo. Embora a experiência no trabalho coletivo seja formadora, o espaço para a reflexão sobre o significado do cooperativismo praticamente ficou restrito a este momento do Laboratório.

Para Damasceno (1993), o entendimento que parte dos camponeses tem sobre o trabalho individual (familiar) e o coletivo pode ser considerado como um dos mais polêmicos por escamotear a visão que o camponês tem da propriedade da terra. Citando Martins (1980), ela lembra que essa postura advém das condições objetivas de vida do pequeno produtor marcadas pelo isolamento e controle individual do processo de trabalho⁹, isolamento este rompido somente quando o produto do seu trabalho atinge o mercado. Além disso, Damasceno ressalta que as classes dominantes reforçam esta atitude com o trabalho ideológico em torno da negação da coletivização e da afirmação dos valores individualistas. No assentamento, por exemplo, as famílias que escolheram trabalhar individualmente o fizeram por não conseguirem se adaptar ao trabalho coletivo, por acharem que ele não atendia às necessidades específicas da sua família e, principalmente, por julgarem necessário ter maior autonomia na definição do ritmo e forma de trabalho.

Por outro lado, as políticas desenvolvidas pelo Estado tendem a reforçar este comportamento. Os serviços de extensão e assistência técnica são forjados para apoiar trabalhadores

⁹ Vale lembrar que “o pequeno produtor familiar não é o dono do produto do seu trabalho, pois este é apropriado pelo capital, é fácil depreender que a percepção de que a propriedade da terra garante o controle do processo de trabalho por parte do camponês é uma representação da existência do camponês que é necessariamente aparente. Trata-se evidentemente de uma forma ideológica de mascaramento da própria realidade. Esse fato caracteriza uma fragmentação da consciência, a incapacidade de estes apreenderem sua realidade como uma totalidade” (DAMASCENO, 1993, p.66).

individuais. Os créditos também são concedidos aos beneficiários individualmente (DAMASCENO, 1993).

De todo modo, a experiência do trabalho na cooperativa foi considerada um espaço importante na formação dos trabalhadores, ainda que não tenha conseguido romper completamente com a atitude de isolamento e individualismo considerados típicos do modo de pensar do pequeno produtor “tradicional”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo refletir sobre o trabalho em um assentamento de reforma agrária de Minas Gerais a partir do conceito processo de trabalho. Ainda que este conceito, a relação direta do homem com a natureza, por si só não seja capaz de explicitar as relações sociais mais complexas, as determinações comuns que valem para a produção em geral são importantes para que não se esqueça da relação essencial entre sujeito (humanidade) e objeto (natureza) (MARX, 1978).

Ao olharmos para objeto, a terra em especial, os meios e os produtos do trabalho no assentamento pesquisado, pode-se perceber os inúmeros desafios postos para a efetivação do direito a terra e da política de reforma agrária, que não puderam ser tratados com profundidade dado os limites postos ao próprio texto.

O estudo do assentamento mostrou que o processo de socialização e educação do ser humano fundado no trabalho coletivo e na cooperativa foi uma espécie de laboratório onde novas relações de sociabilidade baseadas na solidariedade e tomada coletiva de decisões puderam ser experimentadas. Porém, as relações sociais capitalistas dominantes impuseram limites de toda ordem para o desenvolvimento da experiência.

Agradecimentos: Aos trabalhadores do Assentamento agradecemos a disposição em participar e ajudar com seus depoimentos. À CAPES e FAPEMIG, pela concessão de bolsas.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). **A teoria marxista hoje**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (orgs.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993, p. 53-74.

Enciclopédia EINAUDI. Modo de produção / desenvolvimento / subdesenvolvimento. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1986, v 7.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. 318 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011, p. 76-83. Disponível em <<http://www.cptnacional.org.br>>. Acesso em 11 de junho. 2011

FREITAS, Helder Ribeiro. **Distinção de ambientes e parcelamento de assentamentos rurais: uma abordagem metodológica**. 2004. 163p. Dissertação. (mestrado em Solos e nutrição de plantas) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Diagnóstico sócio ambiental e projeto final de assentamento**. Belo Horizonte: INCRA - MG, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, (Os Economistas).

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. **Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA- MST. “A experiência do MST na cooperação agrícola”. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 132-176.

LA PRODUCCIÓN DE LA VIDA MATERIAL EN UN ASENTAMIENTO DE REFORMA AGRARIA EN MINAS GENERALES: REFLEXIONES A PARTIR DEL CONCEPTO "PROCEDIMIENTO DE TRABAJO"

Resumen: *Este artículo tiene como objetivo presentar algunas reflexiones sobre el trabajo en un asentamiento de reforma agraria . Para ello , se optó desde el concepto del proceso de trabajo como una forma de ayudar y guiar a la comprensión de sus formas de concreción . El estudio mostró que el proceso de anidación de la socialización y la educación de los seres humanos sobre la base de un trabajo colectivo y cooperativo fue una especie de laboratorio donde podrían ser experimentados nuevas relaciones personales basadas en la solidaridad y en la toma de decisiones colectivas . Sin embargo , las relaciones sociales capitalistas dominantes de todo tipo impuestas límites para el desarrollo de la experiencia .*

Palabras clave : *Proceso de trabajo ; La reforma agraria ; cooperativa*

THE PRODUCTION OF MATERIAL LIFE IN A SETTLEMENT OF AGRARIAN REFORM IN MINAS GERAIS: REFLECTIONS FROM THE CONCEPT "PROCESS OF WORK"

Abstract: *This paper aims to present some thoughts on the work in a settlement of agrarian reform. To this end, we opted for the concept of worker process as a way to assist and guide the understanding of their forms of concretion. The study of the settlement showed that the process of socialization and education of human being founded on collective work and in the cooperative was a kind of laboratory where new sociability relations based on solidarity and collective decision making might be experienced. However, the dominant capitalist social relations imposed limits of every order to the development of experience.*

Keywords: *Worker process; Agrarian Reform; Cooperative*

TRABALHO DA MULHER: BREVES REFLEXÕES SOBRE AS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Amanda do Carmo Amorim Nadú¹- amandassocial2014@gmail.com
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Faculdade de Educação (FAE)
Rua. Paraíba, 29 - Santa Efigênia, Belo Horizonte –30130-140- Minas Gerais, MG- Brasil.

Ana Cláudia Ferreira Godinho² – anaclaudia.godinho@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação.
Av. Paulo Gama, s/n. Centro Histórico - 30130140 - Porto Alegre, RS – Brasil.

***Resumo:** Esse texto busca descrever de forma sucinta, sobre o trabalho da mulher, dando ênfase às beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), com o objetivo de apontar sob quais circunstâncias surge a proposta investigativa em nível de mestrado, a qual propõe – se realizar.*

***Palavras-chave:** Mulher. Trabalho. Programa Bolsa Família.*

1. INTRODUÇÃO

Os debates sobre a condição das mulheres têm sido bastante difundidos, especialmente nas últimas décadas. O reconhecimento de diversos direitos nas diferentes áreas, juntamente com a criação de políticas públicas e instituições destinadas às mulheres, contribuíram para a inauguração desse novo cenário, no qual as questões relativas às mulheres ganham maior visibilidade. Para além de se compreender as condições de vida das mulheres, é necessário, também, transformá-las, buscando romper com relações sociais baseadas na “naturalização” das desigualdades fundadas nas diferenças entre os sexos. Nessa perspectiva, um dos campos, dos quais a desigualdade se apresenta de forma muito expressiva é o trabalho.

¹ Assistente Social. Mestranda em Educação e Formação Humana do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação PPGE/FAE/UEMG

² Professora Pós-Doutoranda em Educação.

A história nos mostra que, inicialmente, independente da classe social, as mulheres encontraram inúmeros obstáculos para participarem do mundo do trabalho, dentre eles o próprio fato de ser mulher. Gradativamente esse cenário foi se alterando, especialmente a partir de uma maior participação das mulheres nos processos de escolarização. Contudo, todo esse processo se fundamenta em torno das desigualdades construídas entre mulheres e homens. Concomitantemente, para as mulheres em condições de vulnerabilidade social, essa dinâmica continua sendo permeada por diversas barreiras.

Nesse sentido, discutiremos de forma breve sobre o trabalho da mulher, dando ênfase às beneficiárias do Programa Bolsa Família. Buscando explicitar na literatura a justificativa para a pesquisa de mestrado³ proposta. Por fim, apontaremos de forma sucinta sobre a pesquisa propriamente dita.

2. QUADRO TEÓRICO

2.1 O trabalho das mulheres

O trabalho ocupa uma posição central na vida dos seres humanos. Entretanto, para a maioria das mulheres brasileiras, o direito ao trabalho ainda não é uma realidade. O próprio fato de existirem estudos e pesquisas dedicados ao direito ao trabalho das mulheres, já diz sobre a posição desigual, a qual às mulheres ocuparam, e ainda ocupam, não somente no que concerne ao trabalho, mas especialmente do que diz respeito à vida pública. Historicamente, as mulheres foram subjugadas e colocadas à margem do mundo dos direitos, como apontam Rego e Pinzani “no caso das mulheres, o destino estava traçado havia muito tempo: seriam escravas domésticas, emudecidas no interior dos ambientes privados de trabalho” (REGO E PIZANI, 2014, p. 15).

O acesso das mulheres no trabalho produtivo⁴ o qual começa a ganhar mais força a partir do desenvolvimento industrial no Brasil na década de 1920, aufere maior veemência com o

³ “Trajetórias escolares e de trabalho de beneficiárias do Programa Bolsa Família”, a qual se encontra na sua fase inicial de recolha de dados.

⁴ O trabalho produtivo é essencialmente a produção de mais valia (...) o trabalhador não produz para si, mas para o capital (...) compreende uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também em uma relação de produção especificamente social de origem histórica que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia. (MARX apud GRANEMANN, 2009, p.236).

movimento feminista na década de 1970, e maior legitimidade na década de 1980. Nesses períodos, ocorre uma rápida transição demográfica e significativas transformações econômicas, educacionais e sociais. O desenvolvimento da urbanização, alinhado ao progresso do ramo terciário, viabilizou a inclusão produtiva de muitas mulheres. Paralelamente, a diminuição da fecundidade, as transformações no âmbito da família e uma maior escolarização das mulheres, permitiu que essas ofertassem sua força de trabalho. (ALVES; CORRÊA, 2009).

Todas essas transformações ocorrem no âmbito de uma sociedade predominantemente patriarcal, na qual cabe às mulheres a total responsabilidade com as tarefas domésticas e com os filhos. Sobre esse ponto, Bruschini (2008) argumenta que, embora diversos acontecimentos tenham motivado o acesso das mulheres no mercado de trabalho, esse fenômeno tem relação direta com a posição que essa mulher ocupa no âmbito familiar e as necessidades, possibilidades e oportunidades vivenciadas por elas. Adicionalmente, especificamente sobre as mulheres em condição de vulnerabilidade social, Sarti (2011), ressalta que é histórico o fato de que essas sempre trabalharam de forma remunerada, mas esse trabalho sempre reporta seus lugares no âmbito familiar, se configurando apenas mais umas das obrigações das quais estas devem cumprir.

A literatura recente evidencia que, vários estudiosos vêm se dedicando a compor um panorama da perspectiva histórica das mulheres em relação a temas que até então não eram tão difundidos e abordados. Sobre o trabalho feminino, Fonseca (2013) descreve que, um olhar direcionado ao passado nos mostra que o trabalho executado pela mulher, ainda que representasse o principal sustento da casa, permanecia sendo compreendido como um suplemento à renda masculina. Entretanto, mesmo com a conquista da igualdade formal do trabalho das mulheres, garantida por meio de leis, essa realidade ainda perpetua-se na vida de milhares de mulheres brasileiras.

O maior acesso das mulheres ao trabalho não contemplou a toda e qualquer mulher. Também, não foi favorável à diminuição das desigualdades de gênero. Nesse sentido, dizer sobre direito ao trabalho da mulher implica em refletir a respeito do mercado de trabalho para elas. A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), referente ao terceiro trimestre de 2017, mostra que a desigualdade entre homens e mulheres persiste no Brasil. As mulheres representam 52,3% das pessoas em idade de trabalhar, frente a 47,7% dos homens. Entretanto,

em relação ao percentual de pessoas em idade de trabalhar ocupadas, há uma grande vantagem dos números referente aos homens. Estes perfazem 56,5% das pessoas economicamente ativas e ocupadas frente a 43,5% das mulheres. Todas as regiões brasileiras há a predominância masculina, com destaque para a região Norte, onde 60,3 % das pessoas em idade de trabalhar e ocupadas são homens.

Com relação ao nível de ocupação, de pessoas com 14 anos ou mais, a referida pesquisa mostra que 64,1% dos homens se encontram empregados, frente a 45,0% das mulheres. Em relação à população desocupada, as mulheres levam vantagem sobre os homens. No terceiro trimestre de 2017, elas representavam 50,7% dessa população, frente a 49,3% dos homens. No que diz respeito à taxa de desocupação, o percentual nacional é de 12,4%, sendo que a taxa masculina foi estimada em 11,0% e a feminina em 14,0%, ou seja, acima da média nacional. Ademais, sobre a população fora da força de trabalho, ou seja, aquelas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência da pesquisa, a grande maioria das pessoas fora da força de trabalho era de mulheres, 65,1%, frente a 34,9% dos homens.

Lavinas e colaboradores (2016), e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Síntese dos Indicadores Sociais do ano de 2015, mostram que, as mulheres seguem recebendo menos que os homens, com rendimento médio em atividades formais de 1763,00 reais, frente a 2293,00 dos homens. Em relação aos rendimentos informais, a média feminina é de 887,00 reais, frente a 1361,00 dos homens.

O fato do acesso à participação na vida pública terem sido por séculos um privilégio destinado aos homens, perpetuou-se para as mulheres uma restrita ou inexistente entrada no campo dos direitos. O trabalho de Rego e Pizani traz a tona essa discussão, e aponta sobre a necessidade de lembrar que, “as mulheres de todos os países chegaram ao mundo dos direitos muito tardiamente” (REGO E PIZANI, 2014, p. 51). Nessa direção, para um considerável número de mulheres, as quais tiveram seus direitos negados durante anos, especialmente as que se encontram em condições de vulnerabilidade social, como por exemplo, as beneficiárias do PBF, o acesso ao trabalho pode constitui-se um desafio, mesmo quando um novo cenário mais igualitário parece ser acessível a todas.

2. 2 Programa Bolsa Família

Conforme descrito pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2015), as políticas públicas de proteção social têm como principal finalidade garantir a efetivação dos direitos sociais⁵. Nessa perspectiva, o PBF foi criado em 2003 pelo governo federal, com a proposta fundamental de enfrentamento à fome e a pobreza, através de transferência de renda direta (primeiro eixo), sendo um Programa de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), o qual exige uma contrapartida dos beneficiários, condicionalidades na área da saúde e da educação, (segundo eixo). Tendo ainda um terceiro eixo, as ações complementares, as quais objetivam o desenvolvimento de capacidades das famílias e a superação de sua situação de vulnerabilidade e pobreza. Podendo ser, também, ações destinadas às situações, nas quais os adultos apresentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

No caso dos adultos, uma das ações complementares do Programa se efetiva, por meio da intersetorialidade, como por exemplo, via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o qual é uma das ações que integram o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica via programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, a ação é efetuada por meio de parceria entre o MEC e o MDS, na qual assegura a oferta gratuita de cursos de qualificação profissional do Pronatec, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no Cadastro Único, com prioridade para os beneficiários do PBF e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). (MDS, 2015)

Até o mês de dezembro de 2017, mais de 13,8 milhões de famílias em todo território nacional foram beneficiadas através do PBF. A renda familiar para concessão do benefício é limitada a R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por pessoa, e conforme o número e idade dos filhos. O PBF conta com o Cadastro Único (CADUNICO) para Programas Sociais, e a gestão do Programa é descentralizada e compartilhada pela União, estados, Distrito Federal e municípios. (SAGI, 2017)

No âmbito do Programa as mulheres ocupam um lugar central e de referência. Conforme apontam Abreu e colaboradores (2016), tal estratégia da política social está apoiada no

⁵ Descritos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais, o direito a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Dessa forma, o Estado deve assegurar, através de ações e políticas públicas, que as famílias em condições de vulnerabilidade social tenham esses direitos garantidos.

argumento de que as mulheres seriam mais prudentes e sensatas no que concerne a aplicabilidade do benefício concedido via Programa. Destacam que o PBF repercute sobremaneira na vida das mulheres, compreendidas nesse contexto como responsáveis pela família, sendo atribuída a elas, a titularidade do benefício, mesmo quando o cônjuge do sexo masculino esteja presente.

Nessa perspectiva, é possível argumentar que o PBF apresenta um potencial para contribuir com o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos de direito, pensando no sentido da representação do Programa na construção de identidades e projetos de vida mais positivos para elas, como mulheres pobres, colaborando também, para que essas mulheres tenham acesso ao direito ao trabalho, foco principal dessa discussão.

2.3 As mulheres no contexto do Programa Bolsa Família

As beneficiárias do PBF são mulheres cujas circunstâncias reais são assinaladas por assimetrias, tanto na vida privada, quanto na pública. Conforme apontam Abreu e colaboradores (2016), 93% dos benefícios concedidos estão em nome de mulheres. Entretanto, mesmo diante de um número bastante expressivo de mulheres titulares, os estudos acadêmicos sobre o Programa são predominantemente realizados na perspectiva da saúde, como por exemplos, (SCHMIDT *et al.*, 2017; SPERANDIO *et al.*, 2016), e perspectiva econômica (CAMPARA; VIEIRA, 2016; CECHIN *et al.*, 2015; CAMARGO; PAZELLO, 2014), com pouco debate sobre as mulheres beneficiárias. Sendo ainda mais ínfimos os que associam o trabalho dessas mulheres.

Falquet (2016), por exemplo, aponta para a necessidade de se considerar as mulheres não privilegiadas pela sua posição de “raça” e de “classe”, as quais compõem a maior parte das mesmas e também a parte mais atingida pela globalização. Essas mulheres, em sua maioria, oferecem no mercado tarefas similares às aquelas realizadas no âmbito doméstico, recebe pouco pelo trabalho prestado, e não se desvinculam da instituição familiar conjugal. No bojo dessas mulheres menos favorecidas, encontram-se as beneficiárias do PBF, as quais são submetidas a diversos tipos de dominação.

Por serem as mulheres as figuras proeminentes no contexto do programa, o trabalho de Rego e Pinzani (2014)⁶, procurou descrever a respeito dos efeitos políticos e morais do PBF sobre os beneficiados, a partir de entrevistas majoritariamente realizadas com as mulheres beneficiárias, e apontaram em suas considerações finais que, a ausência de uma renda regular e do acesso à educação são obstáculos importantes em direção da conquista de uma mobilidade social desses sujeitos. Argumentam que, o fato de serem as responsáveis por receber o valor monetário, não eximiu essas mulheres de serem pobres, mas possibilitou garantir a alimentação da própria família, impactando também no psicológico dessas mulheres.

Os autores descrevem que a partir do recebimento do benefício, pequenas fendas em direção a uma maior autonomia foram abertas para essas mulheres, mas essas ainda estão bem longe de suplantar a vida de submissão vivida por aquelas. Nessa direção, enfatizam que, “seria um erro pensar que o BF se limita a garantir a sobrevivência material de famílias destituídas e extremamente pobres (embora isso constitua obviamente um dos seus principais méritos)”. (REGO; PINZANI, 2014, p.12). Apontando para a necessidade de dispor atenção, também, para outras questões que permeiam à vida dos beneficiários.

No tocante ao trabalho, as poucas pesquisas realizadas sobre essa temática no âmbito do Programa em relação às mulheres beneficiárias (PASSOS; WALTENBERG, 2016; NADÚ; SIMÃO, 2016; REGO; PINZANI, 2014; LAVINAS *et al.*, 2012), convergem para o fato de o trabalho ser sempre reportado pelas beneficiárias como condição para uma possível emancipação e conquista de uma maior autonomia, sinalizando para a necessidade de uma maior reflexão no que diz respeito às condições concretas possíveis às beneficiárias para que o direito ao trabalho seja uma realidade na vida dessas mulheres.

3. DESENHO DA PESQUISA

⁶ Durante cinco anos, os autores realizaram entrevistas com 150 beneficiárias do BF nas regiões mais desassistidas do Estado Brasileiro (Sertão Nordestino (Alagoas), zona litorânea de Alagoas, Vale do Jequitinhonha (MG), periferia da cidade de Recife, interior do Piauí, interior do Maranhão e periferia de São Luís (MA)), visando identificar as dimensões de ambiguidade, e às vezes, até de paradoxo contidas nas experiências das mulheres entrevistadas enquanto pessoas que se tornaram portadoras de certa renda monetária.

Diante do exposto, acreditamos que, aprofundar as pesquisas sobre o trabalho das beneficiárias do PBF, no sentido de contribuir para o debate que já vem sendo realizado, especialmente no tocante aos estudos feministas e de gênero, no contexto do Programa nos parece de extrema relevância. Nessa direção, a partir de uma dissertação de mestrado, pretende-se analisar as trajetórias de trabalho de beneficiárias, no município de Ribeirão das Neves, MG, sob a hipótese de que, apesar da participação no Programa de transferência de renda, o qual apresenta um potencial para que essas mulheres possam retomar ou iniciar suas trajetórias de trabalho, uma vez que, a sobrevivência imediata é garantida pelo benefício, as vidas das beneficiárias parecem permanecer vinculadas ao domínio privado do lar.

A proposta de pesquisa parte das contribuições de Daniele Kergoat (2010) enfatizando a necessidade de se considerar o aspecto concreto das relações sociais, indo na contramão da ideia, na qual as relações de classe estão associadas exclusivamente ao domínio econômico, ou que as relações patriarcais se inscrevem unicamente na dimensão ideológica. São instâncias que se associam entre si, atravessando todos os aspectos de uma sociedade, e se manifesta, também, nos diferentes campos, tais como, o econômico, cultural, político, entre outros.

A pesquisa de abordagem qualitativa com mulheres beneficiárias do Programa pretende subsidiar uma análise do PBF como uma experiência que tem potencial para promover o resgate de direitos humanos das mulheres dentre os quais se destaca o direito ao trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os breves apontamentos a respeito do trabalho da mulher e das beneficiárias do PBF sinalizam que muito ainda precisa ser estudado no âmbito dessa temática. Especialmente, frente ao significativo hiato nas discussões concernentes ao trabalho das beneficiárias, e considerando que as mulheres estão no cerne do Programa. O desenvolvimento de pesquisas sobre o PBF, que introduzem essas questões a luz da perspectiva de gênero são fundamentais para ampliar o conhecimento de aspectos que precisam ser ajustados ou transformados, no âmbito do referido Programa, considerando que se trata de uma política que busca para além da redução da pobreza, a inclusão social dos indivíduos, os quais são majoritariamente mulheres.

Espera-se que os dados gerados a partir do estudo proposto possam contribuir para preencher uma lacuna na produção acadêmica em relação ao trabalho das mulheres do PBF. Esse parece ser um caminho profícuo para contemplar sobre as relações dessa prática social na conjuntura do Programa.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, José E.D.; CORRÊA, Sônia. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. *In*: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP (org). **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. São Paulo: ABEP/UNFPA, 2009, p. 140-150.

ABREU, Alice Rangel de Paiva et al. Presença Feminina em ciência e tecnologia no Brasil. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.149-160.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Manual de Gestão do Programa Bolsa Família, 2. ed, 2015. Disponível em:<
ftp://ftp.mds.gov.br/externo/ead/outros/arquivos_a_enviar/MIOLO%20-%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2017.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**, Rio de Janeiro, p. 179- 199, 2008.

CAMPARA, Jéssica Pulino.; VIEIRA, Kelmara Mendes. Beneficiários do Programa Bolsa Família: relações com as finanças e impacto na satisfação global de vida. **Nova Economia**, v. 26, n. 3, p. 981-1006, 2016. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/pdf/4004/400450108010.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2017.

CAMARGO, Pedro Cavalcanti; PAZELLO, Elaine Toldo. Uma análise do efeito do programa bolsa família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras. **Economia Aplicada**, v. 18, n. 4, p. 623-640, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502014000400003&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em 17 jun. 2017.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 37-46.

GRANEMAM, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. *In*: CFESS/ABEPSS (Org). **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009. p. 223-238.



INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2017** - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em: 26 dez. 2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estud. – CEBRAP**, São Paulo, n.86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000100005&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 03 nov. 2017.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VEIGA, Alinne. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 6, n. 10, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3238/323828757002/>>. Acesso em 14 jun. 2017.

NADÚ, Amanda do Carmo Amorim.; SIMÃO, Andréa Branco. Trabalho feminino e relações de gênero na perspectiva de beneficiárias do bolsa família. **Sinapse Múltipla**, Belo Horizonte, 5 (1), p. 23-36. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/7665/9679>>. Acesso em: 19 out. 2017.

PASSOS, Luana.; WALTENBERG, Fábio Domingues. Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 3, p. 517-539, 2016. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/826>>. Acesso em 10 jun. 2017.

REGO, Walquiria Leão.; PINZANI, Alessandro Rego. Autonomia e gênero. In:

_____. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Unesp, 2013. cap.2, p.50-65.

SARTI, Cynthia Andersen. A moral no mundo do trabalho. In: _____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011. cap. 4, p.99-100.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). **Relatório de informações sociais.** Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php>> Acesso em 15 dez. 2017.

SCHMIDT, Kelen H. et al. Focus and coverage of Bolsa Família Program in the Pelotas 2004 birth cohort. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102017000100221&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 20 jun. 2017.



SPERANDIO, Naiara et al. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de energia, macro e micronutrientes: estudo das regiões Nordeste e Sudeste. **Revista de Nutrição**. Campinas, 29(6):833-844, nov./dez., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v29n6/1415-5273-rn-29-06-00833.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2017.

WOMEN'S WORK: BRIEF REFLECTIONS ON THE BENEFICIARIES OF THE FAMILY BAG PROGRAM

***Abstract:** This text seeks to describe briefly the work of women, giving emphasis to the beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF), with the aim of pointing out under what circumstances the research proposal at the master 's level is proposed, which is proposed.*

***Keywords:** Woman. Work. Family Bag Program.*

OS SABERES DOS TRABALHADORES E SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ana Paula de Almeida¹ – ana.almeida@ibiruba.ifrs.edu.br

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

Endereço Rua Roraima nº 1000

CEP 97105-900 – Santa Maria – Rio Grande do Sul – País Brasil

Mariglei Severo Maraschin² – marigleism@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

Endereço Rua Roraima nº 1000

CEP 97105-900 – Santa Maria – Rio Grande do Sul – País Brasil

***Resumo:** O presente trabalho, insere a temática saberes dos trabalhadores, à luz da educação profissional, no eixo central das discussões sobre educação e trabalho. Esta proposta é motiva pela atuação da autora na Coordenação de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Câmpus Ibirubá., a partir do atendimento aos estudantes e suas refrações da questão social. Esta pesquisa encontra-se em andamento e tem como objetivo investigar as relações entre os saberes dos trabalhadores e a educação profissional para os estudantes dos cursos subsequentes do IFRS – Câmpus Ibirubá, a fim de compreender os motivos de sua permanência na instituição. Os objetivos específicos visam: Construir relações entre a política de Educação Profissional para os Cursos Subsequentes e os saberes dos trabalhadores; Caracterizar o perfil dos estudantes dos cursos técnicos subsequentes suas trajetórias escolares e profissionais; Elaborar considerações sobre a relação que os estudantes fazem com os conhecimentos adquiridos no trabalho e a educação Profissional. Trata-se de uma pesquisa inserida no materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa e tem como instrumentos de produção de dados: análises documentais, observações participantes, aplicação de questionários e grupo focal. Propõe-*

¹ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – UFSM. Assistente Social do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Câmpus Ibirubá. Especialista em Educação Ambiental - IESDE/2008, Especialista em Elaboração e Gestão de Projetos Sociais - UNILEYA/2016

² Orientadora. Doutora em Educação – UFSM. Docente do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – UFSM. Graduada em Pedagogia – UNIFRA/2001. Especialista em Gestão – UNIFRA/2003. Mestrado em Educação – UFSM/2006.

se, dessa forma, uma ampliação dos olhares a acerca da realidade dos estudantes, partindo dos seus conhecimentos na construção de estratégias de permanência estudantil.

Palavras-chave: Educação Profissional. Saberes. Trabalho. Experiência.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, em fase de execução aborda uma temática cujo o objetivo é investigar as relações entre os saberes do trabalho e a educação profissional para os estudantes dos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Câmpus Ibirubá, a fim de compreender os motivos da sua permanência na instituição.

A modalidade de ensino subsequente inserida na política de educação profissional é mediada pela relação entre trabalho e educação, sendo reconhecida a partir do Decreto nº 5.154/2004, estabelece que a “educação profissional terá organização curricular própria e independente do ensino médio” (BRASIL, 2004), tendo como finalidade a formação de trabalhadores para o mundo do trabalho, ou seja, com base na proposta política-pedagógica dos cursos subsequentes do IFRS-Câmpus Ibirubá, trata-se de uma perspectiva de educação que objetiva integrar a relação entre teoria e prática, partindo dos saberes dos trabalhadores produzidos nos diferentes espaços da vida cotidiana. O saber dos estudantes está relacionado com a sua identidade, suas experiências de vida, com história profissional, com suas relações no contexto escolar.

Os temas relacionados aos saberes do trabalho, trabalhadores-estudantes e as perspectivas e desafios para a educação profissional têm sido objeto estudo de pesquisadores, especialmente, do campo Trabalho Educação no Brasil (FISCHER; FRANZOI, 2009; FRANZOI; FISCHER, 2015).

A relação entre trabalho e educação ganha materialidade ao colocar a educação como processo que se realiza além do contexto escolar, permitindo que o trabalho ocupe lugar de dignidade, como princípio educativo: “O ponto de partida da relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir a sua existência no próprio ato de produzi-la” (SAVIANI, 2007, p. 154).

A partir dessa compressão, percebe-se nos últimos anos o interesse governamental em propor a implementação de políticas que vão além da garantia do acesso ao ensino, mas que concebe a experiência do trabalhador como produção de saberes, conectando um currículo

interdisciplinar que dialogue com a realidade dos estudantes, seus saberes e fazeres, assim permitindo a sua plenitude a conclusão do ensino e envolvimento com o curso.

Dentre isso, maior parte das pesquisas sobre a relação entre os saberes do trabalho e a educação profissional tem seu universo de pesquisa na Educação de Jovens e Adultos, numa avaliação ou análise do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), através de estudos sobre experiência e saberes dos educandos ou pesquisa centradas na atuação docente. Considerando o envolvimento da pesquisadora, inserida neste contexto como Assistente Social, cujo projeto profissional se coloca a serviço da classe trabalhadora e suas lutas. Neste sentido as ações e atendimentos propiciam a aproximação com a temática e as inúmeras refrações da questão social na realidade dos estudantes. Percebe-se o índice elevado de atendimentos realizados aos estudantes dos cursos subsequentes, corroborando para a compreensão entre os saberes dos trabalhadores e educação profissional é indissociável do processo de permanência do estudante. Desta forma, o problema central de pesquisa buscará investigar como quais as relações entre os saberes do trabalho e a educação profissional face a permanência estudantil?

Trata-se de uma produção intelectual sobre os saberes do trabalho no âmbito dos Institutos Federais, especificamente na modalidade subsequente é ainda incipiente. Percebeu-se um número reduzido de trabalhos que deram voz aos estudantes, principalmente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o que justifica a relevância deste estudo. Desta forma, compreende uma investigação fundamental para contribuir para a sobrevivência³ dos cursos técnicos subsequentes, considerando que estes cursos apresentam elevados índices de evasão e retenção.

Os resultados produzidos servirão de base para futuros estudos, contribuindo com a ampliação da visão sobre o assunto, bem como possa fomentar a qualificação dessa modalidade de ensino.

³ No sentido de encontrar caminhos que possibilitem outras perspectivas de sustentação e continuidade dos cursos técnicos subsequentes.

2 UM OLHAR SOBRE OS SABERES DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O trabalho é uma ferramenta para o processo de constituição do homem enquanto sujeito social, uma vez que o trabalho é compreendido como processo de “produção, criação e realização” do homem. Em outras palavras, significa afirmar que a perspectiva hermenêutica torna possível discorrer que a vida humana é favorecida por atributos que a constituem uma existência ativa, possuindo um motor pulsante da vontade e sublimação da dignidade humana, social, econômica, política e do trabalho; um sentido valorativo da posição que o sujeito ocupa efetivamente na sociedade (SAVIANI, 2007).

Nessa percepção, o trabalho concebe um princípio formativo ou educativo, potencializando o desenvolvimento da individualidade. Malgrado todas estas particularidades, Mézsáros (2008), o homem se edifica pelo labor, encontra um lugar efetivo dado o ponto de vista do trabalho como meio de afirmação do sujeito na história, e a existência de práticas educacionais permitam trabalhar as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade que liberte o ser humano da dominação do capital, promovendo a igualização das oportunidades, em que a função da educação seja a de contribuir para transformar o/a trabalhador/a em um sujeito político capaz de modificar a realidade.

Partindo dessa reflexão, o movimento das políticas públicas no Brasil que envolvem a Educação Profissional e Tecnológica transportam a marca de uma percepção marcada pelo dualismo histórico, ou seja, de um lado, projetos neoliberais, oriundos das transformações aceleradas na economia e no mundo do trabalho, de outro, uma perspectiva que propõe integrar ciência, cultura e o trabalho, sem que o caráter mercadológico pudesse ser determinante (MOURA, 2010).

Os processos educativos são mediados pela relação trabalho e educação, especialmente no campo da educação profissional quando o público é constituído por trabalhadores-estudantes que trazem para dentro do universo da escola saberes do trabalho, assim compreendido como conhecimentos que resultam das experiências do mundo laboral, e esse saber passa a ser construído pela experiência de vida (FERNANDES, 2001).

Para Charlot (2005) a relação com o saber é fruto da compreensão de que o sujeito produz, é ativo e reproduz os saberes e, desta forma suas experiências se fundam em trabalho intelectual e manual, sendo um processo intrínseco ao contexto escolar.

Enquanto Schwartz (2008), o autor aplica à educação o conceito “uso de si por si” no que diz respeito ao trabalho, ou seja, trata-se da compreensão do sujeito implicado no processo de

trabalho, enquanto movimento, ação, reflexão, produção e reprodução de saberes e experiências que se fundam em trabalho intelectual e manual

O fundamento para tal enfoque ampara-se na teoria revolucionária de Marx (2013), considerado como socialista científico que em sua obra “O capital: crítica da economia política, no Livro I: O processo de produção do capital”, o trabalho adquire natureza mediadora para que o homem se constitua com ser social, onde o sistema educacional desempenha um papel fundamental na promoção da ideologia da classe dominante.

Da argumentação, Marx irá concentrar sua concepção de homem em torno do conceito de trabalho, justificando que este o difere dos outros animais, uma vez que o indivíduo reconhece-se como produtor, capaz de modificar, influenciar e objetivar diversas coisas. Já na constituição contemporânea da sociedade, o trabalho foi elevado à condição de centro organizador da vida individual e coletiva, em que a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade (SAVIANI, 2007).

Frente a isso, Manfredi (2002), estudiosa da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, afirma que esta modalidade de educação abarca esta analogia entre educação e trabalho de modo mais conexo, e colidente. Contextualizando que a educação profissional se desenvolve a partir de distintas percepções, que vão desde ações compensatória, outras centradas nos ditames do mercado e ainda aquelas que partilham da orientação de uma perspectiva social e histórica-crítica, a qual integra a educação e o mundo do trabalho.

Desta forma, as perspectivas de EPT, são distintas, sendo uma compensatória, com forte associação ao mercado de trabalho, o qual colocam o sujeito como trabalhador do grande capital. Enquanto a outra apresenta os sujeitos como elementos coletivos e históricos. É sobre esta perspectiva crítica e histórica que coloca o indivíduo como protagonista de sua vida, e é sobre este ponto de vista que se defende uma política que vincule as experiências das histórias subjetivas e profissionais a uma educação efetivamente crítica.

3 METODOLOGIA

A presente proposta fundamenta-se no método Materialismo Histórico Dialético e propõe-se captar o movimento da realidade histórica sob a perspectiva da contradição e da totalidade. Dessa forma, o ponto de partida é o presente, porque é a ação sobre o presente que permite transformar a realidade.

Nesse contexto, o fenômeno pesquisado compreende o período histórico de 2017/2018, no qual se fará uma investigação sobre os saberes do trabalho dos estudantes dos cursos subsequentes em Eletrotécnica e Mecânica do IFRS-Câmpus Ibirubá, tomando como base fundante “o trabalho como princípio educativo” que perpassam as temáticas de investigação tempo-espço do trabalho e da educação e suas inter-relações.

Trata-se de uma pesquisa de ordem mista qualitativa, segundo Flick (2009) a pesquisa qualitativa fundamenta-se a partir de fenômenos concretos da realidade, relacionando com as particularidades de um determinado tempo e local. Desta forma, a pesquisadora busca ampliar o olhar sobre o objeto, a partir dos diferentes delineamentos e sentidos, evidenciando os pontos de encontros e desencontros, métodos e técnicas, que compõe o nível da análise macroestrutural para se chegar à particularidade dessa pesquisa.

As técnicas e os instrumentos de pesquisa foram definidos como sendo: levantamento bibliográfico e documental, questionário e grupo focal.

O levantamento bibliográfico e documental desenvolver-se-á com base em produção científica, legislações e documentos institucionais. Flick (2009, p. 62) afirma que a “A literatura teórica sobre o tema a ser estudado; leitura de pesquisas empíricas realizadas anteriormente sobre o tema, ou similares; literatura sobre metodologia da pesquisa; literatura teórica e empírica para a contextualização, comparação e generalização das descobertas”, constituem-se em ferramentas que darão suporte para a realização da pesquisa empírica.

O questionário é um instrumento de produção de dados ordenada de perguntas abertas e fechadas que devem ser respondidas pelo informante. Deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. Segundo Gil (2009, p.121), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Tem-se como objetivo no grupo focal dessa pesquisa evidenciar a percepção dos estudantes sobre o tema pesquisado, propondo um debate aberto para o compartilhamento de experiências, de opiniões e a elaboração de diferentes representações sobre o assunto. Busca-se com o grupo focal construir respostas às questões norteadoras do projeto, a partir de análise da realidade vivenciada pelos estudantes dos cursos técnicos subsequentes do IFRS – Câmpus Ibirubá.

Para a garantia da fidedignidade nos registros será utilizado o gravador nos grupos focais, desde que haja concordância e autorização dos sujeitos de pesquisa.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se contribuir para as práticas pedagógicas em educação tendo como base o patrimônio de saberes dos trabalhadores-estudantes a partir de suas realidades e de suas experiências, buscando reconhecer os valores humanos, sociais e coletivos. Além disso, acredita-se que os achados e/ou resultados desse estudo sirvam de base para futuros estudos, contribuindo com a ampliação da visão sobre o assunto, bem como possa fomentar a qualificação dessa modalidade de ensino.

Nesta perspectiva, os saberes da experiência de trabalho e a educação profissional constituem-se em importantes ferramentas pedagógicas cuja interface tem relação com a concepção de educação profissional pelos quais os Institutos Federais foram criados. Afinal, de acordo com Schwartz (1998), o trabalho possui uma herança totalmente carregada de sentidos, sendo uma atividade que acumula história, memória e também as relações sociais.

Desta forma, conclui-se que, é fundamental fazer essa reflexão sobre o lugar que o trabalho ocupa nos cursos subsequentes, assim tal iniciativa abre espaço para a proposição de ações pedagógicas que dialoguem a pluralidade das experiências de trabalho e com saberes dos trabalhadores-estudantes. Esta proposta permite avançar na compreensão dos múltiplos contextos do trabalho e do processo de formação humana, identificando os trabalhadores como autores de sua história e de cultura e permitindo ao trabalhador “apropriar-se, de forma crítica, individual e coletivamente, do conteúdo e do processo de sua formação ao longo da vida, mais particularmente daquela ocorrida em experiências de trabalho pregressas” (FISCHER, 2008, p. 96). Deste modo, numa perspectiva mais ampla, busca-se uma formação profissional voltada para o processo de viver em sociedade na perspectiva do bem comum e não organiza apenas pelos aspectos regulados a instrumentais da profissão.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 nov. 2017.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/724044.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.



FERNANDES, Alicia. **O saber em jogo: a psicopedagogia autorias de pensamento**. Porto Alegre: Artmed. 2001.

FISCHER, M. C. B. O trabalhador no centro de propostas de pesquisa formação para o trabalho associado. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, p. 95-117, 2008.

_____.; FRANZOI, N. L. Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v. 29, p. 35-51, 2009.

FRANZOI, N. L.; FISCHER, M. C. B. Saberes do trabalho: situando tema no campo trabalho-educação. **Trabalho Necessário**, Niterói/RJ, v.13, p.147-172. 2015

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I: O processo de produção do capital.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, Jaqueline; et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 19, n. 65, p. 101-140, dez/1998.

_____. O trabalho numa perspectiva filosófica. In: NOKAZAKI, Izumi. (org.) **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber**. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá, MT: Editora da UFMT, 2008, p. 23-46.

THE KNOWLEDGE OF WORKERS AND THEIR INTERFACES WITH PROFESSIONAL EDUCATION

Abstract: The present work inserts the thematic knowledge of workers, in the light of professional education, in the central axis of the discussions about education and work. This



proposal is motivated by the role of the author in the Coordination of Student Assistance of the Federal Institute of Rio Grande do Sul - Câmpus Ibirubá, from the assistance to students and their refractions of the social question. This research aims to investigate the relationships between workers' knowledge and professional education for the students of the subsequent courses of IFRS - Câmpus Ibirubá, in order to understand the reasons for their stay in the institution. The specific objectives are: To build relations between the politics of Professional Education for the Subsequent Courses and the knowledge of the workers; To characterize the profile of the students of the technical courses subsequent their school and professional trajectories; To elaborate considerations about the relation that the students do with the knowledge acquired in the work and the Professional education. It is a research inserted in dialectical historical materialism, with a qualitative approach and has as instruments of data production: documentary analysis, participant observations, application of questionnaires and focus group. It is proposed, therefore, an amplification of the looks on the reality of the students, starting from their knowledge in the construction of strategies of student permanence.

Keywords: *Professional Education. You know. Job. Experience.*

QUEBRANDO O TETO DE VIDRO: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA PROFESSORA GESTORA

Marcella Barbosa Miranda Teixeira¹ – marcellabmt@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração do CEFET/MG

Av. Amazonas, 7675 - Nova Gameleira

30510-000 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Fernanda Tarabal Lopes² – fernanda.tarabal@ufrgs.br

Programa de Pós-Graduação em Administração do CEFET/MG

Av. Amazonas, 7675 - Nova Gameleira

30510-000 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Admardo Bonifácio Gomes Júnior³ – admardo.jr@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração do CEFET/MG

Av. Amazonas, 7675 - Nova Gameleira

30510-000 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Resumo: *Este artigo representa uma pesquisa em andamento que buscará identificar quais os principais desafios de uma professora com cargo de gerência em uma IFES. Para tanto, aborda-se as temáticas de gênero, da evolução da mulher no mercado de trabalho e do trabalho gerencial. Em face do aumento da representatividade feminina nos diversos setores da sociedade e da persistência de preconceitos e desigualdades, como: salários, taxas de desemprego e posições hierárquicas, tentar-se-á evidenciar a história de vida de uma professora gestora que ocupa o cargo de reitora em uma IFES. A partir de uma perspectiva qualitativa baseada no método história de vida, a pesquisa propor-se-á responder a seguinte questão: Quais são os desafios enfrentados por uma professora gestora em uma IFES?*

Palavras-Chave: *Feminismo. Gênero. Mulher e mercado de trabalho. História de Vida.*

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração do CEFET/MG. Bacharela em Secretariado Executivo Trilíngue – UFV.

² Doutora e Mestre em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração CEFET/MG.

³ Pós-doutorado em Política, Trabalho e Formação Humana - Fae/UFMG. Doutor em Filosofia pela Aix-Marseille Université e em Educação pela FaE/UFMG. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração do CEFET/MG.

1 INTRODUÇÃO

A mulher tem sofrido discriminação em todas as esferas da sociedade durante toda a história. Isso ocorre desde a criação e disseminação do conceito do “essencialismo genérico” defendido por pensadores e filósofos como Aristóteles, Platão e Rousseau. Esse conceito engrandecia a capacidade dos homens de utilizar a razão para dominar as necessidades do corpo e apontava a mulher como um ser dominado pela sensibilidade. Dessa forma, por ser percebida como uma ameaça à ordem pública, a mulher era considerada inferior ao homem e relegada apenas às tarefas domésticas (CARVALHO *et al.*, 2001; LIMA *et al.*, 2013). Para Carvalho, *et al.* (2001), essa forma perpetuada de diferenciar os homens e as mulheres vem sendo justificada e legitimada ao longo da história, visto que a condição de inferioridade feminina é tratada como natural, já a superioridade masculina é vista como justa e necessária.

Para Silveira, Nardi e Spindler (2014), essa submissão da mulher por muito tempo foi explicada por fatores biológicos: o homem com maior força física e maior capacidade de raciocínio lógico, e a mulher responsável pela gestação, amamentação e criação dos filhos, devido à sua maior sensibilidade afetiva. Esse panorama é o retrato da sociedade patriarcal caracterizada pela dominação masculina que está enraizada nas relações da sociedade, gerando desigualdades econômicas e sociais, tendo o masculino como superior ao feminino.

Porém, os estudos sobre gênero têm buscado romper a diferenciação dos homens e das mulheres pelos fatores biológicos, trazendo as desigualdades como construções sociais. Esse conceito foi desenvolvido pelo movimento feminista contemporâneo, que busca a igualdade de direitos entre homens e mulheres (PRAUN, 2011). Dessa forma, passou-se a compreender que as noções do feminino e do masculino são fundamentos construídos historicamente, sendo as especificidades formadas pelas diferenças culturais inerentes a cada sociedade, ou seja, as relações sociais são mutáveis e contextuais (SCOTT, 1995; LIMA *et al.*, 2013).

Assim, essa diferenciação social também pode ser observada no ambiente de trabalho: os homens ganham maiores salários, possuem mais oportunidades de ascensão na carreira e, conseqüentemente, mais oportunidades de assumirem cargos de chefia (CARREIRA; AJAMIL; MOREIRA, 2001). Há uma evolução na participação feminina no mercado de trabalho e uma redução da diferença entre homens e mulheres na população economicamente ativa, todavia, ainda há uma relativa paralisação do crescimento das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, há o fenômeno conhecido como teto de vidro, considerado como uma

barreira invisível que impede as mulheres de ocupar cargos de alta gerência e de liderança, devido ao preconceito e discriminação, fazendo com que as mulheres tenham maior dificuldade na ascensão de suas carreiras (EAGLY; KARAU, 2002).

Diante da crescente presença feminina no trabalho, da persistência das desigualdades de gênero e da dificuldade feminina na ascensão a cargos de gerência, torna-se importante, então, identificar quais são os desafios de uma professora gestora em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), em uma perspectiva qualitativa baseada em história de vida, considerando o seguinte problema de pesquisa: Quais são os desafios enfrentados por uma professora gestora em uma IFES?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi desenvolvido para alcançar o objetivo-fim deste trabalho, que é o de identificar quais os desafios de uma professora gestora nas IFES. Para tanto, aborda-se as temáticas sobre gênero e feminismo, a mulher no mercado de trabalho e o trabalho gerencial.

2.1 As questões de Gênero e o Feminismo

De acordo com Scott (1995), o conceito de gênero foi modificado após a Revolução Industrial, se opondo à sua origem filosófica. Passou a ser estudado e desenvolvido pela antropologia e pela psicanálise e, posteriormente, pelas feministas, nas décadas de 1960 e 1970. Para a autora, esse conceito foi criado com o objetivo de se opor ao determinismo biológico nas relações entre os sexos, tendo o caráter essencialmente social.

Nesse sentido, para Grossi (2000) a discussão de gênero abrange questões sociais, culturais e históricas e está em constante processo de redefinição, é mutável, em virtude das interações entre indivíduos do sexo feminino e masculino. Para a autora, “gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado” (GROSSI, 2000, p. 5).

Amorim (2011) afirma que o gênero tem a finalidade de determinar tudo o que é definido social, cultural e historicamente, e por esse fato, é mutável, ou seja, está em constante processo de ressignificação pelas interações concretas entre homens e mulheres. Porém, conforme mencionado pela autora, as relações de gênero são desiguais na maioria das sociedades, pelos desequilíbrios existentes nas leis, nas políticas e nas práticas sociais, bem como nas atitudes e nos comportamentos dos indivíduos.

Devido às desigualdades, ao preconceito e à discriminação sofridos pelas mulheres surgiram os Movimentos Feministas, que buscavam a garantia de direitos iguais entre homens e mulheres em todas as esferas da sociedade (JABLONSKI, 1991; AMORIM, 2011). O feminismo é um movimento político formado principalmente por mulheres para combater a discriminação de gênero em todos os contextos sociais, ou seja, é a luta pela conquista dos direitos das mulheres. Apesar de se usar o termo feminismo no singular, Auad (2013) confirma que são vários os grupos de feminismos que defendem ideais e valores diferentes.

Nesse sentido, Calás e Smircich (1999, p. 276), estruturam as diferentes abordagens referentes às teorias feministas. Para as autoras, todas as perspectivas têm em comum “o reconhecimento da dominação masculina nos arranjos sociais e o desejo de mudanças nestas formas de dominação”. Isso quer dizer que são abordagens que se cruzam e tem pontos semelhantes, atribuindo a cada perspectiva uma relevante contribuição para as questões de gênero em épocas e contextos diferentes. Dessa maneira, as principais tendências teóricas e práticas que nortearam o movimento feminista no ocidente foram: a liberal, a radical, a psicanalítica, a marxista, a socialista, a pós-estruturalista e a terceiro mundista/(pós) colonialista.

Assim, o próximo tópico trará a abordagem sobre a mulher e o mercado de trabalho, mostrando que a situação das mulheres na vida pessoal e pública é também reproduzida nas estruturas do trabalho, conforme mencionado por Carvalho, *et al.* (2001).

2.2 A mulher no mercado de trabalho

Para Diniz (2012) as mulheres são historicamente desprivilegiadas pela constante dominação masculina em todas as esferas da sociedade. Percebe-se que a sociedade civil foi criada em um modelo que expõe como a diferença sexual se transformou em uma diferença política e social, “fundamentando-se em um modelo de família patriarcal, que tentava proteger a mulher em seu papel de mãe, restringindo, assim, o trabalho feminino” (AMARAL, 2012, p. 6).

Alves e Guimarães (2009) afirmam que, apesar da mulher desde a antiguidade exercer uma posição importante no trabalho, na produção, em grande maioria dos casos, houve a dominação jurídica, política e social dos homens. Os autores argumentam que historicamente o homem foi encarregado de chefiar a vida pública e suprir a família, já para a mulher destinou-se o âmbito doméstico. Nesse sentido, para Cappelle, Melo e Souza (2013), as diferenças de gênero são classificadas de maneira desigual, colocando o trabalho das mulheres em uma posição inferior ao trabalho dos homens.

Na Revolução Industrial, na qual era exigido um trabalho de maior força física, a mulher foi aceita como trabalhadora das indústrias, pela necessidade de complementação da renda familiar, mas apenas nas atividades em que a remuneração era mais baixa, vivenciando as condições desumanas que prevaleciam nas fábricas. O trabalho das mulheres era percebido como provisório e subalterno, fazendo com que a mão-de-obra feminina fosse extremamente lucrativa, pelos baixos salários e grande exploração das trabalhadoras (GOMES, 2005).

Assim, Corrêa (2004) percebe que a participação feminina no mercado de trabalho, em seu início, era caracterizada por trabalhos inferiores, já para os homens eram reservados os cargos de poder. Indo ao encontro do que afirma Alves e Guimarães (2009) de que o trabalho da mulher era considerado suplementar ao do homem, sendo seu salário um complemento da renda familiar. Dessa forma, verificou-se a rígida divisão do trabalho entre homens e mulheres, resumindo em uma diferenciação dos papéis desempenhados por cada um, seja por níveis salariais, pela possibilidade de ascensão na carreira ou pela oportunidade de exercer funções como de cargos de chefia.

A grande inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu com as I e II Guerras Mundiais: houve a escassez da população masculina, já que os homens foram para as batalhas e as mulheres tiveram que assumir os negócios e a chefia da família (PRAUN, 2011). De acordo com Auad (2013), elas assumiram o papel de provedoras da família, porém, ainda eram desvalorizadas em relação aos homens, ganhando menores salários.

Já para Jablonski (1991) as mudanças relacionadas à inserção da mulher no mercado de trabalho e em outros ambientes sociais foram, em grande parte, em virtude dos Movimentos Feministas. Segundo o autor, esses movimentos “desnaturalizaram” a identidade de homens e mulheres, colocando em questionamento o posicionamento na família, na sexualidade, na divisão do trabalho público e doméstico e em outras esferas sociais. A partir desses movimentos, a mulher começou a ocupar mais cargos no mercado de trabalho, crescendo também a presença no campo acadêmico e em diversos setores da economia. Além disso, outros fatores que contribuíram para esse aumento da mulher no mercado foram as transformações demográficas, culturais e sociais ocorridas nas últimas décadas, como: queda da taxa de fecundidade; redução no tamanho das famílias; envelhecimento da população com maior expectativa de vida para as mulheres em relação aos homens; e crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres (BRUSCHINI, 2007).

Porém, para Cappelle, Melo e Souza (2013), o trabalho da mulher ainda é colocado como inferior ao do homem. Segundo a autora, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não representou a diminuição da discriminação. Nesse sentido, a discriminação da mulher ainda permanece, já que os homens continuam ocupando os cargos mais altos e tendo os maiores salários. Os trabalhos formais e estáveis, como os de cargos de chefia, são frequentemente ocupados por homens, à medida que os trabalhos com menores responsabilidades são atribuídos às mulheres. Isso ocorre porque, de acordo com Praun (2011), o mundo institucional prossegue com os mesmos padrões tradicionalmente masculinos da vida social.

Dessa forma, Carreira, Ajamil e Moreira (2001) afirmam que, apesar do processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho estar se consolidando, ainda há vários problemas a serem enfrentados, como: salários menores do que os dos homens pelo mesmo cargo; jornada dupla, produto de uma divisão sexual do trabalho, em que toda a responsabilidade do gerenciamento da vida doméstica é das mulheres; deficiências nas políticas sociais, o que impede o acesso aos serviços de apoio familiar, como creches, escolas e outros; menores chances de capacitar-se profissionalmente nas áreas rentáveis, pelo fato das vagas serem destinadas majoritariamente aos homens; falta de voz nos espaços de decisão e de poder.

Diante dessas informações, percebe-se que houve grandes avanços da mulher no mercado de trabalho, porém ainda há traços de discriminação e preconceito, como salários mais baixos pela mesma posição ocupada pelos homens, e trabalhos com condições precárias como os informais e o trabalho doméstico, entre outros, ocupados majoritariamente pelas mulheres (AMARAL, 2012).

2.3 A mulher e o trabalho gerencial

Corrêa (2004) ratifica o amplo e diversificado espaço no mercado conquistado pela mulher, por meio da maior ocupação dos postos de trabalho, de melhor qualificação em relação aos homens e de maior presença em cargos gerenciais. Porém, Siqueira *et al.* (2016) afirmam que a dificuldade das mulheres em alcançarem os cargos mais altos nas organizações é um dos elementos presentes no contexto organizacional.

Nesse sentido, para Lima *et al.* (2013) tem-se que a proporção de mulheres, apesar de progressiva, ainda é muito menor que a dos homens em níveis mais altos da hierarquia das organizações, ou seja, ao passo que se eleva o nível hierárquico das organizações, são

encontradas menos mulheres. Verifica-se que o principal motivo da inserção das mulheres ser mais difícil em cargos de alto nível hierárquico é pelo conflito gerado entre o universo masculino e feminino. Além disso, pela tradição cultural em que a mulher ocupa a esfera doméstica, e pela atribuição da imagem feminina sem características de liderança, autoridade, dinamismo, objetividade e racionalidade, consideradas essenciais para os cargos de gestão.

Nessa perspectiva, existe a ideia de uma barreira invisível do preconceito e da discriminação que exclui as mulheres das posições mais altas de liderança, sendo esse fenômeno denominado teto de vidro (EAGLY; KARAU, 2002) ou *glass ceiling* em seu termo de origem, caracterizado como uma forma de segregação hierárquica ou vertical. De acordo com Steil (1997), essa barreira acontece de maneira tão discreta e suave, que muitas vezes, as mulheres a percebem como algo natural, não encarando como uma força contrária à sua ascensão profissional. Gontijo e Melo (2017) afirmam que o fenômeno do teto de vidro representa os desafios complexos enfrentados pelas mulheres, exigindo persistência e conscientização de suas competências e dos desafios a serem superados.

Esse preconceito e discriminação de gênero ocorrem pelo fato de já ser instituída uma cultura patriarcal nas organizações, que privilegia os interesses masculinos de dominação, fazendo com que as mulheres sejam excluídas. Assim, a ascensão na carreira das mulheres torna-se mais difícil por causa de aspectos sociais e culturais relacionados ao gênero (STEIL, 1997).

Estudos (LIMA *et al.*, 2013; CAPPELLE; MELO; SOUZA, 2013) mencionam as várias formas do preconceito e discriminação do fenômeno teto de vidro sofrido pelas mulheres, como: utilização da sexualidade pelas mulheres para galgar posições nas organizações; o chamado comportamento feminino (sentimentalista e intuitiva); falta de estilo de liderança das mulheres, por serem mais sensíveis e compreensivas; conflito entre trabalho e família.

De acordo com Hoyt (2010), a remoção do teto de vidro, ou seja, o fim do preconceito e da discriminação pode auxiliar na garantia da igualdade de oportunidades para a ascensão das mulheres em altos cargos nas instituições.

3 METODOLOGIA

A história de vida é um método de pesquisa qualitativo, que baseia-se nos relatos dos indivíduos sobre sua existência, sua experiência e suas vivências (QUEIROZ, 1988). Gaulejac

(2005) afirma que a história de vida é o tempo recomposto pela memória. Para Camargo (1984, p. 16), o método história de vida “[...] representa o melhor caminho para se chegar mais perto da experiência vivida do ator – sua ideologia e sua práxis – possibilitando a compreensão dos significados implícitos em suas ações”. Esse método faz com que o sujeito conte suas experiências de vida, de acordo com sua própria ótica dos acontecimentos.

A história de vida consiste na busca do conhecimento por meio da experiência do sujeito. Segundo Laville e Dionne (1999), a história de vida aceita captar o modo com o qual os indivíduos geram a história, formam e são formados por sua sociedade. Para Gaulejac (2005), o objetivo da história de vida é compreender a realidade que extrapola o indivíduo pesquisado, ou seja, a vivência social, o sujeito e suas práticas, por meio de relatos de suas experiências e percepções vividas. Nesse sentido, esse método auxilia na compreensão do social a partir do individual, isto é, entendem-se os grupos com base nas trajetórias individuais, já que o indivíduo sempre está inserido em um contexto histórico, cultural e social (CAMARGO, 1984; QUEIROZ, 1988; SILVA *et al.*, 2007).

Os primeiros estudos com relatos biográficos e histórias de vida foram sociológicos e ocorreram na Escola de Chicago nos Estados Unidos, no início do século XX. O estudo realizado por Thomas e Znanieck em 1927 objetivou compreender os fatos sociais ligados aos imigrantes poloneses que vinham trabalhar no setor industrial dos EUA e a integração dos imigrantes à cultura americana. Já em 1963, Oscar Lewis também realizou uma pesquisa intitulada *Les enfants de Sanchez: autobiographie d'une famille mexicaine*, utilizando a história de vida de uma família da periferia da cidade do México, com o objetivo de compreender, os aspectos da vida dessa família (GAULEJAC, 2005; SILVA *et al.*, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta uma pesquisa em andamento que buscará identificar quais os principais desafios de uma professora com cargo de gerência em uma IFES, por meio do método história de vida. Dessa forma, objetiva-se amadurecer o debate acerca das temáticas gênero e mulher e trabalho. Os caminhos em que este estudo está sendo trilhado traz uma reflexão sobre a atual situação da mulher docente dentro da universidade, ambiente ainda considerado masculino. As expectativas para esta pesquisa é de compreender a trajetória dessa professora,

identificando dificuldades e preconceitos vividos para alcançar o maior cargo da universidade, o da reitoria.

5 REFERÊNCIAS

- ALVES, B. F.; GUIMARÃES, M. O. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, ago. 2009.
- AMARAL, G. A. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. **Itinerarius Reflectionis**, v. 8, n. 2, 2012.
- AMORIM, L. T. Gênero: uma construção do movimento feminista?. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2011, Londrina. **Anais...** Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2011.
- AUAD, D. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.
- CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas nos estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C; NORD, D. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. P. 275-329, v. 1.
- CAMARGO, A. Os Usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 5-28, 1984.
- CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; SOUZA, N. L. Mulheres, Trabalho e Administração. **Revista Interdisciplinar de gestão social**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 161-191, 2013.
- CARREIRA, D.; AJAMIL, M.; MOREIRA, T. **A Liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez, 2001.
- CARVALHO, M. P. F. S.; CARVALHO, J. F. L. S.; CARVALHO, F. A. Z. O Ponto de Vista Feminino na Reflexão Ética: Histórico e Implicações para a Teoria de Organizações. In: Encontro Nacional da ANPAD, 25., 2001. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.
- CORRÊA, A. M. H. **O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida**. 2004. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- DINIZ, A. P. R. **Mulheres gerenciáveis?** Uma análise dos discursos sobre as mulheres na revista Exame. 148p. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.



EAGLY, A. H.; KARAU, S. J. Role congruity theory of prejudice toward female leaders. **Psychological Review**, v. 109, n. 3, p. 573–598, 2002.

GAULEJAC, V. Historia de vida: Psicoanálisis y Sociología Clínica. In: GAULEJAC, V.; MÁRQUEZ, S. R.; RUIZ, E. T. **Historia de vida: psicoanálisis y sociología clínica**. México: Universidad Autónoma de Querétaro, 2005.

GOMES, A. F. O outro no trabalho: mulher e gestão. São Paulo. **Revista de gestão USP**, v. 12, n. 4. p. 1-9, 2005.

GONTIJO, M. R; MELO, M. C. O. L. Da inserção ao empoderamento: análise da trajetória de diretoras de Instituições Privadas de Ensino Superior de Belo Horizonte. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 23, p. 126-157, 2017.

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Estudos de Gênero: Cadernos de área n. 9. Goiânia: Editora da UCG, 2000.

HOYT, C. L. Women and leadership. In: NORTHOUSE, P. **Leadership: Theory and practice** Thousand Oaks, CA: Sage, 5th ed, p. 301–333, 2010.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe: A crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

LIMA, G. S.; CARVALHO NETO, A.; LIMA, M. S.; TANURE, B.; VERSIANI, F. O teto de vidro das executivas brasileiras. **Revista Pretexto**, v. 14, n. 4, p. 65-80, 2013.

OLIVEIRA, N.; OLIVEIRA, R. C. M.; DALFIOR, S. Gênero e novas perspectivas de trabalho: um estudo junto a mulheres gerentes de atendimento no Banco do Brasil. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração**, 24, 2000, Florianópolis, Anais... Florianópolis: ENANPAD, 2000.

PRAUN, A. G. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, v. 1, n. 1, p. 55-65, 2011.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de von. (Org.). **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice, p. 14-43, 1988.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA. A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.25-35, 2007.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C.; SPINDLER, G. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, 2014.

SIQUEIRA, R. F. B.; MIRANDA, A. R. A.; RIBEIRO, F. T. F.; CAPPELLE, M. C. A. A presença de docentes mulheres em cargos gerenciais nas universidades federais do estado de Minas Gerais. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 9, n. 2, 2016.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica - compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997.

BREAKING THE GLASS CEILING: LIFE HISTORY OF AN ACADEMIC MANAGER

***Abstract:** This research proposes identify what are the main challenges in the career path of a female professor in managerial position at a Federal University. For this purpose, this research will discuss the thematic of gender, of women in the labor market, the woman and the managerial work, career, careers of female professors in the University and decision-making process in career. The intention with this study is to understand the role that women play in it, just as the prejudices and difficulties facing at the University. In the face of an increase of the female representativeness, the persistence in inequalities as salaries, unemployment figures and hierarchical positions, this study tries to show the career path of the female rector of the University. From a qualitative perspective based in the life history method, intends to answer the question: What are the challenges in the career path facing by a female academic manager at the University?*

Keywords: Career. Feminism. Gender. Decision-Making. Life History.

O TRABALHO PEDAGÓGICO NO PROEJA DO CAMPUS SANTO AUGUSTO

ANDRIGHETTO¹, Marcos José – marcos.andrighetto@iffarroupilha.edu.br

Universidade Federal da Santa Maria – UFSM

Avenida Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi

97105-900 – Santa Maria – RS – Brasil

MARASCHIN², Mariglei Severo – marigleism@hotmail.com

Universidade Federal da Santa Maria – UFSM

Avenida Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi

97105-900 – Santa Maria – RS – Brasil

Resumo: *O presente trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento para o mestrado acadêmico em educação profissional e tecnológica, da Universidade Federal de Santa Maria e tem como objetivo analisar as relações do trabalho pedagógico na formação dos estudantes do PROEJA do Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Augusto. A metodologia será orientada pelo materialismo histórico e dialético com base em Marx e buscará compreender a realidade histórica considerando as contradições e a totalidade, apoiando-se na concepção dinâmica da realidade e nas relações dialéticas. Quanto à característica será pesquisa qualitativa e quanto à tipicidade do tipo estudo de caso. Os instrumentos de pesquisa a serem utilizados serão o grupo focal e o grupo de interlocução.*

Palavras-chave: *Política pública. PROEJA. Trabalho pedagógico.*

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, as marcas forjadas na trajetória educacional humana protagonizaram – e ainda protagonizam – exclusão de significativa parcela de cidadãos no acesso ao

¹ Tecnólogo em Gestão Pública - UNIJUÍ/2012; Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica - UFSM; Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal Farroupilha - Campus Santo Augusto

² Pedagoga – UNIFRA/2001; Especialista em Gestão – UNIFRA/2003; Mestre em Educação – UFSM/2006; Doutora em Educação – UFSM/2015; Docente no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM; Orientadora do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – CTISM/UFSM

conhecimento, deixando-os à margem da sociedade. Para minimizar essas desigualdades, alguns governos demonstraram certa preocupação em oferecer políticas públicas que promovam a (re) inclusão social destas pessoas. Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos trata de uma política educacional que tem por finalidade proporcionar aos excluídos do processo educativo, uma formação mais completa e igualitária. Vieira Pinto (2010), observa que a concepção deste tipo de educação precisa ser entendida como um esforço extraordinário e complementar da sociedade na formação humana dos sujeitos, ao invés de concebê-la como algo residual do processo educativo.

Uma das últimas políticas públicas criadas com a finalidade de atender os excluídos do processo educacional em “idade certa” é o PROEJA. O germe dessa política educacional se deu através do Decreto 5.478/2005 que criou o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Técnica de nível médio na Modalidade EJA, conhecido como PROEJA MÉDIO, o qual, no ano seguinte, tornou-se mais abrangente com a promulgação do Decreto 5.840/2006 e a partir do Documento Base (2007), redefiniu seu nome para Programa Nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. A referida ampliação pode ser vista no seguinte sentido: “[...] busca aliar o aumento da escolaridade com formação profissional, oportunizando ao cidadão alternativas para o mundo do trabalho. Olhando pela história da EJA o PROEJA é uma conquista, pois é uma luta que perpassa todo o país através dos fóruns de EJA e das organizações sociais”. (MARASCHIN, 2015, p. 107-108)

É neste contexto que este estudo se propõe investigar o trabalho pedagógico do PROEJA no IFFar – Campus Santo Augusto, com foco nos estudantes e nos docentes do curso. Para tanto, além de construir o histórico da oferta dessa modalidade no ambiente a ser pesquisado, pretende-se também, conhecer o perfil dos estudantes e suas percepções a cerca do trabalho pedagógico, utilizando-se de um questionário estruturado que será aplicado aos alunos de primeiros e terceiros anos, ou seja, ingressantes e concluintes, respectivamente. Outra etapa do projeto consiste na análise do PPC do curso do PROEJA, visando identificar como o trabalho pedagógico está estruturado conceitualmente. Também se espera por meio do instrumento grupo focal, dialogar com os professores que atuam no PROEJA e entender suas concepções em relação ao trabalho pedagógico desenvolvido no curso. Por fim, propõe-se a realização de um grupo de interlocução para expor e discutir os resultados construídos. A

problematização central do projeto busca entender: Quais as ações³ e relações⁴ do trabalho pedagógico na formação dos estudantes do PROEJA no Campus Santo Augusto?

Para nortear a pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral analisar as ações e relações do trabalho pedagógico na formação dos estudantes do PROEJA no Campus Santo Augusto. E, como objetivos específicos da investigação: Construir a historicidade da política do PROEJA e sua oferta no Campus Santo Augusto; Caracterizar o perfil dos estudantes do PROEJA no Campus Santo Augusto; Elaborar um estudo sobre o PPC do PROEJA; Investigar quais as concepções dos professores acerca do trabalho pedagógico e; Investigar as percepções dos estudantes com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido no Campus.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A política para educação de jovens e adultos

Em linhas gerais, o cenário educacional Brasileiro somente demonstrou maior preocupação – por parte do Estado – com a educação de adultos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tornando obrigatória e gratuita a oferta de educação para jovens e adultos fora da idade escolar. Contudo, a EJA ganha destaque com a aprovação da Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da educação – LDB. Vê-se através dela, a oportunidade de elaboração de currículos que valorizem a experiência extraclasse e as relações entre trabalho, educação e sociedade.

Dá sustentação também para EJA, o parecer 11/2000, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN para esta modalidade de ensino, historicizando a oferta, trazendo as bases legais, históricas, sociais, de formação de professores, entre outras. Segundo este documento a EJA é vista não apenas com um direito, mas, também, como “o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, que vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos”. (BRASIL, 2000, p. 10).

³ Ações dos sujeitos envolvidos – gestores do pedagógico (diretores, professores, técnicos administrativos em educação, estudantes).

⁴ Relações estabelecidas entre o planejamento, o diálogo entre professores e estudantes, o currículo em disputa e as vivências.

2.2 Os sentidos do trabalho e educação

Antes de abordar o trabalho pedagógico e aprofundar os estudos, faz-se necessário trazer a luz do diálogo o conceito de trabalho no sentido de condição humana, de transformação e retransformação da natureza para produção social. Nesse sentido tem-se a concepção de Marx: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia; mas o que destingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (MARX, 1989, p. 202). Ainda em Marx, quando escreveu “O Capital” (2012), disse que a atuação do ser humano intervém “sobre a natureza externa modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2012, p. 255). Nesta obra, Marx toma o conceito de trabalho para análise da produção capitalista, contrapondo-se os interesses entre capital e trabalho. Em outra contribuição, Manuscritos Econômico-filosóficos, Marx destaca que “O trabalhador não pode criar nada sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é material no qual o seu trabalho se realiza, no qual é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz” (MARX, 2015, p. 306).

Vindo ao encontro do conceito de trabalho em Marx está o entendimento de Saviani (2007) referindo-se que a relação entre trabalho e educação era uma relação de identidade onde os homens aprendiam a produzir sua existência de forma natural, ou seja, no próprio ato de produzi-la. Sendo assim, é possível compreender que o entendimento de trabalho vai muito além do que a simples execução de determinada tarefa ou ocupação profissional. As características ontológicas e históricas são abordadas também por Engels, quando diz que o trabalho “É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 2013, p. 13).

No viés mais capitalista, Ciavatta (2009), ao escrever *Mediações Históricas de Trabalho e Educação*, assevera a desqualificação do trabalho, por meio do uso da ciência e da tecnologia:

“O que existe é a tendência à demanda de um corpo coletivo de trabalho nivelado por baixo ou de menor qualificação, mediante a simplificação da maior parte do processo de trabalho.” (CIAVATTA, 2009, p.22). Vê-se claramente que esse sentido/conceito dado ao trabalho, se fundamenta nos princípios do liberalismo e confundem o trabalhador, fazendo-o pensar que passará por um processo de qualificação e ascensão em sua profissão, quando na verdade

estará sendo “adestrado” tecnicamente para executar ações simplórias, muito longe de receber uma educação emancipatória. Segundo os estudos Gramscianos, a formação intelectual orgânica dos trabalhadores depende de uma escola unitária, capaz de sedimentar novo perfil social: “O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social”. (GRAMSCI, 1991, p.40).

No entanto, Rummert (2000) afirma que o conceito de educação de qualidade não é unanimidade entre trabalhadores, empresários e Estado, pelo contrário, apontam para dois modelos um deles que funda-se nos princípios do liberalismo, na teoria do capital humano e outro centrado nas teses do materialismo histórico, na perspectiva da escola unitária e omnidimensional. De acordo com a autora, as concepções “[...] se aglutinam em torno da perspectiva da polivalência e as que estão centradas no princípio da politecnicidade, para as quais, devem, teoricamente, convergir, no caso da primeira, os interesses e demandas do capital e, no caso da segunda, os interesses e demandas do trabalho”. (RUMMERT, 2000, p. 17).

2.3 O trabalho pedagógico

Entendido o trabalho como instrumento educacional de formação humana e social do sujeito, procura-se olhar para os estudantes da EJA como aqueles que a escola regular não conseguiu cumprir com sua finalidade no tempo esperado, ou seja, não deu e nem construiu significado ao trabalho pedagógico. É preciso constantemente lembrar que essas pessoas foram excluídas dos ambientes escolares em tempos diferentes, o que exige da escola como um todo, capacidade de desenvolver um trabalho pedagógico capaz de envolver esses estudantes de gerações distintas e com diferentes valores, gostos, crenças, interesses, etc. Em outras palavras, trata-se de um campo da educação que permanece em constante disputa, uma vez que “[...] a história não só registra os movimentos de negação e de exclusão que atingem esses sujeitos, mas produzem a partir de um direito conspurcado muito antes, durante a infância negada como tempo escolar e como tempo de ser criança a milhões de brasileiros”. (PAIVA, 2006, p. 521).

Neste cenário, Oliveira (2003) alerta para os ideários neoliberais que estrategicamente visam diminuir a intervenção do Estado e retirar da materialidade a responsabilidade das relações capitalistas com a exclusão social e os altos índices de desemprego. De acordo com esse

entendimento isto ocorre porque a empregabilidade assume conceito a partir da estrutura econômica de competitividade e eliminação de postos de trabalho, reflexo de uma sociedade capitalista que tenta justificar suas contradições e negar sua incapacidade de desenvolver mecanismos de redução do desemprego em massa. Assim, se o trabalho pedagógico estiver estruturando os currículos com base nas ideias neoliberais é possível que, a escola seja uma propulsora da competitividade industrial, subordinando-se cada vez mais as necessidades do setor produtivo.

Saviani (2008) classifica esse tipo de educação como neoprodutivismo, baseada na pedagogia não crítica, com ideários do escolanovismo e tecnicismo. Para ele, o neoescolanovismo fundamenta-se nos princípios da escola nova onde a aprendizagem é relativizada ao ensino, nas palavras do autor, é o que hoje conhecemos como o lema “aprender a aprender”. O neotecnicismo, tem na gênese o ideário tecnicista, em que a ação pedagógica enfatiza a prática educativa pela técnica, aos moldes do modelo toyotista.

Ao escrever o artigo a Exclusão Includente e a Inclusão Excludente, Kuenzer (2002), afirma que a proposta pedagógica toyotista tem presente no trabalho pedagógico à reprodução das contradições capitalistas, formando estudantes para atender as necessidades do capital.

No estudo realizado por Maraschin (2015), em sua tese de doutorado, apresenta dois tipos de trabalho pedagógico. Um classificado como ingênuo e outro crítico. De acordo com a autora, a primeira concepção é tida como alienada, ou seja, baseada em uma pedagogia de transferência de conhecimento do professor para o aluno. A segunda classificada como trabalho pedagógico crítico, considera a dialética como norteador para a construção do conhecimento entre o professor e o aluno, considerando os aspectos históricos e sociais em que estão imersos. Esta última concepção é defendida pela autora ao dizer que: “A concepção crítica da educação procede segundo as categorias do modo crítico de pensar, ou seja, a forma dialética, que é fundamento teórico-metodológico desse estudo” (MARASCHIN, 2015, p. 183).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é orientada teórica e metodologicamente pelo materialismo histórico e dialético com base em Marx (2012), já que buscamos compreender a realidade histórica considerando as contradições e a totalidade, apoiando-se na concepção dinâmica da realidade e nas relações dialéticas.

Ao se propor pesquisar o trabalho pedagógico no PROEJA do Campus Santo Augusto, buscase observar seus efeitos na emancipação dos estudantes trabalhadores com a perspectiva da conquista de uma educação para além das necessidades do capital (Mészáros, 2008). Assim, utilizar-se-á a dialética, entendida como: “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p. 7-8).

Marx, ao escrever *Teses Sobre Feuerbach*, foi considerado por Renault (2010) o fundador da filosofia da práxis. Inicia as teses destacando a práxis como “atividade sensivelmente humana em oposição à objetividade e contemplação. E na segunda conclui: “é na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento” (MARX, 1982, p. 1. *apud* MARASCHIN, 2015, p. 40). Na oitava tese Marx diz: “A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis” (MARX, 1982, p. 2). “A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática. Prática, na medida em que a teoria, como guia de ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente” (VÁZQUEZ, 2007, p. 109).

Para melhor compreender o trabalho pedagógico na formação do sujeito do PROEJA, se faz necessário dialetizar os conceitos. Nesse sentido, Vieira Pinto (1979) entende que mesmo de maneira imperfeita a dialética foi “reencontrada” e está “sendo investigada” de maneira “auspiciosa” indicando abertura de novo ciclo epistemológico que se desenvolve embaixo dos nossos olhos, não sendo tarefa fácil percebê-lo e avaliá-lo corretamente.

Na dinâmica de execução deste estudo, utilizar-se-á algumas categorias do materialismo histórico e dialético como, por exemplo: a práxis das Políticas em Educação Profissional e Tecnológica relacionadas à Educação de Jovens e Adultos - EJA; a historicidade na intenção

de verificar o desenvolvimento das políticas e o trabalho pedagógico no PROEJA do Campus Santo Augusto no período de sua oferta naquele Campus; a mediação que segundo (Ciavatta, 2014) é vista como instrumento de ligação entre pontos históricos, caracterizada como elo de processos sociais complexos, inter-relacionando diversos significados com os sujeitos e a dinâmica dos fenômenos envolvidos; a totalidade como teorização da realidade e do conhecimento, e; a contradição que na perspectiva do trabalho pedagógico nas políticas EPT da EJA, busca-se “captar a todo o momento o movimento, a ligação e a unidade resultante da relação dos contrários, que ao opor-se dialeticamente, um incluindo-se/excluindo-se no/do outro se destroem ou se superam” (KUENZER, 2012, p. 65).

A pesquisa caracteriza-se essencialmente qualitativa embora utilizar-se-á, em alguns momentos, dados quantitativos para servir de referência ao embasamento teórico qualitativo. Os métodos de investigação a serem adotados serão a pesquisa de campo e a investigação documental. O instrumento de pesquisa a ser utilizado será o grupo focal, seguindo a conceituação trazida por Gatti (2012), a qual evidencia que a técnica qualitativa de grupo focal pode contribuir significativamente com a pesquisa, uma vez que, amplia o olhar sobre o objeto de pesquisa considerando a subjetividade e comportamentos expressos pelo grupo. Quanto à tipicidade e finalidade será estudo de caso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para educação de jovens e adultos**. Parecer 11/2000. Brasília: MEC, 2000. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf>.

_____. Ministério da Educação. **Documento Base PROEJA**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2009. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf>.

_____. **Decreto no 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.

_____. **Decreto no 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica ao na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.



CIAVATTA, M. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação de trabalhadores.** Rio de Janeiro: Lamparina, CNPQ, FAPERJ, 2009.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In.: ANTUNES, R. (Org). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão popular, 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Liber livro, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

KUENZER, Acácia Z. A Exclusão includente e a inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In. LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. Desafios teórico metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. V. 1, p. 55-75.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Dialética das Disputas: trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora? Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação,** 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Expressão popular, 2015.

_____. **O capital.** v. I, 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S. A., 1982.

_____. **O capital: crítica à economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Teses sobre Feuerbach.** Disponível em:

<<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 07 out 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, R. A **(Des) Qualificação da educação profissional brasileira.** São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação.** v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

RENAULT, Emmanuel. **Vocabulário de Karl Marx.** Tradução de Cláudia Berliner; revisão técnica Marcos Ferreira de Paula. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.



RUMMERT, Sonia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores:** as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã, 2000.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência:** problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

_____. **Sete lições sobre educação de adultos.** 16. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2010.

THE PEDAGOGICAL WORK IN THE PROJECT OF CAMPUS SANTO AUGUSTO

***Abstract:** This work is an ongoing research for the academic master's degree in professional and technological education, Federal University of Santa Maria and aims to analyze the relationships of pedagogical work in the training of students of PROEJA Federal Institute Farroupilha - Campus Santo Augusto. The methodology will be guided by historical and dialectical materialism based on Marx and will seek to understand the historical reality considering the contradictions and the totality, relying on the dynamic conception of reality and dialectical relations. As for the characteristic will be qualitative research and as for the typical type of case study. The research tools to be used will be the focal group and the interlocution group.*

***Keywords:** Public policy. PROEJA. Pedagogical work*

INFLUÊNCIAS DA CULTURA JAPONESA NO COTIDIANO ACADÊMICO DE UMA FACULDADE DE TECNOLOGIA DO INTERIOR PAULISTA

Marcheti, Tânia Cristina Impocetto¹ – marcheti@globo.com

Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis.
Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário
CEP 19806-900 - Assis – São Paulo – Brasil

Carvalho, Ana Maria Rodrigues de² – anamaria@assis.unesp.br

Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis.
Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário
CEP 19806-900 - Assis – São Paulo – Brasil

Hashimoto, Francisco³ – frahas@uol.com.br

Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis.
Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário
CEP 19806-900 - Assis – São Paulo – Brasil

***Resumo:** Enfocando a temática do ensino superior, apresentamos um estudo, em andamento, que busca identificar, a partir da Teoria das Representações Sociais, o núcleo central e os sistemas periféricos das representações sociais presentes na construção de valores pelos discentes e em sua utilização pelos docentes nas práticas pedagógicas, em uma Faculdade de Tecnologia do interior paulista do Brasil. O legado do imigrante japonês – Shunji Nishimura (1910 - 2010) e seus valores presentes na criação de suas empresas e posteriormente das escolas que antecederam à parceria atual com o Governo de Estado para a instalação desta*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Mestre em Educação, Administração e Educação pela Universidade São Marcos. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista/UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

² Doutora em Psicologia pela da Universidade Estadual Paulista/UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Docente do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, Universidade Estadual Paulista/UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista/UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

³ Livre Docência em Orientação Profissional pela da Universidade Estadual Paulista/UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo/USP. Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista/UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista/UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

Faculdade, a qual leva seu nome, parece indicar ainda para essa influência no cotidiano acadêmico. No estudo, procuramos também valorizar o campo das produções onde se expressam os saberes e práticas de sujeitos sociais, compreender não somente o que e como as pessoas representam um valor, mas, também como e porque fazem dessa forma.

Palavras-chave: Representação Social, Valores, Educação.

1 INTRODUÇÃO

A imigração está para além de ser um fenômeno social, político e econômico, é também uma escolha subjetiva, uma busca, uma estratégia que visa à transformação da posição do sujeito na família e na cultura de origem para que este consiga reconstruir uma nova e vitoriosa história lembrando, como coloca Sakurai (1993), que vencer na vida, para a cultura japonesa, significa criar pessoas para o convívio com a sociedade dentro dos padrões que conduzem os membros da família para o trabalho honesto, para a manutenção da honra e o nome da família.

Shunji Nishimura, imigrante japonês, após a consolidação de seu império econômico no Brasil, pautado na ideologia e cultura de sua terra natal, surge com novos planos, a criação de uma escola.

Conforme Bourdieu (1990), a escola é uma instituição criada para a transmissão cultural que opera em diferentes níveis para produzir, implícita ou explicitamente, determinados hábitos mentais e a disposição para gerar esquemas interpretativos suscetíveis de serem aplicados em campos diferentes de pensamento e de ação. Ao estabelecermos a relação entre método de conhecimento e método de ensino torna-se possível compreender como ocorre o processo pelo qual teorias sobre cultura e valores são convertidas em prescrições metodológicas para ensinar indivíduos. No caso daquele imigrante, mostrar novos modos de vida, compatíveis com o significado de vencer na vida para a cultura japonesa. O entendimento sobre os procedimentos didáticos aplicados na nova escola não se restringe aos aspectos técnicos, legíveis nas ações desencadeadas, implica considerar a cultura a partir das ligações entre as ideias, as teorias e as práticas desenvolvidas, considerando que as ideias estão convertidas em continuidades práticas que dão substância ao processo de formação.

Um olhar se faz necessário sobre o imigrante japonês, por meio de sua trajetória e do caminho percorrido para reeditar aqui no Brasil o lugar que lhe havia sido destinado na família, construindo um novo lugar subjetivo, político e cultural numa terra distante.

Shunji Nishimura chega ao Brasil em 1932, vindo como tantos outros para fugir da crise econômica no Japão e tendo como motivo da escolha pelo Brasil uma razão simples: a passagem era custeada pelo governo brasileiro. Segundo de seis filhos, nasceu em Uji, província de Kyoto, formou-se técnico em mecânica e começou a trabalhar na fábrica de carvão da família. Em janeiro de 1931, ingressa na Escola Rikkokaj que preparava jovens para emigração e em fevereiro de 1932, com 20 anos e sozinho, embarcou no navio Buenos Aires Maru. Ao desembarcar no Porto de Santos, vai direto para o trabalho na lavoura de café (1925 a 1941 é considerado um período de imigração mais intenso no Brasil e a imigração nessa fase é tipicamente agrícola). Baixo e frágil fisicamente, ele não conseguia acompanhar o ritmo de trabalho dos demais e, para compensar essa condição, põe em prática os conhecimentos adquiridos no curso de mecânica e cria ferramentas para facilitar seu trabalho. Em 1938, depois de um período de sociedade com amigos, faz a opção por sair em busca de nova e melhor oportunidade: compra uma passagem de trem para o interior do Estado de São Paulo e desembarca na última parada, a cidade de Pompéia, onde abre uma pequena oficina e começa a fabricar produtos como, canecas feitas a partir de latas de óleo e a realizar consertos, principalmente em implementos agrícolas. A oficina cresce e 10 anos depois funda as Máquinas Agrícolas Jacto, atualmente, um grupo empresarial, presente em mais de 100 países, que produz equipamentos e soluções para agricultura de precisão, nos segmentos de pulverização, adubação, além de colhedoras para café.

A criação de uma escola pode ter sido a forma de Shunji Nishimura trazer à nova terra as imagens deixadas no Japão. Seu primeiro empreendimento nessa área foi a fundação, em 1982, de um colégio privado, de nível técnico, em regime de internato, no qual eram ministrados cursos técnicos em agricultura, mecânica e eletroeletrônica, a partir da filosofia japonesa e baseados na escola Rokkokai, onde havia estudado. Além dos conteúdos técnicos específicos, a formação dos alunos previa atividades visando fortalecer o respeito, a ética, o trabalho em equipe, a responsabilidade e a disciplina. O colégio era administrado pessoalmente por Shunji Nishimura, por meio de uma Fundação, criada especificamente para essa finalidade, em 1979, que recebeu o nome de “Fundação Shunji Nishimura” (FSN). Em 1988, graças ao sucesso de suas atividades, amplia suas ações e cria o Colégio Shunji Nishimura de Ensino Fundamental e, em 2005, a Escola Profissionalizante Chieko Nishimura (nome de sua esposa), que oferecia o curso de Aprendiz em Mecânico de Usinagem Industrial.

O colégio técnico funcionou até 2009 e teve em seu histórico a formação de um número superior a 1.000 alunos e seu fechamento não finaliza uma trajetória e sim promove uma nova jornada para a FSN que dá início a uma caminhada política para a criação de um curso superior em Pompéia, disponibilizando sua estrutura física. Após extensa negociação política, a FSN firmou parceria com o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal para a implantação de uma Faculdade de Tecnologia - Fatec. Nessa parceria, a Fundação cederia as instalações físicas, os laboratórios técnicos, se responsabilizaria pela aquisição de parte dos insumos e softwares utilizados e procederia também, a busca por parcerias com outras empresas do ramo para prover recursos necessários ao processo de ensino/aprendizagem. A Prefeitura seria o órgão de apoio e ao Estado, caberia, por meio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, a responsabilidade pela estruturação do projeto político pedagógico do curso, a aquisição de acervo para a biblioteca e a contratação do corpo docentes e técnicos administrativos. O curso definido foi o de Tecnologia em Mecanização em Agricultura de Precisão inédito no Brasil e que vinha ao encontro das necessidades tecnológicas existentes no mercado agrícola nacional e compatível com expertise das empresas do Grupo Jacto. Em 24 abril de 2012, foi criada a Faculdade de Tecnologia - FATEC Shunji Nishimura, nas dependências da FSN, através do Decreto nº 58.004.

Essa faculdade, graças ao sistema de parcerias existente com diversas empresas, tem a sua disposição uma estrutura diferenciada com laboratórios, máquinas e equipamentos de última geração que são, em regime de comodato, colocados à disposição do corpo docente e discente como material de estudo.

O cotidiano de funcionamento da escola, outras parcerias podem ser constatadas, como o trabalho de desenvolvimento de valores, junto ao corpo discente, realizado conjuntamente pela FSN, profissionais da área de Recursos Humanos do Grupo Jacto e docentes da Fatec Shunji Nishimura. Durante a primeira semana de aulas, organizam atividades de integração com os ingressantes. para apresentar-lhes as estruturas da faculdade e os valores adotados no ambiente da articulação FATEC e FSN (conhecida pelo pseudônimo “FUNDATEC”)⁴. Em uma das atividades os alunos são levados a criarem os valores de sua turma, os quais deverão ser observados no direcionamento de suas atividades no ambiente escolar. Ao final da atividade, um documento é construído, posteriormente transformado em pôster, assinado por todos e, fixado na sala de aula, acompanhando a turma ao longo dos três anos do curso.

⁴ Valores que em sua maioria corresponde aos do Grupo Jacto.

A convivência profissional nesta Faculdade como docente instigou-nos a buscar melhor compreensão acerca da realidade apresentada, levando-nos a realizar um estudo (em andamento) sobre as Representações Sociais de docentes e discentes acerca dos valores presentes no cotidiano acadêmico. Cabe informar que a pesquisa está regularmente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp Assis (CAAE 68136117.9.0000.4501).

2 A PESQUISA

2.1 Recorte Teórico

Para entendermos, como os grupos guardam, institucionalizam e transmitem esse conjunto de valores deixado por seu fundador; como as memórias comuns são formadas, expostas e transmitidas através da interação de seus membros, neste estudo, recorreremos à Teoria das Representações Sociais explicitada em Moscovici (2003), Jodelet (2001), Sá (1996) e à Teoria do Núcleo Central apresentada por Abric (2001).

Na busca por esse entendimento, identificaremos o núcleo central e os sistemas periféricos das representações sociais envolvidos na criação desses valores pelos discentes e em sua utilização pelos docentes nas práticas pedagógicas. Desta forma procuramos valorizar o campo das produções onde se expressam os saberes e práticas de sujeitos sociais, compreender não somente o que e como as pessoas representam um valor, mas, também como e porque fazem dessa forma.

A Teoria de Representações Sociais surgiu em 1961, nos trabalhos de Serge Moscovici (1978), no qual o autor demonstra como um conhecimento científico se transforma em um saber prático e que a representação social é um fenômeno que traduz a forma de conhecimento de um grupo a partir das relações interpessoais existentes. Sua hipótese é a de que representar não significa reproduzir ou duplicar, significa reconstruir. Para Jodelet (2001, p. 22) a representação social é “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático”. Essas teses se encontram consolidadas no meio acadêmico e conforme Sá (1998), desdobram-se em pelo menos três abordagens: a primeira é uma continuidade da obra original, tem um viés antropológico e tem sido mais difundida por Denise Jodelet (2001); a segunda, através de Willem Doise, centra-se nas condições de produção e circulação das representações sociais e a terceira surge em Aix-en-Provence, sendo representada por Jean Claude Abric (1998), que dá ênfase à dimensão cognitivo-

estrutural conhecida como Teoria do Núcleo Central. Essa Teoria sustenta a hipótese de que toda representação social está organizada em torno de um núcleo central e um sistema periférico. O núcleo central é composto pelos elementos estáveis ou mais permanentes da representação social, sendo estes de natureza normativa e funcional. Os aspectos funcionais estão ligados à natureza do objeto representado e os normativos dizem respeito aos valores e normas sociais pertencentes ao meio social do grupo, sendo flexível e suportando as contradições existentes. Protege o núcleo central das modificações, é a parte mais flexível das Representações Sociais e permite a elaboração de representação relacionada às histórias individuais dos sujeitos. Conforme a Teoria do Núcleo Central (ABRIC, 1998), uma representação social constitui-se como um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes, composta de dois subsistemas - o central e o periférico, que funcionam exatamente como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar.

Considerando a presença dos valores no ambiente acadêmico, objeto desse estudo, é oportuno lembrar que a discussão sobre o assunto é conflituosa e não foi suplantado por qualquer posicionamento filosófico-ético que tivesse sido aceito, não só como hegemônico, mas como consensual. Neste sentido, utilizaremos o termo valor como princípios transituacionais, próprios de uma sociedade consensual para servirem de diretriz para as decisões e comportamentos daqueles que procuram uma vida digna e solidária em sociedade. (GOERGEN, 2005)

Cabe destacar a relação entre valor e educação, pois ambas caminham juntos nas discussões, principalmente na figura do educador tido como responsável por trazer à tona as discussões sobre valor, para além de suas habilidades didáticas, como formador de um aluno com postura moral e valor exemplar. Educador, no sentido de agente condutor do processo educativo, aquele que deve trazer para as pessoas a realidade não como um sistema de regras abstratas, mas a discussão das mesmas frente à natureza humana e as necessidades coletivas existentes na busca de integrar os indivíduos à comunidade à qual pertencem. Nesse caminho, os indivíduos receberiam do contexto social em que vivem valores e normas para serem discutidas, entendidas e introjetadas de acordo com suas emoções e razões.

Considerando a atuação do educador na Faculdade, cabe retomar seu papel social apresentado por Chauí (2001), como uma organização social que presta serviço ao Estado e cujo projeto político retoma aspectos das escolas filosóficas gregas: caráter público ou aberto e formação

científica ao alcance de todos. No cenário atual de alta produção de novos conhecimentos e significações, essas escolas têm suas práticas pensadas e repensadas, ocorrendo transformações em diversas de suas estruturas. Trata-se de instituição conectada à sociedade e ao sistema político e econômico em que se encontra inserida e, graças a isso em muitos momentos temos a disseminação do conhecimento impregnada pela visão e valores de grupos e políticas sociais, alguns deles com fins claros de reprodução de um universo social específico e é essa a sua face mais sombria, pois temos travestida de ciência a reprodução de valores sociopolíticos de uma ideologia reinante (Chauí, 2001). As faculdades tecnológicas trazem essa face sombria em sua concepção, pois adequam o conhecimento às necessidades do mercado e a manutenção da estrutura social vigente, num formato mais dinâmico, rápido, comercial.

Diferentemente, entendemos que a faculdade pública deva ser regida por normas e regras instituídas por seus órgãos representativos, visando a formação de sujeito que refletiam sobre as complexidades sociais e políticas. No entanto, ao que parece, não há autonomia suficiente para ir além da gestão de receitas e despesas e dos resultados acadêmicos. A gestão adequada dos recursos financeiros e o alcance de índices acadêmicos favoráveis têm sido os principais parâmetros balizadores da manutenção da faculdade. Ela vive a ameaça de não poder tecer suas próprias regras e passar a construir alternativas de captação de recursos de outras fontes, bem como a adaptação dos currículos de graduação às necessidades profissionais das empresas, em geral, fontes de recursos. Deixa de ser instituição social e passa a ser uma organização social que entende que seu sucesso e existência dependem de suas particularidades.

Chauí (2001) afirma`

[...] por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por quê, para que e onde existe. (CHAUÍ, 2001)

A transmissão rápida de conhecimentos, trazidos em manuais de fácil leitura que adestrem seus estudantes à necessidade vigente, passa a ser a realidade das faculdades de tecnologia que não mais discutem Valores e Democracia. Democracia para além de um regime político, como uma forma geral da existência social em que uma sociedade estabelece relações sociais, valores, símbolos, determina o justo e o injusto e legal e o ilegal, o possível, o necessário.

Esse modelo de organização passa a reproduzir valores das organizações patrocinantes, ainda que escapando das prescrições dos documentos oficiais, mas presentes em suas ações cotidianas, em suas práticas, em seus discursos, nas atitudes.

Para entender uma organização e os valores a ela pertinentes é necessário compreender a percepção que as pessoas têm dos valores vigentes porque estes expressam o modelo mental do funcionamento da mesma (Tamayo, 1996). Os valores passam a dar significado e definem o caráter fundamental, a cultura da organização, são considerados como metas, relativas a estados de existência ou a modelos de comportamentos desejáveis.

2.2. Caminhos percorridos

Neste estudo, em andamento, adotamos uma abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de pesquisa documental e de campo (depoimentos de discentes e docentes), com o propósito de identificar o quanto a prática pedagógica de docentes e a construção dos valores de uma turma de discentes da FATEC encontram-se ou não influenciadas pelos valores de seu idealizador.

A coleta de dados está prevista para ocorrer em diferentes momentos.

Na primeira fase recorreremos às fontes documentais, tendo como primeiro passo o entendimento da concepção da instituição pelo estudo do seu Projeto Político Pedagógico - PPP. Na segunda fase, apresentamos a pesquisa e convidamos docentes e discentes a participar em das diferentes etapas do estudo. Aos participantes foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que estando de acordo, procederam à assinatura.

Considerando que o curso tem seis semestres de duração, para esse estudo optamos pela escolha dos estudantes do 5º. termo por entender que nessa fase do curso eles podem contribuir mais intensamente para a pesquisa considerando que possam estar mais maduros e críticos, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

O levantamento, com os docentes, está sendo realizado em duas etapas, sendo que a primeira ocorreu num encontro com os 25 deles, no qual, além de convidados a participarem do processo solicitamos que comentassem, por escrito, sobre sua prática pedagógica na Faculdade.

A segunda etapa com os docentes decorrerá dos achados na primeira etapa, a partir do que será construído um roteiro semiestruturado de entrevista a ser realizada individualmente com

seis professores. Estes serão escolhidos dentre dois grupos de resposta: de maior coincidência e de menor incidência com relação aos valores e normas apontados.

Com relação aos discentes, o levantamento está sendo realizado também em dois momentos. Para o primeiro momento os alunos, 35 (trinta e cinco) no total, foram divididos em dois grupos, que após as explicações sobre a pesquisa e convite à participação, responderam, por escrito, sobre o processo de construção de valores de sua turma e os reflexos dos mesmos em seu cotidiano.

A segunda etapa com os discentes, em fase de preparação, decorrerá dos dados levantados na primeira etapa, a partir do qual foi construído um roteiro semiestruturado de entrevista a ser realizada individualmente com 12 desses alunos. Estes foram escolhidos dentre dois grupos de resposta: de maior coincidência e de menor incidência com relação aos valores e normas apontados.

Os dados levantados estão sendo organizados e processados com base na Teoria do Núcleo Central e a partir de sua análise chegaremos ao provável núcleo central e sistema periférico da representação social.

2.3. Primeiros Achados

Cabe ressaltar que a pesquisa, estando em andamento, não completou o levantamento de dados previstos. Portanto, temos a possibilidade de apenas anunciar seus primeiros achados.

Até o momento, foram realizados os estudos documentais, entre os quais se destacam: a trajetória de Shunji Nishimura e o Projeto Político Pedagógico do Curso. Do imigrante japonês chama a atenção seu espírito empreendedor e sua iniciativa ao criar uma escola a partir da filosofia japonesa, baseada na escola na qual havia estudado. . No PPP observamos, em sua concepção, a presença marcante da FSN, tornando claro o propósito de formação de profissionais para o atendimento das demandas do mercado no qual atua o Grupo Jacto.

A análise dos dados levantados com os discentes na primeira etapa possibilita a identificação do Núcleo Central, Elementos Periféricos e Elementos de Contraste, abaixo representados no quadro abaixo.

Quadro 1. Elementos do Núcleo Central, Elementos Periféricos e Elementos de Contraste

	Importância Alta	Importância Baixa
Frequência Alta	Elementos do Núcleo Central Dedicação/Responsabilidade/ Comprometimento/Respeito	Elementos da 1ª Periferia Compartilhar /Participação
Frequência Baixa	Elementos de Contraste Interesse/Honestidade/Educação/ Pontualidade	Elementos da 2ª Periferia Disciplina / Humildade

O Núcleo Central (Abric, 1993), representado pelas respostas dispostas no 1º. Quadrante está ligado à memória coletiva do grupo, definindo sua homogeneidade, organização, estabilidade e coerência. É estável, coerente, rígido e resistente à mudança. É possível confrontar esses resultados, encontrados no levantamento e apontados no quadro acima, com os valores apresentados pela Fundação Shunji Nishimura e FATEC no início da formação escolar e base para definição dos valores da turma: Dedicação; Responsabilidade; Comprometimento e Respeito são encontrados nos valores Trabalhar duro como forma de prosperar; Honrar compromissos; Felicidade em compartilhar; Ninguém cresce sozinho; Três virtudes (honestidade, humildade, simplicidade); Evitar dívidas. Podemos inferir que os elementos presentes no primeiro quadrante fazem parte desses valores. Resultados esses que serão melhor investigados na segunda fase do estudo.

No Núcleo Periférico, demais quadrantes, encontram-se as representações que integram as experiências e histórias individuais, são flexíveis, transformam-se diante dos contextos para permitir a adaptação também proteger o sistema central e também podem ser visualizados como resultados desses valores.

Com relação ao levantamento de dados com os docentes, ainda não foram finalizadas análises que possibilitassem apresentá-las.

Será no conjunto das análises de todos os dados levantados que teremos a possibilidade de compreender não somente o que e como as pessoas representam uma realidade, inclusive os valores, mas, também como e porque fazem dessa forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar a leitura da história de emigração de Shunji Nishimura e o processo de construção da Faculdade de Tecnologia Shunji Nishimura, vem nos proporcionando um processo de reconstrução das significações, de entendimento dos sentidos dados às construções por ele realizadas e os resultados obtidos.

No entanto, nossa expectativa é que, ao finalizar o estudo tenhamos compreendido como esses fatos e processos foram socialmente representados, transformados ou não em memória e verificar o alcance dessa representação, se temos uma memória coletiva ou memórias pessoais. Lembrando que a memória engloba fragmentos ou fenômenos do passado que de alguma forma foram preservados, reconstruídos, representados, relatados ou incorporados em nossas práticas do presente.

Enfim, esperamos entender o dinamismo existente no processo da construção de práticas pedagógicas de docentes e o processo de constituição dos valores discentes da referida FATEC. E ainda, em que medida as mesmas se encontram influenciadas pelos valores de seu idealizador – Shunji Nishimura e neste sentido, em que medida esse modelo de organização passa a reproduzir valores das organizações que atuam no mercado para o qual forma profissionais.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, Denise (Org.), **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. P. 155-171.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.(org.), OLIVEIRA, D. C. (org). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000.

BORDIEU, M. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

GOERGEN, P. Educação e valores no mundo contemporâneo. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 983-1011, out. 2005.

JODELET, D. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis. RJ: Vozes, 2003.

SÁ, C. P. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, dez. 1996. Disponível em:<
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300002>.
Acesso em: 15 mar. 2016.

SAKURAI, C. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Sumaré Fapesp, 1993.

TAMAYO, Á.; BORGES ANDRADE, J. E. e CODO, W. (orgs). **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1996.

VERGÈS, P. Os questionários para análise das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. de; CAMARGO, B. V.; JESUÍNO, J. C.; NÓBREGA, S. M. (Orgs.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: EdUFPB, 2005. p. 201-228.

Influences of Japanese culture in the everyday academics of a faculty of technology from the countryside Paulista

***Abstract:** Focusing on the thematic of higher education, we present a study, in progress, which seeks to identify, from the theory of social representations, the central nucleus and peripheral systems of the social representations present in the construction of values by the points and in its Use by teachers in pedagogical practices, at a faculty of technology from the countryside paulista of Brazil. The legacy of the Japanese immigrant – Shunji Nishimura (1910-2010) and its values present in the creation of its businesses and subsequently from the schools that preceded the current partnership with the State Government for the installation of this college, which bears its name, seems to indicate still to That influence on academic everyday. In the study, we also seek to value the field of productions where the knowers and practices of social subjects are expressed, not only understand what and how people represent a value, but also how and why they do it that way.*

Keywords: Social Representation, Values, Education.
